TERESA ARACENA VICENTE

**As mulheres e seus tempos:
dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da
saúde**

Tese apresentada à Faculdade de Medicina
da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Ciências.

Programa de Medicina Preventiva.
Orientadora: Profª Drª Lília Blima Schraiber

**São Paulo
2018**

TERESA ARACENA VICENTE

**As mulheres e seus tempos:
dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da
saúde**

Tese apresentada à Faculdade de Medicina
da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Ciências.

Programa de Medicina Preventiva.
Orientadora: Prof^a Dr^a Lilia Blima Schraiber

**São Paulo
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Vicente, Teresa Aracena

As mulheres e seus tempos : dupla jornada de
trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde
/ Teresa Aracena Vicente. -- São Paulo, 2018.

Tese(doutorado)--Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo.

Programa de Medicina Preventiva.

Orientadora: Lília Blima Schraiber.

Descritores: 1.Mulheres 2.Feminismo 3.Promoção da
saúde 4.Trabalho reprodutivo 5.Trabalho produtivo
6.Pesquisa qualitativa

USP/FM/DBD-076/18

Responsável: Kátia Maria Bruno Ferreira - CRB-8/6008

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

A mi madre, a mi abuela. En ellas cobra sentido esta tesis.

A mi madre, que aprendió a cuidar de sí mientras cuidaba de los otros.

Que me enseñó a defender lo justo y que confiaba en mí.

Gracias.

A Iara, que renueva las ganas de luchar. Con el deseo de que viva en un mundo donde todas estas conquistas, hoy individuales, sean asumidas en la sociedad.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Apoio à Pesquisa - CAPES (Nº de processo: 2014/12660-8) pelo apoio financeiro à pesquisa de doutorado.

Pela orientação competente, humanizada e ética, pela disponibilidade, apoio e paciência, e pelo aprendizado constante que favoreceu, à professora Dra. Lilia Blima Schraiber. É uma honra trabalhar com você.

Pela disponibilidade para continuar apoiando a pesquisa de doutorado, com sugestões muito pertinentes de bibliografia e metodologia, na linha do que havia sido trabalhado conjuntamente em minha pesquisa de mestrado, ao professor Dr. Fco. Javier Serrano Blasco.

A todas as participantes, por me emprestarem esse recurso tão precioso quanto escasso, o tempo, por acreditarem que vale a pena dar o testemunho para continuar lutando pela mudança social. Sem vocês não teria sido possível. Obrigada.

Àquelas pessoas que me ajudaram a encontrar as participantes para a pesquisa de campo em São Paulo e em Barcelona. No caso brasileiro, ao Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Parteiras La Mare, Coletivo Casa de Lua, especialmente à Paula Licursi Prates, à Maíra Bittencourt e à Priscila Raspantini, por acreditarem e apoiarem o projeto. Quanto ao espaço espanhol, a Avalon, Cos e Marenostum, especialmente à Montse Mir, María Ortí, Arianna Bonato. Muito obrigada por acreditarem nesse projeto, por me ajudarem a encontrar participantes, e, enfim, por darem a mão para que tudo desse certo.

À professora Dra. Cristina Carrasco, por refletir tão ricamente sobre a “crise dos cuidados” e contribuir, desta forma, para uma parte importante do embasamento teórico deste estudo. Pela entrevista que me concedeu e pela disponibilidade para a interlocução. Muito obrigada.

Às professoras que ao longo desse processo enriqueceram a reflexão sobre o objeto: Neus Roca, por ter estado presente no impulso inicial; Ana Flávia de Oliveira e Márcia Couto, pelos valiosos conselhos e pelo material partilhado.

Às professoras que fizeram parte da Banca de qualificação: Ana Flavia de Oliveira, Elisabeth Meloni Vieira e Cristiane Cabral, pelas ricas contribuições e sugestões de melhora.

Ao Departamento de Medicina Preventiva, ao Programa de Pós-graduação em Ciências-Medicina Preventiva (Saúde Coletiva), por ter acolhido este projeto, e aos funcionários da Faculdade, especialmente à Lilian, pela inestimável ajuda e paciência na resolução das dúvidas.

À Montse e à Celia, por serem meu abrigo durante o tempo em Barcelona. A Montse, Celia e Mafalda, pelas conversas animadas, por se insurgirem comigo ante estas desigualdades.

À Jara, por me acompanhar nessa estrada, pelas discussões, reflexões, ânimos e por me recordar, sempre, que tudo isso é importante, de que vale, sim, a pena. Muito obrigada.

Ao Nazir, porque nada teria começado sem ele. Pelo encorajamento e grande suporte durante todo o caminho, pela viva constatação de que a mudança está em processo.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas

Resumo

Abstract

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO UM. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IMAGINÁRIO E IDENTIDADE FEMININA.

..... 14

Teoria das Representações Sociais 14

Marco Teórico do Imaginário..... 16

Uma proposta acerca do *devir* do movimento feminista 22

A mulher na contemporaneidade: apontamentos sobre identidade feminina nas sociedades ocidentais 28

CAPÍTULO DOIS. FEMINISMO NO BRASIL E NA ESPANHA..... 32

Feminismo no Brasil 32

Século XIX..... 32

Primeiras décadas do século XX..... 33

Décadas de 1960 e 1970..... 35

1975: Ano Internacional da Mulher 39

Décadas de 1980 e 1990..... 41

Feminismo no início do milênio..... 45

Feminismo na Espanha 46

Idade Média. Século XV 46

Séculos XVI – XVIII..... 46

Século XIX..... 48

Século XX..... 51

Primeiro terço do século: 1900-1930..... 51

II República e Guerra Civil (1931-1936)..... 54

Franquismo (1939 – 1975)..... 58

Depois de 1975, a Transición 60

A globalização do movimento feminista 64

O movimento feminista no momento atual..... 64

Contrapontos e Semelhanças. Traços relevantes..... 66

CAPÍTULO TRÊS. A PESQUISA EMPÍRICA: QUESTÕES METODOLÓGICAS 70

CAPÍTULO QUATRO. MATERNIDADE, SAÚDE E TRABALHO SOCIAL PRODUTIVO EM SÃO PAULO E EM

BARCELONA 75

Identificação das participantes 75

Categorias das participantes de São Paulo..... 77

1. *Temas relacionados com a atenção à saúde*..... 77

2. *Temas relacionados com o lazer*..... 87

3. *Temas relacionados com o trabalho social produtivo*..... 93

4. Temas relacionados com a maternidade, a criação e cuidado das crianças e a flexibilidade laboral	102
5. Temas relacionados com a realização de afazeres domésticos	118
6. Temas relacionados com a vivência do feminismo	130
À guisa de conclusão: representações sociais e feminismo nas participantes de São Paulo	139
Categorias das participantes de Barcelona	140
1. Temas relacionados com a atenção à saúde.....	140
2. Temas relacionados com o lazer.....	152
3. Temas relacionados com o trabalho social produtivo.....	158
4. Temas relacionados com a maternidade, a criação e cuidado das crianças e a flexibilidade laboral	167
5. Temas relacionados com a realização de afazeres domésticos	190
6. Temas relacionados com a vivência do feminismo	200
7. Tema relacionado com a procura do equilíbrio entre os diferentes tempos da vida	207
À guisa de conclusão: representações sociais e feminismo nas participantes de Barcelona.....	209
Representações sociais na prática feminista. Duas cidades em questão.	210
A atenção à saúde	210
O lazer.....	212
O trabalho social produtivo	213
A maternidade e o trabalho de cuidados.....	214
O trabalho doméstico	217
O feminismo.....	219
CAPÍTULO CINCO. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	222
ANEXO. ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	226
REFERÊNCIAS	229

Lista de abreviaturas

AMA	Agrupación de Mujeres Antifascistas
ANME	Asociación Nacional de Mujeres Españolas
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
LAMAR	Lucha Antiautoritaria de Mujeres Antipatriarcales Revolucionarias
MDM	Movimento Democrático de Mulheres
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SF	Sección Femenina
UNME	Unión de Mujeres Españolas

Resumo

O presente trabalho busca conhecer como as mulheres com filhos que trabalham remuneradamente organizam seus tempos para cuidar de sua saúde. Pretende fornecer uma análise comparativa entre dois contextos diferentes, o de São Paulo e o de Barcelona. As duas cidades são tomadas como contextos socioculturais que apresentam divergências e convergências de culturas e práticas, na saúde e no trabalho social e doméstico das mulheres. Analisamos os dados segundo os referenciais do imaginário social e das representações sociais em torno à maternidade, feminismo, tempo livre e cuidado de si para a mulher com filhos. O lazer, o cuidado de si e o ambiente, social e historicamente construído, são fatores decisivos para a saúde integral do ser humano. Neste ponto, a cultura desempenha um importante papel como sistema que promove uma determinada compreensão do mundo, sendo fundamental para explicar nossos modos de viver. Neste sentido, consideramos as relações desiguais e hierárquicas de poder construídas entre gêneros um traço recorrente de culturas mediterrâneas e de diferentes países da América Latina. Realizamos entrevistas semi-estruturadas com mulheres de camada média ou alta da população que trabalham socialmente e cuidam de sua família. Na análise do material empírico foram feitas três tipos leituras: uma primeira de “impregnação”, uma segunda que compara as entrevistas da mesma cidade e, por último, uma terceira que contrasta os dados das duas cidades. Esses dois últimos tipos de leitura permitem uma interpretação do tipo hermenêutico na análise do material, conduzindo-nos a atingir de maneira mais eficaz o objetivo deste estudo.

Descritores: mulheres; feminismo; promoção da saúde; trabalho reprodutivo; trabalho produtivo; pesquisa qualitativa.

Abstract

This study is dealing with the times of women with children –social work, care work and free time. The goal is to identify if they have free time to promote their health, comparing the Spanish (Barcelona) context to the Brazilian (São Paulo) context. These two cities are taken here as sociocultural contexts that show divergences and convergences as far as practices are concerned, this research aims to observe and understand the positions of these women in terms of health and social and domestic women's work. The analysis aims deeply explore the social representation and imaginary concepts related to motherhood, feminism, leisure and self-care for women with children. Leisure, self-care and environment, socially and historically constructed, are critical to the overall health of the human being. At this juncture, culture plays an important role as a system that promotes a particular understanding of the world, an essential aspect to explain our ways of living. We consider that the unequal and hierarchical relations of power constructed between genders are a recurring trait of Mediterranean cultures and different countries of Latin America. We conduct semi-structured interviews with middle-class or high-income women who work socially and care for their families. As for the analysis of the empirical material produced on the field, three types of interpretations of the interviews were made: a first one called "impregnation", a second one that result of the comparison of the interviews from the same city and, finally, a third one that arise from the comparison between the two cities as different socio-cultural contexts. These last two types of reading allows a hermeneutic interpretation of the material analysis, enabling us to achieve this study's goal in effective fashion.

Key words: women; feminism; health promotion; reproductive work; productive work; qualitative research.

Introdução

A ideia de que o trabalho de cuidados provoca sobrecarga psíquica nas mulheres que também trabalham fora de casa tem sido muito tratada na literatura que aborda questões de gênero. A responsabilidade pelo trabalho doméstico, que interpela de maneira diferente homens e mulheres, gera precariedade na vida destas, fazendo com que elas não possam aceder aos mesmos recursos que seus parceiros e fomentando, nas mesmas, a aparição de problemas de saúde.

A cultura sanciona o caráter das relações que nela se gestam e, quanto às relações de gênero, em diversas culturas de origem latina, prescreve uma relação de dominação-submissão. De acordo com Río (2004), em seu artigo “La crisis de los cuidados: precariedad a flor de piel”, o cidadão autônomo, autossuficiente e livre das amarras em que assenta a sociedade moderna não é apenas um ser fictício como também esconde a existência de outro espaço, no mundo privado, onde é reconhecida a materialidade das pessoas e onde, finalmente, afloram suas necessidades. Balandier (1976) explica como a sociedade foi construída, reproduzida e diversificada a partir da redução da mulher ao estado instrumental, isto é, enquanto reprodutora física do grupo e confinada no espaço privado para referida finalidade. Isso determinou o estrito controle exercido pela coletividade e assegurou a perpetuação de um modelo no qual a mulher continua sendo obscuramente vista como indissociável dessa condição de formação. É neste espaço privado, construído ao longo da história para as mulheres, em que se desenvolvem os cuidados e os afetos, necessários para manter todo o tipo de construção encenada no espaço público. Segundo o norte-americano Richard Sennet (2012), em estudo que reflete sobre as formas de desigualdade nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, a dependência é motivo de vergonha no âmbito público. Existiria, segundo o autor, uma severidade humana que evita o estado de necessidade e acentua a autossuficiência, o que geraria respeito aos olhos dos outros e alimentaria o respeito próprio. No entanto, não podemos esquecer que este emparelhamento entre vergonha e dependência é uma questão cultural. O caso oposto ocorre, por exemplo, em certas regiões tradicionais do Japão, onde a dependência adulta não é algo que motive vergonha, mas, pelo contrário, é apreendida como um direito (Sennet, 2012).

Ainda segundo Río (2004), a economia feminista afirma que o gesto de catalogar como autônomo o cidadão de mercado – aquele que atua no espaço público, sendo por

isso reconhecido e valorizado – em detrimento da posição cuidadora, vista como uma não cidadania, não é uma manobra inocente. Pelo contrário, pretende ocultar o conflito entre a lógica do mercado e a lógica de cuidado da vida e, simultaneamente, criar uma hierarquia de poder.

O modelo familiar em que se baseia a sociedade moderna resolve esse conflito ao naturalizar o trabalho de cuidados como função das mulheres que, de forma não remunerada, se ocupam da responsabilidade social de manter a vida. Tal responsabilidade, bem como a incorporação no mercado de trabalho remunerado, provoca uma sobrecarga de atividades nas mulheres e gera precariedade em suas vidas (Río; Orozco, 2002), lembrando-se que o trabalho de cuidados enfatiza o componente afetivo e relacional, e o atendimento às necessidades pessoais, materiais e imateriais de outros, ultrapassando o âmbito doméstico. Sira del Río (2004) entende como precariedade a desigualdade institucionalizada no reconhecimento, no acesso e no exercício de direitos, o que supõe a impossibilidade real de dispor de um modo sustentável dos recursos adequados para satisfazer necessidades. Esta precariedade, visível no acesso deficiente a direitos e recursos, costuma interpretar-se como um assunto que pertence ao mundo privado, sem adquirir relevância na esfera coletiva. No ensaio *Parenthood, Gender and Work-Family Time in the United States, Australia, Italy, France, and Denmark* que, mesmo não contemplando os espaços que abordaremos neste estudo, é muito abrangente e, por isso, relevante para nossa análise, Craig e Mullan (2010) ressaltam que o fato de os casais terem filhos aumenta a desigualdade no trabalho doméstico (comparativamente aos casais sem filhos), situação que tem consistência em todos os países. Neste sentido, muitas mulheres precisam fazer uma escolha pessoal entre sua carreira profissional e a maternidade, já que ocupar-se dos cuidados, pela naturalização operada socialmente, prejudica o tempo dedicado à vida laboral social. Já para Oliveira (1999, p. 446), “a representação da maternidade para essas trabalhadoras é marcada pelo conflito entre o desejo de ser mãe e o sentimento de que estão cometendo um crime, pelo qual são penalizadas” (perda do trabalho, contratos temporais, contratos de meia jornada, trabalhadoras eventuais...). Além disso, o aumento da escolaridade das mulheres possibilita um maior acesso a profissões de alto nível ou de prestígio, fato que entra em conflito com as exigências de ter filhos e o aumento do tempo de cuidado, obrigando muitas mulheres a escolher entre uma coisa ou outra. Assim, quanto maior é a ascensão profissional da mulher, menor é

sua taxa de fecundidade. Por tudo isso, é evidente que o modelo tradicional vacila para resolver os cuidados, mas não o sistema social no qual se desenvolvem, nem as relações de poder que o sustenta (Carrasco, 2012).

Todas estas questões constituem a expressão de uma hierarquia de poder, em que as mulheres devem ocupar-se dos cuidados e os homens se veem livres desse trabalho, dedicando-se ao trabalho social.

Há na literatura uma proliferação de denominações para se referir ao trabalho que se realiza no espaço público e ao realizado no espaço doméstico. Neste estudo, usaremos para o primeiro o termo *trabalho social produtivo*, que é realizado de forma remunerada e na estrutura de produção social vigente, e *trabalho reprodutivo*, àquele produzido no espaço doméstico para a reprodução da espécie e que fica nas margens do mercado. Este último inclui o *trabalho de cuidados* e o *trabalho doméstico*. O trabalho de cuidados refere-se àquele realizado para cuidar das pessoas dependentes e inclui um alto grau de afetividade. O trabalho doméstico é aquele realizado em casa para seu bom funcionamento e o bem-estar dos que moram nela. Estes dois tipos de trabalho servem à reprodução da espécie e são invisibilizados socialmente, apesar de serem indispensáveis para a manutenção da estrutura social e para a continuidade do trabalho social produtivo.

Cuidar é tarefa não reconhecida socialmente por não ter para a sociedade, supostamente, um elevado valor quando comparado com o trabalho realizado fora de casa. E quando as mulheres necessitam ou se dispõem a atuar também na produção social de trabalhos remunerados, terminam por cumprir uma *jornada extensiva de trabalho* (Oliveira, 1999, p. 448). Esta começa para elas em casa, passa pelo mundo do trabalho e termina novamente em casa. O que, segundo a nossa perspectiva, tanto tem consequências para a construção de seus tempos na vida cotidiana, em que se inscreve o tempo do cuidado a sua saúde, quanto, portanto, repercute na própria saúde das mulheres que vivem essa situação, pois serão pessoas que dedicam grande parte de seu tempo promovendo e tratando da saúde dos outros – filhos, parceiro, dependentes.

Neste ponto é muito relevante a noção de promoção da saúde proposta por Sícoli e Nascimento (2003), segundo a qual a concepção de saúde se situa para lá da ausência de doença para incluir seus determinantes e incidir sobre as condições de vida da

população (implicando ações que envolvem a educação, o saneamento básico, a habitação, a renda, o trabalho, a alimentação, o meio ambiente, o acesso a bens e serviços essenciais, o lazer, entre outros determinantes sociais da saúde). Esta acepção está refletida na Lei Brasileira nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que, no Art. 3º, diz o seguinte:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (BRASIL, 1990).

Deste modo, vemos como se assinala o lazer como outro elemento para alcançar um estado de saúde integral.

Considerando que na sociedade atual o trabalho é o principal organizador dos tempos da vida (Thompson, 1967), acreditamos que para viver uma vida com qualidade é preciso que a pessoa seja a dona do tempo não dedicado ao trabalho. Cremos, de igual modo, que o tempo dedicado ao trabalho de cuidados ou ao trabalho doméstico constitui tempo de trabalho¹. O tempo remanescente, usado para o lazer ou para o cuidado de si, é um tempo precioso para a saúde da mulher e para o fomento de uma vida com qualidade. Consideramos esse tempo como um elemento necessário para o cuidado de si, o que vai ao encontro das formulações acerca da promoção da saúde. Entendemos por cuidado de si a “arte da existência”, que adquire as dimensões de uma verdadeira “cultura de si”, entendida como o preceito segundo o qual convém ocupar-se de si mesmo – tanto do corpo como da alma – para, por meio de ambos, alcançar a felicidade (Foucault, 1984, p. 50).

Estas questões desenham o objetivo deste trabalho que, partindo de uma análise comparativa entre duas cidades, São Paulo e Barcelona, pretende refletir sobre os tempos das mulheres que aderem à perspectiva feminista ou qualquer das lutas desse movimento mesmo que não participem do movimento como um todo, com filhos, que moram com o parceiro, com trabalho remunerado e com escolaridade superior completa

¹Estamos, portanto, de acordo com Oliveira: “No caso específico da gestação, parto e amamentação, consideramos tais eventos como trabalho – ampliando, assim, o significado desta categoria sempre associada a uma força que tem valor de troca, sendo vendida no mercado de trabalho. Dentro desta ótica, trata-se de um trabalho que despende energia, exige uma especialização, comporta a transformação do corpo e das condições sociais, exige a cooperação e a atividade de uma mulher para levar a termo” (Oliveira, 1999, p.440)

de modo a discutir sua atitude perante a saúde e qual a representação que têm da mesma. Este tipo de descrição do grupo de interesse do estudo facilita a comparação, já que a seleção em função da classe social pode apresentar problemas devido às diferenças das classes na Espanha e no Brasil.

O grupo de interesse da pesquisa corresponde à camada média/alta da população brasileira. Na caracterização dessa camada levamos em conta não só os indicadores sociológicos (renda, educação, inserção profissional, moradia) como, seguindo Tania Salem na caracterização de seu grupo de interesse em “O casal grávido” (2007), o código moral e ético em que se insere o grupo. A autora defende que “o código ético é o que estabelece mais claramente as fronteiras entre os segmentos sociais, inclusive entre aqueles que desfrutam de uma mesma posição de classe” (Salem, 2007, p. 41). Assim, os ‘modernos de classe media’ compartilhariam um mesmo código simbólico que incluiria temas como “opção”, “vida pessoal, privada e subjetiva”, “igualdade”, que teriam adquirido maior relevância e legitimidade a partir dos anos 1970 (Salem, 2007), seguramente como uma interiorização dos discursos feministas da época. Estas novas identidades modernas coexistiriam junto com as arcaicas ou tradicionais, que continuariam sendo fortes, ainda que de modo invisível ou sutil. A antropóloga utiliza o conceito de ‘desmapeamento’ (Figueira, 1981a, 1985a, 1985e, 1987, citado em Salem, 2007, p. 43) para se referir à convivência desses códigos morais contrapostos. Ainda assinala que “a literatura nacional que versa sobre os ‘modernos’ focaliza precisamente os segmentos que, no interior das camadas médias, corporificam os cultivados e os metropolitanos da Zona Sul carioca”.

No estudo que realizamos, os “modernos” corporificariam os segmentos cultivados do interior das camadas médias que moram na metrópole ou que fizeram a opção de se trasladar às zonas rurais do interior de São Paulo e de Barcelona para poderem morar em um lugar tranquilo e perto da natureza.

A escolha desta parcela da população deve-se aos seguintes fatores: é a que tem maior acesso aos serviços que oferecem um atendimento diferencial à saúde da mulher; historicamente, foi a classe social que deu maior impulso ao movimento feminista (Sarti 2001; Pinto, 2007); e se trata da classe menos representada nos estudos sobre gênero, no caso brasileiro. Como tal, essas mulheres possuem maior escolaridade e provavelmente maior informação sobre os direitos das mulheres, o que também deve produzir impacto

no modo como representam o cuidado de si e no modo como o praticam, outro aspecto pouco explorado nas pesquisas.

Sem descurar as diferentes condições sócio-históricas entre as duas cidades, consideramos que podem ser comparadas na medida em que são dois pólos econômicos de seus respectivos países, são lugares de acolhimento e ebulição de movimentos culturais, apresentam uma história do movimento feminista com muitos pontos em comum e partilham entre si uma herança cultural latina. Partimos, assim, da concepção de que a comparação entre as culturas respectivas dessas duas formações sociais assenta-se em aproximações e ao mesmo tempo diversificações que se dão na reprodução social da histórica desigualdade baseada no gênero. Assumimos que o gênero é uma construção cultural que não se reproduz de forma mecânica nas sociedades, mas dinamicamente na interação com particularidades sociais concretas e por isso adotamos a noção de que, como em Schraiber (2012, p. 2637),

a desigualdade de gênero não será reproduzida necessariamente da mesma forma para homens e mulheres e na relação entre eles, mas expressando aspectos convergentes e divergentes do maior valor das questões masculinas, tal como mostram estudos empíricos. É a diversidade de situações o que resulta esclarecedor das múltiplas expressões concretas da desigualdade social de gênero em contextos particulares,

tal como pretendemos contribuir em nosso atual estudo.

Formulação da questão de pesquisa

Como vimos, a desigual distribuição do trabalho doméstico entre homens e mulheres gera uma situação de precariedade nestas últimas, a diferentes níveis, a começar pela falta de acesso ao recurso do tempo liberado. No Brasil, segundo Teixeira², os dados são elucidativos: 1) as mulheres continuam a ser responsáveis por grande parte do trabalho doméstico (dedicam em média 27 horas semanais, enquanto os homens dedicam 10 horas); 2) os homens predominam nos cargos técnicos, de chefia e de gestão; 3) no trabalho remunerado, as mulheres se concentram majoritariamente no setor de serviços e no emprego doméstico; 4) as mulheres ganham, em média, cerca de 29% menos do que os homens. Essa informação é corroborada por Venturi e Godinho

²Informação obtida em aula ministrada por Merilane Teixeira no curso de extensão universitária da UNICAMP: *Economia feminista e economia solidária*, em junho de 2013.

(2013) no livro organizado por eles, *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, no qual se realiza uma revisão da situação da mulher no Brasil entre 2001 e 2010. Também os resultados da pesquisa realizada pelo SOS Corpo e a Data Popular em 2012 com o objetivo de mapear as estratégias de conciliação entre trabalho remunerado e cuidados com a casa e a família apontam no mesmo sentido, com dados como os seguintes: a organização do cotidiano doméstico é uma responsabilidade feminina nas casas das entrevistadas, a manutenção e organização do lar são tarefas naturalizadas como femininas, o marido seria uma figura geradora de mais trabalho e, mesmo quando eles contribuem, continuam sendo as mulheres as principais realizadoras (Machado, 2014). Ademais, a grande maioria das mulheres que participou do estudo partilha a sensação de uma constante falta de tempo, sendo a principal falta sentida a de cuidado de si (Machado, 2014, p. 65). Por sua vez, o artigo de Folgueras (2012) mostra-nos que esta realidade não é muito diferente da que se vive na Espanha. Estes dados são reveladores de uma assimetria nas relações de gênero em que os papéis sociais estão definidos e nos quais a mulher aparece como a parte explorada. Diante desta situação, as mulheres continuam respondendo à necessidade de cuidados com todo tipo de estratégias (Río, 2004): a) a reorganização dos tempos vitais de cada mulher (para compatibilizar, na medida do possível, seus empregos com suas responsabilidades não remuneradas); b) redistribuição intergeracional entre mulheres; c) redistribuição por classes e etnias. Estas estratégias são também assinaladas por Marcondes (2014), em um trabalho sobre as práticas sociais do cuidado das mulheres brasileiras, identificando sobrecarga, empregos precários, jornadas flexíveis, não inserção no mercado de trabalho, contratação de empregada doméstica ou obtenção de ajuda da mãe, filhas e vizinhas como exemplos de arranjos empregados para lidar com a dupla jornada de trabalho (Marcondes, 2014, p. 81)

Todas estas práticas revelam formas de “fazer com” (Certeau, 1990), porque são formas de atuar nessa regra sociocultural que sanciona o cuidado como tarefa feminina e que é definida de modo heterônomo. Tal regra sociocultural naturaliza a desigualdade de poder nas relações de gênero, pois estão enraizadas na cultura. Este “fazer com” sublinha a capacidade de atuação do fraco, o que Certeau chama de “arte do fraco”, que consegue, deste modo, escapar ao poder, mas não deixar a situação de subordinação (Sato, Oliveira, 2008). Como sublinha Marcondes (2014, p. 81): “trata-se, em todos os casos, de um assunto de mulheres, silenciado pelo desvalor que a reprodução social

goza em nosso contrato social”. As tarefas de cuidado, unidas às exigências do trabalho remunerado, limitam o tempo liberado das mulheres, fato que adquire grande relevância quando comparado com o tempo do parceiro, quando houver. Além de representar de modo inequívoco a relação de desigualdade dentro das relações de gênero, tal situação afeta diretamente a saúde das mulheres. Temos por objetivo analisar se esta situação se reproduz de modo similar à população geral ou se, pelo contrário, as mulheres que participam na pesquisa conseguem revertê-la na vida cotidiana. O grupo de interesse está formado por mulheres que aderem à perspectiva feminista ou que pertencem ao movimento feminista, em qualquer de suas correntes de pensamento, ou, ainda, que aderem a qualquer das lutas desse movimento mesmo que não participem do movimento como um todo, que moram com o parceiro, com trabalho remunerado, fora de casa ou em casa, com escolaridade superior completa e na faixa etária entre 25 a 49 anos, com filho mais velho de 3 anos ou mais. Visto que, conforme Dias (1992), o cotidiano envolve uma margem de liberdade, isto é, certa possibilidade de equilíbrio entre a individualidade e o ser genérico, queremos observar se há um maior questionamento acerca da diferença dos tempos entre elas e os do parceiro e de que modo negociam a distribuição dos tempos cotidianos, para de algum modo se apropriarem do tempo. Neste sentido, queremos observar se as participantes conseguem se apropriar do modo como segmentam seus diversos tempos e se uma maior quantidade dele é usado para a promoção de sua saúde. Este aspecto desenha outro dos objetivos deste trabalho, a saber: analisar as representações sociais sobre o cuidado de si das participantes, considerando que são possivelmente mais informadas sobre seus direitos e com uma visão mais integral da saúde. O estudo comparado entre São Paulo e Barcelona, para além de estabelecer semelhanças e diferenças na representação da saúde nas duas cidades, permitir-nos-á entender de maneira mais ampla a configuração da lógica dos tempos de vida construída por mulheres em grandes cidades e na atualidade. Acreditamos ser relevante esta comparação porque, sem descuidar das diferenças sócio-históricas de ambos os espaços, observamos que se tratam de dois centros socioeconômicos de extrema importância, aspectos que os convertem em pólos de atração de pessoas que os procuram por motivos laborais e em centros onde fervilham propostas sociais. De outro lado, é importante assinalar que ambas as cidades têm uma origem latina. Dada a importância dos fatores socioculturais na saúde e nas relações de

gênero, este fator partilhado nos dois contextos pode criar mais semelhanças que diferenças no âmbito que nos ocupa.

Como vimos mais acima, o tempo de lazer constitui um aspecto importante para a melhoria da qualidade de vida e também para a promoção da saúde. Diferentes autores assinalam a importância de viver uma vida com qualidade para ter uma vida mais saudável. Marcondes (2004) compreende a saúde como um processo no qual se prioriza a vida com qualidade ao invés da ausência de doença. Pessoas saudáveis podem realizar coisas que fazem a vida valer a pena e, à medida que a saúde aumenta, eleva-se o potencial para a felicidade. A promoção da saúde, na perspectiva do autor, é entendida como vida com qualidade, o que comporta a noção de processo saúde-doença como histórica e socialmente marcados. Também para Buss (2000) a qualidade de vida promove ou limita a saúde das pessoas: a saúde é produto de um amplo conjunto de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição, de habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de educação ao longo de toda a vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; e um leque adequado de cuidados de saúde. Do mesmo modo, Madel T. Luz, no ensaio *Novos saberes e práticas em saúde coletiva*, salienta a importância da qualidade de vida para a promoção da saúde. A autora reflete sobre a percepção da saúde como “expansão de vitalidade” e como “bem viver a vida” (Luz, 2005, p. 94), para a qual a prevenção de doenças não seria suficiente. Por isso, seria uma competência do Estado manter a população *sadia*, assegurando-lhe qualidade de vida.

Tal como assinalam Barkin e Wisner (2013), em estudo recente sobre as relações entre saúde e maternidade, as principais barreiras para a prática do cuidado de si das mulheres com filhos são o tempo, o dinheiro, o apoio social e a dificuldade em aceitar ajuda dos outros. Neste sentido, o lazer, o cuidado de si e o ambiente, social e historicamente construído, são constituintes importantes para a saúde. Desta maneira, é relevante o papel da cultura na socialização das pessoas nas relações de gênero, baseadas que estão em uma lógica de poder. Isso torna-se evidente na pesquisa aludida mais acima realizada pelo SOS Corpo e Data Popular em 2012, em que as menções ao lazer ocorriam geralmente de forma estimulada pelo entrevistador e se caracterizariam por ser atividades que envolvem os filhos, enquanto os parceiros costumariam realizar

atividades fora de casa, sozinhos ou acompanhados por amigos (Machado, 2014, p. 64). Estamos, assim, de acordo com Río (2004) quando afirma que a visão dicotômica da realidade, bem como a separação e a hierarquização entre os espaços privados e públicos, impede-nos de ver os íntimos mecanismos que fazem funcionar a estrutura do sistema. Acreditamos ser necessário romper tal dicotomia e refletir sobre uma visão integral da realidade em que vivemos para podermos imaginar um mundo diferente. A noção de *crise dos cuidados* (Río, 2003) que surge na perspectiva feminista, definida como a dificuldade da mulher em se ocupar dos cuidados dada sua incorporação massiva no mercado de trabalho, tem a virtude de nos permitir visibilizar e questionar alguns elementos centrais sobre os quais se estrutura nossa sociedade e os efeitos que a mesma produz sobre as mentes e os corpos das pessoas encarregadas dessa tarefa. Este viés significa considerar o sistema socioeconômico como uma engrenagem de diversas esferas de atividade cuja articulação deve ser valorizada segundo o impacto final nos processos vitais (Orozco, 2012).

Os recursos necessários para superar a precariedade induzida pela falta de tempo das mulheres e para fomentar o seu bem-estar são de natureza diversa, podendo ser equiparados à noção de expansão das liberdades básicas, de Sen (1999, p. 52). Tais liberdades preveem o aumento das capacidades³ elementares do ser humano. Além de enriquecer a vida humana, a expansão da liberdade das pessoas tem, segundo a perspectiva do autor, uma eficácia *instrumental*: ao incidir em um tipo de liberdade através do aumento das capacidades das pessoas, outros tipos de liberdade são afetados, visto que os mesmos se encontram conectados. Na referida noção de *capacidades* está baseado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que foi criado para medir a qualidade de vida e poder compará-la entre diferentes culturas e realidades sociais (Minayo, 2000). Neste sentido, o desenvolvimento humano teria como significado mais amplo a expansão da potencialidade dos indivíduos, que passam a ser responsáveis por atividades e processos mais valiosos e valorizados. Assim, a saúde e a educação são estados ou habilidades que permitem a expansão das capacidades. Inversamente,

³“Capacidade humana” (SEN, 1996) faz referência aos recursos de que dispõem as pessoas não só para melhorar ou atuar em suas vidas, como também para promover o desenvolvimento econômico e social e gerar mudança social.

⁴Índice que recolhe informação sobre saúde, educação e renda, consideradas como elementos fundamentais da qualidade de vida de uma população.

limitações na saúde e na educação seriam obstáculos à plena realização das potencialidades humanas (PNUD, 1990, em Minayo, 2000). Aqui reside a importância de nosso objeto, já que o tempo disponível e a boa saúde constituem capacidades que se encontram na base da expansão da potencialidade dos indivíduos.

Seguindo a Bydlowsky, Westphal e Bicudo (2004), consideramos que os indivíduos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente para atingir o completo estado de bem-estar (físico, social e mental) que definem como saúde. Sendo assim, uma tarefa primordial da promoção da saúde deve ser eliminar as barreiras que impedem que grande parte da população viva em condições em que não pode desenvolver integralmente sua qualidade de vida. Existem práticas próprias de determinadas aculturações do ser humano, que podem estar mais ou menos presentes nas populações que vivem em diferentes territórios e que também podem dificultar mudanças em suas formas de pensar e agir. Por exemplo, a naturalização da questão dominação-submissão. As pessoas acabam acostumando-se ou conformando-se com as desigualdades, sentindo-as como naturais ou normais e dificultando sua transformação. A norma social segundo a qual a mulher é a pessoa encarregada do cuidado, que é uma norma cultural compartilhada pelos países de origem latina, cria, como dissemos mais acima, uma barreira para o desenvolvimento da saúde integral da mulher, seja pela falta de tempo, seja pelo cansaço ou estresse provocado pelas longas jornadas de trabalho, provocando a redução do tempo do cuidado de si, o que constitui um fator preventivo para sua saúde e para sua felicidade.

Este *cuidar de si*, na perspectiva foucaultiana, significa um estado de atenção à própria vida. Nesta prática, ao mesmo tempo pessoal e social (pois contempla, também, a comunicação com outrem e a possibilidade de um jogo de trocas e de um sistema de obrigações recíprocas), o conhecimento de si ocupa um lugar proeminente. Uma série de práticas foi recomendada para avançar no conhecimento de si mesmo (como os “procedimentos de provação”, o exame de consciência, necessidade de um trabalho de pensamento). A tarefa de se pôr à prova, de se examinar, de se controlar numa série de exercícios bem definidos, coloca a questão da verdade – da verdade do que se é, do que se faz e do que se é capaz de fazer – no cerne da constituição do sujeito moral. E, finalmente, o ponto de chegada dessa elaboração é ainda e sempre definido pela soberania do indivíduo sobre si mesmo; mas essa soberania amplia-se numa experiência

em que a relação consigo assume a forma não somente de uma dominação, mas de um gozo sem desejo e sem perturbação (Foucault, 1984, p. 72). Esta concepção de cuidar de si é muito relevante para a saúde, pois o bem-estar pessoal pode ser lido como uma questão central para viver uma vida com qualidade. Porém, esse exame que exige o cuidado de si precisa de tempo e energia. Neste ponto vemos que o trabalho é o principal organizador dos tempos das pessoas, podendo converter-se em fonte de mal-estar, especialmente quando o trabalho é alienado e as pessoas passam grande parte de seu tempo dedicando-se a outras coisas que não a um trabalho próprio (que redundaria no enriquecimento de si). O trabalho alheio, organizador da vida, não seria considerado tempo “seu”⁵, mas sim um tempo no qual “a pessoa não mais se reconhece, não lhe pertencendo esse tempo porque não mais pertence a ele” (Schraiber, 1993, p. 127). Poderíamos dizer que o tempo de cuidado de si seria um tempo em que o indivíduo é sujeito, um tempo que pertence ao sujeito, portanto, um tempo que repercute positivamente na própria qualidade de vida.

Este estudo dá continuidade ao meu projeto final de mestrado, no qual realizei uma delimitação das perspectivas teóricas sobre o Imaginário e a Teoria das Representações Sociais, sob a orientação do Professor Francisco Javier Serrano Blasco, junto ao curso de Pós-graduação em Psicologia, na Universidade de Barcelona. Pretendo agora aprofundar essa delimitação na questão concreta que ora foi desenhada para o doutorado: os referenciais imaginários e as representações sociais de gênero em torno ao cuidado de si, maternidade, distribuição dos tempos e feminismo para a mulher com filhos. O Professor Francisco Javier Serrano Blasco, especialista em identidade e comparação cultural, disponibilizou-se para auxiliar o presente trabalho tendo em conta a relação com os temas já abordados anteriormente.

A seguir apresentaremos o estudo produzido no que diz respeito ao referencial teórico que nos situará e permitirá interpretar os dados produzidos empiricamente. Em um primeiro capítulo, consideraremos o imaginário social e as representações, conceitos que permitem, na interpretação hermenêutica, nossa fusão de horizontes com os relatos das mulheres, em termos de suas percepções e representações acerca das questões

⁵Isto é, o “momento em que, com toda força, se apresenta sua utopia, seu ideal: o projeto que concebe e acredita poder realizar totalmente” (SCHRAIBER, 1993, p.127). Trata-se, pois, de um tempo em que o indivíduo é sujeito pleno.

centrais levantadas neste estudo. O segundo capítulo busca, por meio de uma breve recuperação da história dos movimentos feministas no Brasil e na Espanha, elementos conceituais de gênero e práticos das lutas contra as desigualdades de gênero que possam contextualizar os relatos empiricamente produzidos nessa perspectiva histórica, referência central também à interpretação hermenêutica.

Capítulo Um. Representações sociais, imaginário e identidade feminina.

O papel tradicional da mulher está conformado por condutas prescritas socioculturalmente, entre elas, a responsabilidade por cuidar do espaço doméstico e privado. O questionamento, crítica ou modificação desse tipo de condutas esperadas não sempre é fácil, pois a sociedade exerce uma pressão para a preservação do que existe, de sua normatividade, e as pessoas incorporam e levam com elas esse mandato, mas existe, sim, questionamento.

O processo de formação da própria identidade deve ser entendido em contínua interação com o processo de desenvolvimento do organismo e com o processo social mediador entre o ambiente e o ser humano, no qual a linguagem desempenha um papel essencial (conferindo significado aos objetos e permitindo que a realidade seja apreendida de forma ordenada e pré-existente).

Como as pessoas interiorizam essas normas? Como surge o questionamento? Refletiremos sobre duas perspectivas principais acerca dos mecanismos envolvidos na construção significativa do mundo, a Teoria das Representações Sociais e o Marco teórico do Imaginário, para, depois, passar a analisar o movimento feminista, sua evolução e vertentes. Isto é, realizaremos uma aproximação à construção da identidade das mulheres feministas através das representações sociais e do imaginário.

Teoria das Representações Sociais

A noção de representação social foi apresentada por Moscovici, que lhe atribui o papel mais importante na explicação da união e atuação grupal (Moscovici, 2001). Tratar-se-ia de um conceito fundamentalmente dinâmico, já que procede da análise de observações, de empréstimos de noções e de linguagens das ciências ou das filosofias e da extração de conclusões.

As representações sociais seriam tanto uma teoria quanto um fenômeno. Constituem uma teoria na medida em que, de um lado, explicam a forma em que o conhecimento social é produzido e transformado e, de outro, permitem a interação social. São um fenômeno por se referirem a uma série de regularidades empíricas – incluídas as ideias, os valores e as práticas de comunidades humanas – acerca de objetos sociais específicos, assim como ao processo comunicativo e social que produz e

reproduz ditas regularidades (Jovchelovitch, 2007). Por isso, as representações sociais conectam-se, de um lado, com a experiência prática dos indivíduos e, de outro, com a substância simbólica que participa da representação da realidade (Moscovici, 1976). Esta função simbólica das representações sociais oferece a possibilidade de uma construção de conhecimento sobre o social do ponto de vista pessoal na medida em que o social foi, de algum modo, introjetado pelos marcos referenciais já dados culturalmente. Funcionam, pois, como um conhecimento coletivo que serve à interpretação e à construção da realidade no plano individual. Através da ação e do uso de símbolos, a criança constrói progressivamente as representações como uma estrutura psíquica mediadora entre o sujeito, o outro e o objeto (Jovchelovitch, 2007). Para se situar nessa posição mediadora, elas estariam formadas por três dimensões (Castrechini, 2008): 1) Informação, que consiste na organização do conhecimento que possui um grupo sobre um determinado objeto social; 2) Campo de representação, refere-se ao conteúdo concreto e limitado das proposições; 3) Atitude, que é a orientação geral sobre o objeto de representação.

A representação do mundo que daí resulta institucionaliza-se, o que confere a força de imposição às representações. Isto é, as novas gerações encontram um ambiente simbólico organizado em tradições culturais e marcos institucionais que, mesmo lhes precedendo e assim conduzindo a determinados comportamentos práticos, estão sempre abertos a novos trabalhos representacionais que possam acontecer (Howarth, 2006). É desta forma que as representações sociais nos constroem, além de serem por nós construídas, como um mecanismo que estrutura e dá sentido à realidade. Elas têm, assim, duas faces: uma está relacionada com o papel da sociedade e o seu poder construtivo sobre os indivíduos, sendo este o seu aspecto “geral”. A outra face está relacionada com a expressão da representação no plano individual, fazendo referência a aspetos “particulares”. Para a teórica Ángela Castrechini (2008), a estrutura interna das representações recolhe esses dois aspectos assinalados. Está formada por um núcleo central, que está unido e determinado por condições históricas, sociológicas e ideológicas e, por isso, encontra-se fortemente marcado pela memória coletiva do grupo e o seu sistema de normas, é estável e resistente à mudança. O outro aspecto de sua estrutura são os elementos periféricos, sensíveis à transformação.

O modo de proceder é desenhado através de dois mecanismos:

- Objetivação: consiste na concretização do pensamento social para torná-lo eficaz na vida cotidiana e, desse modo, facilitar a comunicação (Jodelet, 1991, citada em Castrechini, 2008).

- Ancoragem: assegura a incorporação da representação no entorno social constituído, unindo a representação e seu objeto em uma rede de significações, resolvendo assim a novidade e conferindo ao saber um valor funcional para a interpretação e a gestão do entorno.

O trabalho das representações sociais é criativo, porque exige diálogo, debate e, às vezes, resistência na construção ideológica da realidade (Howarth, 2006); e é histórico porque são produzidas em contextos derivados de processos sucessivos (Da Silva Carvalho e Arruda, 2008). Elas constituiriam o conhecimento tácito e inconsciente de nosso “*fundo de inteligibilidade*”, que abastece de um entendimento direto e imediato sobre como funciona o mundo (Daanen, 2009), e permitiriam o desenvolvimento na vida cotidiana sem interações problemáticas com o mundo. Assim, as representações sociais serviriam a duas principais funções gerais: à gestão da novidade para que não seja ameaçadora – o que permite nos deparar ante novas situações com um esquema prévio que oferece segurança, e à regulação da conduta dos indivíduos.

Por isso, o trabalho de mudar as representações sociais sobre determinado objeto exigiria uma postura de distanciamento do que está posto na sociedade para questioná-lo, porque há muitos mecanismos orientados a manter a realidade tal como é conhecida. Neste sentido, elas protegeriam uma normatividade social, a força do costume, que protege uma interpretação predeterminada da realidade e uma conduta apropriada para cada contexto e situação. Esperamos, neste ponto, que a análise das representações sociais do grupo de interesse arroje informação sobre a identidade das mulheres, como se situam em relação ao feminismo e como o entendem. Da mesma maneira, queremos indagar por meio das representações sociais as ideias que elas têm a respeito do significado de se cuidar e da saúde.

Marco Teórico do Imaginário

As aproximações mais inovadoras à teoria do imaginário conduzem à identificação de constelações coerentes que revelam a capacidade de auto-organização

nas ideias, afetos e ações dos agentes que os veiculam. As contribuições de Bachelard, Durand, Ricoeur e Corbin (citados em Wunenburger, 2003) permitiram disseminar os fundamentos de uma nova teoria da imaginação e do imaginário, que podem ser considerados aquisições sólidas: (a) o imaginário obedece a uma “lógica” e organiza-se em estruturas a partir das quais é possível formular leis, mas não está, necessariamente, ligado a associações de representações de origem empírica; (b) o imaginário é resultado de uma imaginação transcendental, que é em grande parte independente dos conteúdos da percepção empírica; (c) as obras da imaginação produzem representações simbólicas nas quais o sentido figurado original ativa pensamentos abertos e complexos; (d) o imaginário é inseparável das obras que servem a cada consciência para construir o sentido de suas vidas, de suas ações e de suas experiências de pensamento; (e) apresenta-se como uma esfera de representações e de afetos profundamente ambivalente: pode ser tanto fonte de erros e de ilusões como forma de revelação de uma verdade metafísica.

Diferentes ramos de conhecimento têm se aproximado do marco teórico do imaginário para explicar as origens profundas da identidade, do auto-conhecimento, da construção social do indivíduo ou da mudança social. Assim, a psicologia, a filosofia, a antropologia, a sociologia têm contribuído substancialmente para enriquecer e iluminar as diferentes contribuições da teoria do imaginário para a compreensão da construção dos significados que preenchem a vida. Para o objetivo que nos interessa, vamos centrar-nos nos aportes provenientes da antropologia, da filosofia e da sociologia.

O antropólogo francês Gilbert Durand (1982) descreve o imaginário como intermediário entre o mundo subjetivo e o ambiente e, assim, dirigido por um lado para as estruturas elementares, mais gerais e, por outro, para expressões singulares. Deste modo, desenha um objetivo duplo: de uma parte, reconstrói a unidade e coerência dos imaginários culturais, unindo-os com estruturas universais simbólicas e míticas e, de outra, destaca as variações geográficas e históricas das imagens. O contexto histórico-social é o que marca o conteúdo imaginário.

O teórico usa a expressão “pressão histórica” para designar a “presión sucesal de las ideologías de un momento de una civilización” (Durand, 1982, p. 365), referindo-se à mesma como “pedagogia”. O sentido desta pressão pedagógica é negativo: as imagens secretamente projetadas em uma determinada geração serão os modelos de imaginação

na geração posterior. Assim, um “dia” do devir⁶ imaginário seriam aproximadamente duas gerações de trinta e seis anos cada uma, uma diurna e idealista, e outra noturna e realista – por isso o teórico francês considera a existência de dois Regimes do simbolismo: um diurno e outro noturno (Durand, 1982, p. 368). Esta pressão pedagógica opera através de dois mecanismos antagônicos da motivação das constelações simbólicas: um opressivo, que sobre-determina ao máximo as imagens e os símbolos de moda; outro que suscita os símbolos contrários, dado o mecanismo psicológico da rejeição e da liberação devido ao conflito geracional. Um sistema imaginário sociocultural nunca está isolado, mas se destaca sempre sobre um conjunto mais amplo e contém conjuntos mais restringidos.

Em estudo sobre o imaginário realizado por Durand, Prat i Serra e Valencia i Lucas (2000) explicam a formação da “bacia semântica” (2000, p. 123) do imaginário de uma sociedade. Esta bacia representa o fluxo semântico que acarreta este processo de instituição de um imaginário social. Esta se desenvolve em seis fases: 1ª-fase de gotejamento⁷: pequenas correntes díspares que aparecem em um imaginário institucionalizado; 2º- repartição das águas: quando se reúnem algumas flutuações, surge uma oposição contra os estados imaginários precedentes e as outras flutuações presentes; 3º- confluências: sustentação desta corrente emergente pelo reconhecimento institucional; 4º- nome do rio: quando uma personagem tipifica a bacia semântica inteira; 5º- acondicionamento das margens: consiste na consolidação teórica deste fluxo imaginário; 6º- fase dos deltas e meandros: quando as correntes que anunciam novas mudanças começam a penetrar na atual corrente mitogênica, ao alcançar esta uma saturação limite. A progressão das fases não precisa ser sequencial e só pretendem explicar de forma clarificadora como se produz o processo de instauração de um imaginário social. Como veremos no desenvolvimento do movimento feminista, os diferentes momentos podem se seguir de modo desordenado sem que isso dificulte a instauração de um novo imaginário.

A filosofia também oferece grandes estudos teóricos que analisam o imaginário não só como instituição de valores e normas, mas como mudança social e criação de utopias, como veremos a seguir.

⁶ No original: “devenir” (DURAND, 1982, p. 368)

⁷ Tradução própria. No original: “fase de chorro”

Wunenburger (2003) considera que o imaginário está conformado por uma parte representativa e verbalizada e por outra afetiva. Segundo o filósofo, o imaginário se forma quando um conjunto de imagens e relatos forma uma totalidade coerente a partir de todos os segmentos da experiência humana, dos ritos e das crenças. Por isso, os imaginários englobariam dimensões linguísticas e experiências visuais, criando uma espécie de textura verbal icônica em que cada parte atua reforçando outra (Wunenburger, 2003). A cultura é o âmbito específico do imaginário, já que inclui fenômenos que vão além do estritamente instrumental, alcançando o âmbito poético (Castoriadis, 1999). Castoriadis afirma que as significações imaginárias sociais são uma rede de sentidos que dão coesão interna à sociedade e que formam o imaginário social instituído. O indivíduo seria o portador efetivo das instituições de uma sociedade e, em princípio, é obrigado “por construção” a mantê-las e reproduzi-las. Isto se deve a que a socialização do indivíduo é realizada numa sociedade heterônoma, que educa os indivíduos de forma a que são completamente absorvidos pela instituição da sociedade, quer dizer, seu funcionamento está governado por regras e princípios que são dados de uma vez. Isto é denominado por Castoriadis de “clausura de significação” de uma sociedade (1999, p. 184). Por isso, o que conhecemos está fortemente condicionado pelo que somos, enquanto indivíduos sociais educados e fabricados pela sociedade concreta em que vivemos. O objetivo desta clausura de significação é a continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição das mesmas formas. Estas permanecem até que uma mudança histórica lenta, ou uma nova criação massiva, as modifica ou as substitui radicalmente por outras. Estes dois movimentos que aparecem nas sociedades (de criação e de preservação) constituem pulsações sociais para a criação de novas normas, o que favorece uma criação positiva, e para a conservação do que já existe, movimento produtor de apatia nos indivíduos.

O filósofo polonês Bronislaw Baczko (1984) traz-nos a construção do imaginário para o controle e exercício de poder. Com o termo de imaginário social, denomina as representações sociais e ideias-imagens que as sociedades elaboraram ao longo da história com materiais extraídos a partir do fundo simbólico, e que lhe proporcionam identidade, assinalam suas divisões, legitimam o poder e criam modelos formadores para seus membros. Deste modo, é produzida uma representação totalizadora da sociedade como uma “ordem” onde cada elemento encontra seu lugar, sua identidade e sua razão de ser. Para que esta “ordem” criada funcione, elaboram-se

meios para sua proteção e difusão, assim como para sua transmissão de uma geração a outra (Baczko, 1984). Outra função do imaginário social apresentada pelo sociólogo é a organização do tempo coletivo no plano simbólico, os imaginários sociais operam com força na produção de visões do porvir, como nas utopias, que acolhem e estruturam os sonos e desejos coletivos, conjurando outra sociedade possível.

O olhar sociológico sobre o imaginário vem da mão de Guy Bajoit (2008). Ele aponta que, para o indivíduo orientar suas condutas - não ficar preso aos condicionamentos genéticos e nem às expectativas dos outros -, este precisa de uma capacidade reflexiva para analisar e interpretar o mundo. Por isso, para se submeter às coações sociais, precisa encontrar-lhes sentido: não podem lhe parecer absurdas e nem arbitrárias, mas devem ser orientadas significativamente para ele. Este lugar tão importante de sentido na vida social dos seres humanos permite compreender por que as pessoas recorrem às referências culturais para justificar suas condutas perante si e os outros.

O fato de precisar encontrar sentido na vida social permite compreender por que toda sociedade produz um discurso, um relato⁸, que explica a seus membros o sentido de sua vida em sociedade, isto é, o sentido das soluções adotadas para resolver os problemas vitais da vida em comum e, em consequência, o sentido das coações sociais às quais o indivíduo está submetido (Bajoit, 2008). Por isso, as pessoas baseiam-se nos próprios modelos culturais para legitimar e dar sentido as suas condutas. Tais modelos são o “conjunto de los principios últimos de sentido, invocados por una comunidad humana para fundar la legitimidad de las conductas esperadas de sus miembros en la vida común” (Bajoit, 2008, p. 88).

Assim, todo grupo humano dispõe de um modelo cultural que acolhe uma reserva de sentido, que reúne o conjunto de referências culturais, conscientes ou não, que seus membros inventaram ou adquiriram no curso de sua história, que ainda estão disponíveis na memória coletiva e que podem ser utilizadas para justificar suas ações hoje em dia e orientar sua socialização (Bajoit, 2008, p.93). Esta reserva de sentido está estruturada em vários níveis de profundidade (mito, modelos culturais, ideologias, utopias, prescrições normativas, valores, interesses, tradições e os afetos) e não são

⁸Esse *relato* pode adotar muitas formas: histórias contadas ao longo de gerações, e também, principalmente nas sociedades contemporâneas, adotam a forma de um discurso (ideologias e utopias).

estáticos, mas mudam no tempo e entre sociedades. Em períodos de mudança cultural, quando muda a ideia que os seres humanos têm da “vida boa”, os humanos inventariam outros princípios de sentido. Estes modelos têm uma história: aparecem, desenvolvem-se, generalizam-se mais ou menos, coexistem com outros e depois perdem pouco a pouco seu poder de legitimação, debilitam-se, desaparecem e juntam-se com os mitos no húmus cultural da coletividade (Bajoit, 2008, p.95). Neste ponto, é notória a correspondência entre o modelo cultural de Bajoit e a “bacia semântica” proposta por Durand et al. Em vista disso, o modelo cultural concreto de uma coletividade não está, portanto, necessariamente estruturado ao redor de só um tipo ideal, mas também da articulação de vários deles.

O panorama feito das contribuições dos teóricos do imaginário assinalados iluminam três grandes funções do imaginário (Wunenburger, 2003): 1) perspectiva estético – lúdica: o imaginário abre a porta às atividades desinteressadas, das quais a brincadeira, a diversão e as artes são os exemplos mais universais; 2) perspectiva cognitiva: o imaginário aparece como uma via que permite pensar além dos limites do saber, disponibiliza técnicas de pensamento simbólico e analógico; 3) perspectiva instituinte prática: o imaginário realiza-se nas ações, dando-lhes fundamentos, motivos e finalidade. É o que incita o ser humano a seguir as regras sociais.

Do acima exposto em nossas considerações sobre as representações sociais e o imaginário, podemos concluir que as primeiras fazem parte do imaginário, que é a esfera dos símbolos e da criação dos referentes ou referenciais gerais de aproximação da realidade vivida pelo pensamento. O imaginário é, pois, de domínio mais amplo, mais genérico e, em certa medida mais permanente relativamente às representações sociais. Assim, basear-nos-emos, a partir de agora, nos ramos de conhecimento apontados no estudo do imaginário para percorrer o desenvolvimento do movimento feminista de forma geral e a nível global, assinalando as principais correntes do mesmo, ao apontarem a criação do referente ‘Gênero’, como um construto social que historicamente interpretou as identidades e atribuições femininas e masculinas como uma desigualdade de valor, sendo a desconstrução dessa tradição referencial a forma crítica adotada pelo feminismo na identificação do referente instituído. A partir tanto da identificação dessa tradição histórica quanto de sua crítica, vamos explorar as

representações sociais tal como se apresentam nos depoimentos concretos das mulheres entrevistadas.

Uma proposta acerca do *devoir* do movimento feminista

O movimento feminista nasce como movimento contracultural na Revolução Francesa. No entanto, antes dessa data já havia manifestações de mulheres inconformadas com o seu destino e que questionavam o papel do homem na sociedade (como a *Querelle de femmes* ou o *Preciosismo*). A Revolução Francesa sentou as bases para o feminismo, pois este representava a radicalização de suas premissas: todos os homens nascem livres e iguais e, portanto, com os mesmos direitos (Garcia, 2015). Trata-se da primeira onda do feminismo, que reivindica igualdade de direitos, dando especial ênfase ao acesso à educação. A segunda onda do feminismo é representada pelo movimento sufragista, cuja fundação se situa na Declaração de Sêneca Falls (EUA), em 1848. O movimento sufragista foi um movimento de agitação internacional, que teve início nos Estados Unidos e se expandiu rapidamente pelas primeiras sociedades industriais, Grã Bretanha e França. Tinha dois objetivos principais: o direito ao voto e os direitos educativos. Depois de três gerações de militantes empenhadas nesse projeto, foram adquiridos esses dois direitos 80 anos depois. Muitos países europeus foram muito resistentes à aceitação do voto feminino, o que fica patente pelas tardias datas em que foi conseguido - muitos não estabeleceram o sufrágio feminino até finais da década de 1940 (Nash, 2012, p. 120). Assim, nas democracias surgidas depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi obtido, pela primeira vez, o sufrágio universal e foram assegurados os direitos educativos a toda a população (Valcárcel, 2001, p. 53), o que significava o começo de uma nova época para as mulheres, resultante das conquistas sufragistas. A terceira onda é representada pela obra de Simone de Beauvoir *O segundo sexo* (1949). A partir deste momento, o feminismo não se dedicará apenas à reivindicação, mas indagará todas as ciências e disciplinas da cultura e do conhecimento. Até a terceira onda do feminismo, as reivindicações das mulheres não tinham sido escutadas pela sociedade e, a cada conquista, seguia a supressão das mesmas. A partir da terceira onda, o movimento feminista começa a incorporar mais adesões e, mesmo com as tentativas de abafá-lo, ele segue um desenvolvimento próprio, passando por diferentes identidades femininas e feministas.

Apoiando-nos em Bajoit (2008) e em Durand (1982), poderíamos compreender como mudam tanto o imaginário social sobre a mulher como a construção da mulher que realiza o feminismo. Em determinado momento a representação vigente sobre a mulher não se corresponde mais com as necessidades sociais e começam a produzir-se "relatos" diferentes e mais conformes a ela, com a nova situação que a mulher quer viver. São criadas novas normas que se adaptam à nova realidade e, ao mesmo tempo, desenham a nova mulher. Porém, na história do movimento feminista é patente como, depois de cada conquista dos movimentos das mulheres, a sociedade responde com ações para restituir o lugar que socialmente lhes é adscrito. Portanto, o papel tradicional da mulher é questionado e mudado a partir do movimento feminista, que surgiria como um movimento contracultural, mas que posteriormente se institucionalizaria e instituiria diferentes papéis normativos da mulher: trabalhadora, conciliadora, intuitiva, amorosa, rompedora... atribuições que, na maioria das vezes, são adicionadas às anteriores, o que cria uma sobrecarga na mulher.

Nos anos 1950, as mulheres com direito ao voto e oportunidades educativas deviam ser reconduzidas ao lar, depois de terem trabalhado socialmente durante a guerra, quando foi preciso ocupar o lugar dos homens nos empregos. Pretendeu-se que se reacomodassem à divisão de funções tradicional, o que implicava a renúncia ao exercício efetivo de seus novos direitos. Para isso, pôs-se em prática o conglomerado de ações, que recebe o nome de "mística da feminidade": de um lado os governos e, de outro, os meios de comunicação de massas comprometeram-se em uma manobra para atingir um duplo objetivo: afastar às mulheres dos empregos obtidos durante o período bélico, trazendo-as de volta para o lar, e diversificar a produção fabril (criação de tecnologias que facilitariam as tarefas domésticas) (Valcárcel, 2001). Esta manobra pretendia conduzir as mulheres ao lar, persuadindo-as de ser este seu lugar, um lugar confortável e atraente, oferecendo modelos femininos por meio da publicidade e implantando uma cultura de consumo que seria vendida como a solução para todos os problemas. Imediatamente antes da emergência desta manobra publicitária, foi publicado *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, que não causou qualquer efeito na sociedade no momento da publicação por coincidir com a emergência da "mística da feminidade". A filósofa e sua obra dariam o 'nome ao rio' (quarta fase da "bacia semântica" de Durand) que formará a terceira onda do feminismo ou feminismo culturalista. Os anos 1970 e 1980, que abrigaram a terceira onda do feminismo,

significaram o fim da mística da feminidade e abriram a porta para uma série de mudanças nos valores e nas formas de vida que ainda continuam se reproduzindo, poderiam corresponder à segunda fase da “bacia semântica” de Durand: repartição das águas. Segundo a historiadora Mary Nash, em finais dos anos 1960, as mulheres teriam conseguido seus direitos e o reconhecimento da cidadania na maior parte dos países do mundo⁹ (Nash, 2012, p. 172). No entanto, era preciso também alterar os âmbitos normativos não legais e não explícitos. As feministas dos anos 1970 denominaram “patriarcado” ao sistema sócio-moral e político que mantém e perpetua a hierarquia masculina (Valcárcel, 2001). “Abolição do patriarcado” e “o pessoal é político” foram os dois grandes lemas. Os novos dados e subsídios da psicanálise, da antropologia cultural, da sociologia e, enfim, do conglomerado da cultura política e científica estabelecida permitiram a consolidação teórica da corrente e uma análise e compreensão da situação da mulher que, até aquela data, havia sido de impossível realização (quinta fase do esquema de Durand: condicionamento das margens). De fora, o movimento era contemplado como uma contestação radical e, em ocasiões, incompreensível, tanto pelo tipo de demandas como pelo modo de apresentá-las. Por isso, o feminismo desta época era um movimento contracultural, no sentido em que rompia as margens da cultura imperante e a sociedade opunha resistência ao desenvolvimento deste processo com um discurso instituído, que é o “discurso competente” (Chauí, 1978, p. 19) – aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem e porque é proferido de um lugar hierárquico que está autorizado a falar (Chauí, 1978).

Na década dos anos setenta do século XX, os grupos de feministas formavam-se por filia, isto é, afinidade militante e amistosa, e funcionavam precisamente por essa amizade ética e politicamente dirigida. Já nos anos oitenta do mesmo século, o feminismo começou a se institucionalizar: em todos os países ocidentais criaram-se organismos específicos para a condição feminina (Terceira fase do modelo de Durand: confluências)

Por outro lado, a crise econômica que se seguiu à do petróleo de 1973 foi propícia para o surgimento de uma ideologia que tinha sido esquecida nas últimas

⁹ Não é o caso do Brasil, cujo principal trabalho legislativo teria sido realizado só depois da constituição de 1980. Na Espanha, com a Constituição de 1931 e, depois da ditadura franquista, com a constituição de 1978

décadas, com o auge do feminismo dos anos 1970 e 1980: o naturalismo (fase dos deltas e meandros, última da bacia semântica e precursora de um novo imaginário a instituir). Uma nova geração de mulheres, que se rebelou contra suas mães feministas, foi a primeira a abraçar o naturalismo (Badinter, 2011). Esta geração de mulheres pensava que, apesar dos esforços e renúncias das feministas da geração anterior, o mundo laboral continuava a ser decepcionante: por não dar o suficiente crédito e reconhecimento à mulher; por não lhe outorgar o lugar social e a independência financeira; e por ser ainda prescrição da mulher ocupar-se dos cuidados no lar. Por isso, começou-se a valorizar a situação de mãe de família e a perseguir a realização pessoal através dos cuidados e a educação dos filhos. Ao mesmo tempo, surgiram discursos provenientes da ciência - da ecologia, das ciências do comportamento e da etologia - que pregariam, cada um a seu modo, uma espécie de “volta à natureza” que reconhecia o papel das leis da natureza e da biologia no ser humano, da “essência” e do “instinto” maternos, os quais impõem deveres cada vez mais sérios em relação à criança (fase de condicionamento das margens do rio pela consolidação teórica da corrente). Com os novos conhecimentos acerca de seu desenvolvimento ao longo dos anos 1980, as crianças são cada vez mais educadas e as tarefas maternas tornam-se cada vez mais ambiciosas, começando, assim, desde a concepção da criança. É uma guerra subterrânea travada por naturalistas e culturalistas e, mais ainda, por aqueles que se dizem “advogados” das crianças e aquelas que se negam a ver as liberdades femininas recuarem (Badinter, 2011, p. 43).

Assim, começa a se conformar outra corrente do feminismo que será bastante predominante. Deste modo, em um decênio (dos anos setenta aos oitenta) a teoria feminista operou uma virada de 180°: virando as costas à abordagem culturalista de Simone de Beauvoir, que preconizava igualdade política e de coeducação em virtude das semelhanças entre homens e mulheres, descobre-se que a feminilidade é não apenas uma essência, mas também uma virtude da qual a maternidade é a base. Uma nova geração de feministas considera a maternidade a experiência crucial da feminilidade a partir da qual se pode construir um mundo mais humano e mais justo. Para isso, é preciso realizar um retorno à “mãe natureza”, insistir nas diferenças psicológicas que geram as dos comportamentos, recuperar o orgulho do papel de nutriz da mulher, do qual dependem o bem-estar e o destino da humanidade. Agora, reivindica-se a diferença identitária e faz-se dela uma arma política e moral (Badinter, 2011). As condutas que

estão associadas a esta corrente são a amamentação, principalmente, e o parto domiciliar, como auge do naturalismo e da confiança no poder feminino.

Deste modo, vai se gerando a “bacia semântica” deste feminismo naturalista. O nome que representa esta corrente (quarta fase do esquema do teórico) é “The Leche League”, que aderiram ao novo movimento feminista maternalista. Esta organização lutava contra a medicalização desmedida da maternidade e defendiam o parto natural e o aleitamento. No essencial, as mulheres da League podem, portanto, reconhecer-se nos princípios da filosofia do *care*/cuidado (Badinter, 2011, p. 100). O *care* é compreendido como “a preocupação fundamental do bem-estar de outrem”, o que seria a consequência crucial da maternidade. Espontaneamente sensíveis às necessidades da criança, as mulheres teriam desenvolvido uma atenção particular à dependência e à vulnerabilidade dos seres humanos. Com isso, elas seriam portadoras de uma moral diferente da dos homens. Carol Gilligan (citada por Badinter, 2011), que também poderia ser outro nome que representa a corrente do feminismo da diferença, opõe a ética feminina do *care* à masculina da justiça, considerando que a particular preocupação das mulheres com os outros é uma forma de moral, em nada inferior à dos homens.

A terceira fase da “bacia semântica” que propõe o antropólogo francês é a fase de confluências, quando há reconhecimento institucional desta corrente. Neste sentido, a União Europeia elaborou duas vezes (em 2004 e 2006) programas para promover e apoiar o aleitamento, tanto no aspecto político quanto financeiro. Tratando sempre de informar ao público, de formar profissionais de saúde e também de avaliá-los e controlá-los (Badinter, 2011, p. 105). Todos os países ocidentais viram o índice de aleitamento aumentar desde os anos 1970. Hoje, a maioria das mulheres amamenta durante a permanência da maternidade. Em contrapartida, a duração do aleitamento, na volta para a casa, varia muito de um país para outro e em razão da condição sociocultural da mãe (Badinter, 2011).

Assim, conforme a filósofa Elisabeth Badinter (2011), a dessacralização dos maridos e crianças feita pelas mulheres feministas dos anos 1970 abre espaço, quarenta anos depois, à ideologia naturalista, que não permite mais esses excessos, especialmente porque a criança não é mais fruto do acaso ou de um “acidente”, mas resultado de uma escolha livremente consentida. O “Primeiro eu” da geração das mães, aos poucos, deu lugar ao “primeiro a criança”, proclamado por suas filhas (Badinter, 2011, p. 133). O

modelo, inacessível a inúmeras mulheres que não podem ficar em casa e indesejável para outras, se impôs. Ainda segundo Elisabeth Badinter (2011), a virada ideológica foi perceptível com a geração das mulheres que fizeram 20 anos em 1990. São estas filhas de mães feministas, militantes ou não, que, depois do reconhecimento das conquistas do feminismo, constataam uma derrota, a do sacrifício não reconhecido - sacrifício para obter independência e, em lugar dela, é assumida a jornada dupla de trabalho, a subestimação profissional e a derrota em todas as frentes. Nessa crítica, o rótulo de “feminista” é rejeitado por se identificar com ele mulheres histéricas, agressivas e que odeiam homens – são, portanto, assumidos os estereótipos machistas. Mas, por detrás desta rejeição do feminismo, Elisabeth Badinter encontra outra crítica

mais íntima em relação às mães: (...) você sacrificou tudo pela independência, inclusive a mim. Você não me deu bastante amor, bastante cuidado, bastante tempo. Injusto ou não, a condenação das mães pelas filhas é uma constante que a psicanálise conhece bem (Badinter, 2011, p. 135).

A hispanista inglesa Geraldine Scanlon (2007) também explica esta virada nas preocupações e estratégias do movimento feminista nas últimas duas décadas. A ênfase na igualdade entre os sexos deu lugar a um interesse na exploração das qualidades específicas da mulher, à revalorização de seu papel tradicional e à ênfase nas forças que desenvolveu em sua cultura subordinada (Bassnett, 1986 e Carter, 1988, citados por Scanlon, 2007, p. 244). Assim, ela também observa esse “retorno ao lar” promovido pelo “feminismo da diferença”. Simultaneamente, há maior destaque na teoria feminista da diversidade étnica, racial, sexual e de classe, isto é, das diferenças entre as mulheres.

A virada, realizada em período de crise econômica, foi acelerada pelo desemprego em massa que experimentavam todos os países ocidentais. Desta forma, este feminismo naturalista, corrente que se tornou hegemônica, se opõe à ideia de que a mulher pode ser boa profissional e boa mãe e é bem visto dizer que se privilegiam as crianças e o tempo prolongado da maternidade, o que produz um aumento crescente do trabalho feminino em tempo parcial. Ao lado de todas as que se submetem a esta condição, obrigadas por seus empregadores, um número cada vez maior de mães, menos desfavorecidas, faz essa escolha para atender o critério de boa mãe (Badinter, 2011).

Como se pode verificar e segundo diversas especialistas (Scanlon, 2007; Badinter, 2011), os momentos históricos em que primam ideologias conservadoras

favorecem uma imagem da mulher que privilegia e incita à “volta ao lar”. Assim, o clima de expansão econômica e política radical em que nasceu a segunda onda do feminismo abriu espaço a um clima de recessão econômica e política conservadora que minou a base material necessária para atingir a igualdade. Nos Estados Unidos e na Grã Bretanha, a subida ao poder da Nova Direita acarreta uma política dirigida à restauração da família tradicional e à dedução do erário público, introduzindo medidas para transferir a responsabilidade dos serviços sociais – no cuidado de crianças, idosos, doentes, etc. – do governo para a família, isto é, para as mulheres.

Voltando ao esquema de Durand acerca da sucessão de imaginários contrários, o feminismo dos anos 1970, que lutava intensamente pela ocupação pela mulher do espaço público, seria o dia – na tese de Durand, um dia do devir imaginário está ligado a uma geração idealista - e as filhas destas feministas seriam a noite – relacionada com o realismo e a negação das projeções da anterior geração. Estas duas correntes seriam as mais “sobredeterminadas”, mas, simultaneamente, existem outras práticas do feminismo. A etapa de rápida mudança social atual, fomentada pela globalização, as redes internacionais, internet..., agiliza a mudança de imaginário, razão pela qual tal mudança, em vez de acontecer a cada 36 anos, como previsto por Durand, se produziria mais rapidamente.

A mulher na contemporaneidade: apontamentos sobre identidade feminina nas sociedades ocidentais

De acordo com Bajoit (2008), as sociedades ocidentais contemporâneas estão passando por uma mutação cultural há três décadas. Estaríamos transitando de um modelo cultural de tipo técnico¹⁰ (etapa racionalista, característico das sociedades industriais) a um modelo cultural de tipo identitário¹¹ (etapa subjetivista, característico das sociedades pós-industriais, fundamentado nos princípios de identidade e de auto-realização individual). Trata-se de uma mudança muito profunda, que afeta as raízes das

¹⁰ Modelo que se instaurou progressivamente desde o Renascimento a partir da Inglaterra. Depois se expandiu e desde o começo do século XX se impôs no mundo inteiro. As sociedades industriais valoram principalmente o *bem-estar material* de seus membros/integrantes. O dever que cumpre o indivíduo a serviço do coletivo, em exercício de seus múltiplos papéis sociais, é o princípio que enche de sentido essas condutas na vida cotidiana: o dever dos maridos, das esposas, das mães, dos pais, dos filhos, dos trabalhadores, dos cidadãos, dos soldados, dos funcionários, dos dirigentes... (BAJOIT, 2008, p. 104-106).

¹¹ O autor prefere falar de *hipótese* sobre a mutação cultural, porque seria ainda difícil identificar com precisão os novos princípios últimos de sentido que estão se impondo (BAJOIT, 2008, p. 107).

representações do mundo e, por isso, de nossos valores, de nossa maneira de resolver os problemas da vida comum e de conceber a “vida boa” (Bajoit, 2008, p.102). Os princípios de sentido do modelo cultural industrial, mesmo não tendo desaparecido, não são mais os únicos e, por isso, não são nem evidentes nem últimos, pois coexistem com as novas identidades coletivas que implicam o reconhecimento dos direitos dos indivíduos: direito à qualidade de vida, à autonomia, à plenitude pessoal, aos recursos que assegurem igualdade de oportunidades (Bajoit, 2008). Tania Salem denomina *individualismo psicologizante-libertário* (Salem, 1991, p. 62) a essa nova identidade, representativa dos anos 60/70. Segundo a autora, as características próprias desse ideário são: 1) o questionamento radical a todas as formas de poder e a todas as autoridades constituídas, de um lado, e uma forte valorização da sociabilidade, de outro; 2) o indivíduo só é submetido ao regime da *liberação* (Salem, 1991, p. 67), do qual são expoentes valores como a “espontaneidade”, o “natural”, os “instintos vitais”, a “antinormatividade” e a “desrepressão”, que sublinham a obediência do sujeito aos próprios desejos; 3) a igualdade é condição para a liberação, havendo compatibilidade entre igualdade e distinção, pois o primeiro se refere ao formal ou “externo” e o segundo ao subjetivo ou “interno”. Assim, em conformidade com o que expõe Bajoit, instituem-se identidades auto-referidas no lugar de identidades relacionais. O sujeito é percebido, e se percebe como um ser individual inteligível em seus próprios termos. Desta forma, um atributo peculiar deste sujeito moderno seria sua representação enquanto ser psicológico, isto é, dotado de uma realidade interna regida por leis próprias e irreduzíveis (Salem, 1991). O termo “individualismo” expressaria essa representação da pessoa que se institui na modernidade.

Essas identidades ascendentes corresponderiam às dos consumidores - de bens tecnológicos, de alimentos, de saúde física e mental, de educação, de informação, de distração (Bajoit, 2008). São, também, identidades possuidoras de direitos¹² (Bajoit, 2008, p. 154): direito aos meios para seu desenvolvimento pessoal (ao emprego e aos rendimentos), à dignidade humana (ética), a todas as vantagens da segurança social (inserção, afiliação, integração). São, enfim, identidades de cidadãos, respeitados em sua autonomia, no direito a dispor de si mesmos, em suas pertencas culturais e sociais. Para um número cada vez maior de pessoas «ter êxito na vida» significa chegar a ser si

¹² “*Derechohabientes*” no original (BAJOIT, 2008, p. 154). Tradução própria.

mesmo, significa chegar à auto-realização, seguir o próprio caminho. É preciso, para isso, descobrir para o que cada um serve. Assim, o “be yourself” está tornando-se uma norma: sentir-se bem na própria cabeça, no próprio coração, no próprio corpo. Isto explica que certas práticas, como o divórcio, o aborto, a homossexualidade, a eutanásia e o suicídio sejam hoje muito mais aceitas do que antes (Bajoit, 2008, p.123-124). As participantes de nosso estudo nasceram entre 1975 e 1985, razão pela qual consideramos que incorporaram esse imaginário moderno durante a educação e socialização. O próprio feminismo é um expoente deste individualismo.

Como se manifesta esse modelo cultural identitário na geração de mulheres mais jovens? As mudanças sociais e políticas da última década do século XX e começos do século XXI favoreceram a participação massiva das mulheres no sistema educativo, a incorporação ao trabalho remunerado e uma crescente participação na política. Tudo isso propiciou uma transformação das atitudes, trajetórias vitais, formas na busca de identidades próprias e importantes transformações nas relações entre mulheres e homens. Na linha do apontado pelo sociólogo Guy Bajoit e pela antropóloga Tania Salem, nas gerações mais jovens de mulheres destaca-se o desejo de individuação e de autonomia pessoal: há uma constante busca da própria identidade; compreensão da educação como base das mudanças acontecidas na esfera pessoal e profissional; valorização do trabalho não só como um instrumento para a independência econômica, mas como instrumento de definição da identidade; maior preocupação do que os homens por manter e enriquecer as relações afetivas e pessoais – aspiram à construção de um modelo de casal novo em um marco de compreensão e igualdade; e, finalmente, expressam um sentimento contraditório acerca do feminismo - de um lado, reconhecem sua herança e o percebem como um instrumento de mudança, de outro, o compreendem como uma realidade difusa que cada mulher expressa em cada circunstância vivida (Folguera, 2007). Assim, o feminismo, que nasce nesse ideário individualista de reivindicação de igualdade formal entre todas as pessoas, não está vinculado a um grupo ou uma ideologia determinada e se expressa nas diversas facetas de suas vidas, no âmbito profissional ou pessoal. Consideramos, com Pilar Folguera (2007), que o impacto do feminismo no campo da vida privada, na construção da autonomia pessoal e das relações entre homens e mulheres define um marco de luzes e sombras em que as mulheres, depois de vinte cinco anos de militância feminista, questionam algumas conquistas. A nova geração de mulheres, mesmo apresentando comportamentos e

posições que poderiam incluir-se como totalmente dentro dos postulados do feminismo, formalmente não necessariamente se identifica com ele (Folguera, 2007). Além disso, também se observa uma ampliação importante do leque de correntes de pensamento dentro do feminismo contemporâneo, de modo que o feminismo se caracteriza como movimento no interior do qual há disputa entre essas correntes de pensamento e as lutas diversas que delas derivam, o que trataremos melhor mais adiante.

Apesar das mudanças e melhoras na condição da mulher neste contexto formalmente igualitário, continua a haver desigualdades: a mulher permanece mais pobre do que o homem, seus salários são mais baixos, há mais mulheres que trabalham na economia submergida e o chamado “teto de cristal” continua a ser o horizonte laboral insuperável para muitas mulheres. Em grande medida, o projeto de vida das mulheres do modelo cultural identitário centra-se na compatibilização entre a vida profissional e a pessoal e, concretamente, com a criação, que continua a pesar sobre seus ombros.

Bajoit assinala que as identidades de “cidadão-consumidor-possuidor de direitos- usuário” constituem o fio vermelho que liga as numerosas formas dispersas de ação coletiva que vemos surgir em todas as partes em nossas sociedades. Os novos desdobramentos do feminismo na atualidade (radical, da igualdade, da diferença, ecofeminismo, socialista, anarcofeminismo, filosófico, ciberfeminismo, queer) são conformes ao momento de mudança que vivemos, em que se reivindica a expressão de si mesmo e o direito a encontrar um lugar na sociedade, ser respeitado e ter todos os direitos garantidos por aquilo que somos.

A aproximação do sociólogo belga é intencionalmente circular: “a sociedade produz indivíduos que a (re)produzem procurando realizar nela sua identidade. Toda relação entre pessoas implica a um tempo um consenso cultural e uma dominação social, assim como condicionamentos estruturais e capacidade de ação” (Bajoit, 2008, p.278). Esta é a forma de proceder da sociedade ou de uma cultura instituída, mediante as normas que subsumem os indivíduos, que os conformam e simultaneamente lhes proporcionam segurança – por configurar um marco de referência - e com uma margem de ação destes indivíduos para propor mudanças que podem cristalizar-se pouco a pouco.

Capítulo Dois. Feminismo no Brasil e na Espanha.

“O movimento feminista abriu caminho para uma experiência coletiva que mudou a perspectiva de ser mulher, mas também permitiu a cada mulher a indagação sobre si mesma, da qual não é possível prescindir porque diz respeito a relações de poder, ainda que não seja possível sua redução à dimensão política, pela sua singularidade. Aqui reside a tensão estrutural de uma luta social e política, que se articula no plano coletivo e objetivamente dado (com base em Marx), mas também no plano subjetivo e singular (com base em Freud) e se localiza entre a universalidade da condição feminina e a particularidade de suas manifestações” (Sarti, 2001, p.45).

Neste capítulo percorreremos brevemente o desenvolvimento do feminismo nos dois países em que se centra este estudo. Apesar de serem dois contextos muito diferenciados em relação à trajetória histórica, poderemos constatar, mesmo sem focalizarmos unicamente as semelhanças, que o movimento feminista prospera neles tardiamente em relação ao resto do mundo – embora haja manifestações anteriores – a partir de 1975, quando é declarado pela ONU o ano internacional da mulher. Nos dois países o período ditatorial teve uma influência decisiva na contenção do movimento feminista e no favorecimento de dinâmicas próprias.

Feminismo no Brasil

“A evolução do movimento feminista no Brasil só poderá ser plenamente entendida quando for adequadamente situada no contexto da história dos partidos de esquerda e dos dilemas enfrentados pela intelectualidade de esquerda” (Costa, 1988, p. 64)

O desenvolvimento do movimento feminista no Brasil é fortemente definido pela dupla militância de suas integrantes. Esta dupla militância deve-se ao contexto histórico que vive o país quando o movimento começa a ser mais forte. A ditadura militar forçou um movimento que não só lutava contra o patriarcado, mas também contra o regime autoritário.

Século XIX

No século XIX, o papel da mulher ficava preso aos três vetores que definiam sua vida: trabalho doméstico, matrimônio e maternidade. No entanto, já nesse século começaram a surgir algumas vozes reivindicando o acesso à educação da mulher, principal demanda feminista neste período. O processo de industrialização impulsionou o desenvolvimento das cidades, a migração em larga escala, a formação de mão-de-obra assalariada e a ampliação dos meios de transporte e comércio. Todas estas mudanças na economia, na política e na sociedade abriram espaço para novas ideias e a mulher inicia sua participação de uma maneira questionadora de sua condição e do papel que vinha desempenhando. Mesmo sendo muito pequeno o número destas mulheres, já se

registraram as primeiras formulações sobre o papel de submissão imposto às mulheres. Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma das primeiras feministas do Brasil, defendeu a educação e a emancipação da mulher junto à abolição da escravidão e à instauração da República (Almeida Teles, 1993).

Em meados do século XIX surgiram no Brasil diversos jornais editados por mulheres que desempenharam um grande papel para estimular e disseminar as novas ideias a respeito das potencialidades femininas. O mais avançado foi o semanário *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorina da Motta Diniz (Almeida Teles, 1993, p. 34), que defendia a ideia de que a dependência econômica determina a sujeição feminina e uma educação melhor ajudaria as mulheres a elevar seu *status*. O Brasil foi o país da América do Sul onde houve maior empenho do jornalismo feminista.

Primeiras décadas do século XX

O processo de urbanização, acompanhado do surgimento de camadas médias e operárias, criou um caldo de cultura para o aparecimento de novas formas de organização da sociedade, sendo o movimento das mulheres um exemplo das formas que essa organização podia tomar.

Em 1910 um grupo de mulheres, inconformadas com a não aprovação do voto feminino e com a intenção de se tornarem representantes dos interesses das mulheres na esfera política, fundaram o Partido Republicano Feminino, defendendo assim não apenas o voto, mas a emancipação e independência das mulheres. Não teve larga vida este partido e desapareceria nos últimos anos da década de 1910.

Ainda assim, apesar da presença de mulheres no movimento operário, de intelectuais no movimento anarquista e de professoras, a imagem que ainda prevalecia era a da mulher tradicional (mãe e esposa). Segundo diversas especialistas (Souza-Lobo, 1991; Almeida Teles, 1993; Pinto, 2007), esta década foi privilegiada no que diz respeito às lutas e propostas de mudança, houve reivindicações para a redução da jornada laboral para oito horas, para a igualdade salarial entre homens e mulheres, pelo acesso à educação e pelo voto das mulheres. É possível identificar pelo menos três linhas de defesa dos direitos das mulheres:

1. A liderada por Bertha Lutz, mulher que pertencia à elite econômica e intelectual da época. Esta linha tem como características a reivindicação da

incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos, sua inclusão como cidadãs e o fato de ser um “feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais” (Pinto, 2007, p. 26). Bertha Lutz organizaria a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) cuja luta central era o direito ao voto e que viria a ser a mais importante e conhecida organização em defesa dos direitos da mulher da época (PINTO, 2007). Esta luta chegaria a seu fim em 1932, quando o novo código Eleitoral incluiu a mulher como detentora do direito de votar e ser votada.

2. O “feminismo difuso” (Pinto, 2007, p. 15), vertente que se manifestaria nas diferentes formas da imprensa feminista alternativa e que defendia a educação da mulher, denunciando a dominação dos homens e o interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. A importância da circulação de um grande número de pequenos jornais que se espalharam pelo país radica em que era a única forma de comunicação de massas. Os jornais que divulgavam a “causa das mulheres” estavam preocupados com os direitos, a educação e o voto das mulheres.

3. A terceira linha corresponde ao movimento anarquista e, posteriormente, ao Partido Comunista. Está formado por mulheres intelectuais e militantes desses movimentos de esquerda que têm a questão da exploração do trabalho como central, mas também como pontos significativos a identificação de uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres e do fator tempo como bandeira de luta (pelas extensas jornadas de trabalho e a necessidade de tempo para o aprimoramento pessoal). Estas mulheres anteciparam uma luta que só viria a ganhar espaço e legitimidade no fim do século XX: a do reconhecimento da especificidade da opressão. Em outros termos, elas apontaram para a diferenciação das distintas formas de opressão. O grande expoente dessa terceira vertente é Maria Lacerda de Moura (Pinto, 2007, p. 15), anarquista empenhada na defesa de temas como educação, direitos da mulher, amor livre, combate ao fascismo e antimilitarismo.

Assim, como aponta a historiadora Céli Regina Jardim Pinto (2007), houve nas primeiras décadas da República brasileira, se não um movimento feminista, uma movimentação feminista que se expressou de diferentes formas, com diferentes graus de radicalidade e com diferentes ideologias. O centro da questão feminista do período era a

luta pelos direitos políticos, concretizados no direito de votar e ser votada, sendo o direito ao voto talvez a única conquista destes movimentos. O golpe de 1937 abafou essas incipientes organizações da sociedade civil brasileira do período. No entanto, durante a Segunda República (1930-1964) houve lutas de mulheres por problemas concretos, como a carestia, a falta de água ou despejo, a defesa da infância, da maternidade, o desenvolvimento do ensino e de creches; e por questões políticas mais gerais: luta pela anistia, pela democracia, pela defesa das riquezas do Brasil e em prol da paz mundial. Com o golpe de 1964 essas associações femininas praticamente desapareceram, voltando a tomar impulso a partir de 1975 (Almeida Teles, 1993).

Décadas de 1960 e 1970

Antes de 1970, e durante os primeiros anos dessa década, existiam no Brasil movimentos de mulheres da periferia, que se apoiavam na própria condição de dona de casa, esposa e mãe para intervir no mundo público, para reivindicar questões da comunidade (escolas para os filhos, luta contra a carestia ou por creche), mas que não questionavam o papel da mulher na sociedade nem sua condição de opressão, pelo que não poderiam ser chamados de movimentos feministas (Pinto, 2007). De acordo com Sarti (2001), essas mulheres começaram a ter contato com feministas, que passaram a frequentar os bairros para falar sobre problemas específicos das mulheres, entre elas violência, sexualidade, aborto e lesbianismo. Estes grupos feministas estavam conformados por militantes de origem social das camadas médias e intelectualizadas e atuaram articulados às demandas femininas das periferias pobres, que tinham como parâmetro o mundo da reprodução e que dirigiam suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social, demandas que se tornaram próprias do movimento geral das mulheres brasileiras, o que promoveu a expansão do feminismo dentro de um quadro geral de mobilizações diferenciadas. Apesar das dificuldades (oposição dos dirigentes do bairro e dificuldades para traçar planos conjuntos de ação), era um movimento unido e assim permaneceu até início dos anos 1980, quando a luta da oposição ainda era um elemento aglutinador. Como indica Sarti (2001, p. 40): “As perspectivas, demandas e motivações das mulheres engajadas no movimento eram distintas, sem que esta distinção tivesse sido nomeada”. O feminismo brasileiro constituiu-se como um movimento interclasses mediante esta articulação entre as camadas médias da sociedade e as camadas populares e suas organizações de bairro.

Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, que fazia um trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação de que faziam parte as organizações femininas de bairro. O tom predominante foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos unidos pela oposição ao regime autoritário. A hegemonia da Igreja sobre os grupos populares circunscreveu o conteúdo ideológico da luta às mulheres pobres, promovendo a participação das mulheres na vida comunitária, mas reforçando seus papéis familiares tradicionais (Sarti, 2001: 38). Assim, no movimento das mulheres coexistiam diversas perspectivas de ativismo: das mulheres feministas, das mulheres da periferia e das mulheres da esquerda sanitária, envolvidas na luta por melhores condições de saúde e que inscreveram no âmbito da Saúde o PAISM, programa de atenção integral à Saúde da Mulher (Costa, 2009).

Há consenso em considerar duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 1970, que sintetizariam o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, enquanto que a outra se ocupa, sobretudo, com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado de referência.

No Brasil, as décadas de 1960 e 1970 foram políticas por excelência: o golpe militar de 1964 e o posterior governo Médici inauguraram um regime de terror, o que marcou o movimento feminista da época. Nesse mesmo período, o feminismo que apareceria nos Estados Unidos e na Europa estaria fortemente relacionado com o clima de efervescência política e cultural por que passavam essas regiões, sendo estes dois cenários altamente contrastantes.

O feminismo brasileiro não acolheu a onda feminista que dominava o hemisfério norte, pois a única luta aceita procurava o alargamento do campo político, completamente reduzido pelo regime militar. Como aponta a antropóloga Cynthia A. Sarti (2001), uma confluência de fatores propiciou o feminismo militante no Brasil: o impacto do feminismo internacional, mudanças na situação da mulher no país a partir dos anos 1960 e, o mais determinante, a resistência das mulheres à ditadura com o sentido de elaborar política e pessoalmente esta derrota. A presença das mulheres na luta armada negava “o lugar tradicionalmente atribuído à mulher” ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento,

“comportando-se como homens” (Sarti, 2001, p. 33). No entanto, as posteriores reflexões das mulheres que haviam passado por essa experiência permitiram sua elaboração, principalmente no exílio e com ajuda da psicanálise, chegando a perceber que a igualdade era só retórica. Como refere Sarti, a discussão ontológica do ser mulher, inspirada pelas feministas marxistas (como Alexandra Kollontai) e por Simone de Beauvoir, tornou-se imprescindível e inevitável para a elaboração do que havia sido vivido. Na busca de uma articulação entre a luta contra as condições objetivas de opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais, o feminismo brasileiro, como argumentou Moraes (1996, citado por Sarti, 2001, p. 34), enfrentou-se com a questão de articular a sua base marxista a questão da subjetividade, introduzindo, por esta via, também a psicanálise como sua referência.

Deste modo, o feminismo brasileiro se desenvolveu diante de um paradoxo: o de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista - a partir do reconhecimento de que ser mulher acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, é necessária a transformação das relações de gênero – e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil e contra as profundas desigualdades sociais. Por esta razão, o movimento foi visto pelos integrantes dos movimentos de esquerda como um desvio pequeno-burguês. Neste contexto é que deve ser entendido o movimento feminista brasileiro: luta pela autonomia da mulher em um contexto profundamente marcado pelo político. A luta pela libertação da mulher não deveria ser desvinculada da busca de soluções aos problemas mais gerais da sociedade. Mas em raríssimas oportunidades as forças políticas que se propõem a travar as lutas gerais elegeram a questão da mulher como fundamental para o desenvolvimento do próprio processo de libertação do povo (Almeida Teles, 1993). As mulheres foram incorporadas às organizações de esquerda, porém para a realização do papel que já vinham desempenhando na sociedade, talvez por considerarem que as ações guerreiras só diziam respeito aos homens.

Devido à perseguição do regime militar, muitas mulheres partiram para o exílio, principalmente para Europa e, em segundo lugar, para o Chile. No início dos anos 1970 a Europa atravessava um período de agitação social e cultural, cenário em que algumas mulheres exiladas entraram em contato com o ideário feminista. A mais importante organização de mulheres brasileiras no exílio foi o Círculo de Mulheres Brasileiras em

Paris, que durou de 1975 a 1979 e cuja proposta era a criação de espaços públicos de reflexão – sendo essa uma diferença fundamental entre as feministas brasileiras no exílio e aquelas que tentavam se organizar no Brasil, pois as segundas se encontravam em reuniões de pequenos grupos sempre realizadas em espaços privados e evitando formas de exposição pública devido às condições de repressão e da censura no país. Também no Círculo se manifestou a tensão que acompanhava o feminismo brasileiro na época: a tensão entre aquelas que pensavam que o feminismo tinha que estar associado à luta de classes e aquelas que associavam o feminismo a um movimento libertário que dava ênfase ao corpo, à sexualidade e ao prazer.

Em 1972 começaram a aparecer em São Paulo e no Rio de Janeiro os primeiros grupos feministas inspirados no feminismo nascente no hemisfério norte: eram grupos de reflexão, informais, que tinham um caráter bastante privado, mas que nascem por uma necessidade de ação política. Como explica Branca Moreira Alves, citada por Joana Maria Pedro (2006, p. 261), era a descoberta da experiência comum, a transformação do individual em coletivo, o que formou a base do movimento feminista. Nesta complicada conjuntura política, Albertina de Oliveira Costa explica o que representavam esses grupos de reflexão:

“Ser feminista não era desbundar, era fazer alguma coisa, era pensar ao invés de experimentar outros limites, explorar formas de comunicação não verbal, atravessar portas da percepção, era ainda se propor a mudar o mundo coletivamente (...). No entanto, essa reflexão era feita em casa, entre quatro paredes, não se propunha e não podia extravasar o âmbito privado” (Costa, 1988, p. 65).

Essa privacidade tinha duas faces porque, ao mesmo tempo que as protegia da polícia, também evitava a crítica e o debate, pois as distanciava dos amigos e aliados. Por isso, nos inícios do movimento feminista brasileiro, a autonomia não é uma conquista, mas vem dada pelas condições políticas. Esta situação também provoca um mal-estar nas próprias mulheres que formam parte destes grupos, que parecem estar quase pedindo desculpa por estarem tratando de seus problemas naquela época em que o país tanto necessitava de ações políticas (Pinto, 2007). Todas essas mulheres introduziram questões fundamentais sobre a condição da mulher, até então completamente ignoradas no Brasil. Como assinala Susana Maria Veleda da Silva (2000), esses movimentos de mulheres se diferenciavam de outros movimentos por

proporem uma nova articulação entre a vida cotidiana e a política, isto é, “a mulher ao emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública também torna-se visível na esfera social, onde os limites entre o público e o privado tornam-se confusos” (Silva, 2000, p. 4). Assim, estas duas tendências do movimento feminista brasileiro dos anos 1970 são, também, sublinhadas por Cynthia A. Sarti (2004) que delimita uma primeira tendência, mais voltada para a atuação pública das mulheres e para a obtenção da igualdade entre os sexos; e uma segunda, preocupada principalmente com a subjetividade e as relações interpessoais.

A imagem “feminismo versus feminino” repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos com denominações excludentes. Segundo Sarti (2001), as questões de gênero estariam mais ligadas às camadas médias intelectualizadas e ligadas à academia, preocupadas com o aspecto relacional do gênero e com a ênfase nas diferenças e assimetrias de poder (Araújo, Schraiber e Cohen), identificando estas questões com o ‘feminismo’; as questões que se referem ao ‘feminino’ vêm das camadas populares e visam à participação da mulher na vida comunitária alargando o papel de mãe. Essas questões, que se referiam às relações de gênero, ganham espaço quando se consolida o processo de “abertura” política no país em fins dos anos 1970 (Sarti, 2001, pp. 39). Ao longo das três últimas décadas do século XX, a distância entre os movimentos de mulheres e os feministas tendeu a diminuir. A questão da hierarquia das bandeiras de luta permanece vigente no feminismo brasileiro até 1979. Depois dessa data, que institui o multipartidarismo no Brasil, a própria unidade do movimento se vê ameaçada pela divisão das feministas em diferentes partidos, principalmente entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

1975: Ano Internacional da Mulher

Diferentes acontecimentos criaram o cenário para o início do movimento feminista no Brasil, ainda muito marcado pela luta política contra o regime militar: o processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, o acesso a métodos anticoncepcionais, a psicanálise e a declaração pela ONU de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Tudo isso abriu o espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente (Sarti, 2001). Este ano é considerado inaugural do feminismo brasileiro.

A partir deste momento, a questão da mulher entra de forma definitiva na esfera pública. Exemplo disto é a fundação, por Terezinha Zerbini, do Movimento Feminino pela Anistia e a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que nasceu sob dois pólos de censura e repressão: o regime militar e os grupos de esquerda e daqueles que lutavam contra a ditadura militar de um modo geral. De acordo com Pedro (2006, p. 264), os grupos de esquerda consideravam os grupos de reflexão, as lutas pelo controle e a autonomia do corpo, as lutas pela sexualidade, as manifestações pela liberação da mulher, como “ideias específicas” e, portanto, divisionistas da luta geral, que era considerada prioritária. Por sua vez, o movimento feminista tinha uma posição dividida em relação a esses dois pólos de opressão: colocava-se claramente na oposição ao regime, mas em relação aos grupos de esquerda havia uma divisão entre as feministas que identificavam uma problemática própria das mulheres e as que pensavam que a questão das mulheres estava altamente sobredeterminada pela questão de classe. Deste modo, o feminismo brasileiro não podia ter, como o feminismo internacional, o patriarcado como principal objeto de luta. A luta tinha de se fazer, ao mesmo tempo, contra a opressão capitalista e contra a opressão patriarcal para poder formar uma sociedade socialista feminista. E, justamente para combater esses dois tipos de opressão, era preciso ter “dupla militância” (Anette Goldberg citada por Pedro, 2006, p. 268). A união de mulheres para lutar pela anistia e pela democracia se conformaria em torno a sua identidade tradicional, já que seria em qualidade de mulher de um familiar preso político (marido, filho, irmão) que elas se organizariam para prestar apoio e participar do movimento pela anistia. Segundo a socióloga Souza-Lobo, (1991), a formulação das reivindicações passa pela construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento dos direitos de um grupo, pela consideração a experiências coletivas que estão na origem dos grupos. Sendo assim, as reivindicações políticas se confundiam com o desejo de mudar a vida e as relações de família. Seria esta articulação entre as práticas privadas e públicas que romperia os modelos de confinamento das mulheres na esfera privada. Esta ruptura com o papel feminino tradicional, limitado à esfera privada, se conformaria por uma translação dessa identidade ao espaço público, instigada pela defesa dos familiares (luta por creche, por serviços públicos, luta pela anistia, pela democracia).

De acordo com Costa (1988), a luta das mulheres se conforma a um modelo de movimento social, cuja característica essencial é, segundo Jacobi (1980, citada por Costa, 1988, p. 68), “o questionamento da ação estatal na distribuição de equipamentos

de consumo coletivo”. Neste período, continua a ser uma reivindicação nas reuniões de mulheres da periferia e de algumas sindicalistas a criação de creche. No I Congresso da Mulher Paulista, em 1979, a creche apareceu como a reivindicação mais elaborada e eleita como principal, tendo mesmo sido criado o Movimento de Luta por Creche (Almeida Teles, 1993, p. 103). A luta por creche levou a um grande debate ideológico a respeito do papel da mulher e da família. Esta luta teve êxito ao conseguir a primeira rede municipal de creches no Brasil.

Dois jornais, *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, que nasceram em 1976 e 1975, respectivamente, fortaleceram as reivindicações femininas e ajudaram as mulheres a tomar consciência da sua condição. Estes jornais trouxeram para o debate a necessidade da transformação econômica e social, para que as condições de vida e trabalho de ambos os sexos se tornassem adequadas.

Também a partir de 1975, e por dez anos, as feministas organizaram seus encontros nacionais nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Belo Horizonte. A reunião das mulheres nesse evento inaugura um tipo de atuação feminista que foi fundamental nas décadas que se seguiram: a pesquisa científica sobre a condição da mulher no Brasil.

Assim, de 1975 até 1979, o movimento feminista no Brasil esteve associado à luta pelo fim da ditadura e ao compromisso com ideais democráticos e socialistas. Segundo Pitangui (2002), o movimento das mulheres neste período trouxe a necessidade de redefinir o conceito mesmo de política para incluir outras relações sociais e hierarquias de poder que permeiam a sociedade, já que, para as mulheres, a democracia não só significa o pleno exercício da cidadania, mas a mudança das práticas da vida cotidiana.

De qualquer forma, no fim da década o fato inegável era a existência do movimento feminista no Brasil.

Décadas de 1980 e 1990

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só

da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava (Sarti, 2001, p. 41).

No ano 1979 houve dois acontecimentos que influenciaram muito o feminismo durante a década de 1980: 1) a anistia aos presos e exilados políticos e 2) a reforma partidária. O primeiro trouxe de volta para o Brasil as militantes exiladas, reencontro que contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras (Sarti, 2001). O segundo acontecimento levou as militantes feministas a se dividirem entre o PMDB e o PT, aparecendo uma nova divisão entre as feministas: as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e as autonomistas (Pinto, 2007, p. 68). Como explicam diferentes especialistas (Almeida Teles, 1993; Pinto, 2007; Sarti, 2001), a questão de defesa dos direitos das mulheres tem sido muito difícil de incluir como prioritária nos partidos de esquerda, que assumiam como muito específica a problemática feminina. Isto favorece o questionamento e divisão no movimento feminista entre formar parte dos partidos políticos ou se desenvolver como um movimento autônomo. A partir do II Congresso da Mulher Paulista, as entidades feministas organizaram o Encontro de Valinhos, no Estado de São Paulo, para discutir a questão da autonomia e suas prioridades para o momento, que foram: a luta contra a violência doméstica e contra o controle da natalidade (Almeida Teles, 1993).

Como explica Souza-Lobo, “na origem dos grupos feministas no Brasil encontram-se misturadas a resistência ao regime autoritário, a busca de uma nova utopia, a experiência do exílio, as práticas políticas no masculino e a divisão entre a vida privada e vida política”. De modo que “as reivindicações muitas vezes articulam demandas definidas como ‘específicas’ com problemáticas emergentes como a cidadania e a igualdade” (Souza-Lobo, 1991, p. 9).

As questões que definem esta etapa são:

1. A conquista de espaços no plano institucional, cuja forma mais visível foi a dos conselhos da condição da mulher. Exemplo desta conquista é o Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, com caráter consultivo e propositivo. Este conselho é representativo de um dos grandes problemas da institucionalização de grupos feministas, pois, mesmo sendo suficientemente fortes ao ponto de romperem a impermeabilidade estatal, não conseguem ocupar um espaço nas instâncias decisórias.

Outro exemplo é o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que, entre 1985 e 1989, tratou da maior parte dos temas que centralizavam a luta feminista brasileira, sendo seu maior êxito a participação na Constituição de 1988 (Pinto, 2007, p. 72)

2. A presença de mulheres nos cargos eletivos. Houve um número significativo de mulheres eleitas por partidos situados à direita do espectro político, recrutando-se essas mulheres por serem familiares de políticos, por serem populares nos meios de comunicação ou pela história partidária, mas não a partir da sua participação em organizações de mulheres dentro ou fora dos partidos, o que explica a ausência das feministas no espaço legislativo. Mesmo assim, as mulheres eleitas deputadas no Congresso Constituinte superaram suas extrações partidárias, se autodenominaram “bancada feminina” e apresentaram 30 emendas sobre direitos das mulheres que recolhiam praticamente todas as reivindicações do movimento feminista. Isto foi possível pela mobilização do movimento feminista - durante os preparativos para a Constituinte e durante o próprio período dos trabalhos constituintes, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que reuniu um grande grupo de feministas em um encontro do qual resultou a “Carta das Mulheres”, documento entregue aos constituintes que contempla tanto uma agenda que ultrapassa os interesses corporativos das mulheres (defendendo a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito, a autonomia sindical, a reforma agrária, a reforma tributária, a negociação da dívida externa, entre outras propostas) como demandas em relação aos direitos da mulher no que tange ao trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros.

3. As formas alternativas de participação política. Ao lado das ações mais políticas, os grupos feministas atomizavam-se. Esvaziaram-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. A institucionalização do movimento implicou, então, seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras, concentrando-se, principalmente, a atuação destas organizações em torno de duas temáticas específicas: violência e saúde (Pinto, 2007). Em 1981 foi fundada no Rio de Janeiro a primeira de muitas organizações de apoio à mulher vítima de violência: o SOS Mulher. Assim, a militância feminista começa a se organizar profissionalmente, a partir de um feminismo de prestação de serviço em que as

mulheres vítimas da violência encontravam profissionais da saúde e da área jurídica para lhes dar apoio. Este feminismo profissionalizado das organizações não governamentais (ONG's) espalhou-se ao longo da década de 1980 e dominou o movimento na década de 1990. Quanto ao segundo tema que se tornou central na década de 1980, o da saúde da mulher, este pressupunha outros três pontos que envolviam controvérsias e preconceitos: planejamento familiar, aborto e sexualidade. O primeiro era percebido como um direito para as mulheres intelectualizadas da classe média, mas tomava forma de política pública conservadora quando o alvo eram as camadas populares. A discussão do segundo ponto, do aborto, causava grande reação, principalmente da Igreja Católica. O fato de parte do movimento da esquerda estar associado à Igreja Católica durante a década de 1960 dificultou as discussões sobre assuntos como este, que podiam enfrentar o senso comum conservador. Quanto ao terceiro ponto, o da sexualidade, incluía desde as noções mais elementares sobre o corpo das mulheres até as que facilitam o entendimento das complexas relações de poder na sociedade (Almeida Teles, 1993). Essa discussão foi muito relevante nos grupos de reflexão íntimos, mas não na praça pública. A luta feminista em relação à questão da saúde da mulher salienta-se, em um primeiro momento, como lugar de liberação das cadeias que aprisionavam as mulheres no espaço da procriação (Ávila, Corrêa, 1999) e teve êxitos na década de 1980 que se plasmaram na criação de grupos que buscavam formas alternativas de atendimento à mulher e na implantação do Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Neste sentido, a medicalização do corpo da mulher foi uma luta relevante neste período (Vieira, 2002).

Dentro da tendência à especialização, desenvolveu-se também a pesquisa acadêmica sobre as mulheres. Como sinaliza Silva (2000), a academia e os movimentos sociais têm atuado em parceria no fomento da integração entre a sociedade em geral, os movimentos sociais e os cientistas. A Universidade cumpre a função de validar e valorizar as ações promovidas pelas redes, servindo como suporte teórico e muitas vezes, também, com sua infraestrutura (Silva, 2000, p. 8). O texto fundador da produção acadêmica sobre a mulher é a tese de livre-docência defendida em 1967 por Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, orientada por Florestan Fernandes (Pinto, 2007, p. 86). Os espaços mais importantes de produção sobre a mulher são o Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas e as associações nacionais das diversas áreas do conhecimento. Os projetos de pesquisa apresentados

nesses centros nascem principalmente nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas e Educação das universidades brasileiras. Inicialmente, os estudos sobre a mulher tiveram dificuldades em se relacionar com o conhecimento que se produzia nas Ciências Sociais em geral, as quais, por outro lado, também não os valorizavam. Esta situação propiciou a formação de um gueto nos estudos sobre a mulher, que se enfrentou com um paradoxo: fazer face à necessidade de reivindicar o reconhecimento institucional de um espaço próprio, exclusivo, que mal se começava a ter e do qual se precisava e, ao mesmo tempo, ter a necessidade de se voltar para fora e expandir esse espaço restrito (Costa et al, 1985, p. 14).

Na década de 1980 começou a surgir a cidadania das mulheres, construída a partir das práticas nos movimentos, dos discursos sobre a dignidade - elaborados nos movimentos populares, e dos discursos feministas (Tahon, 1988, citado por Souza-Lobo, 1991, p.14). Ainda assim, a socióloga Souza-Lobo conclui que o gênero da representação da mulher durante esses anos permanece masculino e a representação das mulheres na vida pública permanece periférica, pois a participação das mulheres nos movimentos não se teria refletido na representação institucional. No entanto, este movimento de mulheres brasileiro, trabalhando em redes regionais, nacionais e internacionais, teve um importante papel para sua amplificação durante a década de 1990 (Pitanguy, 2002)

Feminismo no início do milênio

Para a socióloga Jaqueline Pitanguy (2002) a internacionalização da agenda feminista e o impacto da globalização marcam as ações políticas do movimento de mulheres na década de 1990 e no novo século.

No início do milênio dois cenários são particularmente importantes: de um lado, o pensamento feminista e o movimento se dissociam e, por outro, há uma profissionalização do movimento por meio do aparecimento de um grande número de ONGs voltadas para a questão das mulheres. Assim, enquanto o pensamento feminista se generaliza (evidenciado pela presença dos direitos da mulher no discurso político e nas falas de homens e mulheres que não se identificam como feministas, o que também evidencia uma mudança cultural), o movimento, por meio das ONGs, especializa-se (Pinto, 2007). As ONGs constituem-se em formas alternativas de participação da mulher na política, dada a fraca presença destas últimas de forma estrita neste âmbito.

Mas, por outro lado, favorecem a segmentação das lutas pela especialização temática de cada uma.

Feminismo na Espanha

“Para Nash, lo que explica [la especificidad] del feminismo español es la orientación social (no política). Es decir, que son las reivindicaciones sociales (derecho al trabajo, a un salario digno, al divorcio) las que vertebran el pensamiento feminista, y no el derecho al voto” (Caballé, 2013, p. 29).

O feminismo espanhol não se desenvolveu como um movimento ativo e ruidoso, mas como a luta dispersa de mulheres revoltadas com a situação da mulher e como efeito das lutas em outras partes do globo. Ainda assim, este movimento chegou a enraizar-se no país e, ainda que com dificuldade, foram resgatadas do esquecimento as representantes do feminismo no contexto espanhol. Traçaremos, a partir de agora, o desenvolvimento deste movimento na Espanha desde suas origens até o momento atual.

Idade Média. Século XV

Nesta época, o movimento feminista ainda não existia como tal, pois não havia um movimento organizado que reivindicasse os direitos das mulheres. No entanto, a especialista em literatura espanhola Ana Caballé (2013) situa neste período as raízes do feminismo espanhol. Concretamente, no contexto conventual, já que nele podia se desenvolver uma consciência de uma identidade feminina autônoma capaz de responder às atitudes e obras misóginas difundidas na Idade Média. Teresa de Cartagena e Isabel de Villena são duas religiosas que teriam enfrentado a mentalidade da época defendendo a igualdade entre homens e mulheres “frente a graça e donos divinos” (Caballé, 2013, p. 33) ou centrando os escritos no ponto de vista de Maria para elogiar a superioridade moral e espiritual do sexo feminino.

Séculos XVI – XVIII

Durante este período, em que a mulher era considerada moral e intelectualmente inferior ao homem, não havia um movimento de mulheres importante que lutasse por seus direitos, uma vez que as possibilidades de revelia e luta eram freadas pelo marco jurídico da época. Segundo Caballé (2013), a passividade e resignação que elas deviam manifestar privava-as não só de uma educação básica que permitisse ampliar o marco de suas vidas, mas também lhes impedia de deslocar sua própria cotidianidade para enfoques mais livres. No entanto, a literatura picaresca da época retrata mulheres

rebeldes e burlonas, pelo que deve ter havido, sim, mulheres que ao tempo que conseguiam evadir as rígidas normas, questionavam e criticavam a atitude do homem.

Uma mulher de grande relevância nesse sentido foi María de Zayas (1590 – 1661), que criticou a atitude de domínio do homem sobre a mulher e defendeu a personalidade feminina. Assim, denunciava como o sistema social da educação e todos os mecanismos de socialização tinham por finalidade assegurar o desenvolvimento do homem enquanto o negava às mulheres. Segundo Margarita Ortega López (2007), María de Zayas é a primeira feminista espanhola empenhada em mostrar que o caminho a seguir passava por consolidar a cultura da mulher como único modo de possibilitar uma relação de independência em relação aos homens. Em sua obra, encontramos questões que serão muito trabalhadas na literatura feminista, como o problema, para as mulheres, de sua aceitação enquanto sujeitos e seres concretos (de carne e osso) e não encarnações de falsos ideais masculinos (Ortega López, 2007).

Nesta época, a Igreja impunha um marco de atuação da mulher que limitava toda expressão feminina ao recato e aos cuidados do lar e da família. Portanto, no século XVII a mulher continua presa a uma perversa norma moral: se responde aos esquemas que lhe foram inculcados na estrita formação cristã, deve renunciar à felicidade pessoal; e se não renuncia à felicidade, os homens recriarão sua conduta, estigmatizando-a (Ortega López, 2007). Esta situação se fez mais leve com a Ilustração, no século XVIII, que trouxe com o laicismo uma atitude revisionista da sociedade espanhola e a “defesa das mulheres” começa a ter um tratamento mais sério e construtivo daquele que tinha até aquele momento.

No entanto, da Igreja veio uma importante figura na luta pela igualdade de direitos entre os sexos: o padre Benito Jerónimo Feijoo foi pioneiro nessa luta. Para ele, a cultura masculina tinha a culpa da marginalização secular que sofria a mulher, que a especializava nos trabalhos menos gratificantes e que não a deixava desempenhar outros trabalhos intelectuais ou sociais onde podia manifestar seu talento, assim como também impedia seu acesso à educação. Feijoo suspeita dos argumentos defendidos por seus colegas homens, baseando-se na ideia de que provêm de um conflito fundamental: os interesses do homem e da mulher não coincidem, mas os primeiros prevaleceram sobre os segundos (Caballé, 2013).

Outros ilustrados também defenderam a necessidade de educação para a mulher, mas muitas vezes também para fins utilitários da economia e da sociedade. Josefa Amar e Borbón foi uma das mulheres ilustradas que mais lutou pela educação da mulher como meio de progresso da nação, através, no entanto, da união ao marido e da ajuda na educação dos filhos (Ortega López, 2007). Ainda assim, ela defendeu a inserção da mulher nas Sociedades Econômicas, que funcionavam como instituições acadêmicas nas quais circulavam os conhecimentos disponíveis na época¹³.

Finalmente, durante o século XVIII começa-se a revisar a situação e a capacidade das mulheres para a vida pública, graças, em parte, ao grande debate desenvolvido a partir da defesa das mulheres pelo padre Feijoo.

Século XIX

“Yo soy una radical feminista. Creo que todos los derechos que tiene el hombre debe tenerlos la mujer” (Emilia Pardo Bazán, 1914).

A ideologia liberal do período, apesar de formular a cidadania universal, igualando todos os indivíduos no nascimento, faz uma distinção entre “público e privado”, determinando que no âmbito público se desenvolvam direitos e liberdades e no “privado”, declarado como doméstico, se realizem atividades menores e pouco úteis em termos de recursos. Neste “mundo” permaneceu presa a mulher, ficando, deste modo, excluída do princípio de cidadania (Bosch, 2007, p. 45).

O modelo em que se baseava a identidade feminina estava refletido no livro de Pilar Sinués, *El Angel del hogar. Estudios Morales acerca de la mujer* (1857), que propagava um ideal no qual a mulher reunisse todas as “virtudes femininas”: dedica-se exclusivamente à família, conhece todos os segredos do lar e é uma esposa e mãe perfeita. Simultaneamente, foi difundida uma nova interpretação fisiológica que sublinhava as diferenças anatômicas entre homens e mulheres, o que justificava a divisão de papéis na sociedade (Bosch, 2007). Mesmo que o estereótipo de “anjo do lar” não pudesse ser imitado por todas as mulheres - só por aquelas das classes acomodadas -, serviu de modelo para o resto da sociedade. Assim, foi criado um universo feminino que não atingia o âmbito público, ou político, e que, como “sexo fraco” sempre precisaria da proteção do “sexo forte”.

¹³A própria Josefa Amar e Borbón ingressou na Real Sociedad Económica Aragonesa e, mais tarde, tentou ingressar na Real Sociedad Económica Madritense, onde não foi admitida, mas a partir daqui esta sociedade criou a Junta de Damas de Honor y Mérito, separada e subordinada a ela.

Segundo Bosch (2007), se no século XIX espanhol não existiu um feminismo organizado foi porque não convergiram os fatores econômicos, políticos e simbólicos necessários para isso. Dois foram os fatores que originaram o movimento feminista em seu conjunto: 1. As doutrinas e ideologias que inspiraram a Revolução Francesa, que, na Espanha, embateram com o conservadorismo católico; 2. As mudanças econômicas produzidas pela Revolução Industrial. Contudo, o desenvolvimento industrial da Espanha não é comparável com o dos outros países europeus – salvo na região catalã, que se destacou pelo desenvolvimento comercial e industrial. Por último, é necessário assinalar que o feminismo, em todos os países em que se desenvolveu, era um feminismo de classe média e, na Espanha, a pequena burguesia era um grupo política e socialmente débil, fragilidade que repercutiu no desenvolvimento do movimento feminista.

As primeiras reivindicações feministas estão dirigidas a este grupo social a partir de 1870, quando na Espanha se inicia o “debate feminista” com o impulso da escola Krausista e a Institución Libre de Enseñanza¹⁴, que reduziram a preocupação pela “questão feminina” ao fomento da educação da mulher da burguesia. O objetivo, no entanto, era “aprimorar” o papel que já desempenhava na sociedade, o de ser um suporte para a instituição familiar e ajudar o marido a educar os filhos (Giuliana di Febo, citada em Bosch, 2007, p. 55). Neste mesmo ano foram criadas em Madrid e em Barcelona diferentes escolas privadas para as mulheres (Sección de Idiomas y Música, Escuela de Comercio, Escuela de Correos y Telégrafos, Escuela primaria), circunstâncias – privatização e centralização regional – que asseguraram a elitização das usuárias. A mulher operária não atrai a atenção senão dos companheiros operários que as veem como ameaça por sua entrada no mercado de trabalho.

As idas e vindas acerca da educação das mulheres ao longo da Restauração foram constantes: as medidas legislativas, que deram às mulheres a possibilidade de aceder ao ensino secundário, foram seguidas pelo impedimento de utilização do título obtido para o desempenho da profissão. Também a desigualdade jurídica da mulher na Espanha era total no último terço do século XIX. A condução jurídica da mulher diferia em função da “classe” à que pertencia e do estado civil, sendo a pior situação a da

¹⁴ A Institución Libre de Enseñanza, que recolhera os programas de educação da escola krausista, nasce como um instrumento livre e privado, de caráter laico, com o apoio da burguesia ilustrada.

mulher casada, qualquer que fosse seu estatuto social, já que no momento em que se casava passava a ser tutelada pelo marido. A participação da mulher na política também era nula.

Nesta época, às mulheres que escreviam¹⁵ e que tinham ambição profissional acompanhava a ideia de perda da feminidade. O pensamento geral fica recolhido nas palavras de George Sand: “una mujer que ha perdido su sexo en la contienda por el genio” (Caballé, 2013, p. 84). Nasce aqui a associação do feminismo à fealdade e falta de apelo sexual, fantasma que acompanhará as feministas durante muito tempo.

Duas mulheres desta época combateram todo tipo de pressupostos quanto a desigualdade entre homens e mulheres: Concepción Arenal, primeira advogada espanhola que ataca a falta de lógica do destino feminino, assinala que quando se trata de direitos, uma mulher é julgada como inferior, mas ao tratar-se de deveres, ela é considerada como igual. Segundo Caballé, talvez o traço mais original e inovador do pensamento de Arenal seja a intuição da inteligência emocional, a defesa de uma feminização da sociedade e a demanda que a mulher deixe de estar presa no âmbito doméstico para se ocupar do futuro que também lhe pertence e, assim, contribuir ao progresso da sociedade. A outra mulher que combate a misoginia da época é a romancista galega Emilia Pardo Bazán. O feminismo de Emilia Pardo Bazán foi muito prolífico quanto às vias que abriu. Não só luta pela igualdade da mulher em seus escritos, mas também, de uma perspectiva mais prática, auxilia na criação de condições para o embate com as limitações que lhe são impostas (como a entrada na Real Academia Espanhola). Entre 1889 e 1892 funda a coleção de livros *La biblioteca de la mujer* com o fim de difundir a cultura feminista entre as mulheres espanholas, partindo da compreensão de que as mulheres possuem uma cultura própria. Todavia, a seleção de textos não foi muito acertada e não teve muito êxito (teria sido, talvez, mais conforme ao interesse das mulheres da época a publicação de romances). Concepción Arenal e Emilia Pardo Bazán atacam o princípio da inferioridade intelectual da mulher e propõem o acesso das mulheres a todos os níveis da instrução e a todo tipo de atividade profissional (Bosch, 2007). Outro expoente do feminismo da época é Concepción Gimeno, que seria responsável pela revista *Álbum Ibero-Americano* entre 1891 e 1909, usando a revista para dar a conhecer suas obras e também para criar um foro de debate

¹⁵ Chamadas de ‘poetisas’ para diferenciar a inclinação das mulheres pela escrita do verdadeiro poeta.

sobre feminismo, onde misóginos e ginófilos podiam discutir acerca das capacidades da mulher.

O feminismo do século XIX frisava o atraso da mulher espanhola e o poder que nela tinha a igreja católica, ao lhe exigir uma permanente abdicação de si mesma e ser forçada à ignorância pela falta da educação. A luta incorporou poucos homens, mas o jurista espanhol Adolfo González Posada, que publicou em 1899 o ensaio *Feminismo*, desempenha o papel de conferir credibilidade e sentido ao movimento feminista, que define como o movimento favorável à melhoria da condição política, social, pedagógica e especialmente econômica da mulher.

Concepción Arenal e Emilia Pardo Bazán foram as melhores expoentes do feminismo do século XIX e criaram as bases para o nascimento do movimento no século XX, quando confluem os fatores econômicos, políticos, culturais e simbólicos necessários para sua consolidação.

Século XX

Primeiro terço do século: 1900-1930

O movimento feminista em Espanha não era muito forte. À escassa combatividade unia-se a falta de união entre as mulheres e o parco contato entre os dois centros principais de Espanha: Madri e Barcelona. Por outro lado, a intensa movimentação política na Espanha da altura absorvia a atuação do movimento. Uma queixa reiterada das feministas da época, e já manifestada no século passado, é a apatia das mulheres espanholas. Assim, quando os ecos das lutas feministas chegaram à Espanha já não eram tão novas no mundo ocidental e, inclusive, em uma parte desse mundo, as mulheres já haviam conseguido seu objetivo principal: o voto (Calbet, 2007). No entanto, havia mulheres que tinham, sim, consciência da situação da mulher, mas a demonização contra o feminismo tornava muito difícil o apoio e favorecia a passividade (Caballé, 2013, p. 139-140).

A Primeira Guerra Mundial foi um momento-chave na história do feminismo espanhol porque a saída dos homens para combater na guerra, a subida dos preços, a criação de novos empregos e a intensificação do desenvolvimento industrial¹⁶

¹⁶Não é igual, neste ponto, falar do desenvolvimento industrial em Castela, por exemplo, do que na Catalunha, onde as mulheres estavam já inseridas no trabalho, predominantemente, na indústria têxtil e cedo começaram a participar nos movimentos sindicais e reivindicativos.

conduziram muitas mulheres a substituir aos homens nos empregos. Assim, segundo a especialista M^a Teresa González Calbet (2007), seria no período da Primeira Guerra Mundial quando se produziria o salto qualitativo e quantitativo que levaria a mulher ao mundo do trabalho e, deste modo, a uma independência que iria possibilitar as bases para sua organização (Calbet, 2007). Logo, na primeira década do século XX produziram-se mudanças laborais que melhorariam a situação da mulher na fábrica e dos operários em geral. Isto propiciaria uma forte polêmica no movimento operário, pois, a par de posições misóginas que não queriam a incorporação da mulher ao mundo laboral e político, conviviam posições que lutavam pela igualdade entre os sexos. Desenvolveu-se uma corrente feminista-operária crítica e incomodada com a incompreensão que as operárias recebiam de seus companheiros de militância representada na pessoa de Teresa Claramunt. Ela impulsionou, em 1889, a Sociedad Autónoma de Mujeres de Barcelona, primeira associação feminista conhecida. A opção feminista de Dolors Monserdà também apoiava a mulher operária, mas sem querer alterar as estruturas sociais vigentes (Calbet, 2007).

No biênio 1916-1918 foram criadas algumas organizações feministas que visavam a extensão do papel da mulher na sociedade espanhola e formulavam reivindicações de diferentes tipos: Consuelo González Ramos criou um grupo em torno à publicação *La Voz de la Mujer*; a marquesa de Ter fundaria a Unión de Mujeres Españolas (UNME); María Espinosa de Monteros fundou em Madri a ANME (Asociación Nacional de Mujeres Españolas); o movimento católico feminino criou em 1919 a associação Acción Católica de la Mujer que defendia serem elas as verdadeiras “feministas”, na medida em que punham sua servidão como a única autodeterminação possível. O papel da Igreja vai ser fundamental no desenvolvimento do feminismo na Espanha. Mesmo se opondo frontalmente aos avanços do feminismo, precisou mudar sua atitude face à inevitável mudança do papel da mulher, surgindo um catolicismo social que marcaria notavelmente o feminismo espanhol desde seus começos (Calbet, 2007).

Desta forma, o feminismo vai se desenvolvendo neste período contando com a liderança intelectual e moral de algumas mulheres, mas também muito politizado pela aceitação ou não do dogma católico. Segundo Anna Caballé (2013), a polarização entre um feminismo “com Deus” e outro “sem Deus” impossibilitou a unidade das mulheres

sob a bandeira da defesa de seus direitos, o que propiciaria a união em relação à educação e ao acesso à cultura, reivindicação que seria aceita por pensadoras e lutadoras de todas as classes sociais e todas as ideologias por sua importância.

Uma das primeiras consequências do ativismo feminista nestes anos foi a recuperação de um passado próprio, resgatando as predecessoras do movimento. Neste ponto é importante assinalar o ensaio de Margarita Nelken: *La condición social de la mujer en Espanha* (1921) (Caballé, 2013), em que analisa a natureza da luta feminista na Espanha e denuncia o retraimento secular da mulher espanhola, inculcado durante séculos de repressão moral e materializado em um pânico no que diz respeito à opinião que os outros têm dela (o “qué dirán”). Por isso, Nelken é uma das feministas que, como anunciamos mais acima, se rebela contra a passividade e ineficácia do feminismo espanhol, denunciando que este nasce seguindo uma motivação econômica e não filosófica ou social (Caballé, 2013).

Em 1915, dá-se início a um debate sobre o voto feminino no Ateneo de Madrid. As intelectuais feministas estavam divididas em relação ao apoio imediato ou não do sufrágio feminino. Clara Campoamor foi uma firme defensora dos direitos da mulher nas Cortes Constituintes da Segunda República, mas outras feministas, como Hildegart, Victoria Kent e Margarita Nelken, receavam que o voto feminino desse o triunfo à direita por estarem as mulheres fortemente influenciadas pelo clero na decisão de voto.

Além do sufrágio feminino, outra luta importante do período era a reforma do Código Penal. A escritora Carmen de Burgos, através de seus escritos, denunciava a condição da mulher casada: violência, vexações sexuais, humilhação, silêncio, impedimento para formar nova família quando a mulher se separasse, prisão se ela fosse adúltera – e foi pioneira em defender o divórcio (Caballé, 2013). No entanto, seria muito criticada pela sociedade espanhola da época por sua atuação na defesa da mulher, que não estaria preparada para ideias tão progressistas. A meta de Carmen de Burgos era atingir um equilíbrio entre a necessidade de amor, a necessidade de conseguir suas metas, a realização individual e o compromisso social e político (Caballé, 2013).

Concebida por sua mãe para atingir o ideal de “mulher perfeita”, Hildegart abraçou causas feministas que estavam muito longe das de suas contemporâneas – defende os direitos da mãe solteira, a necessidade de que a mulher receba educação sexual, o controle da natalidade e os direitos da criança. Foi co-fundadora, junto com o

médico Gregorio Marañón, de uma Liga para a reforma sexual espanhola que objetivava a transformação da mentalidade social em torno à sexualidade. Após a morte de Hildegart, o médico vai manter essa linha de trabalho, reiterando o grande prejuízo que o catolicismo espanhol causou à evolução natural da libido feminina, sufocando-a sob uma montanha de preconceitos.

Em 1926 foi fundado o Lyceum Club feminino, uma associação criada com o objetivo de retirar a mulher de sua casa e de compatibilizar feminismo com feminidade. Pela primeira vez, algumas mulheres procedentes de uma elite intelectual ou ativista decidiram avançar para a construção de uma mesma comunidade de interesses e não de modo solitário.

II República e Guerra Civil (1931-1936)

Nos anos trinta emergem as condições sócio-políticas necessárias para a luta pela igualdade entre homens e mulheres na Espanha, malgrado a importância da religiosidade e o pouco interesse da esquerda nesta questão. Dada a radicalização das posições políticas, a luta feminista não teve uma atenção específica e ficou envolvida no conflito ideológico entre esquerda e direita, o que a levou a fracassar como movimento específico (Gómez, 2007).

Ainda assim, durante a II República surgiram muitas associações femininas, de distinto signo segundo a classe social, o nível cultural ou a religiosidade das mulheres que nelas participavam, e principalmente localizadas nas urbes. Esta heterogeneidade foi registrada em 1899, por Adolfo Posada, firme defensor do feminismo, que sistematizou o conceito “feminismo” e distinguiu três tendências: “feminismo radical”, “feminismo oportunista e conservador” e “feminismo católico” (Scanlon, 1976, citada por Gómez, 2007, p. 91). O feminismo radical reivindicava a plena igualdade entre homens e mulheres, exigia iguais direitos, oportunidades e educação e encontrava apoio do socialismo francês e alemão. Na Espanha, dentro desta corrente, destacaram-se: Clara Campoamor, Victoria Kent, Margarita Nelken ou María Martínez de la Sierra. Elas impeliam às mulheres a abandonar a passividade e a cooperar na construção da nova Espanha republicana. Em relação à ideologia católico-conservadora, o ideal de mulher proposto foi aquele que Francisco Franco – militar e ditador que promoveu o golpe de Estado fracassado de 1936, antes de, anos mais tarde subir ao poder - adotou e

potenciou a través da Sección Femenina (SF): o da mulher abnegada e dedicada. As tarefas da SF seriam as de prestar apoio à militância masculina do partido.

Como é recorrente no movimento feminista, seu crescimento é seguido por uma intensificação dos ataques pseudocientíficos centrados na especificidade da mulher para manter a espécie. Na Espanha destacam-se José Ortega y Gasset e Gregorio Marañón, influenciados por intelectuais europeus como Simmel, Weininger, Freud ou Nietzsche (Gómez, 2007, p. 91). A teoria da bissexualidade de Weininger foi desenvolvida e interpretada por Gregorio Marañón, que partia da premissa de que a mulher não era inferior, mas sim diferente do homem e, ao mesmo tempo, justificava essa diferença entre os sexos mediante a redução do destino da mulher a sua função biológica: a maternidade (Gómez, 2007). Por sua vez, Ortega y Gasset, baseado na obra de Simmel, concebia as mulheres como um gênero de estrita dependência da natureza e afastadas do mundo da razão, considerando que a única via para o progresso das mulheres era a criação de um novo tipo de “feminidade” mais delicado e mais “exigente”.

A II República, na sua vontade de modernização, implantou algumas conquistas relativas à mulher. A Constituição de 1931 significou para as espanholas o reconhecimento formal da igualdade entre homens e mulheres. As mulheres, pela primeira vez, podiam ser eleitas deputadas às Cortes Constituintes, o que as convertia em co-protagonistas dos acontecimentos políticos do país. Clara Campoamor foi eleita deputada do Partido Radical e Victoria Kent do Partido Radical Socialista. A Constituição garantia uma série de direitos de caráter progressista (sufrágio universal, proteção da mulher no trabalho, não discriminação em empregos oficiais e cargos públicos por razão de sexo, licença maternal) que geraram posteriormente leis específicas. Estes avanços na condição da mulher se produziram sem a pressão de um ativismo militante forte, mas formando parte do discurso igualitário de raiz liberal e burguês – ameaçado por duas frentes: a ideologia católica conservadora e a esquerda operária. A igualdade entre sexos perante a lei e a grande politização que foi atingida pelas mulheres durante a República foram fatores que propiciaram o associacionismo feminino. Mas, apesar do número de grupos femininos, não existiu um movimento feminista unitário e articulado. Entretanto, ainda palpitava na Espanha a ideologia da divisão de esferas entre homem e mulher e a idealização da “verdadeira mulher” (Gómez, 2007, p. 100). A manifesta hostilidade em relação à incorporação das mulheres

ao trabalho começou a se mitigar em determinadas circunstâncias, tal como diante da absoluta necessidade econômica, e sempre que não pusesse em perigo a instituição familiar e fosse de forma transitória; por isso, a mulher ainda se via obrigada a casar para adquirir uma segurança econômica. Porém, o labor legislativo da II República foi muito importante para começar a romper a divisão sexual de papéis, introduzindo o casamento civil, o reconhecimento de igualdade entre os filhos legítimos e ilegítimos, investigação da paternidade e o divórcio, medidas que mudaram substancialmente a situação da mulher. As duas questões que levantaram maior polêmica foram a legislação sobre o divórcio (1931) e sobre a prostituição (1935). Nesta última foi adotada uma postura abolicionista. Quanto ao sufrágio universal, não houve na Espanha um movimento feminista amplo que pressionasse essa política, mas foi o resultado do combate entre duas mulheres no parlamento: Victoria Kent – que considerava que conceder o voto às mulheres, que não estariam preparadas para exercer esse direito, seria uma má estratégia política porque elas outorgariam o voto à direita - e Clara Campoamor – que defendia que a única maneira de amadurecimento político das mulheres era o exercício do voto (Gómez, 2007). O sufrágio foi obtido em 1931 com a aprovação do artigo 36 da Constituição.

As duas partes envolvidas na guerra civil (1936 – 1939), republicana e sublevada, propunham um tipo ideal de mulher diferente: a esquerda operária precisava de uma mulher independente e emancipada, enquanto a zona rebelde queria uma mulher submissa e abnegada. As mulheres do lado republicano organizaram-se dentro das duas ramas femininas das duas forças políticas mais importantes da esquerda operária: comunistas e anarquistas, e esqueceram qualquer reivindicação particular para se dedicar à participação na contenda. A organização mais importante dirigida pelas comunistas foi a Agrupación de Mujeres Antifascistas (AMA¹⁷) que era a única organização respaldada oficialmente pelo Governo republicano, o que facilitou um avanço no feminismo, e tinha como objetivo prioritário ganhar a guerra (arrecadavam fundos, fundavam creches e asilos, organizavam equipas para ocupar o emprego dos homens nos serviços urbanos). Esta organização nunca questionou a divisão sexual de

¹⁷ Fundada por Dolores Ibárruri (*Pasionaria*). Foi uma grande defensora da República e, mesmo não se definindo como feminista – já que não queria considerar o feminismo como um movimento independente e afastado da luta de classes -, sua luta, valentia e o impulso da Agrupación de Mujeres Antifascistas (AMA) matizam seu repúdio ao feminismo.

papéis e a participação nas tarefas assistenciais, devido à urgência da guerra, a atuação da AMA foi identificada com o “feminismo real”. Quanto às anarquistas, a organização mais importante foi Mujeres Libres, criada com o objetivo específico de liberar as mulheres da “tripla escravidão a que tinham estado submetidas: escravidão à ignorância, escravidão como mulheres e escravidão como trabalhadoras” (Caballé, 2013, p. 217). Davam grande importância à educação e à reforma sexual como caminho à verdadeira emancipação. Os princípios neomalthusianos do ideário anarquista foram muito defendidos durante a II República, mas a realização prática teve lugar durante a guerra civil e, mais particularmente, na Catalunha, região de maior protagonismo anarcosindicalista. Nesse espaço, em 1936, a Generalitat de Catalunha, governo da região, legalizava a interrupção artificial da gravidez, pois pretendia regular tal situação clandestina. O trabalho desta organização também esteve mediado pela guerra e também elas sacrificaram as demandas específicas ao objetivo de ganhar a guerra, centrando-se nas tarefas de retaguarda semelhantes às da AMA. Apesar da aparente unidade do anarquismo espanhol, dentro do mesmo havia duas tendências ideológicas: a individualista, na qual se inscreveria Federica Montseny¹⁸ – para quem não existia um problema específico feminino, mas um problema humano geral que consistia na liberação do homem como pessoa -, e a coletivista, que conta com Lucía Sánchez Saornil, uma das fundadoras e dirigente de Mujeres Libres, que estava convicta de que a luta da mulher era dupla, pois compreendia, de um lado, o social e, de outro, a necessidade de superar a própria condição de inferioridade em função do sexo. Ambas as organizações atuaram de acordo com as forças políticas em que se inscreveram, o que exerceu maior poder de coesão do que o componente gênero (Caballé, 2013).

De modo similar, na zona sublevada, o trabalho fundamental das mulheres restringiu-se à retaguarda, organizado pela SF da Falange. A diferença fundamental entre as mulheres dos dois grupos está no conteúdo ideológico que as guia, que, neste último caso, situava-se dentro dos parâmetros de ordem e catolicismo. Os trabalhos que realizavam era a assistência a crianças e feridos, a criação de oficinas de costura e o serviço de “Lavaderos del frente”. SF agrupou muitas mulheres e continuou sua

¹⁸ Primeira mulher a assumir um ministério da política espanhola. Era ministra de Saúde durante a II República. Durante seu mandato, promoveu a assistência social, quis acabar com a mendicância, projetou oferecer às prostitutas uma alternativa laboral e criar pequenos e acolhedores asilos para crianças onde estas pudessem se sentir em família, vigiou as condições sanitárias da população nos tempos de guerra. Montseny saiu do governo seis meses depois de tomar posse devido aos violentos confrontos em Barcelona entre anarquistas e comunistas.

projeção durante o franquismo. Tinha uma estrutura vertical, dirigida por Pilar Primo de Rivera, mulher consciente de seu dever de colaborar a partir de um discreto segundo plano, boa esposa e boa mãe.

Assim, as exigências da guerra acabaram esfumando as demandas feministas e, na prática, obrigaram a todas as organizações femininas a ajustar suas atividades à sobrevivência e à luta contra o fascismo. A II República concedeu uma série de direitos às mulheres, mas o fracasso desta experiência democrática e a vitória do modelo que se estava impondo no mundo ocidental (a volta da mulher para o lar) acabaram com a maior independência que havia sido adquirida pelas mulheres (Gómez, 2007).

Franquismo (1939 – 1975)

O fim da guerra, oficialmente no dia 1 de abril de 1939, implicou o fim da vida democrática iniciada com a proclamação da II República e a imposição de um regime autoritário. Franco desenhou uma ditadura militar, apoiada na Falange e de base católica, o nacional catolicismo, que teve consequências em todos os âmbitos da vida social. Para as mulheres que chegaram à idade adulta durante a II República, que viram aumentada sua independência devido às mudanças implementadas, a ditadura franquista, que se propôs reforçar o caráter mítico-religioso da hierarquia patriarcal e que reforçou juridicamente a autoridade paterna sobre as mulheres e crianças, significou uma volta a casa, às tarefas domésticas e ao cuidado do marido e filhos (Sardá, 2007). As reformas legais não demoraram em chegar: foi abolido o divórcio, o casamento civil, recuperou-se o Código Civil de 1889, que submetia a mulher ao poder patriarcal, e aumentou-se a maioridade das mulheres até os vinte cinco anos. Assim, a política de gênero ficou regulada com uma legislação civil que negava às mulheres qualquer tipo de autonomia individual e as convertia em eixo da moralidade social (Manuel Ortiz, 2006, citado por Caballé, 2013, p. 232), ficando a personalidade feminina definida por três vetores dominantes: maternidade, subordinação ao homem e recato. O discurso intelectual sobre a mulher esteve desde o início a cargo de Pilar Primo de Rivera, que dirigiu durante 43 anos a SF. Assim, em 1940 estava formando-se na Espanha um novo tipo de mulher inspirado no modelo nazista, mas que segue os preceitos morais do Regime: “Casa, cocina, calceta” ou “Dios, patria y hogar”, seriam os slogans que norteavam a posição da mulher (Caballé, 2013, p. 234).

Os movimentos feministas neste período quase desapareceram. As mulheres que formavam parte do movimento anteriormente estão no exílio, na prisão ou no silêncio (Sardá, 2007). No entanto, apesar do grave retrocesso nos direitos da mulher que implicou o nacional catolicismo, a pressão das mulheres pelo acesso aos estudos continuou constante e as resistências à forma de pensamento unânime da SF começaram a se manifestar. Uma das primeiras foi Mercedes Fórmica, que defendeu a reforma legal dada a vulnerabilidade jurídica da mulher casada, seguida por Maria del Campo Alange e Lidia Falcón.

Além destas vozes discordantes com a política imposta pelo franquismo, aparece a figura de “mulher do preso” (Giuliana di Febo, citada por Sardá, 2007). Tratam-se de mulheres que, movidas pela necessidade de apoiar os familiares que lutaram contra a sublevação militar de 1936, criaram redes de caráter solidário-assistencial que foram pouco a pouco adotando uma função política. Deste modo, as primeiras manifestações das mulheres contra a ditadura militar se produziram a partir de postulados que compartilhavam com o franquismo a condição da mulher como figura para apoiar o homem, pois estas redes de apoio não existiriam no sentido contrário, isto é, homens que se agrupam para apoiar e ajudar as presas políticas.

Esta atividade política das mulheres situa-se nas raízes de organizações feministas posteriores, como as assembleias de mulheres de Barcelona (onde se discutem tanto problemas específicos das mulheres como questões políticas gerais do momento) que dariam lugar ao *Movimiento Democrático de Mujeres* (MDM) (criado em 1965 - 1969). Estas organizações clandestinas de mulheres vinculadas a partidos políticos, unidas às atuações individuais de mulheres que, de forma individual e através de escritos em jornais ou livros tratavam da problemática específica das mulheres, repercutiram decisivamente no movimento feminista da década de 1970.

Durante os anos sessenta houve uma radical transformação da vida social que foi propiciada pela desconformidade com a forma de vida das mulheres, soterrada em tarefas domésticas cotidianas; pela forte emigração das zonas rurais às urbanas; pela nuclearização da família extensa; pelo incremento do proletariado e das classes médias urbanas; pelo acesso das mulheres ao ensino médio e superior (em menor em medida e, nos dois casos, sempre por baixo dos homens); pela implantação da sociedade de consumo (a publicidade oferecia soluções rápidas aos problemas cotidianos) e pela

valorização cada vez maior do dinheiro. Este contexto social e econômico incentivava as mulheres à procura de emprego, o que as levaria ao questionamento do autoritarismo patriarcal reforçado pela ditadura, tanto nos espaços domésticos como nos públicos.

Na década de 1965-1975 houve uma proliferação de atividades feministas – M^a Aurelia Campany publicou um estudo intitulado *La dona a Catalunya: consciència i situació*¹⁹ e outros livros sobre feminismo, e um coletivo de mulheres feministas em Barcelona escreve *La mujer en España*. Castilla del Pino, psiquiatra que baseou sua defesa das mulheres em sua longa experiência na consulta psiquiátrica, denuncia que a mulher é um objeto erótico para o homem, e aponta que é inútil transformar as condições de vida da mulher se não se transformam as do sistema, sendo a exigência de transformação do “sistema patriarcal” a luta principal do movimento feminista dos anos sessenta (Caballé, 2013). Estas manifestações dão nome a este período como “de tomada de consciência de mulheres militantes contra a ditadura” e “segunda etapa do movimento de mulheres” (Sardá, 2007, p. 146). Juntamente com estas numerosas atividades ocorreu o processo de implantação e crise do MDM. A crise deste movimento foi resultado da percepção da falta de igualdade entre homens e mulheres na participação política: de um lado, anima-se as mulheres a participar politicamente, e estas são promovidas dentro das organizações, mas, de outro lado, são mal vistas se são ativas. Segundo Amparo Moreno Sardá (2007), uma das consequências mais negativas da falta de análise da problemática da mulher é o anti-feminismo de muitas militantes. Somente o auge do movimento feminista a partir do Ano Internacional da Mulher (1975) forçou os partidos de esquerda a rever sua postura.

Depois de 1975, a Transición

Em 1975, a morte do ditador Francisco Franco deu passo para a democracia e para profundas transformações na sociedade espanhola, período conhecido com o nome de Transición.

Esse foi declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher, o que abriu espaço para a celebração de eventos que tratassem a “questão feminina”: as Jornadas

¹⁹ A autora resgata os contributos da mulher na história de Espanha, eliminados pelo franquismo. Concretamente, reconstrói o papel da mulher e das ideias sobre ela na Catalunha, com uma legislação que a diferenciava da mulher espanhola: a sobrevivência da legislação romana na Catalunha durante a Idade Média proporcionaria singularidade aos direitos da mulher catalã, o que não seria atingido no resto da Espanha, mais submetida à influência árabe-judaica e ao direito germânico (CABALLÉ, 2013).

Nacionales por la Liberación de la Mujer, em Madri – primeiro encontro feminista de caráter nacional - e, posteriormente, as I Jornadas Catalanes de la Dona em Barcelona (Caballé, 2013). Marcando o período de expansão do movimento feminista, estas jornadas também evidenciaram o foco de tensão entre as posturas de fidelidade absoluta aos interesses dos partidos políticos (denominado “feminismo-luta de classes”) face a outras que questionaram o papel dos partidos no movimento feminista e propunham sua independência das organizações políticas e sindicais (“feminismo radical”).

A partir de 1976 surgiram diversos grupos feministas por todo o Estado espanhol, mas aquele que conseguiu maior relevância foi a Frente de Liberación de la Mujer, de Madrid, que se definiu como grupo formado por mulheres, independentemente dos partidos políticos, do Estado e das organizações setoriais, autônomo, anticapitalista, contra todas as estruturas de dominação, que visava a construção de uma sociedade socialista e que aceitava a dupla militância de seus membros. Perante esta postura, e defendendo a total autonomia do movimento, estão as que se definiram como feministas radicais. Estas formaram o Seminario Colectivo Feminista²⁰, que entendia que a mulher constituía uma classe social e, como tal, devia construir a própria organização (Folguera, 2007).

Em 1977 quase todos os partidos políticos ofereciam um programa político dirigido às mulheres²¹. A etapa de transição política consolida-se definitivamente com a elaboração e aprovação da nova Constituição em 1978, que estabelece as bases legais para a eliminação das desigualdades jurídicas ainda presentes na legislação espanhola. No seio do feminismo, o debate sobre o texto constitucional polarizou as posições: enquanto mulheres com uma dupla militância apoiaram o texto constitucional, os grupos feministas radicais o recusaram. No entanto, o processo de construção democrática prescindiu da participação das mulheres. Como indica Anna Caballé: “os

²⁰ Este grupo se cindiria mais tarde entre o grupo LAMAR (Lucha Antiautoritaria de Mujeres Antipatriarcales Revolucionarias), os Colectivos Feministas Homologados e a Organización Feminista Revolucionaria.

²¹ A direita democrática reconhecia a igualdade formal entre homens e mulheres, a necessidade de uma política educativa e cultural para a mulher e proteção para a família; os liberais e democratas cristãos tinham um programa parecido ao anterior, mas faziam referência à reforma do direito de família e à necessidade de incrementar os serviços sociais; os partidos socialista, comunista e os situados à esquerda do Partido Comunista Espanhol recolhiam todas as demandas das mulheres, propugnando a plena igualdade entre os sexos nos âmbitos jurídico, laboral e familiar, assim como a criação de serviços coletivos que permitissem socializar o trabalho doméstico (Folguera, 2007, p. 169).

novos políticos espanhóis não tiveram o menor problema em se impor a suas companheiras pelo procedimento de ignorá-las” (2013, p. 271).

Estes foram anos muito prolíficos para o feminismo pela grande intensidade de propostas. Uma das primeiras coisas a ser combatidas pelas feministas dos anos setenta foi a separação imposta pelo nacional catolicismo entre o público e o privado, o que se conhece como a segunda onda feminista. Na concepção de Caballé (2013), o ícone mais representativo desta emergência do feminismo é a revista *Vindicación Feminista*, dirigida pela jornalista Carmen Alcalde e fundada em colaboração com Lidia Falcón²². A revista pretendia fazer uma radiografia completa da cultura na Espanha analisada de uma perspectiva feminista. A sexualidade era um tema muito abordado na revista, passando pela liberação sexual, a problematização dessa liberação, a prostituição, a pornografia...

Uma das questões fundamentais que apareceram no movimento feminista daqueles anos era se os partidos políticos impregnados de ideologia patriarcal são ou podem ser capazes de oferecer alternativas que incluam os diversos contributos que as mulheres podem fazer a uma nova organização da vida social ou se, pelo contrário, essas alternativas devem criar-se à margem destas organizações (Sardá, 2007). Esta disjuntiva foi manifesta nas II Jornadas Estatales sobre la Mujer, celebradas em Granada em dezembro de 1979, e acarretaram o declive do intenso feminismo vivido desde 1975. Dois temas polarizaram os debates: de um lado, a vontade de encaixar a luta feminista na luta marxista de classes, defendida pelo “feminismo da igualdade”, do qual eram partidárias as seguidoras do “feminismo socialista”; de outro, a visibilidade da sexualidade feminina reivindicando o clitóris²³, a masturbação e o lesbianismo, questões postas pelo “feminismo da diferença”, que não fazia distinção entre o público e o privado e que concebia a necessidade de que as mulheres fossem entendidas não só como militantes, mas como uma totalidade. Assim, o movimento de liberação da mulher provoca um questionamento do sistema patriarcal que se manifesta entre um feminismo

²² Lidia Falcón seria a líder mais ativa da opção radical e defende a ideia de ser a mulher uma classe econômica e socialmente oprimida; defende ainda uma mudança revolucionária das estruturas sociais e a reserva do direito de admissão à militância masculina. Para ela, a alienação feminina procede de sua condição reprodutora – a passagem do direito materno aos filhos para o direito paterno, como forma de controlar o depósito de seus bens em seus próprios filhos, teria exigido a virgindade feminina (Caballé, 2013).

²³ A “reivindicação” do clitóris era um dos temas principais em 1979, simbolizava o desejo de parar com uma forma de entender a sexualidade em que a mulher não se espelhava.

da igualdade, vinculado às formas políticas mais tradicionais, e um feminismo da diferença, que reclama a procura de uma identidade feminina diferente dos modelos tradicionais de domínio/submissão (Sardá, 2007). As mulheres mais jovens deste período uniram-se a um feminismo radical, que questionava a tradicional reivindicação de “igualdade” e aventuravam-se na busca da própria identidade, pessoal e coletiva.

Neste período foi introduzida a ideia de que a eliminação do patriarcado não só teria consequências para as mulheres, mas também para os homens. Neste ponto é importante a contribuição do sociólogo Josep-Vicent Marqués, que evidenciaria o nexo entre a liberação feminina e a masculina, a que muitas feministas apoiavam quando se sublinhava a dependência do homem da dependência da mulher (Sardá, 2007).

Em 1981 foi legalizado o único partido feminista (Partido Feminista) da história de Espanha, fundado por Lidia Falcón e com sede em Barcelona, trata-se de um partido marxista-feminista que afirmava que a mulher é o grupo mais numeroso de todas as classes sociais e aquele que ocupa um lugar determinado historicamente pela divisão sexual do trabalho, ocupando-se do modo de produção doméstico (reprodução de outros seres humanos e realização de afazeres domésticos). Desta maneira, encontra-se oprimido pelos homens de todas as restantes classes sociais em todos os sistemas sociais, relaciona-se com eles em regime de servidão e destina-se à reprodução e à manutenção da força de trabalho na organização social do trabalho (Folguera, 2007).

A partir de 1982 produz-se uma completa dispersão de grupos e organizações feministas que se definem por seu caráter pluralista em que cabem todas as tendências do feminismo e que estão unidos por um objetivo comum a curto prazo: seja a educação não sexista, a legalização do aborto²⁴ ou objetivos culturais ou formativos (Folguera, 2007, p. 176). As razões dessa desagregação do movimento feminista seriam: a) a pouca acolhida de suas demandas nos sindicatos e movimentos sociais; b) a institucionalização do feminismo, cujas facetas mais visíveis são a criação do Instituto de la Mujer pelo governo socialista em 1983 e dos Departamentos de la Mujer nas comunidades autônomas, unido à profissionalização do feminismo; c) a maior consciência feminista entre as mulheres não vinculadas a movimentos femininos, que as levou a lutar por uma mudança social nos diversos espaços da vida e que se orienta para a ruptura das antigas

²⁴ Legalizado em 1985 nos supostos contemplados pela lei: perigo grave para a saúde física ou psíquica da mulher grávida, violação ou deformação do feto.

pautas de comportamento, recusando as atitudes patriarcais dos sistemas de poder e dos homens (Folguera, 2007, p. 178-179).

Em 1985 as mulheres já podiam compaginar sua vida profissional com sua vida privada, porém, o sistema patriarcal limitava suas possibilidades reais na vida cotidiana: fustigação no âmbito profissional, freio da promoção, exigência da exploração do atrativo físico. Por outro lado, as mulheres que conseguiam ter sucesso profissional ou que lutavam por aquilo que achavam justo não viram refletida essa mudança nos parceiros, ficando a solidão como correlato dessa luta na vida privada. Carmen Alborch (citada por Caballé, 2013, p. 310) recolhe este aspecto do feminismo em um ensaio histórico-reflexivo intitulado *Solas* (1999) e que se converteu no último Best seller do feminismo espanhol, fato que reflete bem o sentir do momento.

Neste período também surge o feminismo acadêmico, que acolhe mulheres que haviam compatibilizado a atividade acadêmica com a participação em organizações e movimentos sociais. Desse ângulo, critica-se o caráter androcêntrico do discurso científico e desenvolvem-se pesquisas orientadas para a recuperação da visibilidade das mulheres na ciência.

A globalização do movimento feminista

Com o processo de globalização, produz-se maior difusão e influência recíproca das ações feministas de todo o mundo e do feminismo internacional mais institucionalizado. No desenvolvimento de políticas de igualdade e de não discriminação no marco estatal, adquire grande relevância a estratégia de “mainstreaming”, que implica a integração progressiva do princípio de equidade de gênero nas políticas definidas pelo Estado e pelos agentes de intervenção global e no âmbito das relações internacionais e pelos diferentes Estados (Folguera, 2007).

O movimento feminista no momento atual

Três seriam as posições políticas coexistentes no movimento feminista atualmente (Pardo, 2007): 1) a não intervenção no processo político, com enfrentamento e denúncia às instituições; 2) a dedicação prioritária ou exclusiva ao trabalho institucional; 3) a combinação do trabalho de pressão social com a incidência nas instituições.

Como crítica ao movimento feminista de hoje e como perspectiva de futuro, a feminista Rosa Pardo (2007) aponta para a importância de que o feminismo considere mais classes sociais do que a classe média urbana, para conseguir a universalização das ações e traçar, assim, o duplo objetivo de lutar contra o patriarcado e contra o capitalismo. Por seu turno, a feminista Victoria Sendón de León (2007) destaca, como perspectiva de futuro, a reinvenção de uma economia para a coletividade criada pelas mulheres e a busca de uma nova estrutura de família. Elementos estes que se situam à base do capitalismo (família e economia)

Anna Caballé (2013) aponta, em seu estudo, que percorre o caminho seguido pelo feminismo na Espanha, suas principais tendências e correntes hoje:

- Feminismo histórico, representado por Lidia Falcón e sua tese sobre a mulher como classe oprimida e sistematicamente em luta contra um sistema patriarcal que a oprime.
- Feminismo ético ou humanista, desenvolvido por Celia Amorós, que aposta por um projeto de sociedade em que seja possível o ‘sujeito máximo’, compreendendo com isto um sujeito com um nível máximo de autonomia e de capacidade crítico-reflexiva.
- Feminismo da igualdade, defendido por Amelia Valcárcel, que aposta pela luta política para a igualdade entre os sexos. Permanece fiel à tese de Simone de Beauvoir no *O segundo sexo*, segundo a qual: “não se nasce mulher, torna-se mulher”.
- Feminismo da diferença, que parte da diferença entre homens e mulheres e da valorização da cultura feminina, cujo seio é a maternidade e a relação materno-filial.
- Teoria queer, que parte da ideia do gênero como construção social e não como fato biológico, convidando a repensar a noção de identidade sexual de fora do marco social estabelecido.
- Feminismo “ensimesmado” (Caballé, 2013, p. 319), que não forma parte de nenhuma batalha pública e se alia à moda, ao consumo e à beleza para atingir o bem-estar emocional. Esta corrente estaria sendo fomentada pelo prolongamento da capacidade erótica da mulher – que abrange etapas antes não contempladas, como o climatério.

Contrapontos e Semelhanças. Traços relevantes.

“A conjuntura política apenas agravou, de forma marcante, o que constitui um impasse estrutural do feminismo, dado por duas ordens de questões: de um lado, pela difícil articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca ao teor libertário feminista; e de outro, o já mencionado fato de que o feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos” (Sarti, 2001, p. 42).

O primeiro aspecto que chama a atenção é que o surgimento de ditaduras civil-militares no Brasil e na Espanha foi um fator que marcou profundamente o desenvolvimento do movimento feminista nos dois países - Brasil (1964 – 1984) e Espanha (1939 – 1975). O fato de terem passado por uma ditadura, imprimiu um caráter próprio ao movimento feminista que começava a desenvolver-se.

Antes do surgimento da ditadura, no século XIX, a imprensa escrita teve um papel fundamental na difusão da “questão feminina” com o intuito de procurar apoio. No Brasil, os jornais editados por mulheres desempenharam um grande papel para estimular e disseminar as novas ideias a respeito das potencialidades femininas. Na Espanha, a luta feminista neste século estava centrada no fomento da educação feminina, desempenhando um grande papel para a sensibilização da “questão das mulheres” os livros e artigos publicados por personalidades da altura (Concepción Arenal, Emilia Pardo Bazáon, Concepción Gimeno ou Adolfo González Posada).

Nos dois países, o movimento feminista surgiu como um movimento discreto, impulsionado por mulheres de camada média, em comparação com os países berço do feminismo (Inglaterra, França e Estados Unidos). No Brasil, um fator que freou o movimento feminista foi a ditadura militar. Na Espanha, ademais da ditadura franquista, antes e durante a mesma, foi a Igreja católica. A relação com a igreja foi muito diferente nos dois países. Como vimos, no contexto brasileiro, o tom predominante foi o de aliança entre os grupos de esquerda, parcelas da Igreja Católica (sobretudo aquela envolvida com as comunidades eclesiais de base e a teologia da libertação) e os grupos feministas, unidos todos pela oposição ao regime autoritário. No contexto espanhol, pelo contrário, a Igreja católica ofereceu uma oposição frontal ao movimento feminista, posicionando-se, durante a guerra civil, do lado dos sublevados. O regime autoritário abafou o movimento que se estava gestando anteriormente, devido à prisão direta, ao exílio ou ao silêncio forçado das participantes. Por outro lado, também surgiu nos dois contextos uma importante figura que se situa na origem do movimento feminista

posterior: a “mulher do preso”. Esta figura, pressionada pela necessidade de formar uma rede de apoio a familiares encarcerados pela ditadura militar, vai configurando uma organização estruturada em torno do papel tradicional da mulher, isto é, estar aí para os outros. Em sentido inverso, não houve uma rede formada por homens para apoiar as mulheres familiares encarceradas. Nestes países, o feminismo estava claramente ligado ao pacifismo, pela convicção de que a natureza da mulher é pacífica e o encadeamento dos conflitos bélicos na história só demonstrava a secular marginalização das mulheres do poder. Assim, elas se manifestaram contra a Guerra Mundial, pela consecução da anistia aos presos políticos e em prol da paz mundial.

No Brasil, o feminismo, mesmo nascendo na classe média e intelectual, configurou-se como movimento interclasses, havendo grande interrelação e discussão entre as classes médias e baixas e adotando as demandas de todas (relacionadas com sexualidade, aborto, nas primeiras, com creche, no segundo). Além disso, questões ligadas à economia feminista teriam sido já expostas desde os anos setenta, como a maior intervenção do Estado para o fomento da qualidade de vida, a socialização do trabalho doméstico, criação de creches, lavanderias e refeitórios públicos, valorização do trabalho doméstico e de cuidados, corresponsabilidade nos afazeres domésticos e direito ao tempo livre e ao trabalho remunerado. Na Espanha, a Frente de Liberación de la Mujer, fundada em 1976, também defenderia estas questões (creches com horário 24 horas, socialização do trabalho doméstico e da educação dos filhos, direito da mulher para dispor de seu corpo). Porém, durante esta década o principal debate do feminismo na Espanha era a questão da autonomia do movimento feminista ou sua inclusão nos diferentes partidos políticos que tinham sido legalizados.

Com a democracia e a legalização dos partidos políticos, nos dois países aparecem o debate e a cisão no movimento feminista entre as que consideravam que este devia passar a formar parte dos partidos políticos (denominado como feminismo-luta de classes) e as que acreditavam no feminismo como movimento autônomo (com ênfase ao corpo, à sexualidade, ao prazer). Também nos dois casos os partidos de esquerda não aceitaram a “questão feminina” como parte da própria luta e, mesmo acolhendo mulheres no movimento, muitas vezes foram subsumidas na condição de seu papel tradicional e foram mal vistas quando saíam desse papel e participavam mais ativamente. Mais tarde, com a declaração da ONU do Ano internacional da mulher, os

partidos políticos reconheceram o engano, mas a maior parte só assumiu a luta das mulheres parcial ou (apenas) retoricamente. Por outro lado, tanto no Brasil como na Espanha foi fundado um partido político feminista que, também nos dois casos, não teve longa vida.

Outro ponto de convergência é a atomização do movimento feminista a partir dos anos 1980 devido, principalmente, à institucionalização e à profissionalização do movimento.

É pertinente assinalar, para os propósitos deste estudo, a importância de São Paulo e de Barcelona como centros chave para o surgimento e progresso do feminismo nos respectivos países. São Paulo foi o seio de grupos de reflexão de mulheres e centro das primeiras organizações feministas. Barcelona foi seio do movimento feminino operário, pois teve um desenvolvimento industrial muito superior do que o resto da Espanha, e também de diferentes associações feministas e do Partido Feminista fundado por Falcón. Não foram os únicos centros, mas sim uns dos principais.

Com a globalização, o movimento feminista tem uma grande comunicação a nível mundial, recebendo influências de todas as latitudes e encurtando distâncias, o que facilita seu desenvolvimento paralelo nos países ocidentalizados. Como aponta Pilar Folguera (2007), a globalização tecnológica está favorecendo a difusão das reivindicações dos direitos das mulheres em todo o mundo e a interação entre organizações internacionais de mulheres, organizações de âmbito regional e nacional, assim como a atuação de grupos de base que podem incidir de forma direta nas instâncias supranacionais.

Seguindo o raciocínio de Geraldine M. Scanlon (2007), podemos apontar três conquistas fundamentais do movimento feminista que se dão nos dois países: 1) a criação de uma rede importante de serviços para o atendimento à mulher (p.e. refúgios para mulheres que sofrem violência doméstica), espaços de discussão sobre a questão da mulher (congressos, academia...); 2) conquistas no campo legislativo: foram atingidos uma série de direitos que significaram em grande parte a realização do projeto do primeiro feminismo inspirado na igualdade de direitos entre homens e mulheres; 3) mudança nas atitudes sociais, não só das mulheres, mas do conjunto da sociedade, que respeita os direitos da mulher, o que fica refletido nos discursos.

Por tudo o que expusemos, podemos perceber que o movimento feminista de São Paulo e o de Barcelona não são muito distantes, aproximação que se acelera hoje, com a globalização, quando as correntes de feminismo circulam rapidamente entre os espaços. Por isso, os feminismos da igualdade e da diferença, em suas vertentes mais modernas, não são privilégio de um só lugar e, tanto no Brasil como na Espanha, podemos encontrar mostras de que estas duas vertentes continuam vigentes.

Capítulo Três. A pesquisa empírica: questões metodológicas

Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual realizamos um estudo comparativo. Procedemos, em primeiro lugar, a um levantamento da literatura relevante para, em seguida, realizar entrevistas a quinze mulheres em São Paulo e quinze em Barcelona. Chegou-se a este número em razão, de um lado, da diversidade de relatos, percepções e representações que este número já permite produzir, e de outro, do grande volume de material que se produz com as entrevistas, tal qual afirma Schraiber (1995), para a pesquisa qualitativa em entrevistas gravadas, como no presente caso. O grupo de interesse está formado por mulheres que aderem à perspectiva feminista ou que pertencem ao movimento feminista, em qualquer de suas correntes de pensamento, ou, ainda, que aderem a qualquer das lutas desse movimento mesmo que não participem do movimento como um todo. Além disso, são mulheres com filho com 3 anos ou mais, que moram com o parceiro e com trabalho remunerado, fora de casa ou em casa, com escolaridade superior completa e na faixa etária entre 25 a 49 anos. Essa escolha se deve à preocupação de que, ao ser entrevistada, a mulher tenha acumulado alguns anos de experiência no cuidado de uma criança pequena e com o trabalho social, em casa ou fora de casa. Consideramos que o interesse da pesquisa é recolher a experiência (privada e pública) de cada participante como simpatizante ou beneficiária do movimento feminista e, por isso, a diferença de idade não é um empecilho, mas um dado que enriquece a pesquisa ao abranger um leque mais amplo de experiências.

Para a captação das participantes, contamos com a colaboração de duas ONGs, uma em cada local. Em São Paulo, tivemos o apoio do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde²⁵ e, em Barcelona, da Associação Avalon²⁶. Também recorremos, para convidar essas mulheres a participarem do estudo, ao método de ‘bola de neve’ (Schraiber, 1995; Minayo, 1993). Todas as entrevistadas leram e assinaram o termo de consentimento ético pós-informado e o projeto já foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa da Faculdade de Medicina da USP, em 02/10/2014. A duração média de cada

²⁵ Organização Não Governamental que desenvolve um trabalho com especial foco na atenção primária à saúde das mulheres, a partir de uma perspectiva feminista e humanizada.

²⁶ Organização Não Governamental que acompanha outras associações de porte pequeno e médio para potencializar seu funcionamento e ajudá-las a conseguir seus objetivos. Avalon atuou como intermediária entre nós e outras ONGs que trabalham com mulheres a partir de uma perspectiva feminista para facilitar a captação de participantes.

entrevista foi de duas horas e meia, variando entre 1 hora e 4 horas. A transcrição das entrevistas gerou uma média de 30 páginas por participante.

O roteiro consta de 46 perguntas (Anexo) divididas em 8 áreas temáticas: caracterização sociológica, trabalho remunerado, afazeres domésticos, parto e cuidados das crianças, lazer e saúde, distribuição dos tempos, feminismo e perguntas sobre a pesquisa. A colocação das perguntas podia variar em função do andamento da entrevista, mas procura começar pela adesão ao movimento feminista, isto é, se a entrevistada considerava-se feminista, ou pelo parto e criação das crianças, ou seja, se ela fez parto domiciliar. Esta variação na colocação das perguntas responde ao interesse de deixar mais à vontade a participante, na medida em que ela começa a responder questões consideradas mais próximas de seus interesses. Com este roteiro, pretendemos indagar os conflitos que as participantes experimentam na relação entre as diferentes áreas de sua vida.

Para o bom curso da entrevista, a entrevistadora se esforçou em estabelecer uma relação pessoal e íntima que fomentasse o diálogo, colocando-se com a intenção de apreender a forma de entender a realidade da entrevistada e não como julgadora externa dessa realidade.

A opção pela entrevista semi-estruturada como método de produção de dados deve-se à flexibilidade que permite a técnica durante a própria entrevista, facilitando o enraizamento na realidade social e a ligação com a teoria; à possibilidade de criação da história de vida da entrevistada e, por isso, da inclusão da dimensão “tempo” na narrativa criada; e à facilitação da captação dos processos individuais, informais, privados e domésticos exercidos pelas participantes para a mudança social (Thompson, 1980). Estes processos são um dos focos principais da pesquisa, que serão analisados como estratégias que as participantes põem em prática para mudar a realidade em que vivem. Para tal, a entrevista semi-estruturada revela-se um método ótimo, pois permite estudar uma realidade social e coletiva através de narrativas individuais e vivências singulares e sua situação no lugar coletivo; produz relatos que misturam a descrição da vida cotidiana com reflexões mais gerais sobre a experiência de conciliação entre a vida laboral e pessoal (Schraiber, 1995) e demanda uma atualização constante do roteiro da entrevista fundamentado na avaliação subjetiva das possibilidades do diálogo.

Concordamos com Schraiber (1995, p. 73) quando afirma que:

(...) o caráter do instrumento de pesquisa muito amplo, sua definição sob princípios operativos muito genéricos e a grande dose de decisões pessoais do pesquisador no curso de sua utilização no trabalho de campo, têm sido os aspectos mais polêmicos quanto à técnica desta forma de investigação. São eles, porém, ao mesmo tempo, sua marca mais produtiva. É exatamente esta sua natureza que permite melhor explorar a subjetividade como objeto de conhecimento, já que promove resgate das dimensões subjetivas dos processos sociais que respeita o todo complexo de sua constituição (...).

Por isso, a entrevista é um método idôneo para a análise comparativa intercultural já que permite apreender as representações e imaginários sociais de cada contexto em jogo para visualizar as pontes e os contrapontos entre ambos.

Para o registro das entrevistas foi usada gravadora e caderno de campo. O uso da gravadora é muito útil para a recolha de informação e, mesmo que possa acarretar algum constrangimento pela inclusão de um “terceiro” na relação, esse inconveniente é facilmente corrigido pela habituação da participante à situação. O caderno de campo foi muito útil para anotar os aspectos contextuais relevantes na pesquisa e as informações que apareceram em conversações informais fora do contexto da entrevista.

Adotamos para a análise a abordagem da psicologia cultural fornecida por Serrano (1996, p. 101), que consiste em elucidar

las relaciones de dominación que se esconden tras las prácticas culturales que los agentes emplean en la consecución de sus propios intereses de clase, de género u otros cualesquiera cuyos efectos tiendan a aumentar las patologías sociales y psicológicas.

Neste sentido, trataremos de desvendar o tipo de relações de gênero que são prescritas pelas práticas culturais nos dois contextos abordados; os processos individuais, informais, privados e domésticos exercidos pelas participantes para a mudança social; e de que forma isso afeta a saúde das mulheres.

O objetivo da análise é a compreensão hermenêutico-dialética do objeto de pesquisa que “procura apreender a prática social empírica dos indivíduos na sociedade em seu movimento contraditório” (Minayo 2002, p. 101). As duas aproximações se complementam, seguindo a Minayo (2002), de diferentes maneiras: A) A busca de compreensão da hermenêutica é complementada pela atitude crítica estabelecida pela dialética. B) A orientação dialética procura criticar os relatos produzidos, procurando,

na sua especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo, e nas diferenciações internas, sua contribuição ao conhecimento e às transformações. Desta forma, levando em conta que as pessoas que vivem determinada realidade são condicionadas por determinado momento histórico, podem ter, simultaneamente, interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem. C) As duas perspectivas compartilham a importância do contexto no qual foi produzido o relato para ser entendido na totalidade dinâmica das relações sociais de produção nas quais se insere. D) As duas aproximações valoram a vida social como valor comum que reúne todos os seres humanos e de todos os lugares. E) A dialética propõe a superação do ‘quantitativismo’ e do ‘qualitativismo’ na pesquisa (Minayo, 2002, pp. 101-103).

Para atingir este objetivo, fizemos uma análise temática do material produzido em campo. Trata-se um método para identificar, analisar e reportar padrões (temas) entre os dados, permitindo organizá-los em detalhe e interpretando vários aspectos do tema de pesquisa (Braun e Clarke, 2006). O interesse deste método de análise é que não está comprometido com nenhum marco teórico preexistente e, por isso, pode ser usado com diferentes marcos teóricos. É um método que pode ser usado para refletir a realidade e para “desembaraçar-se” dela examinando os efeitos do discurso na mesma (Braun e Clarke, 2006, p. 86).

Para a detecção dos temas de análise, realizamos uma aproximação dupla: de um lado, realizamos uma análise temática “teórica”, isto é, conduzida pelo interesse analítico e teórico da pesquisadora; esta análise foi complementada com uma identificação dos temas de maneira indutiva ou “de baixo para cima”, isto é, os temas que surgiram das entrevistas. Neste segundo caso, a análise procede da descrição para a interpretação (Braun e Clarke, 2006, p. 89).

Nesta análise, realizamos três tipos leituras das entrevistas: uma primeira para captar o pensamento de cada mulher entrevistada, o que a literatura chama de “impregnação”. Nesta leitura extraem-se os temas propostos pelo roteiro e aqueles que emergem da entrevista e o tratamento dado a eles pela entrevistada, podendo-se interpretar por meio desse conteúdo do discurso produzido as representações sociais dessa mulher. Uma segunda leitura dirá respeito à comparação entre as entrevistas da mesma cidade: as mulheres de São Paulo e as de Barcelona, podendo-se interpretar o sentido mais grupal e o imaginário social resultante de cada contexto geopolítico. A

terceira leitura será a comparação entre essas duas cidades enquanto contextos socioculturais diversos, como apontado nos objetivos do estudo. Esses dois últimos tipos de leitura produzem uma interpretação do tipo hermenêutico na análise do material.

A contextualização dos relatos empiricamente produzidos com uma perspectiva histórica é central no construtivismo social e, concretamente, na interpretação hermenêutico-dialética. Neste sentido, nos situamos na linha desenhada por Dias (1992), no ensaio sobre hermenêutica e perspectiva histórica, que aborda a importância da consciência histórica para as teorias feministas, na medida em que insistem na crítica de categorias universais herdadas de um contexto cultural prescrito (1992). Assim, segundo esta autora, dois grandes nomes do pensamento feminista, Joan Scott e Teresa de Lauretis (Dias, 1992 p. 40 e p. 159), ressaltam a perspectiva histórica, propondo a primeira a historicidade das relações de gênero como meio de desmitificar ao próprio conceito e a segunda a abordagem da experiência feminina em contextos delimitados no tempo e no espaço, voltando-se para a construção da subjetividade como processo essencialmente social e histórico. Desta forma, confirmamos a importância da contextualização histórica dos espaços que acolhem as participantes para a compreensão dos relatos.

Capítulo quatro. Maternidade, saúde e trabalho social produtivo em São Paulo e em Barcelona

Identificação das participantes

	Nome ²⁷	Idade	Cor da pele	Nível de estudos	Moradia	Renda familiar
São Paulo	Amanda	26 anos	Branca	Superior Completo	Casa em bairro de classe média em São Paulo	Entre 1.734 e 7.475 R\$.
	Berta	31 anos	Negra	Superior Completo	Casa em bairro de classe média de São Paulo	Mais de 9.745 R\$
	Cecília	35 anos	Branca	Superior Completo	Apartamento em bairro de classe média de São Paulo	Mais de 9.745 R\$
	Delma	49 anos	Branca	Superior completo	Casa em bairro de classe média de São Paulo	Mais de 9.745 R\$
	Dirce	36 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de São Paulo	Mais de 9.745 R\$
	Fernanda	40 anos	Branca	Superior completo	Chácara em Itupeva	Entre 5.000 e 9.000 R\$
	Gisele	30 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de São Paulo	Entre 7.475 e 9.745 R\$
	Lana	37 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de São Paulo	Entre 1.734 e 7.475 R\$.
	Mila	44 anos	Branca	Superior completo	Casa em bairro de classe média de São Paulo	Mais de 9.745 R\$
	Paloma	35 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de São Paulo	Entre 1.734 e 7.475 R\$
	Patrícia	40 anos	Branca	Superior completo	Casa em bairro de classe média de São Paulo	Mais de 9745 R\$
	Penha	29 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de São Paulo	Mais e 9745 R\$
	Sandra	42 anos	Branca	Superior completo	Casa em bairro de classe média de São Paulo	Ente 1.734 e 7.475 R\$
	Sofia	40 anos	Branca/amarela	Superior completo	Casa em bairro de classe média de São Paulo	Entre 7.475 e 9.745 R\$ e mais de 9.745

²⁷ Para proteger a privacidade das entrevistadas, os nomes que aparecem neste estudo são fictícios.

	Nome ²⁷	Idade	Cor da pele	Nível de estudos	Moradia	Renda familiar
	Valeria	43 anos	Negra	Superior completo	Casa em bairro de classe média de São Paulo	Mais de 9.745 R\$
Barcelona	Alana	42 anos	Branca	Superior completo	Casa em Cerdanyona	4 salários mínimos
	Alba	43 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de Barcelona	4 salários mínimos
	Beatriz	45 anos	Branca	Superior completo	Casa em Sant Vicenç de Montalt	4 salários mínimos
	Carla	36 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em Mataró	5 salários mínimos
	Etel	42 anos	Branca	Superior completo	Casa em Arbucias	Entre 2 salários mínimos e 2 e meio
	Júlia	39 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em Gelida	3 salários mínimos
	Lena	42 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de Barcelona	3 salários mínimos
	Marisa	32 anos	Branca	Superior completo	Casa em Sant Joan de Mediona	4 salários mínimos
	Nara	35 anos	Branca	Superior completo	Chácara em Manresa	3 salários mínimos
	Noelia	37 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em Mollet del Vallés	4 salários mínimos e meio
	Sira	39 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de Barcelona	3 salários mínimos e meio
	Sol	38 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de Barcelona	4 salários mínimos
	Susana	34 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em Sant Cugat del Vallés	2 salários mínimos e meio
	Teo	42 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de Barcelona	Muito variável
	Violeta	37 anos	Branca	Superior completo	Apartamento em bairro de classe média de Barcelona	3 salários mínimos e meio

O leque de idade das participantes de São Paulo varia entre os 26 e os 49 anos. A idade mais frequente é 40 anos e a média 39. A renda familiar segue faixas de renda

familiar calculadas pelo Centro de Pesquisas Sociais em 2014. O leque de idade das participantes de Barcelona varia entre 32 e 45 anos. A idade mais frequente é 42 anos, pois há quatro participantes dessa idade, e a média de idade é 39 anos. A renda familiar é calculada em função do salário mínimo interprofissional que, no momento de realização das entrevistas era de 750 euros.

Vemos como há uma maior variabilidade de idade entre as participantes de São Paulo, mas a média nos dois contextos é 39.

Categorias das participantes de São Paulo

Depois de fazer as leituras de impregnação e de comparação das 15 participantes de São Paulo, analisamos os relatos em função das áreas temáticas mais relevantes para a pesquisa com base no agrupamento de conteúdos similares trazidos pelas participantes e em conteúdos relevantes para o estudo. Apresentaremos, a seguir, os eixos temáticos emergentes para, logo depois, passar à discussão dos resultados.

1. Temas relacionados com a atenção à saúde

Este eixo temático refere-se a como as participantes entendem e cuidam da própria saúde. Não está referido somente à saúde sexual e reprodutiva, mas sim à saúde em um sentido amplo. Desta forma, é uma referência a noção de *cuidado de si* proposta por Foucault, entendida, como referido mais atrás, como a “arte da existência”, isto é, como o princípio segundo o qual convém ocupar-se de si mesmo, tanto do corpo como da mente e do espírito, para atingir desta forma a felicidade (Foucault, 1984).

1.1. As participantes e o autocuidado

Todas as participantes são conscientes da importância de cuidar de si e sabem que esse cuidado pode vir de diferentes fontes: tempo livre, estética, exercício, alimentação saudável... Mesmo não conseguindo ter muito tempo para isso, elas praticam diferentes formas de autocuidado, dependendo em grande medida do tempo disponível, da capacidade financeira e do apoio social. Observamos que as participantes com menos recursos – tempo, dinheiro ou apoio social - conseguem cuidar pelo menos da alimentação, priorizando uma alimentação saudável, enquanto outras conseguem ter mais atividades dedicadas a esse cuidado, que vão de atividades mais estéticas à

massagem, ao exercício físico, às atividades de lazer ou inclusive à opção de não fazer nada.

*Então eu faço terapia, faço aulas de piano, não faço nada... assim, ficar um tempo sem fazer absolutamente nada... eu acho isso tão importante quanto trabalhar e cuidar deles! Não tenho culpa se eu vou ao cinema, se eu... Nenhuma. Eu sei que cuidar de mim é muito importante para que eles estejam bem também, e também é importante eu estar bem por mim mesma!*²⁸ (Berta).

A minha alimentação é muito boa, praticamente, sei lá, quase 100% orgânica. Eu faço questão disso, eu invisto nisso porque eu acredito muito. Eh... ah, eu invisto em dormir cedo” (...) “E uma coisa que eu faço pro meu auto-cuidado, que eu esqueci de falar, é que eu participo de redes de apoio também. Muito ativamente. Eu tenho minha rede de apoio. Tenho amigas que todos os dias a gente se fala. Essas redes virtuais do facebook, tal. Tem grupos secretos onde... são grupos super seguros onde a gente cria uma espécie de irmandade, mesmo. (Fernanda).

O único cuidado com a saúde que eu estou tendo, que é uma coisa que eu não abro mão porque está relacionado ao meu campo profissional, é a psicoterapia. Eu faço psicoterapia semanal. (Lana).

Eu andava fumando, já não fumo mais, um pouco de alongamento e um pouco de atividade física em casa, (...) e estou conseguindo manter, eu não tenho problema de peso, né? faço os exames de rotina, (...) faço terapia”. (...) “Eu sou uma pessoa relativamente esclarecida, eu não vou negligenciar um sintoma meu. (Paloma).

Como podemos observar, a partir das formas de autocuidado das participantes, a representação social de saúde imperante, que indica o imaginário subjacente, é a de uma noção integral de saúde que perpassa o aspecto puramente físico para incluir também a saúde mental, anímica, espiritual, estética e até uma noção de saúde cultural. Mesmo não sendo sempre possível cuidar de todos esses aspectos da saúde, há uma tentativa de cuidar de alguns deles.

Uma pessoa saudável acho que é uma pessoa que se sente bem! Ou ela consegue lidar com os conflitos do mundo sem... sei lá, se sentindo bem. (Berta).

Pra mim, ser saudável, para além de tudo o que eu falei, de comer bem, se tratar com medicinas alternativas, é você ter lazer. Acho que isso é muito importante, de você ter ócio”. (...) “

²⁸ Para manter ao máximo a autenticidade dos depoimentos, optamos por transcrevê-los literalmente.

Então eu sinto que você precisa dançar para ter saúde. (Fernanda).

Pessoa saudável, para mim, é pessoa resiliente, em boas condições de saúde mental e física, que pratica esportes, alimenta-se bem e que tem tempo para lazer. (Lana).

A saúde eu acho bem relativa. (...) Então, por exemplo, as pessoas falam: ‘olha, você não pode fumar, fumar faz mal’, só que para mim é saúde! mental, de ansiedade, do vício de meu corpo... entendeu? é uma... me faz bem” (...) “então que essa questão da saúde ela envolve tudo isso, todos esses aspectos de cultura, mesmo. De você... e acho que a saúde de nós em geral está ruim! por conta disso. Não adianta você ficar dentro desse esquema todo cuidando do físico. (Sofia).

Eu me vejo saudável quando vejo que eu estou com o cabelo que está bacana e não é o cabelo do salão, falo de um cabelo que não está caindo, que está hidratado, percebo que isso é um sinal de saúde, as unhas não estão quebradiças, isso pode ser um sinal de saúde, também. E quando eu estou mais tranqüila, eu acho assim, menos agressiva... (Valéria)

Todas as participantes têm plano de saúde. Para algumas, forma parte das despesas fixas do lar, não parecendo ter questionado anteriormente a necessidade de contratar ou não uma atenção à saúde privada. As participantes aderem à representação social da saúde pública de São Paulo, vendo-a negativamente, pelo suposto mau atendimento, principalmente emergencial. Por isso, para algumas participantes que questionaram se contratariam plano ou não, a emergência hospitalar com crianças converte-se em um fator decisivo para aderir a um plano de saúde. Isto é, parece que o fato de terem crianças incentiva o desejo de um melhor atendimento médico, o que é identificado com a contratação de um plano de saúde.

Com as crianças especialmente eu prefiro ter plano de saúde. (...) a gente usa plano de saúde em emergência hospitalar. (Berta).

Não dá para ficar horas para ser atendida, sabe? então assim, tem que ser privada por conta disso! (Lana).

Não sei! talvez porque eu sou de classe média e eu já venho de uma família onde isso era normal (...). Então não tenho muita experiência e eu não sei por que não. Bom, na verdade a gente tem o senso comum, que a gente ouve por aí de que é muito complicado, de que é muito demorado (...) vacina de filho sim, faço em posto. Tem uma certa... não sou uma certa usuária que não vai nunca que até paga vacina no particular, não”. “Não é uma questão: ‘vamos ter ou não?’, é uma das despesas fixas. Não tem discussão em torno disso. (Paloma).

É mais questão de emergência mesmo, sabia? Eu sempre repenso! 'será que eu preciso? será que eu não preciso?' (Sandra).

Porque a saúde pública em São Paulo sempre foi problemática. Eu acho que agora está menos problemática, eh... Eu ainda não fui atendida pelo SUS, por exemplo. Mas meu filho mais velho foi e foi ótimo o atendimento. (Valéria).

Neste último fragmento vemos que a boa experiência do atendimento no sistema público é colocada como algo anedótico, que não a faz questionar a representação dominante sobre a saúde pública em São Paulo, o que demonstra a força com que a representação está instituída.

O tipo de atendimento médico procurado mistura tanto a medicina biomédica como a alternativa (homeopatia e antroposofia). A medicina alternativa é procurada para um acompanhamento mais diário da saúde e a biomédica para casos mais graves.

Homeopatia ou antroposofia. Para evitar usar um remédio... Quando precisa, precisa, mas... para evitar. Agora, quando infelizmente passei agora por um problema grave de saúde, aí é médico tradicional mesmo e... vam'bora. (Dirce).

Retomei o tratamento homeopático para equilibrar minha saúde, para tentar equilibrar minha saúde emocional também, então eu procuro também terapias alternativas para... para auxiliar. (Fernanda).

Essa noção do que significa ser saudável e as formas de cuidado que as participantes têm consigo promove um sentimento de satisfação em relação ao próprio cuidado. Mesmo sendo esse autocuidado diferente em relação aos tempos em que não tinham crianças, é reconhecida a mudança das circunstâncias e que, neste período da vida, conseguem cuidar bem da própria saúde. No entanto, isso não é algo estendido, mas sim mais presente nas participantes que têm mais recursos para dedicar ao autocuidado.

Eu acho que eu me cuido bastante. (Berta).

Então está sendo um período até de bastante cuidado da própria história. (Cecília).

Acho que eu cuido muito bem de mim. Eu acho que eu sou preocupada comigo. (Mila).

Quando perguntadas sobre os cuidados que gostariam de ter com a própria saúde, isto é, como seria idealmente o cuidar de si, encontramos tanto pessoas que não conseguem responder a essa pergunta, o que indica que na rotina diária essa participante

não teria tempo para pensar em uma hipotética forma de autocuidado, como pessoas que estão satisfeitas com o cuidado que já têm consigo. A maior falta sentida é a de fazer exercício físico, que não seria possível encaixar na rotina por escassez de tempo.

No momento... Me dá exemplos, assim...” (...) “Não sei! olha que engraçado! não sei! para aí, tenho que pensar mais um dia, aí te respondo. (Amanda).

Gostaria de comparecer às minhas consultas médicas com mais frequência (...) gostaria de praticar pelo menos um esporte três vezes por semana, eu adoro natação. (Lana).

Conseguir dormir bem (...) essa rotina todas às vezes me tira o sono, né? (...) salão, academia... (Paloma)

Eu jogaria capoeira e jogaria basquete. Eu sinto muita falta de ser uma pessoa esportiva e de ter um corpo esportivo. Eu só não tenho isso por falta de condições. (...) Tempo. Tempo, com as crianças... Eu não tenho como ter o trabalho, ter o leva e traz das coisas deles e ainda por cima poder fazer isso. (Patrícia).

O tempo de lazer é também considerado um tempo de autocuidado e de promoção da saúde, pois seria importante para o bem-estar psicossocial e emocional. Esse bem-estar que produz as atividades de lazer está relacionado com o fato de se sentir um sujeito autônomo, que existe também para si e não para os outros, é um espaço onde adquirem relevância as próprias vontades, satisfações e desejos.

Acho muito essencial para manter essa lógica, manter a sanidade, para se sentir bem... acho muito essencial. Igual a tomar banho e comer. (Berta).

Me deixa bem. (...) Porque é um tempo meu! não preciso fazer nada para ninguém e não tem ninguém aí me atrapalhando... por isso é bom. É um tempo para mim. É bom ter um tempo para mim, fazer nada sozinha. (Delma).

Ah, sim, com certeza. (...) para sanidade mental. Porque senão você fica muito na rotina, coisa do tem que (...) você consegue lidar melhor com as coisas. (Dirce).

Claro (...) [as atividades de lazer têm um efeito de] relaxamento e de sair da vida monotemática. Porque a vida em família ela é muito monotemática. Você está sempre circulando em assuntos que não são da minha faixa etária. (...) Para mim, sair com meus amigos e tomar uma cerveja é... tem completamente a ver com minha saúde, sim. Porque eu sou muito feliz quando eu saio também. (Patrícia).

1.2. Dificuldade do autocuidado durante a criação de crianças pequenas

O momento do nascimento de uma criança é um momento de difícil autocuidado, pois o cuidado da criança pequena exige sua priorização, e a pessoa que precisa atender as necessidades é, principalmente, a mãe, quando esta amamenta, ou por ser a principal responsável pelo cuidado dessa criança. Ademais, no Brasil existe o imaginário de que a mulher precisa cuidar da criança antes que cuidar de si, imaginário reforçado pelas políticas de saúde que têm privilegiado a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e a atenção às gestantes e puérperas (ver Schraiber e d Oliveira, 2014). A flexibilização do trabalho reprodutivo faz com que muitas mulheres não detenham esta atividade durante o tempo correspondente à licença maternidade. Mesmo com a licença, dada sua curta duração, a mulher retoma rapidamente a atividade produtiva. Logo que ela se insere no trabalho social produtivo, a acumulação de funções que acarreta seu regresso faz diminuir o espaço de tempo dedicado para o autocuidado. Assim, todas as participantes coincidem em indicar a dificuldade de autocuidado nesta etapa da vida, ou a maior negligência consigo mesma.

Depois que eu casei e tive filho, eh... A minha saúde ficou em último plano. (...) Eu estou tentando há um ano passar com médico ginecologista e não consigo ter tempo! para fazer todos os exames, [porque] eu trabalho, além do trabalho eu tenho o serviço doméstico para fazer, os cuidados com a minha filha. (Lana).

Veja bem, mas é serio, eu não vou no ginecologista desde a médica que fez meu parto! né? já faz tempo. Porque depois do parto eu ainda fiz um acompanhamento... então já tem três anos que não vou. Né? ao ginecologista por exemplo, que não dá para fazer isso, não dá para... né? (Sofia).

Esta situação de estresse e de maior dificuldade de autocuidado pode favorecer a aparição de problemas de saúde.

Com as crianças pequenas, eu trabalhei menos horas por semana, desde que eu tive meu primeiro filho, ou trabalhava em horários alternativos não necessariamente de uma forma boa para mim. Então eu trabalhava de madrugada, então não dormia... Era muito caótico. (Berta).

Olha, é difícil. É difícil essa parte aí. Eh... que como eu acumulo muitas funções, me sobra muito pouco tempo para mim mesma (...). Porque para eu trabalhar muito, eu preciso dormir pouco. Eu fiquei bem mal de saúde. (Fernanda).

Então quando ele tinha um ano e meio, mais ou menos, eu comecei a trabalhar de novo oito horas por dia. E... e aí isso virou, na verdade, mais, porque era longe, era bem longe. Era uma outra cidade, aí na Grande São Paulo, que me tomava... pelo menos três horas de deslocamento diárias. E isso foi uma fase bem punk, assim. Eu fiquei muito doente. (Giulia).

Vemos como a experiência de desenvolver uma doença em decorrência de uma intensa atividade produtiva constitui uma situação crítica que empurra a repensar a própria vida e a procurar melhor bem-estar. Esta negligência com o autocuidado e o estresse provocado pelo aumento de trabalho podem desembocar também em problemas graves de saúde que, por sua vez, constituem chamadas de atenção para que a participante centre sua atenção no autocuidado.

Há dois, três anos atrás, eu tive um trabalho... eu trabalhava muito, muito, muito... foi o período que eu mais neguei de mim, o período em que eu mais trabalhei (...) E aí chegou uma hora em que eu não agüentei e... falei 'não, prefiro não ganhar dinheiro e ter qualidade de vida'. (...) Eu tive um estresse, eh... fiquei muito... tipo uma descompensação emocional, aí de trabalho, tive um estresse, uma estafa mesmo... E eu peguei uma infecção urinária e não percebi. E aí essa infecção subiu para os rins e para o pulmão e os meus glucósidos, que a gente tem uns nove mil, chegaram em trinta mil. Eu entrei em septicemia... eu fiquei bem ruim, bem ruim. Isso é muito grave assim, muito grave (...) E aí a minha relação com a doença e com a qualidade de vida mudou um pouco. Eh... então eu percebo que eu não quero mais ter estresse. (Delma).

Minha depressão começou na Secretaria de Justiça, atendendo mulheres em situação de luto por morte violenta. Então... eu fiquei um tempo me cuidando (...). Então passei a trabalhar vinte horas semanais que viraram trinta (...) e ganhava um terço do que ganhava antes (...) dediquei um pouco mais ao cuidado de minha própria saúde. (Lana).

Estas situações críticas constituem exceções à importância que se dá ao autocuidado, atividade não esquecida pelas participantes e considerada necessária na rotina diária, dedicando-lhe os recursos disponíveis, mesmo que minguados neste período vital. Aquelas participantes com menos recursos priorizam um autocuidado que se efetiva no cuidado de outra pessoa ou por requerimentos da atividade produtiva, o que constitui a motivação e o pretexto para fazerem esse esforço de cuidar dessa outra pessoa e, de quebra, de si.

Como tenho minha filha, está com três anos, então acabo me alimentando na janta, que ela almoça na escola, acabo jantando melhor. Mas... olha, está difícil! (Amanda).

Alimentação sim. Eu cuido de minha alimentação porque... eu sempre tive uma alimentação mais saudável e gosto de transmitir isso para minha filha, (...) eu cuido de minha alimentação mas não só por mim, para transmitir isso para minha filha. (Lana).

O único cuidado com a saúde que eu estou tendo, que é uma coisa que eu não abro mão porque está relacionado ao meu campo profissional, é a psicoterapia. Eu faço psicoterapia semanal. (Lana).

1.3. Procura de serviços que atendem diferencialmente à saúde da mulher como uma forma de autocuidado

As participantes que optaram por um parto domiciliar o fizeram movidas pelo atendimento diferenciado e individualizado, isto é, que leva em conta as necessidades particulares da usuária, sendo este tipo de atendimento diferente ao oferecido nas maternidades públicas e nos planos de saúde. Por isso, a procura e o atendimento neste tipo de serviços seriam identificados como uma atitude de cuidado de si. Esse tipo de atendimento diferenciado é também procurado em outros serviços que atendem a saúde da mulher.

A gente achava um absurdo essa coisa de... né? essa loucura que você paga o SUS, você paga o plano, e você tem que pagar particular. Tudo, para ter alguma coisa parecida com o que você quer". (...) "E aí a gente começou a ler, estudar, e eu falei "mmm... de repente a gente se anima para ter a filha em casa. (Dirce).

Eu sinto que é um espaço de cuidado, você dar espaço para isso. E é uma leitura diferente de cuidado, porque nem sempre é confortável e gostoso parir (...). Mas eu sinto que é um super cuidado comigo. Uma coisa muito importante para minha pessoa. Muito importante. Então é um outro tipo de cuidado. (Fernanda).

Sim. Eu acho porque... Cesárea é horrível, né? (...) então esse, é essa possibilidade, né? Primeiro corporal e depois emocional também. (...) Então eu acho que isso é uma coisa que é muito saudável para a mãe, para a criança, para todo o mundo. (...) Você viver isso é um super aprendizado, da tua capacidade, do teu enfrentamento. (Sofia).

Intimidade totalmente diferente, atendimento de uma hora, duas horas, sendo que no SUS é 5 minutos. Eh... eles ouvem as nossas aflições, no SUS obviamente que não, é 5 minutos de atendimento do SUS, né? 10 minutos (...) quando eu falo que eu não quero uma coisa é super respeitado, no SUS nem te ouvem. (Amanda).

Respeita mais a linha que eu acredito, que é menos intervencionista, menos medicamentosa... Que respeita mais a minha visão sobre meu corpo, sobre minhas necessidades. (Penha).

1.4. Parto domiciliar é uma escolha pelo respeito a si própria

O autocuidado passa pelo direito a ser bem tratada no momento do parto e a fugir de intervenções abusivas e desnecessárias, o que implica um autocuidado consigo e com o bebê que nasce. Esse respeito à capacidade de escolha é um produto da luta feminista, que exige respeito às mulheres e o fim da violência contra ela. Algumas participantes fazem a escolha por este tipo de parto devido a experiências anteriores, sejam estas boas ou ruins, ou à informação acerca do tratamento que costuma se receber nos hospitais e o desejo de terem um parto onde a capacidade de escolha seja efetiva.

Eu tive minha filha sem me tocarem. Então... totalmente eu fui dona de mim. (Amanda).

Sinto que eu quero ter autonomia nesse momento e o hospital não te dá autonomia [vai ter a próxima filha em casa]. (Giulia).

Muito com minha saúde! (...) em primeiro lugar com a minha relação com a dor, (...) eu me liberei de... De algumas coisas que aconteceram comigo nos outros partos, que foram muito chatas, que foi aquele prolongar de oxitocina (...), você poder ter o neném com você logo depois que ele nasce. (Patrícia).

[Para o segundo parto] Eu fui vendo que estava ficando muito difícil ter o parto no hospital, para mim, na minha concepção, entendeu? Porque eu comecei a olhar os hospitais, porque eu comecei a ver o que faziam com os bebês. A minha preocupação aí maior começou a ser o bebê. Nem tanto eu. (Sofia).

Eu já tinha essa coisa de parto domiciliar por causa da minha experiência anterior. Porque na Inglaterra isso é muito comum. Você faz pelo sistema público de saúde, eles estimulam o parto domiciliar... é outra mentalidade. (Fernanda).

Se você está numa situação de opressão, se ela não é considerada, se eh... Essa é uma das coisas que ela pode facilmente perder o direito de escolha. (Cecília).

A maioria das participantes que realizou parto domiciliar só o relacionava com o movimento feminista depois de passar por essa experiência e refletir sobre ela. Essa identificação geralmente é com um “novo feminismo” que respeita as necessidades específicas das mulheres. Este fato reflete que, mesmo em camadas sociais mais formadas, o feminismo continua a se identificar como o movimento que procura a igualdade entre homens e mulheres sem considerar as necessidades específicas de cada um, o que evidencia, de um lado, a falta de conhecimento atualizado sobre feminismo e, de outro, que os serviços que oferecem este atendimento também não transmitem uma identificação com o movimento. O movimento do parto domiciliar nasce do movimento de humanização do parto, que critica o modelo de assistência hospitalar dominante na segunda metade do século 20 (ver Diniz, *Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento*, 2005, p. 629). Como indica Diniz (2005, p. 629), a crítica ao modelo de assistência se desenvolve a partir de uma variedade de perspectivas, entre as quais o feminismo, que tem um papel central descrevendo a assistência a partir dos conceitos de direitos humanos (Cladem, 1998, RNFSDR, 2002, citados por Diniz, 2005, p. 629), propondo uma assistência baseada em direitos reprodutivos.

E aí acho que é muito enriquecedor ver o quê que nosso corpo é capaz de fazer, sabe? de gerar uma criança, entendeu? Parir uma criança. (...) E aí, você meio que de fazer as pazes com esse corpo que sempre foi xingado, que sempre foi detestado, mas assim, que chega... não, você consegue gerar uma criança, você consegue parir uma criança, então o corpo funciona!” (...) “Eu não achava que tinha [a ver com feminismo], quando comecei a ler, quando comecei a estudar, mas assim, hoje, eu tenho certeza que sim. (...) Primeiro por isso que eu falei da coisa de você fazer as pazes com esse corpo que acaba sendo arbitrariamente moldado pela sociedade. (...) Acho, quando você vai no hospital, os médicos em geral te tratam como objeto e não como uma pessoa, né? Então... você decide o que você quer fazer, você entende seus limites, você entende seu corpo e deixa seu corpo funcionar” (...) “Legal, até para a criação dos filhos de ver o pai envolvido não só como provedor material, mas envolvido com tudo isso mesmo, então acho que nesse sentido sim. (Dirce).

Então não gosto muito desse termo, mas eu acho que o novo jeito de maternar é um movimento neofeminista, que é você enfrentar o sistema e parir em casa, se você se sentir segura para isso, é você querer amamentar, valorizar a amamentação, é você valorizar criar seu filho com apego, que é você atender seu filho, pegar ele no colo, cama compartilhada, é muitas mães mudarem de profissão completamente para ficar com o filho, que foi o que eu fiz. Eu mudei completamente minha vida para que eu fique com ele, né? (Fernanda).

Eu acho que é uma valorização do feminino. Você querer parir, seja em casa ou em hospital, mas você parir ativamente é um movimento de fortalecimento da potência feminina (...). É ir muito na contramão do sistema patriarcal, muito machista, que diz que você não sabe, que você não tem capacidade. Que o médico está para poupar você da dor". (...) "É uma retomada da crença de que você tem saúde e capacidade para poder funcionar quanto ser feminino, e que parir é uma das coisas que a gente faz. (Fernanda).

Ah, eu acho, eu acho. Porque é um empoderamento da mulher. Tem tudo a ver. (...) Claro que é uma questão super feminista, amamentar também. (Sofia).

Neste tema temos podido conhecer como as participantes representam o autocuidado, sendo este último visto como algo integral, que vai além do puramente corporal ou psicológico para atingir o bem-estar geral e inclusive cultural. A representação social sobre o autocuidado inclui um amplo leque de atividades que variam em função do tempo e dos recursos econômicos disponíveis, sendo, de fato, grande a variação entre as participantes. Existe um interesse na procura de serviços que atendam diferencialmente à saúde da mulher, o que se vê refletido no parto domiciliar e em serviços ginecológicos individualizados. No entanto, estes atendimentos não são considerados feministas pelas participantes, que só problematizam essa identificação quando questionadas a respeito.

2. Temas relacionados com o lazer

Este eixo temático aborda o tempo de lazer das participantes para compreender as representações sociais do mesmo, a satisfação com este tempo e por que o consideram positivo.

2.1. Pouco tempo de lazer próprio ou individual com crianças pequenas

Durante o tempo de criação de crianças pequenas o tempo de lazer fica muito reduzido devido à grande dependência destas nesse momento da vida, ao que se acrescentam outras funções que desempenha a mulher.

Isso agora não, nesse mês não. Sempre vou... ah! eu acho que vou... quê que eu fiz, assim? (Amanda).

Vou obviamente com muita menos frequência do que quando não era mãe. Então, sei lá, vou ao cinema uma vez por mês, mas eu vou! (Berta).

[Gostaria de ter mais atividades de lazer] porque eu sou exigente. E porque eu morava em Oxford, que é uma cidade pequena. Então, eu lá ia todo o dia, eu fazia coisa, com a minha primeira filha pequena. Mas aqui não. (...). Acho que acaba sendo uma coisa muito solitária, assim, São Paulo. E muito cara. Porque são poucas as opções que você tem de lazer que são de graça. (Dirce).

Não tinha lazer nesta época [com a filha e ainda casada]. Mesmo em festas de família, ficava para mim todo cuidado com minha bebê e inclusive carregá-la, trocá-la e fazê-la dormir em meu colo. (Lana).

Pouquíssimas. Eu não tinha tempo para nada. Eu procurava... bom, quê que eu procurava fazer...entre 0 e 5 anos... eu acho que eu procurei fazer ginástica, mas não deu certo... (Mila).

A falta de tempo de lazer também repercute na falta de tempo de ‘namoro’, tempo que favoreceria o cuidado da relação de casal com o parceiro e que precisaria de um tratamento especial, na medida em que é de fácil negligência durante a criação, já que muitas vezes a atenção à criança implica o revezamento entre os genitores e a exaustão quando chega a noite, impactando no tempo em que ficam a sós.

Eu e ele sozinhos... não. Não, faz muito tempo, não... Acho que desde que a primeira nasceu... não. (Amanda).

Mas assim, de sair sozinho, não. [E sentia falta disso?] Ah, isso teria feito uma diferença na relação (...). Mas como a gente não tem uma rede familiar que dê o apoio, não tinha com quem deixar o filho. Só éramos nós dois e o filho no meio. (Fernanda).

Acho que essa coisa acontece muito com filho, né? o casal fica meio negligenciado, sabe? (Paloma).

A escassez de tempo para o lazer pode ter diferentes causas. A mais comum entre as entrevistadas é a falta de tempo, mas também a insuficiência de recursos econômicos e a falta de disposição pessoal.

Porque é muita responsabilidade, né? essa vida adulta... e ainda de ser pai e mãe... toma muito tempo da nossa vida, é incrível! então... eu sinto a falta de tempo o tempo todo. Sempre, sempre penso nisso. ‘Nossa! queria tanto fazer nada hoje!’” (...) “Eu sinto uma falta de tempo de fazer outras coisas que sejam para mim, só. (...), não queria do tempo dele [do filho], meu e dele, que a gente fica junto, e nem meu e de meu companheiro, que obviamente também a gente quer ficar junto, para um tempo para mim, né? Pegaria do trabalho, do trabalho remunerado. Mas eu sinto falta de ficar sozinha, primeiro, porque isso é uma coisa que ter filho faz muita falta, ficar sozinha, então... e acho que tocar violão, ver um filme... entendeu? essas coisas... e ler um livro. Enfim, são essas coisas que eu sinto mais falta. (Giulia).

Tem algumas coisas que eu gostaria de fazer mais. Eu gostaria de poder sair mais à noite, ter mais autonomia, porque com as crianças a gente não tem, né? eu gostaria de... é... basicamente isso. Não é só sair, né? Poder assistir aulas, fazer coisas mais à noite. (Sofia).

Acho que é tempo... acho que disposição também. Se sobra um tempo eu quero dormir. (Amanda).

Eu tenho uma condição que eu faço o que quiser no tempo que está disponível. Então, qualquer falta de tempo é só uma questão de eu fazer outras escolhas. (Cecília).

Sinto [falta de atividades de lazer para ela sozinha]... mas assim, eh... mas eu tenho muito uma preguiça minha, também, assim. (Valéria).

Lazer... muito pouco. Muito pouco (...). Não tenho feito lazer para mim. (...) [por causa do] dinheiro, até com quem eu deixo as crianças, aí não pode beber, porque tem que dirigir... cê vê? tem que... né? Vamos de táxi, é mais custo... (Paloma)

Nesta realidade, notamos que as participantes usam diferentes estratégias para conseguir ter um tempo de lazer para si ou para ter um tempo a sós com o parceiro.

O que eu tento fazer, principalmente no meu lazer sozinha, é eu meu organizar nos horários em que eles estão na escola ou que tem a empregada cuidando deles! porque aí eu consigo entender que esse tempo é meu mesmo, e garantido. (Berta).

Tem três meses que eu consegui dar uma escapada para ver um filme no cinema, mas eu tive que mentir. (Lana).

Antes eu ia bastante porque eu e meu marido a gente faz um revezamento, assim, durante a semana. Cada semana um sai uma noite, o outro fica com os filhos (...) agora não, agora acabou, agora eu tenho que amamentar... Só daqui a um ano. (...) Mas sem nenhum problema. Não tenho nenhum problema. (Patrícia).

[quando a filha vai dormir] Mas é o tempo que eu tenho para mim também, de tomar um banho tranqüila, de deitar um pouco, sei lá, de fazer nada... (Penha).

Fim de semana, eu não trabalho de fim de semana. Assim, só... realmente um critério assim, sabe? muito forte, assim. Não vou trabalhar, por conta delas, inclusive. Eu trabalho na casa. (...) Então todo fim de semana a gente faz alguma coisa, assim. A gente passeia, a gente... vai visitar algum amigo, vai viajar.... E esse dia também, né? que a funcionária dorme (...) Esse é um dia que a gente sai, sempre. (Sofia).

Tempo com o parceiro é o que mais sofre, eu acho, nesse contexto todo. Mas, quando minha filha mais velha tinha 6 meses (...) a gente também fez opção por contratar uma pessoa que vem na sexta feira à noite para poder o casal sair. Uma vez por semana a gente fica (...) quatro ou cinco horas, com tempo para fazer o que quiser. (Cecília).

Eu tenho uma atividade de lazer com o marido. Porque... uma coisa que assim, eu acho que você, o casal só sobrevive a três filhos pequenos se ele tem uma rotina própria. E eu acho que isso sempre conseguiu fazer, eu e ele. Então como a gente sempre teve empregada em casa, a gente sempre negociou com as empregadas de que uma delas, na sexta feira ou em algum dia de semana fixo, fique em casa de noite com as crianças para a gente sair. (Mila).

Eventualmente, assim, eu tenho atividades de lazer, assim... por exemplo, a semana passada eu saí com meu marido, deixei ela com minha mãe... E a gente conseguiu sair um dia à noite. (...) Pelo menos uma vez por semana ou a cada quinze dias a gente tenta sair só nós dois, sem ela. Um dia à noite, assim. (Penha).

Poderia ter falado do lazer e cuidado da saúde, namorar. Não tinha posto, mas isso também conta. Uma época a gente separava um dia da semana que a gente tinha para sair junto. A filha ou ficava com a minha irmã ou ficava com a minha mãe... a gente saía... (Sandra).

Finalmente, outras participantes não reclamam do pouco tempo de lazer, mas da rotina corrida:

Eu queria ter tempo para fazer as coisas que eu faço, mais devagar. (Mila).

2.2. Lazer principalmente em família

Outra das mudanças drásticas que acontecem com a maternidade é a absorção do tempo de lazer próprio pelo lazer familiar, podendo este ser prazeroso ou não para a mãe.

A maioria da programação era com eles e a gente procurava diversificar bastante. (Delma).

Todo o meu lazer está ligado ao meu filho. (Fernanda).

O convívio com a família certamente cresceu muito depois de ter filho. A gente não via tanto nossos pais quanto depois que a gente teve filho. E... aí as atividades de lazer acho que acabou sendo esse espaço familiar também. (Giulia).

Às vezes de sair da creche e ir para um parque com minha filha, para ela, a gente ficar um pouco junta no parque, assim... Acho bem gostoso. E de final de semana geralmente, assim, só se tem parto mesmo. Se não, a gente se dedica para atividades de lazer mesmo. (Penha).

A gente faz esse tipo de lazer, sempre voltado para as crianças, não tem jeito, mas eu gosto bastante. A gente se diverte. (Amanda).

Considero, não vejo como obrigação (...). Porque assim, fora desse outro lado da rotina que é enfadonho, são coisas que a gente faz na rua e tal, e que me dão muito prazer. (Valéria).

Para mim não é lazer. Não consigo me divertir enquanto eles se divertem assim (...). Porque tem algo do cuidado e da atenção que não me deixa relaxar para curtir. (Berta).

Às vezes eu procuro fazer o lazer junto com a minha filha, mas não é o meu lazer! Lazer infantil é diferente de um lazer adulto. (Lana).

Por outro lado, importa assinalar que a falta do tempo próprio para o lazer individual durante o tempo de cuidados de crianças pequenas é entendida como algo provisório, visando voltar a ter maior autonomia e tempo para si progressivamente com o crescimento das crianças.

Então eu acredito que daqui a 5 anos eu vou ter um espaço com meu marido melhor, mais tranquilo, mais lazer... então.. eu não considero que tem que ser agora. (Amanda).

Acho que quando termine o doutorado, e quando minha filha crescer, vou ter mais tempo para fazer esse tipo de atividades. (Penha).

Minha filha está com uns dez anos. Eu já estou muito mais tranqüila. Mas até acho que sete anos, era uma coisa que... eu queria estar lá e queria estar aqui! porque tinha uma coisa que tinha vir de mim e de meu marido e da família, mesmo. (Sandra).

2.3. Satisfação com o tempo de lazer

Não todas as participantes percebem falta de tempo para o lazer próprio, algumas estão satisfeitas com o tempo de lazer que elas têm:

Tem atividades de lazer, bastante. Eu saio, faço bastante coisa (...). Vou no cinema, bastante, a gente sai bastante para comer fora, a gente sai no fim de semana para tomar cerveja (...). Eu viajo bastante também, eu gosto de viajar com as meninas. (Sofia).

Este tempo de lazer individual está associado à idéia de se sentir sujeito, pessoa com direitos e desejos tão válidos quanto aos dos outros.

E eu gosto de caminhar e correr. Então eu... para mim é um super lazer. (...) Gosto muito de cinema, cinema e ler. (...) Aqui em São Paulo eu tenho algumas poucas grandes amigas. E com elas eu... costume, de vez em quando, assim, uma vez por mês sair para jantar. Só com as mulheres, só com as amigas (...). Acho que isso cuida de mim porque isso eu acho que me dá uma individualidade. (Mila).

Eles estão vendo todas as mesas redondas que tem sobre futebol que tem durante a semana, está bom. Eu estou distraída com outra coisa... nunca... não faço questão, está bom. Mas quando estou sozinha eu aproveito. (Delma).

Então, quê que eu podia fazer que... que fosse com a mesma... que desse o meu prazer para mim como o futebol dava para eles. E eu descobri que estudar era uma coisa legal (...) E aí descobri também que ficar sozinha era muito bom. (Delma).

Nesse último fragmento vemos que o lazer próprio é descoberto como espelho do lazer dos outros membros da família e que o reconhecimento da atividade que pode ser prazerosa para si exige um esforço. Parece que esta participante se coloca em último lugar da família em relação à satisfação de seu lazer ou seus desejos, pois quando a família não está em casa, o espaço é todo seu para fazer o que ela quer, enquanto que quando está em casa, deixa eles ocuparem o espaço sem reclamar o próprio ou se colocar na mesma posição que o resto.

Finalmente, vale assinalar que o lazer também está relacionado não só com a realização de uma atividade prazerosa, mas com o descanso desse contínuo cuidado de outra pessoa:

A gente visita a madrinha da minha filha em São Paulo. É um lazer porque a gente chega lá e não faz nada... Cuida da gente igual à mãe, assim. (Amanda).

Eu sairia e eles (o filho e o pai dele) ficariam aqui. O pai daria janta, daria banho, colocaria para dormir... e aí eu, nesse tempo, eu faço duas coisas importantes, que é ter um tempo só para mim e é não fazer isso, porque quando você faz demais cansa, né? todo o dia, tem que pôr para dormir, tem que pôr para dar banho, tem que dar janta, tem que escovar dente... isso cansa um pouco. (Fernanda).

O tempo de lazer aparece visivelmente diminuído com a transição à maternidade, além de passar a ser um lazer familiar, principalmente. No entanto, do mesmo modo que o cuidado de si, esse tempo é modulado de acordo com os recursos econômicos e a disponibilidade de tempo, no geral. Outro fator que influi é a disposição pessoal para o lazer, que fica muito limitada pelo cansaço da rotina diária.

3. Temas relacionados com o trabalho social produtivo

O trabalho produtivo refere-se ao trabalho remunerado ou trabalho mercantil. Examinaremos neste tema os sentimentos em relação à atividade produtiva, o prazer pela realização dessa atividade, a dedicação a essa atividade e os efeitos da maternidade sobre ela.

3.1. Atividade social produtiva e regimes de tempo

Cinco participantes trabalham a tempo completo. Essa dedicação ao trabalho deve-se, principalmente, à necessidade econômica e, em segundo lugar, ao prazer pelo exercício da sua profissão. Por outro lado, é sabido que nem sempre é possível escolher a quantidade de horas para trabalhar, estando sujeitas à definição da carga horária do trabalho que desempenham. Por isso, perguntamos o porquê de trabalhar essa quantidade de horas e nenhuma participante respondeu que a dedicação à atividade produtiva se devesse a uma definição do trabalho, mas sim a fatores internos ou por necessidade financeira, o que revela o sentimento de controle sobre a própria atividade social produtiva.

Porque eu preciso do dinheiro, porque se eu pudesse escolher, eu trabalharia menos. Eu trabalharia menos. Eu trabalharia, sei lá, 6 horas. Acho que seria o ideal, 6 horas por dia” (...) “Então eu acho em parte porque, por causa da não satisfação total, porque eu já trabalhei oito horas por dia em coisas que gostava muito e eu acho que não falaria a mesma coisa. (Giulia).

[Porque] ele ficou desempregado. Então a minha bebê tinha 4 meses, ainda estava amamentando, quando eu recebi a proposta de trabalho em São Bernardo. Então foi muito doloroso, mas eu tive que trabalhar 40 horas semanais, 8 horas por dia... e deixava a minha bebezinha com uma outra pessoa em casa e com ele, até ele arrumar emprego. (Lana).

Umas quarenta horas (...). Não acho que pesa tanto... acho que é o suficiente para mim, assim. Pelo que eu quero ganhar e pelo que eu quero trabalhar... nesse momento da minha vida acho que está bom, sim, essa possibilidade de horas. (Penha).

Mas se você perguntar para mim se eu gostaria de gastar, de passar mais tempo com a família, eu diria que eu não gostaria, não! (...) O que eu tenho deles e o que eles têm de mim eu acho que é suficiente, entendeu? (Mila).

É importante assinalar que, mesmo com trabalho em tempo completo, a flexibilidade laboral das participantes costuma ser maior do que a do parceiro, sendo interrompidas na rotina de trabalho pelos requerimentos da casa. Além disso, existe uma permeabilidade nos tempos dela.

Eu tenho uma flexibilidade maior (...). Então, essa coisa de pegar criança na escola... de... eh.. por mais que seja uma vontade minha de almoçar várias vezes em casa para estar junto deles, eh... mas tem uma responsabilidade! Às vezes conversar com pintor: 'ah, não gostei dessa cor', 'está com uma falha aqui em baixo', ou cuidar de duas mulheres que trabalham na sua casa! Sou eu que faço. (Mila).

Porque o trabalho dele tem menos coisas para fazer do que o meu. Infinitamente menos coisas. É bem tranquilo. (...) então ele vai, vai aqui, vai tal... e ainda que ele não tenha coisas para fazer, muitas, ele sai de casa de manhã e volta no fim do dia. Então ele fica fora dessa... dessa coisa toda que eu fico, né? que eu fico, que eu também quero ficar, né? Porque eu também poderia fazer a mesma coisa, certo? poderia sair de manhã, ir para a USP e voltar no fim do dia. (Sofia).

Aqui, olha, eu tenho o maior trabalho, porque ele permeia toda minha vida, toda minha vida, toda, toda. O tempo inteiro. Eu não tenho nem a hora para ir trabalhar. (...) Não é muito saudável. Tem que tomar muito cuidado para fazer uma relação tranqüila, né? com o trabalho. (Sofia).

A relação que mantêm com o trabalho reprodutivo é, portanto, muito diferente à do o parceiro, mesmo que os dois trabalhem remuneradamente em tempo completo, pois o parceiro conseguiria separar seu tempo no trabalho social produtivo do tempo em casa, o que denota um tipo de relacionamento patriarcal no qual as funções domésticas

são atribuídas à mulher. Elas percebem essa falta de reciprocidade, mas não há uma intenção direta de modificá-la, contribuindo, desta forma, para sua naturalização.

Essa flexibilização do trabalho remunerado, mesmo parecendo que vai favorecer a conciliação, pode desorganizar mais os tempos e acentuar a sobrecarga da participante, pois invade os outros tempos da vida e pode supor mais horas de trabalho e não de salário (Carrasco e Mayordomo, 2000)

Como indica Bruschini (2007, p. 545), “de todos os fatores relacionados à esfera reprodutiva, a presença de filhos pequenos é o que mais dificulta a atividade produtiva feminina”, propiciando que a mulher flexibilize seu trabalho produtivo para poder se dedicar ao cuidado das crianças e à organização de uma rotina diária funcional para a família. Esta situação pode ter sido negociada com o parceiro ou não, aceita com resignação por ela ou, ainda, brigada para tentar mudá-la.

Em certas ocasiões é o casal a flexibilizar os tempos, mas, na maior parte das vezes, é privilegiado o trabalho do parceiro, que sustenta a família, passando a participante a reduzir seu tempo de trabalho. A priorização do trabalho produtivo do parceiro deve-se a sua maior remuneração ou, também, à maior estabilidade de seu trabalho pelo fato de ter começado sua carreira em primeiro lugar. Esse cenário pode significar a entrada em um círculo vicioso no qual a mulher, por não privilegiar sua carreira e por não ter tempo para o fazer, ficaria estagnada na situação atual.

E aí a gente decidiu assim, que para a gente poder fazer isso [cuidar eles mesmos das crianças] o ideal seria que um tivesse um emprego fixo e seguro, uma entrada mais certa de dinheiro e que o outro tivesse um horário mais flexível para poder atender às crianças. Isso foi o que a gente combinou... Então eu comecei esse trabalho que seria meio período (...). Comecei a dar aula particular e em um mês eu estava ganhando dobro do que eu estava ganhando lá dando aula particular trabalhando... um décimo. Com muito mais prazer e podendo cuidar das minhas filhas e cuidar de mim também... (Dirce).

Eu sempre fui muito ativa, na verdade, mas eu nunca soube, até ter filho, que isso era uma escolha (...). É do imaginário que é comum mulheres que têm filhos não conseguirem conciliar, né? E eu pensei: ‘acho que eu vou querer ficar em casa’. (Paloma).

Eu pedi demissão no meu trabalho em 2011, eu tinha um trabalho formal, trabalhava oito horas, em tese, por dia, e... foi uma crise, mesmo. Foi um momento de crise, eu estava chegando aos quarenta, era um ritmo de trabalho... (Valéria).

De outro lado, nem sempre o único motivo para a redução do tempo de trabalho produtivo é o cuidado das crianças, sendo a procura de tempo próprio e a valorização de outros espaços outras das motivações da redução da atividade produtiva.

Gostaria de me dedicar mais tempo a outras coisas na vida que é, por exemplo, ler um livro, cozinhar, eu gosto muito de cozinhar, tocar violão, que eu toco violão... e ficar mais tempo com meus filhos, com meu filho – tiraria tempo do trabalho remunerado para ter tempo para essas outras coisas. (Giulia).

Porque eu valorizo a vida fora do trabalho. Porque eu valorizo a família, porque eu valorizo meus aprendizados. Eu valorizo, sim, me cuidar. (Cecília).

Em quase todos os casos o parceiro trabalha mais horas do que a entrevistada e tem um maior salário. Isto pode responder, como dissemos mais acima, ora a que o parceiro já tinha uma melhor posição laboral quando eles tiveram crianças, ora a decisão de privilegiar o trabalho remunerado do parceiro para que ela possa ficar mais tempo com as crianças quando tiverem filhos.

Ele trabalhava já nesse horário quando a gente se casou. Então ele não teve muita alternativa. Eu nunca gostei de trabalhar, nem ele! né? mas ele não tem muita alternativa, ele sustenta a casa, ele ganha maior salário. Se ele abandonar, a casa cai, né? eu consigo... tem mês que eu ganho mais, tem mês que eu ganho menos, então eu tenho essa flexibilização também de salário. E... então acho que nem foi uma alternativa, foi uma coincidência, assim. (Amanda).

Quando a gente começou a procurar esse trabalho bom, a gente focou no meu marido. Por quê? Porque a gente foi investir no mestrado dele quando a gente foi para Inglaterra, e porque eu queria engravidar de novo e queria ter tempo de ficar. (Dirce).

Mas a participação doméstica, assim, mais do que isso... dele não tem como querer porque o sustento da casa está todo com ele. O que eu ganho é o extra. (...) Nunca negociamos, isso foi acontecendo. (...) ele é bem mais velho que eu e tinha uma posição econômica melhor do que a minha quando a gente se conheceu e... eu nunca consegui o meu lugar efetivamente na Itália, meu lugar profissional. Meu trabalho nunca rendeu o que eu queria que tivesse rendido em termos financeiros na Itália. Eu também nunca tive coragem de ir atrás de uma carreira que me desse mais dinheiro e, portanto, me daria, como minhas amigas tinham lá, uma distância muito grande dos filhos. (Patrícia).

Na época agora da faculdade, foi difícil para mim ‘depende’ de meu marido. Que eu parei de trabalhar há um ano! Então para

mim aquilo era... Parecia pedir dinheiro, mas eu sabia que eu não estava pedindo dinheiro dele, sabe? Foi bem difícil trabalhar o feminino tradicional só. (...) E meu marido conseguir assumir a família sozinho, para ele isso foi, para ele, uma autocobrança (...), condicionou a nossa vida inteira! enquanto ele não conseguia. (...) Foi a nossa crise no relacionamento. (Sandra).

Por outro lado, mesmo os dois trabalhando formalmente o mesmo número de horas, o parceiro pode inclusive ultrapassar o já previsto para dedicar horas extras a esse trabalho.

Mas eu acho que o meu companheiro tende a se dedicar mais horas ao trabalho (...) ele tende a se dedicar mais horas ao trabalho formal do que eu. (...) ele geralmente faz hora extra. São horas a mais, ele acaba trabalhando um pouco mais. (Giulia).

Ele chega mais tarde. (Mila).

[Antes de ter filhos] apesar de trabalhar quarenta horas, eu já trabalhava menos que ele, sempre trabalhou muito. Então sempre chegava mais cedo em casa... (Paloma).

A feminista que o marido banca, mas tudo bem... faz parte. Se você for olhar a estrutura consegue entender. Eh... Mas... ele também gostaria de ser melhor remunerado! [ri], ele que trabalha enlouquecidamente. (Valéria).

3.2. Auto realização e lugar na sociedade

Todas as participantes referem gostar de trabalhar remuneradamente, seja por independência financeira ou por isso constituir uma fonte de realização pessoal - por se sentir autônoma e um membro útil à sociedade - ou por ambas as coisas. No entanto, há uma diversidade nas horas que gostariam dedicar a esse trabalho, variando desde a dedicação de mais horas ao trabalho produtivo relativamente ao cuidado das crianças, até aquelas que gostariam de dedicar poucas horas por semana ao trabalho produtivo para poder estar completamente presente no reprodutivo, além de participantes que ficam entre esses dois pólos.

Eu não poderia ser uma mãe ao 100% do tempo, estar em casa... Eu tenho uma necessidade intelectual e de auto-realização, ou seja, estar produzindo. (Cecília).

Mas sempre fazendo coisas interessantes, então assim... Porque eu não ia conseguir não fazer uma coisa interessante intelectualmente (...). Então imagino assim, de repente uns seis,

oito anos [da segunda filha, que acabou de nascer], procurar um lugar profissional que seja interessante, porém que não me sugue... e que seja produtivo também. (Dirce).

Me sinto realizada de poder trabalhar, de poder pensar em outras coisas.. Eu gosto muito de trabalhar fora. (Giulia).

Então essa coisa de trabalhar fora, de ter seu ganho, para mim sempre foi uma questão fundamental! (...) Assim, 'eu ajudo ele fazer o que ele faz', eu nunca me satisfiz com isso. (Mila).

Porque a profissão que eu escolhi e que eu faço, o trabalho que eu faço é o trabalho que eu gosto de fazer. Então isso é também uma parte de mim que estava fazendo falta, quando eu estava afastada. (Sandra).

O gosto pela realização da atividade produtiva também se vê refletido no primeiro trabalho que as participantes realizaram. Em certas ocasiões, o trabalho é procurado pelo prazer que proporciona o desempenho dessa atividade, que prima sobre o desejo de se ser financeiramente independente em relação à família de origem.

Eu gostava! eu sempre gostei de comércio. Então eu ia porque eu gostava. (Amanda).

Eu estava recém formada, estava super animada para começar a atuar, para ser obstetriz, estava louca para me tornar uma parteira logo e tal... e fui trabalhar em um hospital, foi meu primeiro emprego, em um hospital privado... mmm, por escolha mesmo, estava feliz com essa possibilidade de trabalho. (Penha).

Um dinheiro para mim, eh... Mas... Foi mais que eu fiquei com vontade, eu quis mesmo, também. (Valéria).

O trabalho produtivo é, também, um espaço de atuação social, o que, unido às outras atividades que a entrevistada realiza, indica o lugar que ela deseja ocupar na sociedade. Nos relatos das participantes destaca-se o lugar de transformação social, o lugar de criação e a busca do próprio bem-estar.

Então, tenho a militância política como um grande eixo. Eh... ah, e um papel... sei lá, intelectual, em alguma medida. Eu escrevo, eu dou aula. (Berta).

Queria muito, assim, primeiro minha independência financeira e depois ah, quero mudar o mundo (...). Eu vi que eu conseguia mudar o mundo de cada uma daquelas crianças que eu conseguia ajudar a superar uma dificuldade que era muito importante para aquela criança. Então eu pensei para aí, do micro para o macro. (Dirce).

A minha vontade é contribuir de alguma forma para transformação do que está posto hoje, da forma como a

sociedade está organizada. Não é uma questão de sucesso profissional, normalmente não... não está ligada a isso, está mais ligado a uma contribuição para essa sociedade. (Giulia).

Eu acho que a minha profissão... Eu acho que tem um papel importante. Adoro fazer o que eu faço, acho de importância, de relevância eu fazer. (...) Através de meu trabalho eu vejo o tanto que isso é importante na vida dessas pessoas, o tanto que faz diferença ter uma assistência bacana, assim, nesse período assim. Por isso... Acho que o trabalho também me traz uma coisa assim de autoestima profissional e pessoal também, de estar crescendo cada vez mais, sendo reconhecida na minha profissão. (Penha).

Então eu acho que eu trabalho com a questão do tempo! de mostrar que é bom, que isso não vai te fazer tão mal, você parar um pouco. (...) Então acho que é isso que vim fazer. Ensinar as mulheres a aceitar a questão do tempo, que com tranquilidade elas vão conseguir fazer o que elas querem fazer... E acho que os homens, também. Se puder passar pelo caminho, assim, os pais que vêm. (Sandra).

Eu penso que eu sou servidora pública, penso que eu tenho que ajudar às pessoas, quem que eu vou ajudar, são os meus alunos. Então, tenho que formá-los (...). No caso da USP eu também pensei muito (...) nessa questão da autonomia (...). Mas ela também não é real. (Sofia).

Por outro lado, esse lugar social pode não ser uniforme, de maneira que a participante pode ter conseguido o lugar que ela quer no espaço público, na atividade produtiva, mas não no privado, no espaço doméstico, onde a falta de divisão equitativa do trabalho reprodutivo²⁹ com o parceiro a levaria à insatisfação.

Eu acho que a grande diferença e que eu acho que até hoje, eu acho que eu não consegui o lugar que eu queria na sociedade... por um lado eu consegui, porque eu acho que, por um lado, eu fiz a carreira que eu escolhi, eu tive todo o apoio da minha [família] e de meu marido para eu fazer o que eu faço (...). Nesse sentido eu acho que pessoalmente eu estou satisfeita, com o trabalho, eu estou muito satisfeita. Eu tenho satisfação enorme em pesquisar o que eu pesquiso, em ter liberdade para montar as pesquisas que eu quero, para eu viajar, para eu poder evoluir na carreira acadêmica... Mas por outro lado, (...) eu acho que os homens, mas sobretudo os homens que eu conheço mais próximo, como meu marido, eles saem de casa,

²⁹ Como assinalam Carrasco e Mayordomo (2000), o termo 'trabalho reprodutivo' não é muito preciso. Concretamente 'reprodução social' usa-se às vezes para nomear o conjunto de processos que produzem e reproduzem os bens de consumo e produção, as relações sociais, as pessoas e a força de trabalho. Neste caso, da mesma maneira que no texto das autoras, usa-se em termos mais restringidos, para nos referirmos aos processos que ficam nas margens do mercado.

eles desligam, click! desligou! ele está trabalhando! trabalho é trabalho, né? (Mila).

A entrada no espaço público da atividade produtiva é feita principalmente através de trabalhos tipicamente femininos, como magistério ou secretariado (Bruschini, 2007, p. 566)

[Aos 16 anos] eu comecei a dar aula de inglês. (Berta).

Comecei a trabalhar nessa escola e com seis meses lá ajudando na secretaria eu já fui para a sala de aula ajudar. (Delma).

Aí eu fui chamada (17 anos) para dar aula. Na verdade, eu sou de origem judaica, sou judia e... e eu comecei a dar aulas de hebraico, na escola. (Dirce).

Eu era secretária (aos 18 anos, primeiro trabalho). (Fernanda).

Aí no quarto ano de faculdade eu fui monitora de acampamento. Comecei a ganhar um dinheirinho assim. (Giulia).

Com dezesseis anos de idade, eu já dava algumas aulas de balé. (Sandra).

Eu tinha quinze anos. Fui ser assistente de professora de criança pequena, numa escolinha. (Sofia).

Tinha quatorze para quinze anos (...) tinha ido trabalhar em escolinha, que era de educação infantil. (Valéria).

Esta situação revela que a porta de entrada no espaço público para as mulheres continua a estar marcada pelo gênero, direcionando as mulheres para um certo tipo de trabalho, que, de todos modos, pode ser revertido mais tarde.

3.3. Importância da independência econômica

A valorização da independência econômica é uma fonte de motivação para realizar uma atividade produtiva, assim como uma fonte de auto-realização pessoal. A procura do primeiro trabalho para se conquistar a independência financeira relativamente aos pais é um reflexo da necessidade desse desejo. Este é, também, evidente, já quando moram com o parceiro, no fato de terem contas bancárias separadas, apesar de viverem juntos há muitos anos.

Queria trabalhar e fui dar aula de inglês em um sindicato. Então tinha uma necessidade de autonomia financeira e o desejo de ser professora. (Berta).

Eu comecei a fumar, naquela época, a gente fumava, criança, né? (...) e meu pai cortou meu dinheiro. Falou 'não tem

dinheiro, não tem mesada, não vou pagar para você fumar!'. E aí eu falei 'ah, então eu também vou trabalhar'. (Delma).

Eu sempre quis ser independente. E meu pai sempre falava para mim que eu seria independente quando tivesse independência financeira (...) para mim era muito bom não precisar pedir. (Dirce).

Mas é que eu digo para ele [para o parceiro]: 'eu não quero ter só o seu cartão de crédito, nem o seu cheque, né? eu quero ter a minha conta, meu cartão de crédito...' (...) Para mim é liberdade, entendeu? (Mila).

Cada um tem sua conta e a gente fala em que gastar o dinheiro mensal. (Penha).

3.4. Relação entre a maternidade e o trabalho social produtivo

Como assinalamos mais acima, a presença de crianças pequenas é um fator que reduz a atividade produtiva feminina ou, pelo menos, faz com que esta pare por um tempo. Ainda assim, devido à flexibilização do trabalho e à possibilidade de trabalhar a partir de casa, muitas vezes não se produz uma interrupção completa do trabalho com o nascimento de uma criança.

Quando os dois mais velhos nasceram, eu estava fazendo o pós-doutorado. Então eu tinha mais tempo para ficar em casa. Eh... E eu vinha para cá, para a universidade, só um período, o outro período ficava em casa e tal. (Mila).

*Eu estou trabalhando quarenta (...) antes de ter filho eu trabalhava 40 e era ok, né? Antes de casar e depois de casar. Com filho o que mudou foi que... (...) nessa época, eu fui parecida com minha mãe, porque... eu conseguia sair para buscar na escola, na creche. **[quando conseguiu voltar a trabalhar 40 horas por semana?]** do ano passado para cá [com filho mais velho de 9 anos e a menor de 5]. (Paloma).*

Eu não estou trabalhando como eu trabalhava antes, mas alguma coisa eu estou fazendo. (Patrícia).

Ele recebeu uma proposta para ir para fora do Brasil e eu estava grávida, e aí realmente a proposta era muito boa, assim... Eu queria... eu dei a luz, eu saí de licença maternidade, estava naquele processo de 'não quero voltar a trabalhar nesse momento', queria ficar um pouco com meu filho, aí a gente foi embora, aí eu fiquei um ano e meio mais ou menos mais dedicada ao meu filho. (Valéria).

É importante assinalar que o fato de diminuir o trabalho produtivo não significa que os efeitos da maternidade sobre essa atividade sejam ruins. É frequentemente

assinalado que a maternidade promove a eficiência no trabalho, no sentido em que se dá resposta mais rapidamente às demandas do mesmo.

E a gente quando tem... muito filho, assim, muita... muito compromisso com a família eu acho que a gente aprende a ficar bem rápida no resolver (...). Eu sou muito dinâmica com as coisas que eu faço. Eu acho que eu aprendi a ser pela necessidade de ser. (Patrícia).

Não acho que a mulher produza menos, ela produz diferente. É a minha experiência. Acho que depois da maternidade eu produzo mais rápido e mais seletivamente. Antes, eu fazia qualquer coisa, com o maior tempo do mundo, fico lá... nanana. A maternidade lá me deu um foco e uma questão de seleção de importância, de prioridade. (Sofia).

O trabalho social produtivo é representado como um espaço de realização pessoal, de atuação social e de autonomia financeira, aspectos que socialmente contam com uma valoração positiva, compartilhada pelas participantes. As participantes que trabalham em regime de tempo completo realizam-no por gosto e por necessidade financeira. Ainda assim, elas têm uma flexibilidade maior do que os parceiros para poder atender as exigências da casa. Neste sentido, observamos como nas relações de casal das participantes é priorizado o trabalho do parceiro, quer seja porque ele ganha mais e porque não precisa ficar atento às necessidades da casa quando sai a trabalhar, quer seja por uma negociação do casal. Finalmente, vemos como o cuidado das crianças tem o efeito de flexibilizar o trabalho social produtivo das participantes, mas, também, de aumentar sua eficiência, pois favorece a agilidade na resposta aos requerimentos deste.

4. Temas relacionados com a maternidade, a criação e cuidado das crianças e a flexibilidade laboral

O tempo dedicado à criação é chamado de tempo de cuidados ou de trabalho familiar doméstico (Carrasco e Mayordomo, 2000). Por vezes ambíguos, por serem usados de formas diferentes por diferentes autoras, estes termos referem-se aos afazeres domésticos e ao trabalho de cuidados de pessoas dependentes (sendo este afetivo e emocional, mas não só). Dada a inter-relação entre estas duas atividades, é difícil, por vezes, separar os dois tempos, pois se superpõem facilmente. Aqui denominaremos como “trabalho de cuidados” o trabalho de cuidar das crianças, que envolve afetividade

e emotividade e as tarefas concretas e rotineiras como acompanhá-las a atividades-extra ou a passeios, dar-lhes banho, fazê-las dormir ou alimentá-las. Uma característica desse trabalho de cuidados, concordando com Carrasco e Mayordomo (2000), é que pode ser transferida só parcialmente à esfera do trabalho mercantil, principalmente por sua natureza afetiva. Pelo contrário, o trabalho doméstico é mais facilmente transferível (excetuando a administração e organização da casa).

4.1. Vivência da maternidade

Encontramos tanto participantes que planejaram ter crianças como participantes que tiveram crianças sem planejar. De um total de 26 crianças, 14 foram planejadas e 12 não. Algumas participantes reportam ter ficado grávidas antes do previsto, mesmo se ter crianças estava, mais adiante, nos planos do casal. Por outro lado, as participantes relatam algumas circunstâncias que as desencorajam a ter mais filhos, como a iniquidade na distribuição do trabalho doméstico e a maior independência adquirida com o crescimento da primeira criança.

A vida já estava totalmente assentada (...) me desestimulava a ter esse segundo filho era esse trabalho [doméstico], que não era totalmente compartilhado. (Giulia).

Eu queria engravidar... e... acabou acontecendo um pouco antes do que a gente tentava planejar. Foi... Foi algo que a gente queria, assim. (Penha).

Foi uma decisão, foi programado... foi uma decisão. (Dirce).

Nos relatos das entrevistadas encontramos diferentes formas de viver a maternidade, formando um contínuo que vai daquelas que gostariam de ficar o tempo todo com as crianças àquelas que priorizam o tempo de trabalho produtivo e o próprio tempo de cuidado ou o lazer, estabelecendo limites claros.

Eu queria ter total... Já falei que sou meio em cima, né? eu queria ter 100% de cuidado com eles, assim. (Amanda).

Minha filha está com uns dez anos. Eu já estou muito mais tranqüila. Mas até acho que sete anos, era uma coisa que... eu queria estar lá e queria estar aqui! porque tinha uma coisa que tinha vir de mim e de meu marido e da família, mesmo. (Sandra).

Eu tenho uma coisa de achar que assim, que eu queria criar eles com muita autonomia, sabe? Assim... de pensamento, de

amizades (...) eu queria muito que eles fossem justos, corretos, felizes e autônomos. Eu acho que dar autonomia para filho, eu acho que é fundamental. (...) Eu quero que meus filhos, se você me pergunta, 'o quê que você mais quer de seus filhos?' eu quero que eles tenham a capacidade de achar que eles podem ser tudo o que eles quiserem. (Mila).

Mas eu costumo brincar que eu não sou a pessoa preferida dos meus filhos, no mundo, e que está tudo bem. Que para mim está tudo bem isso. É o que eu posso ser, é o que eu posso dar, é a mãe que eu consigo ser. Nada mais do que isso (...). A mãe que eu quero ser. E a mãe que eu quero ser é aquela que eu dou o que eu posso dar. Mais do que isso eu não estou disposta a dar. (Valéria).

Nestes fragmentos é possível observarmos como coexistem diferentes representações da maternidade: algumas aderem ao imaginário tradicional segundo o qual a mãe deve priorizar as crianças sobre si mesma; outras participantes desviam-se desse imaginário e colocam-se em uma situação de reivindicar o próprio espaço e de não querer negligenciá-lo. Por outro lado, a forma de maternar pode mudar com a passagem dos anos: desejando ficar mais tempo com as crianças quando estas são menores e destinando cada vez mais tempo para si conforme estas vão crescendo.

4.2. *Rigorouso trabalho de cuidados das crianças pequenas*

Nos relatos das entrevistadas é possível também perceber como elas são as principais responsáveis pelo cuidado das crianças pequenas, indo esse cuidado além da amamentação, que é um período em que a criança fica muito mais dependente da mãe. Esta situação pode ter sido negociada, para que o parceiro possa se dedicar ao trabalho remunerado e possa sustentar o lar, ou pode haver uma tentativa de divisão dos cuidados, ficando igualmente ela com o maior peso.

Sempre falou, até hoje eu falo isso! De que eu precisava dividir isso [a educação do filho em casa] mas, eu queria que ele participasse... Ele concorda, mas não consegue! (Fernanda).

Os cuidados com nosso filho, eu geralmente faço um pouco mais, também (...). Até há pouco tempo atrás eu que arrumava e ele nunca arrumava. E agora também está... Enfim, vamos ver até quando vai durar. (Giulia).

No primeiro momento quando é bebê, muito ligado à mãe. Mas depois tem uma questão financeira também aí. Ele sempre sustentou, sempre ganhou mais... então assim, a prioridade...

Quer dizer, ele que estava, por muito tempo foi ele sozinho, eu como esse complementar, né? com a bolsa, com trabalho... mas... a remuneração nessa área social é muito ruim, né? (Paloma).

Maternidade lá me fez perceber que, na verdade, nos primeiros anos das minhas filhas o importante é eu estar com elas, entendeu? (Dirce).

Por outro lado, é importante frisar que, mesmo em casais que teriam uma relação descrita como equitativa na divisão do trabalho de cuidados e doméstico, o relato da rotina diária permite aparecer ‘lapsos’ que deixam entrever que a mãe é a principal referência nesse espaço doméstico.

E por mais que o meu marido dividisse comigo, a solicitação é sempre mãe. (Delma).

A outra face da divisão do trabalho reprodutivo é a autoridade. A mulher é quem possui a autoridade sobre como deve ser realizado esse trabalho, pois o “seu lugar”, socialmente atribuído, sempre foi o espaço privado e doméstico. Essa autoridade não é sempre fácil de compartilhar, pois significa a perda de um poder que esta nas mãos dela, situação que propicia uma dualidade entre querer dividir a carga do trabalho reprodutivo com o parceiro e continuar a ter esse poder, tentando, por exemplo, que o parceiro realize essas atividades do modo que ela considera apropriado. Da outra parte encontramos a posição do parceiro, que muitas vezes argumenta incapacidade – não saber fazer, não ter autoridade - para realizar este trabalho, rejeitando a sua responsabilidade.

E a maternidade tem, assim, se em outras coisas eu relaxo, assim, falo ‘eu não vou fazer isso’... Eh... nesse campo da maternidade isso não acontecia de forma nenhuma, era tudo eu tinha que fazer. (Cecília).

Meu marido ajuda também. Mas porque eu estou mais em casa do que ele. (...) Mas assim, porque eu estou mais, porque eu também sou um pouco controladora e gosto de fazer as coisas do meu jeito. (Dirce).

É que mesmo que o pai seja disposto a ser mais participativo, para mulher é difícil. Porque é cultural e é um espaço que domina, né? É um espaço dela, então às vezes também pode achar que está perdendo. (...) Então, no nosso caso, como para mim era isso, só teríamos os filhos se nós dois estivéssemos juntos nisso, deixar com que meu marido fizesse como ele achava que tinha que fazer e mesmo que eu pensasse ‘não é bem assim...’, nem sempre consegui me controlar, às vezes fui chata.

Mas eu saía da frente e não sei o que (...). Então acho que fui muito por aí, também. Já de poder ‘permitir’ que o meu marido assumisse a responsabilidade como ele queria e como ele assumiu. (Valéria).

Alguns casais têm ajuda de babás para o cuidado das crianças, mas outras problematizam a terceirização da criação, questionando a necessidade de contratar outra pessoa para se ocupar desse trabalho de cuidados e tentando fazer esse trabalho em família.

Uma coisa que a gente conversou muito, eu e meu marido, de que a gente poder dar atenção às crianças sem terceirizar as crianças, que a gente não queria babá, empregada, nada disso, a gente quer cuidar de nossas filhas com nossas próprias mãos, assim (...). Para a gente em São Paulo é muito comum que tenha gente para fazer coisa para você... a gente acha que isso não é... saudável. (Dirce).

Eu acho isso tão maluco da nossa sociedade isso, né? ou ela está na escola, eu estou pagando escola, para ela ficar lá, para eu poder trabalhar e a professora está pagando alguém para ficar com sua filha para ela poder trabalhar cuidando dos filhos dos outros. Entende? assim... é uma... eu preferiria... ter mais tempo. Cuidar mais da casa, cuidar mais de minha filha. Eu tento fazer isso, mas é sempre um conflito. Agora, cozinhar não abro mão. (Sofia).

Como mãe, abrir mão de tudo o que eu ia ter que abrir mão, porque eu via minhas amigas abrindo mão disso. Todas elas com uma babá em casa que dava café da manhã ao filho, levava para a escola, sabia se o filho comia ou não comia, fazia ou não fazia cocô, eh... buscava da escola, eh... educava o filho! Porque os filhos eu notava que eram educados pela babá, e não por elas. (Patrícia).

Como dissemos anteriormente, não existe uma maneira só de ser mãe e as participantes experimentam essa identidade de formas diferentes. No entanto, existem experiências compartilhadas por muitas das participantes e experiências muito relevantes em relação à pesquisa. A experiência da maternidade é solitária, o que guarda relação com o desejo de criar as crianças mais comunitariamente:

Então eu fiz a gravidez de minha segunda filha toda sozinha e eu criei ela... sozinha. Sem ele [o marido] nunca estar por perto para me ajudar. Então eu aprendi... eu fui me virando! fui me virando, é. E essa coisa de ter ajuda em casa, de ter a funcionária que trabalha aqui é uma coisa que teve no Brasil, né? que Itália não tinha isso, então... lá era eu com os dois... (Patrícia).

Mas o que eu vejo de comum a todas é que tornar-se mãe em um modo onde você vive uma maternidade ativa, onde você não segue fórmula nenhuma! É como se você estivesse numa mata fechada com uma enxada na mão abrindo picada para você passar! E cada uma na sua casa vive um vazio solitário, diferente. Que, assim, vazio solitário, diferente é... É no âmbito emocional, mesmo. De autoconhecimento. É muito autoconhecimento ser mãe quando você tem um parto humanizado. (Fernanda).

Não sei se eu tinha tempo e fazer outras coisas com o tempo que eu tinha, ou com filho você é obrigada a fazer determinadas coisas com seu tempo, que são as tarefas de cuidado. E essas para mim foram muito cansativas. São outro jeito. Não é o cansaço do trabalho, é um outro cansaço que eu não gostei (...) e é solitário. (Paloma).

Vemos como a maternidade causa um grande impacto na vida das mulheres, que sentem frequentemente a necessidade de reformulá-la. A tal ponto que algumas mudam completamente de vida para criar a criança do modo que elas acreditam.

Foi uma mudança radical de vida. Antes de ter filho eu tinha muitas atividades de lazer” (...) “Por mais que eu desejasse muito ser mãe, eu não tinha idéia que ia demandar tanto sacrifício da minha vida. Então assim, essa é uma coisa que eu estou trabalhando, em terapia posso falar, eu vivo um enlutamento! (Lana).

Eu mudei totalmente a minha vida com o parto. Foi uma escolha espontânea, né? Foi acontecendo (...). A questão profissional mudou. Mas... Eu tenho uma coisa que não tira mais de mim. Antes eu não tinha notado essa coisa, e eu tenho passado por momentos difíceis na faculdade, assim, que eu percebo que essa coisa que eu ganhei com o parto não tem nada que me tira mais. (...) Então, o parto me trouxe mais segurança, assim, do que eu sou. Do que eu vim fazer... Acho que por isso a escolha da profissão agora com a obstetriz. (...) Eu me senti mais empoderada. (Sandra).

Porque a gente morava em um apartamento muito pequeno no centro de São Paulo e eu sentia que não dava para eu criar um filho em um apartamento no centro de São Paulo. Que eu queria ter um espaço com terra, com grama, para ele brincar (...) a possibilidade de comprar porque é mais barato e realizar um sonho meu que é o de morar mais próxima da natureza e criar meu filho dentro de outros parâmetros”(...) “Nunca antes eu fui doula e trabalhei com alimentação e comportamento infantil. Esses dois trabalhos vieram juntos com o pós parto. (Fernanda).

O fato de ter crianças causa também um impacto na vida do casal, que pode vivenciar diversos efeitos, desde a redefinição do relacionamento, o fortalecimento da

identidade do casal, ou mesmo o rompimento do relacionamento. A criação viria a reforçar ou extremar uma identidade de casal que teria começado a se construir antes de ter filhos.

Porque a gente tem o nosso jeito de fazer as coisas que a gente foi criando. Entendeu? E tem a ver com a maternidade também. Do jeito que a gente organiza a casa... (Dirce).

Mas que acho que, de como se estrutura a relação, né? Como se organiza a relação, (...) é quase, eu tento como que poupar, sabe? eh... de tudo, até de meu próprio trabalho, né? como eu te disse, algumas vezes falo 'ah...' entendeu? é um drama ir para congresso, por exemplo, entendeu? é super complicado (...) mas as outras professoras também. Elas, elas também têm maridos assim. (Sofia).

Parece, depois que tem um filho, por causa dos cuidados com o filho e do que exige cuidar o filho, você vai conhecendo melhor a pessoa (...). Quando ele tinha três anos e meio a gente se separou. (Fernanda).

Há, portanto, uma turbulência que sacode a vida, mas não significa que seja uma experiência má ou que haja arrependimento. Ser mãe é uma construção e não é sempre simples encontrar o próprio caminho para maternar, principalmente quando, como acabamos de ver, há tantos empecilhos sociais para poder exercer a maternidade do jeito mais idôneo consigo e com a criança.

Eu falei bastante sobre... o quanto eu me sinto sobrecarregada, e o quanto eu sinto que eu preciso ver uma coisa de tempo de lazer e... tudo isso. Mas eu acho importante dizer que eu me sinto fazendo uma coisa muito importante que eu sempre quis fazer que é ser mãe. E que estou muito feliz de ser mãe. (Fernanda).

Construir ser mãe eu acho que foi a coisa mais difícil que eu fiz na minha vida. É difícil demais ser mãe (...). Eu sempre tive total domínio sobre a minha carreira. E ser mãe eu nunca tive domínio nenhum. Foi muito difícil aprender. Aprender porque eu queria muito no começo e não conseguia engravidar, depois quando eu consegui engravidar nasceram gêmeos, e logo depois na sequência veio um terceiro que eu nem imaginava que viria. Nesse processo eu estava longe, geograficamente, da minha família. (...) Na carreira, eu sabia que se eu estudasse, desse conta de estudar, de trabalhar, de fazer as coisas bem feitas tudo seria maravilhoso e perfeito. Como mãe, mesmo fazendo tudo o que eu achava que eu deveria fazer, parecia que sempre faltava alguma coisa. E eu acho que o que faltava era entender o lugar de que... não tem receita para ser mãe (...). É algo que você nunca acha que está satisfeito. (Mila).

Mas eu costumo brincar que eu não sou a pessoa preferida dos meus filhos, no mundo, e que está tudo bem. Que para mim está tudo bem isso. É o que eu posso ser, é o que eu posso dar, é a mãe que eu consigo ser. Nada mais do que isso. (Valéria).

4.3. Apoio social no trabalho de cuidados

É muito importante o apoio social na criação. Diferentes entrevistadas fazem menção à necessidade desse apoio na rotina diária, ora porque se beneficiam dele, ora porque não o têm. O apoio social não só proporciona aos pais uma rotina funcional, conciliando as atividades produtivas e reprodutivas, como também, às vezes, abre a possibilidade para um tempo para si.

O apoio na criação costuma vir da mãe da participante, de babás e, também, principalmente quando a família extensa não mora perto, das redes de apoio formadas pelas participantes e/ou por outras mães. É interessante assinalar que essas redes são formadas pelas participantes ou por outras mães, e não por seus parceiros, por muito que esse apoio sirva de auxílio para os dois.

De outras mães. Um apoio meio... de outras mães recentes. Eu fiz muita amizade materna depois que eu ganhei minha primeira filha. Eh... ela nasceu e eu comecei a conhecer várias mães com filhos da mesma idade dela. Então eu acho que... eu faço uma coisa que a outra mãe também faz... rende um apoio. (Amanda).

A gente tinha uma organização de mães que eu levava e a outra mãe trazia, e aí enquanto ela estava no circo eu ia dar uma aula e voltava para recebê-la... né? (Dirce).

Às 11:30 eu saio para pegar minha filha mais velha, quando eu sou por aqui, se não... minha mãe pega. (Cecília).

O fato de ter ajuda da família na criação favorece a intromissão desta na educação das crianças, o que pode não ser muito bem acolhido pela família nuclear.

Agora a gente vai para o Rio... os avôs vão... estragar! (Dirce)

Isto não acontece com a contratação de babás, que fornecem um tipo de apoio diário e mercantilizado. A contratação de uma ou mais babás libera a mulher para as atividades de lazer ou para a ampliação do tempo de trabalho remunerado. Parece que, pelo fato desse apoio ser pago, é mais legítimo ela poder “desaparecer”, pois é “substituída” por outra mulher que cumpriria a função que socialmente lhe é atribuída. Assim, em alguns relatos esse trabalho parece ser visto como um trabalho da mulher,

que coloca outra mulher para cumprir a tarefa, sem pôr em questão o fato de que se trata de uma responsabilidade do casal, e que é o casal quem terceiriza essa criação.

Quando fui trabalhar na escola, que eu tinha meu primeiro filho com dois anos e meio e o segundo com seis meses, aí chegou a empregada na minha casa para trabalhar todos os dias, cuidando das crianças. (Berta).

O pai cuidava bastante, o pai cuidava bastante e eu tinha então umas... trezentas babás... porque... eu tinha uma babá que dormia. (...) Então eu precisava de alguém que dormisse porque eu acordava muito cedo para sair, não conseguia cuidar deles. (Mila).

*[E você nesse período tinha ajuda com a criação de sua filha?]
Então, sempre as moças, né? (Sofia).*

O apoio social também pode vir de outras pessoas da família extensa ou de amigos e amigas, sendo este tipo de apoio menos comum.

Se a minha mãe não pode, eu demando aos meus amigos, sem pudor. Vários amigos que não têm filhos, homens e mulheres, ficam. (Berta).

Hoje eu tenho duas pessoas na minha casa, por um gentil oferecimento da minha sogra, que está pagando a segunda. (Cecília).

Sempre teve muitos amigos com filhos da mesma idade. Então às vezes passavam 'ah! vou levar não sei aonde!' (Delma).

Trazia ela para cá, aí ela fazia natação, aí o pessoal daqui [da escola onde trabalha] me ajudava com ela... Tinha algumas mães aqui, viu? mãe, mãe, virou mãe, né? de ajudar (...) era uma rede que ajudava e dava apoio mesmo. Sempre perto de mim. (Sandra).

Para muitas pessoas a forma ideal de criar as crianças seria de forma coletiva ou comunitariamente, o que permitiria socializar a criação e ter apoio nesse cuidado, desafogando as famílias e evitando a solidão que ameaça esta etapa vital.

Seria um cuidado mais coletivo. Essa história da família, do núcleo familiar, ela é cruel para as mães, principalmente para as crianças. (Berta).

Eu sempre pensei que a maneira que eu tenho vivido, e a maneira que eu vivia antes com esse meu... com o pai de meu filho. Essas duas maneiras onde a gente está muito sobrecarregada, esse é um sintoma de uma questão familiar/social maior. Então eu sempre senti que o que a gente vivia era muito sofrido porque a gente não tinha uma estrutura ao redor. Eu não tinha família de apoio, não tinha... A gente

viveu num modo muito isolado de vida (...). Talvez eu tivesse uma vida muito mais equilibrada se eu morasse numa comunidade, se eu... Dividissemos a vida com outras pessoas, né? e aí sim ia ter mais tempo para lazer. (Fernanda).

Acho que um mundo ideal era que todo o mundo compartilhasse os cuidados das crianças e dos idosos, de quem precisasse de cuidados. E dos enfermos. (Valéria).

Esse desejo de criar coletivamente expressa a necessidade de ter mais apoio nos cuidados, existindo uma demanda de maior apoio social em geral, e para o tempo de lazer ou para o autocuidado mais especificamente, pois a atividade produtiva é aquela que congrega maior apoio social para os cuidados das crianças.

É muito mais fácil que a minha mãe fique quando eu vou trabalhar do que para eu me divertir. Então, para eu me divertir eu posso pedir, mais ou menos, uma vez por mês. Mais do que isso não posso pedir. (...) Então hoje eu entendi que é caro, então eu posso usar pouco. (...). É negociável. O que eu tento fazer, principalmente no meu lazer sozinha, é eu me organizar nos horários em que eles estão na escola ou que tem a funcionária cuidando deles! porque aí eu consigo entender que esse tempo é meu mesmo, e garantido. (Berta).

Porque... minha mãe, minha tia, não aceitam que eu fale: 'olha, fica com minha filha por algum tempo para eu ver o filme...', não posso contar com meu ex-marido... (Lana).

Às vezes dá preguiça. Porque eu tenho que pedir para minha mãe se ela... Veja, minha mãe já me ajuda muito durante a semana. Aí às vezes eu não quero chegar no final de semana e deixar mais um pouco. (Paloma).

4.4. A flexibilização laboral e o trabalho de cuidados

Para algumas participantes, o trabalho de cuidados dos filhos é a prioridade na rotina e organiza os outros tempos: o de trabalho produtivo, o tempo de lazer, o tempo para o autocuidado... Quanto ao trabalho social produtivo, flexibiliza-se, adaptando-se ao reprodutivo.

Quando eu não tinha as crianças, eu sempre fazia escolha para pegar quase todos os trabalhos. Então eu... era muito, muito, muito ativa. Aí quando eu fui para sociedade na X, que isso foi em 2011, eles tinham uma coisa assim de preservar os tempos pessoais, as liberdades individuais e eu fui pegando um pouco disso, então já foi diminuindo um pouco, independentemente de filhos. E depois quando vieram os filhos aí já tinha a escolha perfeita para diminuir ainda mais. (Cecília).

Mas eu tive o privilégio, né? que a maioria das mulheres não tem, de poder trabalhar meio período, então eu trabalhava no período em que eles estavam na escola. Então ia todo o mundo para a escola, eles tinham aula, trabalhavam e voltava todo o mundo para casa, junto (...) Então eu sempre tive meio período com eles. (Delma).

Depois, quando elas não quiserem olhar para minha cara, que vão para casa do amigo: 'tchau, volto na segunda', entendeu? aí eu posso voltar e me dedicar mais à questão profissional. (Dirce).

Assim, elas têm o trabalho de cuidados como principal atividade. Trata-se da única pessoa dentro de casa que se ocupa da criação, enquanto o parceiro, dedicando-se muito menos do que as mulheres, diversificam mais suas experiências.

Minha filha dorme agora, umas oito e meia, então ela dorme e eu acabo administrando as páginas [que ela faz como atividade produtiva]. (Amanda).

É muitas mães mudarem de profissão completamente para ficar com o filho, que foi o que eu fiz. Eu mudei completamente minha vida para que eu fique com ele, né? (Fernanda).

Então eu acho que a minha vida doméstica pegou esse rumo aí bem clássico, que é o marido que trabalha e a mulher que cuida, mas não me arrependo. Eu acho que o resultado tão aí duas pessoas muito bem criadas, que são meus filhos e eles têm muita... eh... Eles são o que eu queria que eles fossem. (Patrícia).

4.5. Participação do parceiro no trabalho de cuidados das crianças

Em todos os casos o parceiro participa do cuidado das crianças, mas existe variação no envolvimento. Há parceiros que compartilham equitativamente esse trabalho de cuidados e outros cujo contributo é mais esporádico, surgindo efetivamente enquanto responsável pelo cuidado apenas quando a mãe o solicita, quando ela não pode ficar com as crianças. Finalmente, ele pode figurar também apenas como um pai presente na brincadeira com as crianças. Outras vezes as participantes relatam compartilhar com o parceiro o cuidado das crianças, mas muitas o dividem de forma desigual, ficando elas com maior responsabilidade. Esta situação responde ao imaginário que vê na mãe a principal responsável pelo cuidado das crianças, corroborado pela própria representação da maternidade e a própria experiência.

Ele com as crianças... isso, com a casa não, mas com as crianças ele entra mais na roda, entendeu? Então duas vezes na semana ele que faz lancheira, arruma a mochila, arruma para ir para a escola... ele que faz isso de manhã. Aí, à tarde a empregada cuida deles. (...) Quando eu não estou. É uma substituição. (Berta).

Aí à noite, assim, normalmente é tarefa dele banho e cama (...). Então muitas vezes ele dá o banho e volta para terminar mais alguma coisa de trabalho. E isso foi uma coisa que a gente conversou. (Dirce).

Como era aqui pertinho, meu marido ficava com ela em casa, aí eu vinha, dava essas duas aulas, duas horas e meia, aí voltava para casa e ele saía... Então tinha um cruzamento de horários, meu e dele, né? Todo o momento foi assim, né? Mas o começo era muito encaixadinho mesmo. Aí quando ela foi na escola, com quatro anos, até os três anos ela não ia em escolinha, ela ficava com a gente mesmo! (Sandra).

Sempre fomos nós dois mesmo (...) eu acho que é difícil na medida que você fica... sem sair mesmo! porque é uma coisa que te demanda bastante, assim. (...) Esse combinado a gente fez, antes de engravidar do primeiro filho. De falar: 'vamos ter filhos se for um processo compartilhado', nos queríamos que os dois fossem presentes (...). E aí foi esse acordo que a gente fez e eu acho que ele foi bem cumprido (...). E não posso dizer que o meu marido me ajudou. Não, ele não me ajudou, nós compartilhamos os cuidados e as responsabilidades com os meninos, totalmente. Às vezes um mais, às vezes outro menos, mas assim... Depende do momento, depende da rotina, depende da dinâmica. (Valéria).

Meu marido ficou desempregado, eu tive que manter a babá porque ele não cuidava da menina. (...) o cuidado com a criança era só para pegar no colo e fazer uma graça para a família dele... mas enfim. Uma situação de negação total de que precisaria colaborar e aí... foi aonde começaram os nossos conflitos. (Lana).

É importante assinalar um processo de desapego da autoridade da participante no trabalho de cuidados para dar espaço ao parceiro para cuidar de seu jeito. Tratar-se-ia de um desapego consciente que exigiria um esforço, já que as formas de cuidar dos genitores podem diferir, mas que permite compartilhar esse cuidado e aliviar a carga dessa responsabilidade.

Eu acho que às vezes me cansa muito essa responsabilidade. Mas ao mesmo tempo eu acho que eu agora, mais velha, já consigo pontuar que tem coisas que eu não faço, não faço. (...)

Então tem coisas que eu acho que eu já aprendi a não fazer. (Mila).

É que mesmo que o pai seja disposto a ser mais participativo, para a mulher é difícil. Porque é cultural e é um espaço que domina, né? É um espaço dela, então às vezes também pode achar que está perdendo. (...) Então, no nosso caso, como para mim era isso, só teríamos os filhos se nós dois estivéssemos juntos nisso, deixar com que meu marido fizesse como ele achava que tinha que fazer e mesmo que eu pensasse 'não é bem assim...', nem sempre consegui me controlar, as vezes fui chata. Mas eu saía da frente e não sei o que (...). Então acho que fui muito por aí, também. Já de poder 'permitir' que o meu marido assumisse a responsabilidade como ele queria e como ele assumiu. (Valéria).

4.6. Dificuldade de ficar só no trabalho reprodutivo

Muitas das participantes da pesquisa passaram algum tempo com dedicação exclusiva à criação durante os primeiros momentos desde o nascimento da criança. Este tempo é variável, indo desde os quatro meses da licença-maternidade até um ano. Esta situação nem sempre é bem-vinda por todas as participantes, manifestando algumas uma dificuldade em ficar só no espaço reprodutivo.

Assim que ele nasceu eu fiquei (...) onze meses no total em casa. Eh... fiz alguns bicos assim free-lance, mas foi pela internet, né? foi... eu fiquei em casa, não saía de casa para trabalhar. E eu fiquei... terror e pânico. (Giulia).

Eu diminui o meu ritmo de trabalho, mas eu não parei, nunca parei de trabalhar. Até porque a minha vida na academia... eu não tenho uma pressão de horário, que eu tenha que chegar em um determinado horário e sair no outro horário. (Mila).

Quando eu fiquei afastada, no pós-parto, eu fiquei um ano! assim. Tinha direito a seis meses e aí eu consegui ficar mais seis meses. Então fiquei o primeiro ano sem trabalhar. Me fez muita falta! (Sandra).

A angústia diante da ausência de atividade reprodutiva parece ter a ver com a falta de acesso ao espaço de auto-realização pessoal e com a falta de um espaço próprio. Para não ser absorvida pelo trabalho reprodutivo, uma estratégia usada por algumas participantes é separar os espaços dedicados ao trabalho produtivo e reprodutivo, quando há possibilidade de escolha:

Então vir trabalhar aqui, as quantidades de horas por semana [32], tem a ver com conseguir dar conta das despesas financeiras, que são necessárias, e poder organizar melhor o meu tempo. Porque em casa eu não conseguia mais organizar a rotina, então acabava tirando tempo de meu sono, porque à tarde com as crianças lá é muito difícil conseguir trabalhar” (Berta).

Eu gosto de vir trabalhar aqui [na faculdade], eu não consigo trabalhar em casa. Essa é uma grande questão. (...) Não uso a casa para trabalhar. E gosto disso. Gosto de ter uma sala, de ter meu lugar... a grande maioria dos meus livros técnicos, assim, de ciências sociais e da faculdade, está tudo aqui. (Mila).

4.7. Criação ideal e melhorias na criação

Quando perguntadas sobre como gostariam que fosse idealmente a criação, as participantes respondem que de forma comunitária, o que aponta, mais uma vez, para o sentimento de solidão na maternidade. Além disso, as respostas a esta questão incluem o envolvimento dos dois genitores na criação, a educação na igualdade de gênero e a possibilidade de dedicar tempo às crianças:

Acho que um mundo ideal era que todo o mundo compartilhasse os cuidados das crianças e dos idosos, de quem precisasse de cuidados. E dos enfermos. (Valéria).

O que acho importante é que aqui em casa você ofereça [uma educação mais igualitária]. (Paloma).

Acho que com o envolvimento dos pais na criação, ficando tempo junto com a criança. (Penha).

Eu trabalharia meio período e ficaria meio período com as crianças, sempre. Eu acho que isso seria bem bom para a mulher (...) isso deveria ser um valor, inclusive, da sociedade, né? você cuidar das crianças! (Sofia).

Quase todas as participantes consideram que o Estado deveria ter um papel mais ativo para ajudar ou para proteger a criação das crianças e que essa responsabilidade deveria ser mais compartilhada socialmente. Esse papel mais ativo do Estado inclui a criação de creches, o fomento de lavanderias públicas, a liberação da educação em casa, a ampliação dos horários das escolas, o incentivo de atividades culturais de qualidade para as crianças ou o aumento a licença maternidade e paternidade.

Muitas coisas (...): creches, articular uma ciranda de cuidado, lavanderia pública. (...) Tem coisas que daria para fazer de um jeito mais simples, mas na vida corrida, embolada, não dá

necessariamente para planejar e prever tudo, né? Acho que poderia ser uma ajuda externa, isso aí. (Berta).

Escolas em plano integral... das escolas, as creches... acho que tem uma tentativa de ajudar as famílias na criação dos filhos. Mas acho que falta um investimento em material humano para isso. (Delma).

Acho que o modelo da Inglaterra é fantástico. Entendeu? (...) Em cada bairro tem um centro infantil e nesse lugar tem atividade todos os dias, para as diferentes faixas etárias, para diferentes coletivos e necessidades, e é um lugar do governo que você frequenta e que diferentes classes sociais frequentam. (...) Quê que custa manter um prédio, uma sala num prédio que normalmente funcionava em escolas públicas? Então, dentro da escola tinha uma sala que era isso. Então assim, nada. Salário de três/quatro pessoas, você está promovendo a saúde! (Dirce).

Sinceramente não. Não. O governo não tem capacidade de pensar na criança. (Fernanda).

Acho que o governo poderia incentivar a função pai e mãe (...) e aí acho que é uma mobilização inteira, né? porque aí os pais iam ter que trabalhar menos mesmo. (Sandra).

4.8. *Embates com o espaço público no desempenho do papel maternal/paternal*

As participantes relatam ter experimentado com frequência conflitos entre a maternidade e o espaço público, quer seja porque sentiram que não se respeita socialmente o papel de mãe, quer seja por conflitos internos, isto é, por sentirem que a maternidade interfere em seus planos de carreira ou por não poderem escolher quando se dedicariam à atividade reprodutiva e à produtiva seguindo as próprias necessidades. Ou, ainda, por medo a não darem conta da maternidade ou da atividade profissional quando desempenham as duas funções.

Eu tive um professor que não aceitou a licença maternidade, eu tive que recorrer algumas vezes. (Amanda).

A cobrança por eu, como meu marido compartilha e ele é muito dedicado também, o fato de ele ser um pai que se dedica aos filhos tanto quanto classicamente uma mulher se dedicaria, passa a significar que eu estou sendo menos mãe. (Valéria).

Então, quando eu descobri a gravidez de minha segunda filha, eu estava entrando no mercado de trabalho para valer, estava trabalhando em uma escola, e realmente foi o 'fim da picada' por assim dizer, foi horrível descobrir a gestação, né? Eu tive

até umas crises depressivas durante a gestação. Eu fiz questão de esquecê-la durante muito tempo, não me cuidei, não quis porque eu estava perdendo espaço. (Amanda).

Então, eu fiquei bem em crise, sim, na época. Ainda mais comparando com meu companheiro, né? eu percebi que eu deixaria por um tempo minha vida profissional de lado, não só durante a licença maternidade, mas durante pelo menos o primeiro ano de vida, que eu ia ficar mais próxima a meu filho, e inclusive tinha um projeto que estava começando, que eu estava querendo trabalhar nele e eu não podia entrar nele por causa da gravidez. Então para mim foi um conflito bem forte que perdurou durante um tempo até eu conseguir resolver dentro de mim que, enfim, que eu teria que buscar meu aprimoramento profissional mais para a frente. (Giulia).

Nas três vezes. Conflito por medo de não dar conta. Nas três vezes decidi diminuir o ritmo de trabalho. (Berta).

Muito conflito e esse conflito é presente ainda hoje. Na época da primeira filha (há 5 anos, na Inglaterra) eu voltei a trabalhar depois de 15 meses, part time. Mas depois de um tempo senti que precisava mais. Aqui é mais difícil, optamos por eu não trabalhar pelo menos por seis meses e depois voltar aos poucos, mas a vida em São Paulo é muito solitária, e me questiono muito que rumo devo tomar na carreira para poder conciliar maternidade da forma como acredito. Como fazer para estar com minhas filhas, não terceirizar e manter harmonia financeira da casa e me sentir útil para a sociedade. Muito difícil esse dilema. (Dirce).

O dela não [a primeira filha]. Mas agora para pensar o segundo, isso... É muito limitante para mim. Isso pesa muito. Que eu teria que parar minha vida profissional hoje para ter o segundo. (...) Acho que eu teria que parar pelo menos um ano. (Penha).

Neste tema vimos como a maternidade é representada de forma distinta entre as participantes. As diferenças vão desde aquelas que potenciam a independência das crianças e a própria até aquelas que querem ser as principais cuidadoras das crianças, por considerarem que é disso que estas precisam e, por isso mesmo, elas se apresentam como a pessoa mais indicada para cuidar delas. Há coincidência em considerar a maternidade como uma experiência solitária, o que é promovido pelo fato de serem elas as principais cuidadoras das crianças e, assim, são, também, as que recebem em primeira pessoa os conflitos com outras atividades sociais. Confirmamos como, neste

sentido, é muito importante o apoio social para facilitar a criação, visto que se trata de um fator protetor da saúde por seu impacto positivo na qualidade de vida.

5. Temas relacionados com a realização de afazeres domésticos

Denominaremos trabalho doméstico àquele que se realiza para o bom funcionamento do lar e para o bem-estar dos que nele moram. Trata-se de um cuidado familiar, braçal e administrativo (faxina da casa, compras, lavar roupa, organização da casa...). Nos relatos, observamos como o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados se sobrepõem muito correntemente. Por isso, usaremos o termo trabalho reprodutivo em muitas ocasiões para nos referirmos aos dois.

5.1. Compreensão do trabalho doméstico

Como veremos, as participantes da pesquisa têm uma maior responsabilidade com os afazeres domésticos. Porém, é comum não gostarem de realizá-los por se tratar de uma atividade rotineira, repetitiva, obrigatória, cansativa e invisível.

A obrigação, a rotina, a constância... não gosto. Eu acho que ter criança em casa coloca uma constância nessa rotina muito pesada! Então uma coisa é eu morar sozinha e cuidar de mim mesma! Outra coisa eu cuidar de uma casa que comporta três crianças. (Berta).

Não. Gosto só de cozinhar, eu detesto limpar casa, detesto lavar roupa... (Lana).

Não, quase nada. Eu faço... limpar, lavar, passar e cozinhar, quase nada. Zero. A única coisa que eu lavo é minhas roupas íntimas, porque eu acho uma vergonha mulher que põe roupa íntima para empregada lavar. Mesmo que seja a máquina que lavar. Mas eu acho aqui, eu acho de uma... é quase de um trabalho escravo, você dar uma coisa que é tão íntima sua, para uma terceira pessoa lavar? Eu acho que é um princípio que eu tenho, né? (Mila).

Porque eu acho chato, essas coisas todas não me dão prazer. (Valéria).

Quase todas as participantes consideram a realização dos afazeres domésticos como um trabalho (trabalho doméstico ou trabalho reprodutivo), precisamente pelo esforço exigido para realizá-lo e pelo fato de se tratar de uma atividade que precisa ser feita para que o universo cotidiano funcione. Isto é, assume-se como uma atividade obrigatória e diária.

Porque ocupa tempo... eh... enfim... Uma pessoa percebe isso falando em tempo produtivo e o tempo reprodutivo. E não existe trabalho fora de casa, não existe trabalho que a gente chama de trabalho, sem um trabalho reprodutivo. Tem que ter alguém cozinhando, limpando, arrumando. (Berta).

[Final de semana] é uma parte de trabalho ainda, porque na maior parte do tempo eu cuido deles, fico com eles, faço os programas deles. Eu fico mais cansada do que durante a semana. (Berta).

Porque eles demandam muita energia, muita organização no senso de administração. E toda a estrutura familiar precisa disso para poder funcionar. Eu me sinto trabalhando, eu estou... e cuidar da casa é um projeto sempre. (...) Só que é um trabalho que não é remunerado, mas é um trabalho que dispende muita energia. (Fernanda).

Se a gente pensar trabalho como obrigação, como algo que tem que ser realizado... se não a rotina não funciona, eu acho que trabalho doméstico é um dos principais trabalhos. Né? (...) É um trabalho não produtivo, mas é um trabalho reprodutivo. (Mila).

Claro! trabalho invisível e não remunerado, desqualificado... É trabalho! é muito trabalho. É muito cansativo, é muito alienante... né? é trabalho! só que não é valorizado pela sociedade. (Paloma).

Acho, e acho um bom trabalho. (...) Porque é trabalho, né? porque você tem que cuidar das coisas, arrumar, eh... só é repetitivo, né? ele só é repetitivo, não tem muito desafio ali, né? (Sofia).

Contudo, há quem não considera os afazeres domésticos um trabalho. Mesmo a entrevistada que detecta as mesmas características visualizadas por outras participantes – “cansativo”, “invisível”, “não acaba nunca” –, não considera que constitua um trabalho por se tratar de uma atividade decorrente e inerente à vida, que todo o mundo teria que fazer para si.

Mas tem a questão do princípio de que a gente tem que fazer nossa própria cama e lavar nossa louça, tirar mesa, botar mesa... para a gente isso é importante. (...). Eu acho que dá trabalho, mas não é trabalho. (...) Mas eu acho que todo o mundo deveria fazer isso para si próprio. (Dirce).

Em outras participantes, considerem elas ou não como trabalho a realização dos afazeres domésticos, observa-se uma problematização no que se refere à contratação de empregadas, o que evidencia a importância do trabalho reprodutivo e a conveniência ou não de terceirizá-lo.

Emprego doméstico sempre foi uma questão muito difícil para mim. Achei que nunca fosse ter empregada doméstica na minha casa. (Berta).

Eu tinha alguém que me ajudasse... Eh... a gente sempre achou que era possibilidade de dar emprego para alguém, eh... e de ter uma mão de obra que contribuísse com a qualidade de vida da gente. (Delma).

Na Inglaterra a gente não tinha ninguém para ajudar com as tarefas domésticas. Aqui é mais difícil não ter, porque aqui a vida não é estruturada para isso, e a poluição que vem também é infinitamente maior. (...) A gente tem uma ajuda, não todos os dias... Mas a gente tenta assim, agradecer, mostrar que é um privilégio para a gente poder ter essa ajuda. (Dirce).

Não tinha ninguém em casa. E não sabia que precisava. Sempre achei isso esquisito, também. Nunca precisei. (Paloma).

Começar a refletir sobre essas relações de opressões que se estabelecem quando você tem uma trabalhadora doméstica na sua casa, por mais ética e respeitosa que você seja, ainda assim é uma relação de opressão: uma outra mulher, muitas vezes negra, uma mulher pobre que está lá cuidando de coisas que devia ser sua responsabilidade. Então são questões muito sérias, mesmo. E você oprime essa mulher para que você possa sair, trabalhar e fazer coisas legais. (Valéria).

5.2. Desejo de ficar nos dois espaços: produtivo e reprodutivo

Quando perguntadas sobre a preferência por se dedicar com exclusividade a uma das duas atividades, produtiva ou reprodutiva, isto é, se gostariam de deixar de trabalhar remuneradamente para ficar só no espaço reprodutivo de cuidado das crianças e da realização de afazeres domésticos, ou, ao contrário, cingir-se ao espaço produtivo, as participantes expressam o desejo de estar em ambos, diferindo apenas na quantidade de horas dedicadas a cada um. Há algumas participantes que relatam que, embora não realizem afazeres domésticos, gostam de passar tempo e cuidar das crianças.

Mas eles também, não acho que eu contrataria, por exemplo, alguém para fazer todo o trabalho de casa, também nunca faria isso. Acho que, e nem cuidado para o meu filho. Acho que gosto de fazer todas as coisas e gostaria de ter tempo igual, talvez. Não sei.. Não acho que não, igual não. [A qual dedicaria mais tempo?] Eu acho que para o trabalho fora, para o trabalho fora. (Giulia).

Acho que hoje eu tenho bem a vida que eu quero e escolhi, sabe? Jamais abriria mão de meu trabalho, de ser parteira...

Assim, não tenho dúvida. O trabalho de casa cansa, ainda mais para quem trabalha razoavelmente bastante como eu... Então assim, quando eu não tinha essa pessoa para mim era... Não era o que eu escolhi, entendeu? (...) Antes de ter minha filha acho que eu dava conta, mas depois... Depois eu não... Passei a não dar conta. E aí foi quando eu contratei essa pessoa para me ajudar e hoje eu acho que eu cuido do suficiente, assim. (...) Acho que cozinhar para minha filha, para minha família, cuidar da mala dela, das coisas da casa, assim, é um prazer para mim. (Penha).

Para mim [cozinhar] é bem significativo, é bem simbólico, é o jeito que eu cuido da minha família, parece, sabe? para mim. É terapêutico para mim na medida que eu... estou fazendo uma coisa, estou criando coisas legais, bonitas, que todo o mundo gosta... todo o mundo senta, todo o mundo partilha, todo o mundo come. (Sofia).

Essa dupla presença favorece a sobrecarga da participante, pois o fato de não poder escolher a quantidade de tempo dedicada a cada espaço (pelas exigências do trabalho produtivo e pelas exigências do trabalho reprodutivo, unidas ao não compartilhamento deste) propicia uma dedicação ao trabalho (produtivo + reprodutivo) que vai além da escolha da pessoa. Essa sobrecarga nem sempre se deve à realização dos afazeres domésticos, mas ao sentimento da falta de equidade com o parceiro e da falta de reciprocidade no casal. No entanto, essa sobrecarga não é só uma questão das mulheres, mas do mundo atual em que vivem mulheres e homens, mesmo que nelas possa adquirir configurações diferentes pela maior implicação com o trabalho reprodutivo.

Mas para mim o mais pesado é sentir que não há essa divisão, enfim, essa... sentir essa falta de companheirismo e de perceber que... a falta da percepção dele muitas vezes de perceber que eu estou sendo sobre carregada com isso. (Giulia).

Sim. Porque eu descobri que eu não vou dar conta de tudo, a casa não estava legal, eh... e agora minha renda me permite ter alguém para me ajudar com isso, porque eu estava... adoecendo, deprimindo, deprimindo... e isso interferia diretamente na minha qualidade de vida e na qualidade de vida da minha filha (...). É insano trabalhar fora, ter uma criança pequena dentro de casa e tentar fazer tudo sozinha. (Lana).

Eu acho que às vezes me cansa muito essa responsabilidade. Mas ao mesmo tempo eu acho que eu agora mais velha já consigo pontuar que tem coisas que eu não faço, não faço. (...) Então tem coisas que eu acho que eu já aprendi a não fazer. (Mila).

E sempre fui eu. E eu sempre assim, eu estou sempre atrasada, eu estou sempre em falta com alguma coisa. Entendeu? Hoje eu saí de manhã atrasada deixando uma criança, ela falando 'vai! fica em casa!'; e chegando muito tarde já... me sentindo mal porque ainda tem banho, ainda tem... e aí acho que tanto falar isso, também ele... muitas vezes eu estou aqui ainda e ele já me manda uma mensagem: 'ó, já cheguei, já estamos tomando banho...'. Isso está melhor, também. Assim, é bom eu chegar do trabalho, também cansada, também com fome, e eles já terem adiantado! entende? Quando não dá mesmo tudo bem, eu vou e faço, né? Mas isso melhorou, não era. (Paloma).

5.3. A participante é a principal responsável pela realização de afazeres domésticos

Como dissemos mais acima, a propósito dos regimes de trabalho, a participante responsabiliza-se mais do que o parceiro pelo trabalho reprodutivo. No caso concreto da realização de afazeres domésticos, isso sucede de forma similar, quer seja porque é a participante quem flexibiliza o trabalho remunerado, quer seja porque o parceiro não o faz e ela o tem que assumir. Ou ainda por razões ligadas ao prazer ou a uma negociação do casal.

Negociado, negociado: 'eu faço isso, você faz aquilo' (...). Só que eu faço mais coisas porque eu estou mais tempo em casa. Então... limpeza da casa, recai sobre mim. Só que no sábado ele dá uma limpeza melhor, mais profunda. (Amanda).

Então, eu fazia muito mais [afazeres domésticos até os três anos do filho]. (...) primeiro que a paternidade demorou muito mais tempo para cair, para ele, a ficha, do que para mim (...) ele achando que não tinha que fazer porque ele trabalhava fora e eu não. Então isso foi uma briga fenomenal naquela época. (...) E por isso, eu fazia muito mais do que ele, eh.. no geral, tudo, né? Tanto no cuidado com a casa como com o filho. (Giulia).

Aí eu assumo mais [no final de semana]. Coisa de louça... daí é uma coisa que meu marido, que a gente fica negociando o tempo inteiro: o que que é mania, então é problema meu, e o que que é divisão. Cozinhar... eu que gosto. Mas eu gosto. Acho que é a única coisa que eu gosto. (Paloma).

Mas... coisas assim, têm coisas que parece que a mulher entende mais, não sei. Uma limpeza mais profunda, mais inteira na casa assim, eu que organizo. (Sandra).

Muitas vezes a participante não realiza o trabalho físico dos afazeres domésticos, mas o casal contrata empregadas domésticas, sendo a entrevistada quem se ocupa de

organizar o trabalho delas. Desta forma, continua a assumir a responsabilidade pelo bom funcionamento do lar. Não vemos discussão com o parceiro neste ponto, mas aceitação por parte das participantes desta situação, o que pode responder ao imaginário de que ela é, efetivamente, quem deve e sabe organizar a casa e que, mesmo quando os dois contratam uma empregada doméstica para cuidar dos afazeres e das pessoas que moram na casa, essa empregada chega em casa para substituir a mulher que sai para trabalhar.

Eu que organizo o trabalho, eu que compro as coisas para fazer o trabalho. (Berta).

E aí ele teve uma época (...) ele dizia assim: 'ah, eu tenho um sonho', o sonho dele era ter uma casa com gramado, que tivesse uma piscina... Aí eu dizia assim: 'para quem limpar, para quem organizar?' (...) e saber que isso vai ficar sobre minha, de eu ficar ligando para a pessoa, marcando... 'não, não quero'. (Mila).

É, eu fiz uma tabela. Eu e ela, juntas, (...) porque antes, ela só cuidava de minha filha. Ela foi para a escola... o ano passado. Então antes ela cuidava dela, e vinha uma faxineira uma vez por semana, faxineira, né? limpava tudo. Aí, como minha filha mais nova foi para a escola, então ela começou a ficar com ela de manhã e à tarde, cuidar da casa. (Sofia).

5.4. Implicação do parceiro na realização dos afazeres domésticos

A divisão de atribuições no casal pode mudar no tempo, principalmente quando esta foi previamente negociada, passando a ser a mulher quem sustenta o lar e o marido quem se ocupa do trabalho reprodutivo quando as crianças passarem a precisar menos da presença da mãe:

Mas o futuro que a gente planeja, que é o planejamento, é, quando eu me formar, eu trabalhar e ele conseguir sair, para ele começar a estudar. Porque ele abandonou a faculdade dele para eu continuar os estudos. Para o que... alguém tem que ficar.. ele queria ficar um tempo com os filhos! (Amanda).

A gente sempre dividiu. E sempre teve as tarefas. Então, e isso também foi se ajustando, nesse período que eu trabalhava muito, que eu não estava em casa nunca, ele assumiu quase tudo da casa, tudo! né? você limpa, as compras, etcétera. Hoje ele está trabalhando mais horas do que eu, então a gente redividiu de novo as demandas da casa. (Delma).

Quando a gente namorava, nós dividíamos as contas. Por exemplo: vamos jantar num restaurante, eu pagava metade, ele pagava metade. Mas... nós também dividíamos as tarefas.

Então, se eu preparasse um almoço, uma janta, ele lavava a louça, né? (...). A partir do momento em que eu botei os pés dentro do apartamento ele mudou muito. Não foi da água pro vinho, teve uns quatro meses... os primeiros quatro meses ele contribuía nas coisas, mas depois ele foi mudando, mudando, mudando e... eu não consigo entender até hoje. (Lana).

O envolvimento dos parceiros com a realização dos afazeres domésticos é variável. Algumas participantes relatam que há uma divisão equitativa com o parceiro. Outras, que ele está envolvido, mas que ela precisa solicitar sua participação. Outras vezes ele participa nos afazeres de casa que tem mais a ver com o “de fora para dentro”, como uma transposição para o mundo doméstico do esquema social em que o homem se ocupa do espaço público e a mulher do privado.

A gente dividia tudo [criação do filho e AD] (...) algumas vezes eu tinha que solicitar, né? Mas... mas ele sempre participou, sim”. [Então, era espontâneo, né? Se ele, por exemplo, via que o chão estava sujo ele ia lá e limpava, né?] “Ah, não! aí já é demais, não. (Fernanda).

Eram os dois que se ocupavam da limpeza da casa e isso causava muito estresse. (...) Eu sempre achava que podia fazer mais do que estava fazendo... Ele achava que já fazia o suficiente. (...) Mas o que eu observei é que isso é uma questão de idade, de geração. (Fernanda).

Divido bastante as funções. O meu marido é um marido participativo, faz comida também, limpa a casa e gosta de limpar, a parte que ele gosta, né? (...) durante a semana quem está em casa passa um pano no chão, eh... se tenho tempo para lavar algumas das partes, porque a roupa a gente divide em etapas, né? então alguma das partes das roupas, também... Mas sobra muito para o fim de semana! (...) Meu marido tem uma coisa de limpeza. Então ele está em casa, ele gosta de estar na casa limpa. Então tem uma coisa que ele faz sempre que ele está lá sem eu falar e é até bom, porque o chão de casa está sempre limpo! ele passa vassoura e passa um pano. (Sandra).

Tirar pó dos móveis ele não tira, então eu que faço também. De uma forma ou de outra eu acho que acaba sendo equilibrado, é que eu faço essas coisas que é mais pesado, assim, e que não precisa fazer sempre. E ele faz as coisas que precisa fazer sempre! (Sandra).

Como indica Bruschini no artigo: *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos* (2007), “os homens se envolvem em tarefas domésticas de maneira bastante seletiva” (Bruschini, 2007: 545). Esta atitude é também evidente para algumas das

entrevistadas, que relatam como seus parceiros escolhem as atividades que eles realizarão em casa, tratando-se normalmente das mais simples.

Normalmente ele escolhe o mais fácil, que é o quarto, fica lá no quarto, aí eu faço a cozinha, que é mais difícil, o banheiro... (Sandra).

Ele não passa roupa, de jeito nenhum, então... Ele precisa de camisas, né? Para trabalhar todos os dias, camisa de botão. Então, a gente tentava fazer uma divisão assim: então, se eu ia... Se ele precisava que eu passasse as camisas, como ele não passa, eu passava e ele fazia alguma outra coisa... Então, 'ah, tem a louça inteira para lavar'. (Giulia).

As informações obtidas pelas participantes se situam na linha assinalada por Bruschini (2007: 545) acerca de que os homens se envolvem, preferencialmente, em atividades interativas, como cuidar dos filhos, mas que envolvem interseção entre os espaços público e privado, como fazer as compras da casa ou levar às atividades extra-escolares, atuar em atividades intelectuais, como ajudar os filhos nos deveres escolares, ou ainda em tarefas domésticas valorizadas, como realizar uma culinária mais sofisticada.

*Quando ele nasceu, aí a gente começou a ter alguém para ajudar, eh... que vinha duas ou três vezes por semana. Depois, aí quando o segundo filho veio, a gente tinha alguém para vir todo o dia e que dormia, morava com a gente. (...) Ela ajudava. Então, a comida (...) a maioria das vezes era eu quem fazia a comida, né? e ela ficava com o serviço da casa. Da roupa, da limpeza... E o cuidado das crianças e a comida era eu, né? [**E seu marido o que fazia?**] Também as coisas da casa. As compras, eh... essas coisas mais de fora de casa para dentro: de levar criança, buscar; de acompanhar filho ir no jogo, treino, nas outras atividades... é o que ele fazia. E das coisas da casa também. (Delma).*

Faz mercado e faz compra. É única contribuição que ele dá para casa. (Lana).

[o marido faz afazeres domésticos?] Pouco, bem pouco, bem pouco. (...) Ele não foi educado para isso, ele não sabe fazer. Ele não sabe fazer nada, praticamente. Não sabe. Ele não sabe limpar, ele não sabe cozinhar, ele não sabe... À vezes ele corta as plantas do jardim. Faz outras coisas. Vai no supermercado, não sei o quê... tipo... né? cuida de uma coisa mais... ele não sabe consertar as coisas também, mas ele cuida às vezes de chamar pessoas para consertar ... é isso. (Sofia).

Um fator de mudança significativo para que o parceiro passe a realizar afazeres domésticos é a atividade produtiva da participante. Quando ela passa a trabalhar mais tempo fora de casa e não consegue desempenhar sozinha o trabalho reprodutivo, o parceiro pode incorporar algumas atividades domésticas a sua rotina, normalmente sob solicitação da entrevistada. Outras estratégias são usadas para favorecer a entrada do parceiro no mundo privado, independentemente de ela trabalhar mais ou menos fora de casa. São elas: brigas e discussões sobre a realização dos afazeres domésticos, conversações sobre feminismo, deixar faltar coisas em casa, ameaçar com a ruptura da relação se a situação não muda e permitir que ele realize os afazeres do jeito dele.

Eu estou na rua mais que ele! Até. Então... ele tem que chegar! né? e... eu estou sentindo que eu estou podendo contar com ele, nisso (...). Eu estou te contando que na verdade o que está me fazendo mudar é a carga horária, é a característica do trabalho, não sou eu me impondo. (Paloma).

Ah, a mudança? Nossa!! Ah! muitos anos, né? de conversa, de conflito... até de leitura, de ele perceber alguns movimentos que eu mesma fazia... e de ele tomar consciência, de fato. (...) Mas é muito tempo! E muita conversa. (...) Além das conversas, das discussões, teve algo de deixar sentir falta. Então teve muito de deixar bagunçado, deixar puta zona, deixar sujo, deixar sem comida. (Berta).

Também eu me neguei a fazer certas coisas. (...) E ele morou com um amigo aqui, e o amigo, é um amigo comum, que ele reclamou muito dele, entendeu? Aí ele começou a ver que não era uma coisa minha, que não era uma coisa da minha cabeça... (Giulia).

Aí eu percebi que assim que sempre ia ser se eu não tivesse paciência. Com as mínimas coisas, né? passar roupa, né? (...) Então foi quase que assim, uma necessidade! eu tive que aprender! a dar o tempo dele para ele poder atender e fazer junto, né? uma amiga minha me falava assim: 'não é ajudar, é fazer junto'. (Sandra).

Ainda há alguns casos em que, apesar da solicitação, das conversas e das brigas o parceiro não realiza afazeres domésticos, ou realiza muito poucos. Outras vezes é a entrevistada que não lhe consegue expressar a necessidade de apoio nesta esfera da vida.

No final de semana eu cozinho, arrumo a casa, guardo brinquedos, ajeito as coisas. Quando minha mãe vem, ela ajuda também. Mas meu parceiro ajuda muito pouco. (Berta).

A gente briga bastante porque eu peço para ele fazer algumas coisas e ele tem outras prioridades. Ele faz, mas meio... sem vontade. (Cecília).

[Seu ex-marido não fazia afazeres domésticos?] Não. Por mais que eu pedisse, ele deitava no sofá, ficava vendo TV... (Lana).

Uma situação de negação total de que precisaria colaborar e aí... foi aonde começaram os nossos conflitos. Ele passou a não, ele já não colaborava com o trabalho doméstico e ele passou a ter toda uma agenda de divertimento. (Lana).

Ele tinha que levar nossa filha para a escola... Ah! muito difícil tudo! Essas coisas parecem que não são dele! são minhas. (...) Aí quando ele teve que fazer isso, aí ele falou 'ah, acho que era bom mesmo a gente ver um esquema de carona'. Eu não sou muito boa em me impor, assim. Eu cobro bastante de outras formas, porque eu tenho consciência disso tudo, né? então... mas a gente não é bom de conversar sobre essas coisas, engraçado. (Sofia).

É prevalecente a ideia de que, para realizar afazeres domésticos, uma pessoa tem que ter aprendido. Esse aprendizado deve fazer-se desde criança. Caso contrário, é difícil essa pessoa aperceber-se do que deve ser feito. Quando adultos, seria difícil ensinar a fazer, precisando de muita paciência. A paciência necessária para ensinar o parceiro, unida à urgência que às vezes caracteriza os afazeres domésticos, conduz algumas entrevistadas a fazerem elas mesmas.

Esse trabalho era completamente invisível para ela [a enteada]. Então não é algo que nem a mãe nem o pai dela fizessem. Ela sempre tinha alguém o tempo inteiro fazendo. Quase que ela descobriu o que é um trabalho desse muito recentemente. E aí ela faz o que ela enxerga, e aí muitas vezes o trabalho é mostrar para ela que existe! (Berta).

Aí eu percebi que assim que sempre ia ser se eu não tivesse paciência. Com as mínimas coisas, né? passar roupa, né? (...) Então foi quase que assim, uma necessidade! eu tive que aprender! a dar o tempo dele para ele poder atender e fazer junto, né? uma amiga minha me falava assim: 'não é ajudar, é fazer junto'. (Sandra).

Ele não foi educado para isso, ele não sabe fazer. Ele não sabe fazer nada, praticamente. Não sabe. Ele não sabe limpar, ele não sabe cozinhar, ele não sabe... À vezes ele corta as plantas do jardim. Faz outras coisas. Vai no supermercado, não sei o quê... tipo... né? cuida de uma coisa mais... ele não sabe consertar as coisas também, mas ele cuida às vezes de chamar pessoas para consertar ... é isso (Sofia).

5.5. Contratação de empregadas para a limpeza da casa

Devido à falta de prazer na realização dos afazeres domésticos, algumas participantes decidem não assumi-los, parcial ou integralmente. Essa escolha é mediada, como já vimos, pela contratação de empregadas domésticas, ficando as participantes como as principais organizadoras do trabalho das empregadas. No entanto, é recorrente a noção de que, com empregadas domésticas que trabalham muito tempo na casa, o casal ou a família não precisa organizar mais o trabalho delas, como se elas fossem as “verdadeiras donas da casa”. São, assim, as empregadas domésticas que cuidam das pessoas da casa, fazendo o trabalho autonomamente e sem “incomodar” ninguém. Desta forma, desaparece a preocupação com este tipo de trabalho, devolvendo ao mesmo a sua natureza invisível. De todos modos, é importante realçar que, em situações de hesitação, cabe à mãe da família tomar as decisões.

Eu não viveria bem fazendo trabalho de casa. (...) É que eu acho muito rotina. Eh... eu acho meio escravizante o negócio que você nunca vê o fim. (Cecília).

Eu não faço. Então é um trabalho... E pago todo o mundo para fazer, na minha casa. (Cecília).

Quando ele nasceu, aí a gente começou a ter alguém para ajudar, eh... que vinha duas ou três vezes por semana. Depois, aí quando o segundo filho veio, a gente tinha alguém para vir todo o dia e que dormia, morava com a gente. (Delma).

Não, quase nada. Eu faço... limpar, lavar, passar e cozinhar, quase nada. Zero. A única coisa que eu lavo é minhas roupas íntimas, porque eu acho uma vergonha mulher que põe roupa íntima para a empregada lavar. Mesmo que seja na máquina que lavar. Mas eu acho aqui, eu acho de uma... é quase de um trabalho escravo, você dar uma coisa que é tão íntima sua, para uma terceira pessoa lavar? Eu acho que é um princípio que eu tenho, né? (Mila).

Eu não cuido da casa, quem cuida da casa é a empregada doméstica (...). Na Itália tinha uma pessoa que limpava a casa. Eu nunca tive que limpar, passar aspirador... essas coisas não. Sempre teve alguém que fazia. (Patrícia).

Interessantemente eu não organizo nada, não! (...) Então eu também divido com elas a decisão do que precisa ser feito. (...) Eu olho para o resultado final e vou dando toques. (Cecília).

Hoje a gente tem a empregada que está com a gente já há oito ou nove anos, né? então ela trabalha... ela é mais a dona da casa do que eu, [ri]. Né? então a empregada cuida da gente,

cuida da casa, né? E é o trabalho dela e a gente tem isso muito claro nessa relação. (Delma).

Então elas não trabalham de sábado. Até eu gosto porque como a casa é pequena, ter elas no sábado ali... Aquilo me incomoda. (Mila).

A contratação de empregadas domésticas fomenta a qualidade de vida das entrevistadas, libertando-as de uma parte da rotina valorizada negativamente, o trabalho doméstico. Uma das características deste trabalho, expressada nos relatos espontaneamente, é a de ser *escravizante*. No entanto, não existe questionamento nessas participantes quanto à contratação de outra pessoa para fazer esse trabalho (que escraviza) e a própria liberação desse trabalho. Produz-se no discurso uma transformação da dívida em dádiva. Dívida pelo uso da força de trabalho de uma outra pessoa, de uma classe social mais baixa, que é introduzida na intimidade do lar para realizar um trabalho invisível, íntimo e, em certa medida, escatológico (limpar os resíduos da vida dos outros). Dádiva por ser apresentado no discurso como uma ação positiva para a contratada: oferecimento de trabalho, outorga de autonomia na realização desse trabalho, capacidade de decisão. No entanto, a autonomia da empregada doméstica é ilusória. Apesar de algumas participantes referirem que são as empregadas que organizam o próprio trabalho, vemos que estas têm um poder decisório dentro dos limites que são impostos pelos contratantes, já que estes “*olham para o resultado final e vão dando toques*”. Esse discurso ambivalente, que transfere supostamente uma responsabilidade própria para outra pessoa, ajudaria a aliviar um possível peso de consciência e facilitaria o desfrute do privilégio de classe.

5.6. Não realização de afazeres domésticos quando era criança

Algumas participantes afirmam não terem realizado afazeres domésticos quando eram crianças, pois a mãe as teria poupado desse trabalho ou, também, na casa familiar teriam contratado uma empregada doméstica. Parece, assim, que coexistem duas visões sobre a necessidade de aprender, na etapa infantil, a realizar afazeres domésticos. De um lado, como dissemos mais acima, algumas participantes compreendem a dificuldade do parceiro para realizar afazeres domésticos, visto que ele nunca havia aprendido a executá-los. De outro, as participantes realizam afazeres domésticos na fase adulta, apesar de não os terem realizado quando eram crianças. Assim, há duas interpretações

diferentes acerca da necessidade de aprendizado dessa tarefa em função do gênero do sujeito a que se referem. Embora não sejam as mesmas participantes em um caso e no outro, o parceiro que não realiza afazeres domésticos, por não ter aprendido quando criança, parece estar assumindo esse privilégio como um direito. Quanto a parceira que não aprendeu a realizá-los na altura em que era criança, poderia estar no exercício de seu dever.

Em casa nunca fiz nada, quando estava com meus pais. Não passava uma roupa, eu não fazia uma comida, nada, nada! minha mãe sempre fez tudo em casa, sempre foi muito sobrecarregada nisso. (Amanda).

Eu nunca tive empregada doméstica, por exemplo, que é uma moça que vai todos os dias, você não faz nada na casa. Isso nunca eu tive. Eu tive na infância, minha mãe tinha, né? (Fernanda).

Minha mãe educou a gente, eu e minha irmã, como dois meninos. No sentido de que você não tem obrigação de fazer nenhuma tarefa doméstica. Vocês têm obrigação de estudar. (Lana).

Vemos, assim, como, em relação aos afazeres domésticos, convivem dois tipos de representações sociais: aquela em que a mulher é a principal responsável pela realização ou organização dos afazeres domésticos e aquela que procura o compartilhamento equitativo com o parceiro (“não é ajudar, é fazer junto”). A primeira representação social vem de um imaginário mais tradicional e está sendo suplantada pela segunda. A instituição do novo imaginário acerca da responsabilidade pelo trabalho doméstico torna-se visível nos fragmentos de entrevistas que justificam como o peso da responsabilidade doméstica recai sobre as entrevistadas, que, por isso, se queixam. Ao explicarem como tentam ou conseguem compartilhá-lo com o parceiro, sugerem que se trata de uma luta que visa a mudança. Os fragmentos deixam entrever ainda que a participante está cansada dessa carga e quer reverter o processo para outro tipo de arranjo social, evidenciando, assim, que a prática social é mais resistente à mudança do que o discurso.

6. Temas relacionados com a vivência do feminismo

Neste tema abordaremos a concepção de feminismo das participantes, a identidade feminista que elas manifestam e como isso se relaciona com vários aspectos

da vida cotidiana, incluindo os conflitos experimentados pelo fato de participarem de referida identidade feminista. Abordaremos também outras questões mais gerais que guardam relação com o feminismo, mas que expressam uma opinião geral sobre um estado de coisas, e que, por isso, feministas e não feministas podem repensá-las.

6.1. *Noção de feminismo*

Quando questionadas sobre o que consideram ser o feminismo, duas correntes de pensamento, que coincidem com as duas grandes correntes de feminismo instituídas referidas no primeiro capítulo, emergem nas respostas das entrevistadas. Algumas participantes definem feminismo dando mais ênfase ao feminismo da diferença, enquanto outras se inclinam para o feminismo da igualdade. Poucas participantes unem as duas correntes, o que aproximaria a noção de feminismo ao contexto mais atual.

Os depoimentos relacionados com o feminismo da diferença indicam que as mulheres definem o feminismo como a defesa das características femininas, tais como o cuidado dos outros, a maternagem e a delicadeza. Algumas destas participantes rejeitam o feminismo que defende a igualdade entre homens e mulheres, e outras acrescentam à necessidade dessa igualdade de direitos a defesa das especificidades femininas. Quase todas as que fizeram parto domiciliar compartilham esta noção de feminismo, além de outra participante que, embora não tenha feito parto domiciliar, se diz simpatizante do movimento feminista.

[Feminismo] acho que é um dever de toda mulher de proteger não às mulheres, mas a sociedade como um todo. (Amanda).

Eu acho que é uma reação [o feminismo] a um processo de opressão histórica, né? do patriarcado e tal. Acho que é uma reação que eu acho que às vezes exagera, às vezes reage demais a coisa de menos. (...) O mundo não funciona do jeito feminino, então... Não funciona do jeito feminino e eu acho que sobrecarrega, sim, às mulheres, porque as mulheres tem essa pulsão do cuidado. Os homens não tendo isso, né? inerentemente - estou falando muito genericamente, tá? Mas não tendo isso inerentemente, meio que... é naquele... aperta que ele vai acabar fazendo. (Cecília).

O feminismo é uma possibilidade de falar o lugar da mulher e de questionar e negar esse lugar em que ela está. Mas eu acho que é mais do que isso, eu acho que é um espaço de mostrar (...) que as mulheres elas são diferentes em algumas questões, e

precisam ser respeitadas por isso e não serem tratadas diferente (...) tem uma diferença de ritmo, tem uma diferença de força, tem uma diferença física, mas o que que isso compromete? o que que isso envolve? (Delma).

O feminismo dos anos 60, dessa coisa da igualdade... isso para mim... Não é igual, não é igual... Não é para ser igual. A natureza não fez igual. Assim, até mesmo essa coisa do cuidado com bebê... meu marido não pode dar o peito para ela, mas pode fazer outras coisas. Então assim, o que acho interessante dessa coisa, talvez uma visão mais atual do feminismo de respeitar essa... a natureza de cada um, mas do que impor igualdade de sexos. (Dirce).

Para mim feminismo é eu querer, eu exercitar toda minha potência feminina. É eu entrar em contato com minha potência feminina. É isso que é feminismo. (...) Eu me sinto... muito forte sendo mãe. A geração da minha mãe, por exemplo, se sentia muito mal de ser mãe. A minha mãe era muito infeliz, ela queria sair para trabalhar. Ela queria estudar, viver a maternidade era um peso! (Fernanda).

Feminismo, meu feminismo. Eu acho que o feminismo é a luta pelos direitos das mulheres. Direito de ser mulher, direito de ter filhos, direito de trabalhar e ganhar o mesmo salário do homem, direito a ser mais delicada. (Sandra).

Não sei definir também, mas eu acho, eu penso numa... Situação igual, mas diferente, uma situação de mesmos direitos considerando as especificidades (...). Mas um respeito maior à especificidade que é mulher, quanto a essa pessoa que tem maior responsabilidade no cuidado dos filhos, né? enfim que... precisa. Ela vai amamentar, né? dois anos! só por isso já é uma especificidade que eu acho que é.. uma diferença enorme. Eh... e eu acho que as características femininas elas são muito importantes, elas não podem ser perdidas no mercado de trabalho. (Sofia).

Ao relacionarem mais fortemente o feminismo com o feminismo da igualdade, as participantes identificam-no com a luta pelos direitos das mulheres, podendo desenvolver tal representação a partir dessa noção. Quase todas as participantes que simpatizam com o feminismo compartilham esta visão.

É a luta pelos direitos das mulheres, por igualdade de direitos, isso é feminismo. (...) quando a gente fala da base eu acho que feminismo eu acho que é direitos das mulheres, igualdade de direitos. (Berta).

Feminismo para mim é a defesa da existência da desigualdade de gênero, o tratamento desigual às normas, eh... culturais que são implícitas e são desiguais. Então... além de uma luta eu

acho que é o reconhecimento da violência simbólica, o reconhecimento da desigualdade de gênero, que é uma desigualdade silenciosa, ela está implícita na cultura (...). Para mim, o feminismo é a luta para desconstruir, né? violência simbólica, desigualdade de gênero, né? construir lugares sociais iguais... não sei se iguais, mas mais justos. Para mulheres e homens, né? (Lana).

Para mim feminismo, do jeito que eu entendo e do que eu me reconheço um pouco de feminista é a luta pela emancipação e pela autonomia. E que essa autonomia possa ser de uma certa forma regulada para gerar iguais possibilidades para a pessoa exercer a sua potencialidade (...) Então, na verdade, para mim o feminismo é um movimento mais de emancipação, né? político e... econômico, cultural, né? de valores. (Mila).

Eu acho que é essa bandeira dos direitos iguais. Né? não aceitar essa suposta inferioridade. (Paloma).

Não ter diferenças em nenhum aspecto de sua vida porque a gente é mulher ou homem, ou se entende mulher ou se entende homem. (Penha).

6.2. Feminismo e saúde

É interessante sublinhar a relação do feminismo com a saúde e o autocuidado da mulher. Essa relação não é dada de antemão, apenas quando instigada por alguma pergunta. Essa relação passaria pela responsabilidade sobre o próprio corpo e pelo respeito a si mesma perante questões médicas.

A geração de minha mãe, que hoje tem, acho, setenta anos, vai [ao atendimento ginecológico] com uma restrição, a minha geração já tem isso já incorporado de uma vez por ano, uma vez a cada seis meses, dependendo... E essa geração mais jovem, que eu vejo que é a idade das minhas alunas, eu vejo que é a idade das minhas sobrinhas... Aí já tem isso muito claro que precisa, que faz, que cuida, que toma cuidado. (Delma).

Eu não achava que tinha [relação parto domiciliar com feminismo], quando comecei a ler, quando comecei a estudar, mas assim, hoje, eu tenho certeza que sim. (...) Primeiro por isso que eu falei da coisa de você fazer as pazes com esse corpo que acaba sendo arbitrariamente moldado pela sociedade. (...) Acho, quando você vai no hospital, os médicos em geral te tratam como objeto e não como uma pessoa, né? Então... você decide o que você quer fazer, você entende seus limites, você entende seu corpo e deixa seu corpo funcionar. (Dirce).

É uma retomada da crença de que você tem saúde e capacidade para poder funcionar quanto ser feminino, e que parir é uma das coisas que a gente faz. (Fernanda).

Porque o hospital é mais um lugar, é mais uma instituição que está na mão de homens. Ou de homens ou de mulheres masculinas. (Patrícia).

Tem a ver, sim. Porque este serviço [ginecológico] é individualizado e leva em conta as necessidades das mulheres, dá importância ao corpo das mulheres tal e como ele é, e não desde a visão criada pelos homens sobre o corpo da mulher. (Penha).

6.3. Integração na vida pessoal dos questionamentos de gênero

Como indicamos na introdução do estudo, o recorte das participantes é formado por mulheres simpatizantes ou beneficiárias do movimento feminista. Por isso, não todas as participantes se consideravam feministas. Particularmente, e com exceção de uma, as beneficiárias de uma luta do movimento (parto domiciliar) não se consideram feministas, além de terem uma percepção negativa do feminismo, por considerá-lo um movimento que pretende igualar homens e mulheres negando as características e especificidades femininas.

Me considero feminista porque eu acho que não é necessário você ter uma amplitude de estudo para você ser. Basta você se considerar. (Amanda).

Na Casa de Lua é uma atividade mais militante, não é uma atividade profissional. (Berta).

Começa que eu não sou feminista, assim, eu não sou... Eu sou, eu simpatizo muito com feminismo, mas eu não me sinto uma feminista porque eu devia estar mais à frente das discussões e da luta, eu fico mais à distância. (Delma).

Eu não me intitulo feminista porque eu tenho um pouco de receio com rótulos, com nomes. (Fernanda).

Me mobilizei muito para a questão do parto, para questão da criança, da integridade da criança, da integridade física da criança, tempo de brincar da criança, sofro, sempre me mobilizei muito para isso. Mas não me mobilizei muito para a essa questão da mulher, apesar de viver isso cotidianamente. (Sofia).

Assim, se definir a si mesma como feminista responde a critérios diferentes segundo a pessoa. Há mulheres que se consideram feministas por serem militantes,

outras por simpatizarem com o movimento, e outras que não colocaram a questão a si mesmas.

As participantes que simpatizam com o feminismo tentam levar esse discurso para a vida cotidiana, refletindo-se no nível pessoal ou profissional em maior ou menor grau. Há participantes que não partilham de uma identidade feminista, mas que questionam o papel da mulher hoje e, por isso, também levam esse questionamento para a vida pessoal.

Tento ter um tempo para mim, minha autonomia, isso para mim é importante, mas eu confesso que nunca pensei nisso como uma questão de gênero. (Dirce).

Isso se reflete no fato de eu querer que a minha vida doméstica, familiar, seja boa também para mim. Eu não estou lá ao serviço de meu marido, de meus filhos. Eu também sou uma pessoa com desejos, vontades, direitos e verdades. (Berta).

Vim transformando a minha relação de casal (...) e teve também relação com minha trajetória profissional, que estou cada vez mais conseguindo trabalhar profissionalmente com isso. (Giulia).

Eu acho que eu tenho uma completa independência em relação ao marido. Né? eu tenho uma profissão, eu (...) tenho um círculo de amigos que independe dele, né? (...) Eu tenho a liberdade de viajar sozinha, ir para congressos, de esticar depois de alguns eventos, né? (...) A gente nunca negociou isso, mas imagino que eu teria liberdade, a gente nunca negociou porque tem coisas que eu acho que no casamento não se conversam, para o bem do casamento. Mas... a gente tem, eu tenho uma clareza de que se eu imaginasse ou quero viver uma vida fora do meu casamento, com outra pessoa, desde que, a grande questão é desde que isso não atrapalhe o casamento (...). Eu acho que a gente tem um projeto de vida de casal e tem um projeto de vida de pai e mãe para os nossos filhos, que é muito acordado, né? Tem muita clareza. Mas isso não tira a liberdade do outro, mesmo que essa liberdade não seja negociada, ou partilhada. (Mila).

Isso se reflete na minha vida privada sentindo-me realizada e feliz dedicando tempo a meus filhos e não tendo que delegar em ninguém esse cuidado, mesmo sabendo que, se tivesse delegado em alguém, minha carreira profissional seria muito mais promissora. (Patrícia).

6.4. Conflito entre a identidade feminista e a vivência cotidiana

Apesar de os questionamentos de gênero terem um reflexo na vida cotidiana, isso não se dá sem dificuldades. As participantes que se consideram feministas informam da dificuldade de terem que enfrentar no cotidiano uma estrutura social que vulnera os direitos das mulheres, que tenta repetidamente reenviá-la a um lugar de submissão. Há, portanto, resistências e conflitos da estrutura social no que tange a uma prática feminista, e se manifestam tanto no mundo privado dos relacionamentos pessoais, quanto no mundo público do trabalho e dos estudos.

A gente tem o tempo administrado como pode. Mas é claro, assim... é muito óbvio a diferença. Mesmo para a gente é óbvio. Ele tem que trabalhar fora, ele ganha um melhor salário, se eu for trabalhar fora eu vou ganhar um menor salário, então... de certa forma a sociedade impõe que ele ganhe um maior salário e em teoria tem que trabalhar. (Amanda).

Uma coisa é o discurso político, outra coisa é o que você consegue fazer numa sociedade patriarcal, machista, capitalista. Então, por mais que muitas mulheres sejam feministas e tenham um discurso político da igualdade de direitos, na prática elas ganham menos que os homens, elas têm trabalhos piores, elas precisam cuidar disso, daquilo, daquilo outro.. não dá tempo para o lazer... Então acho que o discurso político não necessariamente se reflete na vida das mulheres. (Berta).

Não é fácil (...) eu percebi que isso é uma coisa mais forte do que eu! (...) Então assim, eu tento, mas é muito forte (...). Então eu morro de cansada, né? Por isso que é legal os Coletivos e a Casa de Lua e tal, porque... é mais gente junto a fazer. Então parece que é mais eficiente. (Delma).

‘Ah, vocês estão com discurso feminista, mas estão ali morando fora por causa do marido’, e aí a gente tinha essa resposta de que ‘sim, estamos, porque era uma proposta boa, porque é uma experiência boa, porque a gente quis, porque foi uma escolha’... Mas pegava muito internamente também, assim. Porque a gente também se fazia essa cobrança, né? eh... E é uma questão até hoje, né? (...) Eu consigo ver como uma coisa positiva, mas eu consigo olhar aspectos negativos e me pergunto se tivesse sido ao contrário se ele teria ido. (Valéria).

6.5. Ideal de mulher adulta quando crianças

Perguntamos ainda às participantes sobre como elas imaginavam sua vida adulta quando eram crianças. Desta forma, pretendíamos indagar qual seria o imaginário mais vigente sobre a identidade feminina durante a infância das participantes. Observamos, com as respostas, que a representação da mulher mais sobredeterminada é a do sucesso profissional, juntamente com a da maternidade. A representação da mulher independente que domina o espaço público nasce com o feminismo da igualdade dos anos 70 e, portanto, influencia a imagem que as participantes tinham quando eram crianças acerca da mulher.

Eu tinha planos profissionais (...) nunca tive planos de me casar, nunca! eu sempre fui o lado materno, assim, então eu achava que eu ia ser mãe solteira. (Amanda).

Eu acho que a relação com trabalho sempre tive isso muito claro, que eu ia querer ter a minha posição, que ia querer trabalhar, enfim. Também queria... Sempre achei que ia ter filho, ia ter uma família. (Delma).

Eu não acreditava muito em casamento, sabe... aquela coisa de família de mãe, pai... Igual a gente! (...) eu achava que ia ser bem sucedida no social e no profissional e família ia ficar... né? para o lado. E... na verdade não foi assim que aconteceu, minha vida profissional ficou um pouco para trás e coloquei a família na frente. Mas também é esse momento da vida que eu acho que... não volta. (Dirce).

Trabalhar fora de casa sempre quis. Sempre achei super legal aquelas mulheres indo, super bem sucedidas, indo trabalhar (...). Por algum tempo da minha vida, quando era criança, eu não queria ter filhos, enfim, isso veio depois. Eu falava que eu não ia casar nunca, também, inclusive. (Giulia).

*Filho para mim era natural! eu imaginava que eu ia ter (...), agora, não imaginava que eu teria três filhos. Até porque eu venho de uma família pequena. (...) **[imaginou que iria trabalhar?]** Sempre. Isso eu acho que eu devo muito tanto a meu pai como a minha mãe (...). E meu pai, ele sempre disse para mim também: 'seja independente', 'tenha a sua independência' (...) eu sempre achava que eu tinha que ser muito boa para eu ter... para eu poder me sustentar com a profissão que eu escolhi. (...) Agora, eu posso dizer para você que durante muito tempo, apesar de eu ter uma vontade, um ideal de ser mãe, o meu foco prático do dia a dia era na carreira. (Mila).*

Eu queria casar, ter filhos... não imaginava que ia ser tão difícil! não imaginava. Por mais que eu vivenciei a dificuldade

na vida dos meus pais (...) nunca me vi só trabalhando em casa, tendo filhos... nunca me vi. Minha mãe, dentro de casa, sempre falou que a gente tinha que ter o nosso dinheiro. (Sandra).

6.6. Usos do tempo diferentes entre homens e mulheres

As participantes coincidem na idéia de que homens e mulheres têm usos do tempo diferentes e, nesse quadro, será ainda a mulher a ocupar-se mais do que o homem do trabalho reprodutivo. Comungam ainda da ideia de que elas dividem principalmente seu tempo entre este trabalho e o produtivo. Quanto ao homem, ele dividiria seu tempo entre o trabalho produtivo e o lazer. Por outro lado, considera-se que nos tempos dos homens não se produz tanta interferência entre as demandas dos espaços privados e públicos. Diante desta situação, também é percebida uma mudança nos movimentos mais alternativos, em que é comum a troca de papéis com o homem podendo se dedicar à criação das crianças e as mulheres à manutenção econômica do lar ou, simplesmente, haveria maior partilha dos afazeres no casal.

Eles têm... acho que o tempo de trabalho fora de casa muito delimitado, como sendo o centro da existência. E aí eu acho que eles têm menos culpa na relação com o lazer. (Berta).

Acho que os homens ligam menos para diversos cuidados, de forma que a mulher acaba puxando mais atividades. Mas também é uma escolha. (Cecília).

Eu acho que tem a questão da cultura de trabalho que os homens ficam até tarde no escritório. Acaba sendo conveniente para eles, também, não se envolver com toda essa questão do dia a dia, da rotina, de ser só pai de final de semana (...) 'então paga babá porque ele não vai acordar de noite'. Né? E ele brinca com as crianças, ele ama as crianças... Mas ele só brinca. (...) Então eu acho que é bem raro, acho que é bem raro (os pais se envolverem na criação]. (Dirce).

Fora do círculo onde eu vivo, de trabalho e me relaciono, ah, eu observo que existe muita desigualdade, um modelo muito... machista, né? Eu vejo isso demais! Agora, dentro desse movimento que eu estou, eu sinto que isso está sendo reformulado muito, assim. Vejo pais muito legais! (...) Que valorizam, eh... valorizam essas mulheres que têm coragem de parir e que querem amamentar. Vejo muitos assim, que auxiliam o máximo que podem. (...) mulheres que querem ter um parto ativo, ou domiciliar ou no hospital, mas que elas lutam para parir, aí elas conseguem, elas lutam para amamentar, e elas são as provedoras do lar apesar de serem casadas. (...) Eu vejo

casos muito lindos! Assim, de pais que passam o dia inteiro com o bebê no sling. Falta dar de mamar, sabe? Ficam o dia inteiro ali cuidando do bebê... E leva o bebê até a mulher no trabalho para dar de mamar. (Fernanda).

Mas a maioria dos homens que eu observo, que é meu ex-marido, a família dele, tem uma vida de trabalho e lazer! é uma vida bem hedonista. (Lana).

Mulher fica mais sobrecarregada, tem mais responsabilidade... E parece sempre que o homem está fazendo uma concessão. (Sofia).

Neste tema há diferença na representação de feminismo entre as participantes que se consideram feministas e as que não, identificando as primeiras o feminismo com a bandeira da igualdade de direitos entre homens e mulheres e as segundas com o respeito às especificidades femininas. Todas as participantes expressam conflito quanto à experiência da maternidade, conflito este que pode ser vivido em relação a si mesma e à priorização dos usos do tempo ou em relação aos outros.

À guisa de conclusão: representações sociais e feminismo nas participantes de São Paulo

Levando em conta os relatos, observamos que algumas participantes se aproximam mais da corrente de pensamento feminista denominada feminismo da igualdade, que aposta na luta política em prol da igualdade entre os sexos, permanecendo fiel à tese de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Outras, por sua vez, convergem para o feminismo da diferença, que parte da distinção entre homens e mulheres e da valorização da cultura feminina, cujo seio é a maternidade e a relação materno-filial (Caballé, 2013). Curiosamente, algumas das mulheres, a minoria das entrevistadas, são coerentes nessa convergência em todas as temáticas tratadas. A maioria adota um meio termo nessa polarização, também coerentemente em várias temáticas, combinando valores e práticas referidas a ambas as correntes em sua vida cotidiana. Essa prática coincide com as representações sociais que as participantes veiculam sobre o feminismo, pois o definem de forma mais próxima quer seja ao feminismo da igualdade, quer seja ao da diferença.

A conduta do parceiro é explicada com base em modelos culturais predeterminados, que permitem explicar e entender o mundo (Bajoit, 2008). Assim, elas se auxiliam desses modelos para explicar as condutas dos homens: eles trabalham mais

no espaço social produtivo, dedicam-se mais ao lazer, não cuidam muito dos outros, são mais individualistas. Mas também é assinalado o nascimento de um outro modo de ser homem, neste caso mais envolvido com a criação e com o trabalho doméstico. Vemos como, apesar de as diferentes representações sociais sobre a masculinidade coexistirem, a segunda ainda é emergente.

As participantes percebem o déficit no autocuidado durante os primeiros três anos de vida das crianças e estão em posição de se distanciar do que está posto na sociedade e de questioná-lo, atitude necessária para promover a mudança das representações sociais instituídas. Elas conseguem, também, detectar os mecanismos sociais orientados a manter a realidade tal como é conhecida. Neste sentido, vale assinalar os conflitos experimentados no espaço público ou, no âmbito privado, com o parceiro, durante as discussões sobre um melhor compartilhamento do trabalho doméstico.

Categorias das participantes de Barcelona

Depois de realizadas as leituras de impregnação e de comparação das 15 participantes de Barcelona, analisamos os relatos, como fizemos para o caso das participantes de São Paulo, em função das áreas temáticas mais relevantes para a pesquisa, e com base no agrupamento de conteúdos similares trazidos pelas entrevistadas e em conteúdos relevantes para o estudo. Apresentaremos, a seguir, os eixos temáticos emergentes e a discussão dos resultados. Alguns deles, como se verá, são diferentes aos analisados no caso de São Paulo, pois, no curso das entrevistas, surgiram distintos temas ou foram remarcados aspectos diferentes que, cremos, são de relevância.

1. Temas relacionados com a atenção à saúde

Este eixo temático aborda as visões sobre autocuidado das participantes, desde o modo como cuidam da própria saúde, passando pelas dificuldades que encontram para tornarem efetivo esse cuidado no dia a dia, até a forma como elas concebem uma pessoa saudável. Como no item do mesmo nome referido às participantes de São Paulo, tomamos como referência a noção de *cuidado de si* proposta por Foucault.

1.1. As participantes e o autocuidado

As participantes sabem da importância de cuidar de si e escolhem também o tipo de medicina para serem atendidas. A maior parte delas combina a medicina biomédica com a alternativa (homeopatia, osteopatia...), deixando a primeira para situações que ameaçam mais gravemente a saúde ou para o atendimento ginecológico ou dentário. O atendimento biomédico com plano ou convênio de saúde praticamente não se encontra presente em nossa amostra de entrevistadas, sendo mais procurados os serviços públicos. A medicina alternativa é representada, nas participantes que a utilizam, como um atendimento mais integral, que atende não só o corpo como a mente, e atinge até a forma de viver, sendo, portanto, incorporada na vida diária. Neste sentido, pela mudança de alguns aspectos da vida que este tipo de medicina implica, ele seria usado também com uma função preventiva, enquanto a medicina biomédica seria mais usada em sua função curativa.

A gente é usuária da saúde pública e não gosta... nem gostamos nem confiamos na privada. (Alba)

Vou ao osteopata, visito-o uma vez a cada mês e meio, mais ou menos (...). Essa maneira integral de atendimento, né? (...) de: 'eu sei, mas você também sabe, então vamos ver quais ferramentas eu posso te dar, mas é importante que você pegue essas ferramentas e as integre na sua vida', não é? (...) Então, esse tipo de cooperativas [de saúde] acho que são muito importantes. Esses espaços que podem oferecer outro olhar, né? Para a saúde e o autocuidado. Porque isso eu não o recebo do modelo público. (Etel).

A gente faz medicina alternativa (...) a gente vai ao homeopata (...) o pediatra é homeopata, estamos em um centro de saúde familiar alternativo e tudo o mais (...) também temos feito osteopatia (...). Eu vou, sim, ao ginecologista, o que acontece que fazia muito tempo que eu não ia e eu vou ao Centro de Atenção Primária. (...) Sim, a gente combina... poderíamos dizer que combinamos, mas que usamos muito pouco a medicina alopática (...) O sentido comum me leva a estar mais perto dos argumentos da medicina alternativa, o que não significa que não ache estupenda a medicina alopática e os avanços científicos quando realmente, para mim, são necessários. Mas... é uma medida saudável e muito poucas vezes, afortunadamente, precisamos dela. (Lena).

O autocuidado não se limita a estas situações em que recorrem à medicina para tratar de algum mal-estar, mas é entendido como algo a ser integrado na rotina diária e nas escolhas de vida que são feitas pelas participantes. Deste modo, o cuidado de si é

entendido de forma ampla, incluindo não só atividades diretamente relacionadas com a saúde corporal, mas também as atividades de lazer e que são feitas por prazer. Por outro lado, o autocuidado, segundo as participantes, não integra exclusivamente ações a serem realizadas, mas também condutas cuja realização pode ser recusada. Isto é, o autocuidado é também poder dizer “não”, é também rejeitar tarefas incluídas socialmente dentro das atribuições maternas. Além disso, dado que o tempo para o autocuidado é escasso, quando se cria uma rotina que o preveja, ele torna-se muito protegido.

Porque afinal seu filho está em casa e é preciso cuidar dele, mas... uma forma de autocuidado é dizer: ‘bom, hoje não vou fazer a sopa de legumes porque não estou a fim’ (...) esses são como pequenos luxos que me dou. (Alana).

E se as quintas feiras já são para mim, então já são minhas. Isto é, as quintas não vou largar. Poderei jantar com uma amiga ou... mas às quintas de 19h às 22h, que eu saia para fazer zumba... eu às quintas de 19h às 22h é para mim, mesmo que tenha que ir sozinha ao cinema. (Alana).

Tanto o parto quanto a escola onde levo meu filho, como as horas que eu lhe dedico, como as horas que trato de dedicar para mim, como... não sei, né? Eu quero me ouvir e me deixar sentir o que é que me fará bem (...) Tudo forma parte da mesma tentativa, não é? De ficar um pouco perto do que a gente sente e do que a gente quer, que não sempre é fácil, né? De nos ouvirmos, de tratarmos de nos respeitar, de tratarmos de nos autorizar... e para mim isso é se cuidar. (Lena).

Quando as participantes falam sobre o autocuidado é muito presente o cuidado com a alimentação, a procura de momentos prazerosos e para a reflexão, o que conecta com a noção de cuidar de si de Foucault. O exercício físico, às vezes, fica para o final, para o tal “se der tempo”, apesar de ser uma atividade que as participantes sentem falta. Finalmente a desaceleração dos ritmos da vida também é vista como um tipo de autocuidado, o que entra em consonância com a ideia de autocuidado como forma de vida, como algo integrado na rotina diária.

Essa desaceleração do tempo é também o que tem permitido que eu possa dedicar mais tempo ao meu corpo, a ser consciente de que a saúde... bom, que é importante cuidar. (Etel).

Ter diminuído, por exemplo, os ritmos de minha vida, não é? Poder decidir: ‘não, agora minha vida não vai girar ao redor do trabalho, mas vai ter um trabalho adaptado a meu ritmo de

vida'. Isto, por exemplo, é para mim um questão de saúde espetacular. (Marisa).

Outra forma de autocuidado apresentada pelas entrevistadas é ficar atenta aos sinais de falta de saúde. As participantes não descuidam desses sinais de seu corpo e tentam ter uma atitude em relação a essa preocupação, ainda que seja difícil destinarem tempo para cuidar do aspecto específico que as preocupa:

Eu acordo cansada, que é uma coisa que me deixa um pouco preocupada porque... você vê? É uma coisa que, por exemplo, eu agora percebo que deveria consultar o médico para me fazer uma análise e não vou. (Alana)

[Falo para mim] 'tem que ir ao dermatologista, tem que ir ao ginecologista'(...) na semana passada comecei a ligar para médicos, marcar consultas, olhar para mim... mas foi como: 'Violeta, você está deixando isso, vamos agora...'. (Violeta).

Por outro lado, se a maternidade introduz um tempo de cuidado dos outros que reduz substancialmente o tempo para o autocuidado, paradoxalmente fomenta o cuidado de si, na medida em que faz com que algumas participantes se conscientizem sobre a importância de encontrar tempo para isso e, conseqüentemente, reflitam sobre as ferramentas necessárias para defender esse espaço:

Começar a me cuidar muito mais fisicamente, com a gravidez e a maternidade, porque estava muito desgastada fisicamente e eu não era muito ciente disso. Ou seja, de repente, fiquei ciente (...) quando é preciso cuidar de outra pessoa, é palpável que, se você não está bem, esse cuidado se desgasta muito. (Etel).

A questão toda da academia... a questão do esporte foi a partir de ter os filhos, não é? Antes o fazia... mas, bom, quando podia (...). Mas agora é como dizer: 'não, não, é o meu espaço e o defendo com unhas e dentes', isso é agora. (Noelia).

Já fizemos uma mudança quando fiquei grávida, de tudo tentar que fosse o mais ecológico possível, de comida ecológica. Pelo bebê... muda o chip e disse: 'isso já não sou só eu, é meu bebê'. E tudo biológico. E quando o neném começou a comer sólido, também. Fiquei com uma obsessão de que tudo tinha que ser biológico. (Teo).

O tempo de lazer também fomenta o autocuidado não só mental, propiciando uma pausa ou, pelo menos, um arejamento da rotina, como também fisicamente, por permitir um descanso das responsabilidades diárias e do contínuo cuidado físico das crianças pequenas. O lazer facilita um reencontro consigo mesma, que promove a percepção de um sujeito autônomo, e já não apenas momentos de relação com o outro.

Isso repercute no bem-estar pessoal e na saúde mental, razão principal pela qual as participantes o colocam na esfera do autocuidado.

Para mim a amizade tem sido uma fonte de amor muito importante. Ou seja, de amor, de segurança, de prazer (...). E então esse espaço também, que às vezes tem a ver mais com o cuidado de 'como você está?', 'tudo bem?', de compartilhar e de... 'eu me sinto deste jeito, agora do outro...'. Não sei, para mim isso tem sido um motor na minha vida muito importante, de tudo, de crescer, de gerar novas maneiras de fazer as coisas, de auto-questionamento, não é? (...) e de mim, como indivíduo, seguir mantendo essas relações à margem da minha família. (Etel).

Sim, em parte sim. Porque o lazer me permite espaços assim como mais relaxados, me permite arejar um pouco do dia a dia (...). Fisicamente também há uma parte de mais cuidado, não é? De estar só por mim. (Lena).

Sim, bom, acho que é fundamental. Sim, sim, sim (...) Me aclara. Sim, me sana, nesse momento para todo o ritmo mental normal e a cabeça fica orientada para outra coisa... é como que... pfff... me relaxa (...) nesse momento não há nenhuma responsabilidade. (Sol).

Por outro lado é difícil que o autocuidado seja totalmente como as participantes gostariam que fosse, pois, embora o desejem como rotina e espaço regular e garantido, o fato é que, muitas vezes, devido à escassez do tempo, acaba ficando para o final do conjunto das coisas que devem ser feitas e só se realiza se de fato houver tempo. As coisas que elas gostariam de fazer para cuidar de si são, principalmente, exercício físico e atividades de lazer individual.

Talvez deveria aprender a não ter que esperar a que a situação seja 'vital' para decidir desfrutar de um tempo para mim. Um tempo que não seja para poder ficar em cama por uma gripe forte (...) em definitiva, tempo para mim, sem remorsos por deixar de ser mãe/esposa. (Júlia).

Gostaria de tocar um instrumento, que é um violão, e poder lhe dedicar um pouco mais. Para mim também seria um pouco me cuidar, e aí não chego. E depois coisas como: de vez em quando ir no spa, não é? Alguma coisa assim, vejo, sim, que estou a fim, mas que não acabo de criar o espaço, né? Como que não me priorizo, né? E depois coisas como dentista, ginecologista... no outro dia consegui ir a [abdominais] hipopressivas, né? E vou fazendo isso, mas me custa. (Lena).

Então seria poder ir, pelo menos, três vezes por semana para fazer esporte. No meu caso seria a academia. Poder combinar

com as minhas amigas uma vez por semana e fazer alguma atividade de lazer. Ter como mínimo uma hora por dia para mim, para ler, desconectar... etc. (Teo).

Assim, o período no ciclo de vida que ocupa o cuidado de uma criança pequena é muito intenso e absorve a maior parte do tempo próprio. Não só a responsabilidade com esse novo ser que chega à vida, mas também a educação social da mulher, contribuem para a priorização dos outros em detrimento de si. Por outro lado, concluída a licença maternidade, a entrevistada precisa voltar ao trabalho, segmentando ainda mais os seus tempos, que ficam dizimados entre o trabalho social produtivo e o trabalho de cuidados à criança, e reenviando o autocuidado para o final da lista:

Esses dois primeiros anos como... não é? Como... você trabalha, pum, pim, pam, mas... tudo focalizado nas necessidades desse bebê... E eu não sou especialmente vaidosa, mas sou uma pessoa que sempre se cuidou e que a imagem e tal... desde o auto cuidado, né? E de repente você se olha no espelho e diz... 'pfff, merda, por onde começo! E aí... então controlar um pouco mais a questão da alimentação... quer dizer, a olhar para você (...) de voltar a se encontrar consigo mesma e um monte de coisas das que você já não gosta, ou seja, que já não têm solução... e outras que começam a ser diferentes. (Alana).

[O quê você faz para cuidar de si?] Nada, nada, nada. Agora nada. Antes ia à piscina. (...) Meu marido e eu já não jantamos [desde que nasceram as crianças]. (Alba).

É um desafio que eu tenho nessa vida. Porque... bom, a nível educacional e de onde eu venho, da família que eu venho, com a mãe que eu tenho... é sempre o sacrifício em favor dos outros e o esforço em favor dos outros e o cuidado dos outros e...muito frequentemente me esqueço de mim mesma (...) o cuidado emocional é o que... que de fato, é o que majoritariamente nos leva ao cuidado físico, não é? Ou seja, à patologia física. Isso é o que... mas é claro, para cuidar da patologia física acho que é preciso olhar o lado emocional. (Nara).

Foi aí, já que falamos de saúde, onde eu vi um pouco que eu ia explodir. Ou seja, ou fazia algo de exercício... mas é claro, o que acontece? Se você faz um horário das 9h às 18h, fica inibida de ir à academia! Porque essas horas você está perdendo do seu filho, e seu filho já se está ressentindo! Porque... então você se sente péssima! Ou seja, eu comecei a ir à academia quando surgiu este emprego, que diminuiu a quantidade de trabalho. (Teo).

Não só a divisão do tempo entre o cuidado do bebê e o trabalho social produtivo, mas também este tipo de trabalho, por si só, pode fazer estragos na saúde, quando a ele

se dedica muito tempo. Essa sobrecarga de trabalho causa estresse na mulher, o que, aliado ao desconforto com a situação vital por não poder passar mais tempo com as crianças, ou não poder cuidar de uma gravidez, propicia crises de saúde.

Nessa época comecei a trabalhar muitíssimas horas por muito pouco dinheiro. Então, como ganhava menos, precisava trabalhar mais. E eu me lembro que minha filha mais velha tinha uns três, quatro, isso foi faz... pois é, três anos... E foi um período super desgastante, ou seja... foi... uma loucura total (...). Essa maneira de trabalhar, de acreditar muito no que você faz, dedicar-lhe na realidade muitas mais horas do que economicamente você recebe, né? E de fazer mil coisas depois... (...) ou seja, realmente tenho encontrado poucos espaços e poucas alarmes de autocuidado (...) e se não tivesse posto o freio assim, né? Frisar... então iria pelo caminho também de um desgaste de saúde importante. (Etel).

Quando comecei com o parto prematuro do segundo pensei: 'quem vai me agradecer que eu tinha ficado trabalhando até o último dia?', simplesmente porque a gravidez não é uma doença supõe-se que eu tenho que ficar aqui [no trabalho]'. (Júlia).

As dificuldades enumeradas evidenciam que o autocuidado fica para o final da lista na rotina diária, mesmo para mulheres que sabem da importância de dedicar tempo para cuidar de si e que podem fazer isso de diferentes formas

Vinte minutos cada manhã também para fazer respirações e fazer alongamentos e uma espécie de mini-ioga... mas durante a gravidez fiz ioga e depois isto, né? E durante os primeiros meses me funcionou e agora que voltei um pouco a ter ritmo de trabalho, não sei que tal, enquanto vou melhorando fisicamente, né? Cada vez me estou incorporando mais, menos faço isto. (Etel).

Muitas vezes identifico minha própria necessidade quando estou a ponto de explodir, quando... quando tenho já a angustia dentro do corpo, né? Então é um processo que eu conheço, mas que me está custando levar no dia a dia. (Nara).

1.2. Responsabilidade sobre o parto

A capacidade de escolha sobre o parto e o respeito a essa escolha são entendidas como autocuidado. Isto é, pensar sobre a melhor opção para parir, na qual a participante se sente mais confortável, segura e considera que o bebê vai ser mais respeitado, o que pode acontecer parindo em casa, evitando intervenções que a participante crê serem desnecessárias, ou parindo em hospital, com intervenções que para a participante

ajudariam a passar melhor o momento do parto. Por isso, não sempre a opção é fazer parto domiciliar, há também participantes que se decidem por um parto hospitalar com intervenções. O importante para considerar o momento do parto como autocuidado é poder ter possibilidade de escolha sobre o próprio parto, pensando a respeito e decidindo o melhor para si.

Eu tinha certeza que não queria [parto] natural. Disso eu tinha muita certeza porque tinha muito medo à dor, então foi como uma coisa que eu tinha... não. Eu não queria sofrer. (Teo).

Queria parir de uma forma muito respeitosa com meu parto (...) acho que em casa é muito mais seguro, quer dizer, eu realmente me sinto muito mais segura em casa que em um hospital, porque lá veem problemas por todos os lados (...). Para mim há um antes e um depois do parto. (...) É algo muito importante, não é? Poder decidir em cada momento qual é o risco que você quer tomar em relação a... e em um hospital se responsabilizar é impossível. (Etel).

Sim, no meu caso, completamente. Porque eu procurei precisamente esta opção nem por moda nem por esnobismo, procurei o parto em casa porque sabia que era o único lugar onde eu ia ser bem atendida e ia estar segura (...) bem tratada, querida, eu era... a mais importante naquele momento, é. Das poucas coisas que posso dizer que dei de presente para mim, que realmente fosse necessário e importante. (Julia).

[A escolha do parto tem a ver com o autocuidado] Quando você se sente com capacidade de decidir como você vai parir, seja em casa ou no hospital, seja natural ou com epidural, mas você é quem está decidindo como vai fazer. (Marisa).

Só uma das participantes não relaciona essa capacidade e responsabilidade de escolha com autocuidado, mas sim com sexualidade.

Acho que tem mais a ver com uma responsabilidade sobre o próprio corpo e com a própria saúde. Mas auto-cuidado... não. No meu caso não. Também não com a saúde. Tem mais a ver, porque eu acho que é uma experiência íntima, com sexualidade (...) o parto é uma experiência de ir ao encontro com o próprio bebê, não é? E sexualidade neste sentido, né? Não genital. (Beatriz).

No entanto, na fala da participante é perceptível uma ambiguidade, pois ora identifica o parto com saúde, ora não identifica com auto-cuidado, o que denotaria uma representação ambivalente do conceito “saúde”.

Por outro lado, a escolha do parto domiciliar resulta do desagrado pelo tratamento dado às pacientes nos hospitais. As mulheres sentem-se mais seguras em casa e criticam o atendimento hospitalar. Assim, as participantes que fizeram parto domiciliar associam a representação do atendimento hospitalar com um não cuidado, com um espaço de *cosificação* da mulher e de violência para com elas.

Então, eu sou parteira e conheço muito profundamente o atendimento ao parto nos hospitais (...) Como eu me formei lá, claro, me impactou. Me impactou e tinha clareza que eu não queria esse atendimento para meu parto nem para o nascimento dos meus filhos. (Beatriz).

O que acontece é que do ponto de vista pessoal, as experiências não foram nada boas, porque a primeira experiência com a maternidade foi com uma cesárea por excesso de medicalização no parto (...) e logo um ano depois fiquei grávida da terceira e disse: ‘chega, se acabou’. Então caí na real quanto à manipulação a que tinha sido submetida. (Júlia).

Fiquei horrorizada ao ver todos os protocolos que se aplicavam de maneira automática [nos hospitais], independentemente da necessidade. Tanto para a mãe quanto para o bebê. (Susana).

As participantes assinalam a importância do acompanhamento do parceiro para parir em casa, apontando para a necessidade de comunhão, ainda que a pessoa que proponha essa opção seja normalmente a participante.

Mais do que nada foi para mim uma surpresa que meu marido dissesse que sim. Porque eu via muito claramente que se ele não estava seguro, eu não iria ter o parto em casa. Quer dizer, eu queria o apoio incondicional dele. E ele, não sei, fez uma mudança muito grande em isso porque... começou a ler, sobretudo estudos de Inglaterra, que lá é muito comum parir em casa, e de Holanda. E ele viu, bom, isso, a importância da parte hormonal, os riscos que há tanto em casa quanto no hospital, que são diferentes, os riscos, e então, falando sobre isso, então, sim, aceitou. (Carla).

Foram decisões tomadas em consenso. Que talvez nasceram, sim, em mim, porque sou eu quem pare, sou eu quem... mas logo recebi o apoio dele. (Marisa).

Então eu tinha certeza que teríamos que concordar os dois. Uma vez ele disse que sim, que se eu concordasse ele também, então, bom, eu já conhecia uma parteira que trabalhava disso. (Nara).

A relevância do acompanhamento pelo parceiro não é exclusiva nas participantes que fizeram parto domiciliar, mas também das que tiveram um parto

hospitalar. Esta situação indica que, no imaginário do parto atual, estão incluídos como protagonistas a parturiente e o parceiro, e ambos precisam tomar decisões nessa transição vital.

Algumas participantes foram submetidas a um parto cesariano, seja por indicação médica, seja por planificação médica, isto é, quando o médico planeja o parto conforme a agenda dele. É recorrente categorizarem esse tipo de parto como uma má experiência:

O parto foi um pouco desastroso (...) em princípio ia fazer um parto natural no hospital, ou seja, o mais natural que fosse possível. Natural... mas com ajuda. (...) Mas também não pensei que fosse tão brutal, porque afinal foi cesariana. (...) É muito desagradável uma cesariana. Não gostei nada. (Alana).

Sim, horrível. Muito medicalizado. Foi uma cesariana e... não sei, para mim, um dos piores momentos da minha vida. (...) Muito desumanizado tudo. (Alba).

O que acontece é que do ponto de vista pessoal, as experiências não foram nada boas, porque a primeira experiência com a maternidade foi com uma cesariana por excesso de medicalização no parto (...). No segundo me encontrei não só com uma cesariana de 'emergência', mas com uma cesariana programada para a semana 37. (...) Porque eu tinha data provável de parto para Páscoa, era um médico particular com uma agenda muito limitada, queria controlar a situação (...). Eu, naquele momento, dizia: 'mas é que eu quero ter um parto normal, por que é que não posso?', 'não, porque é melhor assim, é melhor assim' (...) E bom, a experiência foi muito ruim para mim. (...) E logo alguns anos depois fiquei grávida da terceira e falei: 'pronto, se acabou'. Então caí na real quanto à manipulação a que tinha sido submetida. (Júlia).

Finalmente, as participantes reconhecem que o parto domiciliar tem a ver com o movimento feminista, por defender o respeito às escolhas da mulher.

Tem a ver com feminismo no sentido de que se trata de um direito de escolha da mulher (...). Como feminismo entendido como defesa dos direitos próprios da maternidade. (Beatriz).

Tem a ver com autonomia e capacidade de decisão própria, não é? Então o parto em casa me permitiu decidir sobre o ritmo de meu próprio parto, sobre quem quero que esteja em meu próprio parto, sobre quem quero que intervenha e como no meu próprio parto, sobre... como eu quero parir e quem decide sobre meu corpo. E para mim isto foi ensinado pelo feminismo. Porque no meu corpo decido eu e meu corpo é um corpo político (...) e neste sentido... claro, para mim era muito

importante nesse momento não haver ninguém intervindo no processo do parto, intervindo sobre esse processo fisiológico que eu estava vivendo e que o queria viver da minha maneira (...). Para mim é fundamental as mulheres conquistarem novamente esse espaço, que é um espaço nosso, ou seja... o parto não é uma questão médica, não é uma doença, ou seja... o parto é dar vida. (Etel).

1.3. Crítica à medicina biomédica

A opção pelo parto domiciliar é motivada pela rejeição do atendimento ao parto nos hospitais e, também, por uma crítica à medicina biomédica e ao lugar em que esta (a biomedicina) coloca a paciente, entendido, aqui, como um lugar que é apenas receptor das intervenções médicas. Não só as participantes que optaram por fazer parto domiciliar apresentam uma atitude crítica à medicina biomédica, mas também as mulheres que fizeram parto no hospital.

Eu acho que é preciso confiar nos médicos, claro (...). Mas sim, pelo menos, pedir uma satisfação, não é? De: 'por quê? Qual seria a alternativa?', né? (Alana).

A medicina alopática, em geral, para mim, do meu ponto de vista, parte mais do medo do que do respeito e a compreensão ao corpo (...). Isso não significa que eu não esteja de acordo com os antibióticos ou com as vacinas quando são necessárias, não é? Que eles serão muito bem-vindos. (Lena).

Essa atitude crítica face à medicina biomédica não implica, portanto, desconfiança a toda a medicina e seus conhecimentos, mas sim um questionamento sobre a relação com o médico e a dependência social desse único tipo de medicina.

Essa representação acerca da medicina biomédica como um lugar onde é exercitada a autoridade médica sobre a paciente, e onde esta não tem voz, assenta no fato de não terem se sentido bem tratadas quando atendidas, percebendo que os médicos priorizam o próprio interesse sobre as necessidades da parturiente:

O médico que me atendeu na primeira visita da gravidez me disse: 'bom, como seu parto está previsto para o dia 6 de janeiro, é no dia de Reis, então vou fazer uma cesárea antes do Natal, desse jeito já teremos umas férias tranquilas e, de passagem, na intervenção, lhe faço uma laqueadura de trompas porque, claro, como é já o terceiro...' (Júlia)

Preciso dizer que passei uns dois anos falando que gostaria de ter outro filho só para parir de novo e parir como eu quero (...).

Porque a gente pensou no parto em casa e eu não queria um parto com intervenções, não queria... bom, a minha ideia era não ter epidural (...). Afinal foi um parto como no hospital querem que seja (...): 'Não, se você está muito verde', 'ui, ainda há muito trabalho para fazer!', 'o bebê é muito grande', 'você está na semana 42, já se atrasou duas semanas'... e depois, o que aconteceu? Que houve troca de plantão e veio uma parteira... não sei, que tinha outro discurso, que o único que fazia era me convencer para eu pôr a epidural (...), e com esses ânimos que estavam me dando, que podiam ser realistas ou não, mas que em qualquer caso tiraram de mim a força, então... afinal acedi à epidural porque... tive muito medo de não chegar com força. E... e a partir desse momento me senti um objeto (...) eu já me senti desempoderada de mim e de tudo o que eu podia fazer. E isso... me acarretou muita tristeza pós-parto. (Violeta).

Relacionado com a responsabilidade sobre a própria saúde e a capacidade de decisão, aparece a questão da vacina dos filhos. Muitas das participantes que fizeram parto domiciliar não vacinaram seus filhos, e são também as que mais defendem que se deve abrir espaço para outro tipo de atendimento médico. Outras participantes escolhem quais vacinas caberiam a seus filhos, optando por vacinar com as "fortemente recomendadas" e não com as opcionais. Os dois tipos de escolhas sublinham a importância de se tomar as próprias decisões sobre a saúde e não depender exclusivamente da opinião médica.

Sim, sim. (...) Talvez eu tivesse uma questão de medo, não sei, mas para mim era uma questão do medo e também de consciência coletiva (...) É verdade que todas as que eram opcionais não coloquei nenhuma, é verdade. Ou seja, pus... afinal, acho que foi uma que era rotavirus... não me lembro. Mas é isso, me informei. (Alana).

Não estão vacinados, então vou mais para uma coisa alternativa. (Beatriz).

Podemos concluir que o autocuidado, para as participantes, abrange muito mais do que a saúde propriamente física, incluindo o direito a escolhas ligadas à própria saúde e a responsabilidade sobre a mesma, o lazer e o tempo próprio, e a incorporação do autocuidado na rotina diária através de mudanças na forma de vida. Apesar de elas gostarem de ter mais atividades relacionadas com o autocuidado, não parecem vivê-lo com angústia, mas sim com uma compreensão do momento vital que atravessam, especialmente orientado às demandas externas.

2. Temas relacionados com o lazer

Este eixo temático aborda o tempo e as atividades de lazer das participantes. Se bem que seja verdade que o tempo de lazer é escasso quando as participantes viram mães e sempre que há uma criança pequena no lar, é igualmente verdade que essa situação não costuma ser vivenciada por elas com muita angústia, e normalmente conseguem se organizar para desfrutar de algum espaço de tempo para si.

2.1. Pouco tempo de lazer próprio ou individual com crianças pequenas

Assim como o tempo para o autocuidado, o tempo de lazer também se vê reduzido quando chegam à família crianças pequenas, sendo que, a partir dos três anos da criança, começa a haver maior autonomia e mais tempo liberado. Com a dedicação à atividade social produtiva, sobram poucas horas no dia, que as participantes precisam decidir para o que destinar, escolhendo entre estar com os filhos ou tempo para elas. Normalmente preferem ficar esse tempo com as crianças, dedicando pouco espaço para si na rotina diária.

O fato de poder atendê-lo diariamente na vida cotidiana e cumprir com um horário mais ou menos de 38 horas e meia deixa muito reduzido o tempo de lazer individual, não é? Que afinal é... de duas horas por semana. (Alana)

Mas espaços para mim, para eu fazer exercício, ler coisas... me relaxar. Esses são os espaços que para mim são difíceis de achar (...). E se vou fazer exercício fora, né? Alguém precisa ficar com ela [a filha]. Então me custa muito renunciar a tempo de estar com ela para fazer exercício para mim, porque ao mesmo tempo sinto saudades dela e perco a noção do tempo, e digo: 'não quero perder nenhum instante com ela!'. (Nara).

Não tantas como eu gostaria porque claro, eu antes... é que sou uma pessoa muito sociável, gosto muito de sair, estar com pessoas... e então, claro, de repente isso foi uma das coisas que [faz o símbolo de cortar]. E então isso sim que foi uma das coisas que me marcou. (Sol).

Algumas participantes referem que a falta de tempo de lazer não se deve à falta de tempo pela acumulação de funções, mas antes à falta de disposição pessoal. No entanto, importa assinalar que essa disposição pessoal precisa ser muito determinada para poder ocupar os pequenos espaços do dia com as atividades que "faltam" para si.

Eu sinto falta [de ter mais tempo para mim, para ler], mas também sou consciente de que é minha responsabilidade

encontrar... quer dizer, se é importante para mim, da mesma forma que encontrei o momento do meio dia para ir nadar, não é? Que poderia usar esse momento para me sentar em um banco e ler e estou preferindo nadar. (Violeta).

De outro lado, vemos que há uma ideia de que esse trabalho de cuidados e essa falta de tempo abrirão pouco a pouco espaço para a conquista de tempo para si com o crescimento das crianças e a conquista de autonomia, o que começaria a acontecer mais ou menos a partir dos três anos de idade da criança.

Debruçada sobre meu filho e tal e... E porque entendo que é preciso que assim seja, porque sei que é transitório, né? Mas a partir de uma visão também de dinâmica familiar, de falar: 'bom, isto é um projeto de todos, ou seja, é um projeto de três pessoas que são: o meu parceiro, meu filho e eu, e que individualmente cada um de nós vai ter que se reencontrar consigo mesmo segundo ele vai precisando menos da gente, não é? (...) Eu me senti muito liberada a partir dos três [anos de meu filho] mais ou menos (...) Mas é uma questão de lhe dar autonomia para você poder recuperar a sua, né Para mim a questão da autonomia é muito importante porque quanto mais autônomo for ele, mais capacidade eu terei também de me virar para a minha vida de novo. (Alana).

Porque enquanto a mais nova era pequena, não me importou não ter tempo para fazer ioga ou outra coisa. Também não estava muito a fim de combinar com as amigas... não é que não estava a fim, estava sim, mas para jantar não... Quer dizer, eu queria ficar com minha filha e eu lhe amamentava à noite, não estava a fim, né? E eu percebi que não tenho tido nunca pressa e tudo tem chegado, né? (...) Claro, é que a cada dia é como um pouco mais de espaço. (Sira).

2.2. Lazer principalmente em família

O tempo de lazer nesta etapa da vida é curto, como acabamos de ver, quando se trata do lazer pessoal. Este tempo, no entanto, é majoritariamente concentrado no lazer familiar, o que pode ser considerado também lazer próprio ou não, dependendo da participante e da atividade em questão.

A gente sai muito e temos uma ampla rede, mas é um lazer em que você tenta se divertir fazendo coisas que estão mais destinadas a uma criança de 5 anos, né? (Alana).

Me divirto, mas... Não, sim, sim, tenho uma vida de lazer... mas não só nosso. (Alba).

Desde que tenho crianças [as atividades de lazer] estão muito vinculadas a eles, digamos que... as saídas para que eles brinquem ou corram ou caminhem (...). Podemos dizer que pensadas para as crianças e não só. Quer dizer, são atividades pensadas para os quatro, não só para as crianças. (Lena).

Mas em essência não é lazer, é... ou é? Ou ficar com teu filho e brincar é lazer? Não sei. (Violeta).

Assim, observamos que esses espaços de lazer são interpretados de forma ambígua, pois oscilam entre o trabalho de cuidados e o lazer. Se por um lado pode ser prazenteiro ver a criança se divertir, por outro não constitui propriamente uma atividade de lazer em que a participante possa se relaxar completamente.

Por outro lado, o lazer também consiste, simplesmente, em descansar dos contínuos deveres, sem importar muito o tipo de atividade concreta que se esteja fazendo... Representa tão somente uma pausa e um descanso.

Não precisar me ocupar... ou seja, eu, a cada vez que não preciso me ocupar com, com.. sabe? (...) é como aproveitar o que você tem e desfrutá-lo mais do que tempo de lazer propriamente dito. (Alana).

Me relaxa [o tempo de lazer para mim] (...) nesse momento você não tem nenhuma responsabilidade..

2.3. Lazer com o parceiro

Ter filhos é um evento vital que repercute não só no plano individual da participante como também no relacionamento com o parceiro, tornando-se necessário criar uma série de ajustes para se introduzir uma terceira pessoa na família. O tempo para haver um espaço a dois pode ser até mais dizimado do que o tempo pessoal, pois, muitas vezes, para poder ter tempo para si, torna-se necessário que o parceiro fique com a criança. O tempo de namoro, deste modo, é quase inexistente, o que pode resultar em uma perda paulatina da identidade do casal, do apoio recíproco e dos cuidados mútuos.

Em relação aos carinhos entre nós [o casal] eu acho que a gente se descuidou. Não tem culpados. Tem sido como... (...) tem uma parte, ademais isso o tenho falado com outras mães, que de repente, você, né? Você tem espaço de contato, de afeto com seu parceiro, parceira... E tem um bebê, você sente um amor, um afeto incrível e, então, de repente, todas suas necessidades afetivas estão cobertas com seu filho (...) Mas está descuidando, sim, seu parceiro ou uma parte importante da sua vida ou de você como pessoa, como mulher. (Violeta).

A questão da criação no dia a dia e do trabalho, acaba com você, né? E de repente você esquece que está em uma relação. Ademais de ser pai e mãe e companheiro e companheira no dia a dia da logística familiar, econômica, de cuidado e tal, claro, ademais você tem uma relação e essa relação é um âmbito de prazer, de amor, de afetos, de outras muitas coisas que se você não procura o espaço para isso, pode desaparecer, né? E gera mal estar, gera solidão (...). Com a nossa filha mais velha já aconteceu isso e, então, com a mais nova temos visto que, de novo, outra vez está acontecendo, né? Entre trabalho, criação, escola... e agora estamos como... bom, quer dizer, queremos realmente buscar esse espaço e que seja um espaço entre os dois de afetos, de afetos de um para com o outro, e de poder ficar um tempinho juntos para compartilhar. (Etel).

Não, é muito difícil, é muito difícil. Porque claro, normalmente se um sai... Ou seja, alguém tem que ficar com nosso filho (...). Claro, eu adoro fazer coleito, mas também é verdade que você perde uma intimidade com seu parceiro (...) e bom... é solidão, um pouquinho, porque claro, você com seu parceiro afinal acaba não tendo nada... é difícil. (Teo).

Ainda assim, há necessidade e consciência da importância desse tempo, lamentando a perda e procurando esse espaço de namoro:

E agora estamos tentando, o pai dele e eu, retomar coisas conjuntas porque, por exemplo, na questão namoro perdemos, sim, muito 'flow' (...) a gente se apoiou, mas não temos encontrado esses momentos para fazermos coisas juntos. (Alana).

Tentamos. É um pouco difícil nos organizarmos porque... claro, fazer um ou o outro é fácil porque quando é um de nós, o outro faz de babá e fica com as crianças, né? Mas os dois é um pouco mais complicado. Então é verdade, sim, que tratamos reservar para nós as quintas feiras à tarde, almoçamos juntos e tratamos de fazer alguma coisa... pequena, porque (...) a minha sogra está com eles até as 19h.. Mas bom, é um tempinho que tratamos de reservar (...) talvez uma vez por ano a gente sai no final de semana para passar a noite fora e... algum ano não o fizemos. E sair os dois sozinhos talvez uma vez a cada três meses. (Lena).

Sim, porque claro, as crianças vão dormir e, então, fica para a gente um tempinho à noite e, até hoje, ele tem vindo jantar a casa, ou seja, que era uma coisa boa para nós. E agora, a cada dia, temos um pouco mais [de tempo juntos] porque vamos jantar fora, algum dia vamos ao cinema (...). Mas claro, como eu falei, isso acontece há muito pouco tempo, o fato de ter vontade de fazê-lo, porque para mim minha filha mais nova era muito nova ainda. (Sira).

Outro efeito da criação na família se dá quando esta decide mudar a residência para criar melhor das crianças

Quando eu vi que a vida com filhos seria complicada, comecei, sim, a pensar que, talvez, a minha solução seria morar fora. (Júlia).

A gente saiu de Barcelona (...) e fomos morar lá [em Sant Joan de Mediona] porque havia um projeto educativo de educação livre que a gente queria para nossos filhos. (Marisa).

2.4. Satisfação com o tempo de lazer

Face à dificuldade para ter tempo de lazer, sempre há arranjos que as participantes põem em prática para conseguir garantir um tempo para elas. Entre estes arranjos destacam-se a tentativa de fazer coincidir o lazer próprio com o lazer infantil e a alternância com o parceiro para ficar com as crianças.

Agora que tenho começado a deixar ela com meu companheiro para alguns trabalhos, claro, para a primeira coisa com a que tocou meu alarme foi: 'claro, se posso deixar minha filha mais nova por trabalho, também a posso deixar para ir almoçar com uma amiga, quer dizer...', por que não? Né? Porque é igualmente importante e... então, isso que eu não me permitia com minha filha mais velha, né? Agora com a segunda é super claro para mim (...) Uma amiga me dizia: 'claro, isso é importante por ela, não é? Já não por mim', e eu falava: 'não, não é importante por você. Nem por ela, nem por ele, nem por...é por você' não é? Realmente é ter certeza que sou eu mesma quem se apropria, e é legítimo. (Etel).

Se enquanto seu filho corre você pode tomar um cafezinho, ótimo (...) isso é um pouco, o que eu dizia, ou seja, aproveitar o que você tem, né? Para tentar ter alguma coisa para você, mesmo que seja isso, um café ou um cigarro. (Alana).

Através da creche dele, ali 4 pais nos fizemos muito amigos e fizemos um grupo, que a gente vai no final de semana a uma casa no campo ou... no final de semana, também, é outro grupo com o qual a gente pode combinar, que é muito legal porque as quatro crianças, né? São amigas, e ademais nós, os pais, gostamos muito uns dos outros (...) tem lá uma mistura de lazer, paternidade, maternidade, amizade... (Violeta).

As atividades de lazer próprio que as participantes realizam podem ser em casa, como ler, assistir uma série de TV ou um filme em casa, tomar um banho, etc. Ou,

então, mais sociais, como combinar com amigas/os ou ir ao cinema, sendo estas últimas muito mais esporádicas, por exigirem uma organização logística maior.

[Tempo para sair com as amigas] isso muito pouco (...) Com a minha filha mais velha eu tinha muito pouco e, agora, com a mais nova, estou fazendo muito mais, né? Você aprende, né? (...) e eu, com a mais velha, houve um momento em que me senti muito isolada. Ou seja, de repente, claro, passar de ter uma vida social muito ativa, né? (...) a de repente desaparecer isso tudo, para mim foi como cair no vazio. (Etel).

Vou para a academia, que para mim é como a minha via de escape, né? Às vezes no final de semana também... a gente mora perto de um espaço rural e vou lá correr, ou vou caminhar com umas amigas... ou isso. Sim, tento procurar espaços, mas é claro... Por isso sou muito rígida em manter o espaço da academia, porque senão... Você vai como que restringindo e vai como que só... trabalho, filhos, não sei que... e fala: 'e onde fico eu nessa história?'. (Noelia)

Às quartas-feiras vou à ioga. Faço ioga e, se combinei com alguém, porque termino a ioga às 20h, posso tomar alguma coisa com alguém. Se estou muito cansada, volto para casa e fico com meu parceiro (...) o tempo que tenho para ler, ou para tomar alguma coisa com uma amiga... isso para mim seria lazer, ou assistir alguma... para mim também, por exemplo, quando meu parceiro e eu estamos sozinhos à noite e assistimos alguma coisa no computador, não é? Para mim isso é um tempo de lazer. (Violeta).

Não há queixas acerca do reduzido tempo de lazer. Tal escassez é entendida antes como transitória, e, face à ela, surge como uma escolha o fato de se passar tempo com as crianças.

Este tempo é prazeroso para as participantes por promover o sentimento de autonomia e individualidade, deixando de voltar-se unicamente para os outros e passando a estar e ser apenas para si.

Eu tenho quatro horas nas segundas e quatro nas quartas que são só minhas e isto me reconforta muito. (Alba).

[O lazer] me serve para desconectar do meu dia a dia, tomar ar, romper com a rotina, estar comigo mesma, sozinha. Eu e ponto. (Carla).

Eu acho que também tenho encontrado esse equilíbrio porque meu marido tinha muita certeza que ele, o seu espaço individual, o queria manter (...) 'Meu, se ele é capaz de encontrar um espaço individual e continua a ser um bom pai, responsável e não sei o que, por que é que eu não?'. (Noelia).

Neste tema pudemos ver como o tempo de lazer fica visivelmente reduzido durante o período de cuidados de crianças, tendo impacto tanto no lazer pessoal quanto no lazer com o parceiro. As participantes, no entanto, não renunciam ao lazer. Este se torna familiar ou, também, é negociado: combina-se com o parceiro o cuidado das crianças para que se possa ficar liberada. Além disso, a representação deste período da vida contribui para que se viva de forma menos angustiante a redução do tempo de lazer, que passa a ser percebida como transitória pelas participantes, que acreditam ter mais tempo para si com o crescimento das crianças.

3. Temas relacionados com o trabalho social produtivo

Neste tema exploraremos os aspectos relacionados com o trabalho social produtivo das participantes, como a diferença entre o número de horas que dedicam a esta atividade e o tempo que gostariam de dedicar, a influência da maternidade neste trabalho e a importância de trabalharem remuneradamente ou de serem economicamente independentes.

3.1. Atividade social produtiva e regimes de tempo

Seis das participantes trabalham socialmente em regime de tempo completo ou, inclusive, ultrapassam essas horas, normalmente por exigências do trabalho ou, segundo elas, por gostarem do ofício.

40 horas (...) tem semanas que com certeza eu passo do horário (...) [porque] tenho um regime de tempo completo e, depois, porque meu cargo no trabalho implica ter muito trabalho, então trabalho porque sim. Também porque eu quero. (Sol).

Dada essa quantidade de tempo, algumas participantes acusam a necessidade de pôr limites às horas de trabalho para não ultrapassar o formal e, assim, não usar horas do trabalho de cuidados para dedicar à atividade social produtiva. Esta seria uma forma para encontrarem um maior equilíbrio entre os tempos

Eu tento me cingir às 38 horas e meia como um limite que eu me coloco, porque eu poderia ficar aqui 50 horas e não terminaria nunca. É verdade que, desde que tenho meu filho, eu antes trabalhava mais horas, mas... bom, porque... eu gosto muito do meu trabalho e estou aqui, me divirto. (Alana).

Dentro do trabalho a gente também se cuida, né? E trabalhar, quer dizer, produzir em um determinado tempo, né? Isso é cuidado, não é? (...) de repente integrei muito essa questão, né? Se você trabalha um sábado, isso se remunera o dobro. Mas é

claro, isso era para mim, para a trabalhadora que tinha crianças... e depois, também, a questão das crianças, como elas se cuidavam, né? A questão da solidariedade (...) Que a questão é, exatamente, não fazer uma diferença, mas que os tempos de trabalho sejam realmente compatíveis com os tempos de vida. (Etel).

A redução [da jornada laboral] por maternidade, como aumentou faz alguns anos até os doze anos, primeiro o solicitei com meu primeiro filho, com o segundo dou seguimento... e bom, então é até o pequeno fazer doze anos. (Noelia).

Sete participantes trabalham em regime de tempo parcial, variando o tempo dedicado entre 25 e 9 horas semanais. A maioria delas trabalha neste regime de tempo por escolha, pois, deste modo, podem se dedicar também ao trabalho de cuidados. Mas outras (como Alba) trabalham em tempo reduzido por contrato, sendo a preferência trabalhar mais horas. De fato, e como assinala Moreno (2009, p. 196),

o nascimento de uma criança afeta mais as mulheres do que os homens: enquanto nas mães diminui a percentagem de trabalho em tempo completo e cresce a percentagem de trabalho em tempo parcial, no caso dos homens há um leve incremento da jornada a tempo completo ao mesmo tempo que se mantêm a ausência masculina no trabalho em tempo parcial.

Duas das participantes não se enquadram em um regime de tempo nem no outro por serem autônomas, o que faz a carga laboral mudar muito de um mês para o outro.

Mas a partir do nascimento dos meus filhos parei [de trabalhar em regime de tempo completo como enfermeira em um hospital] e então saí do sistema e comecei um trabalho que me permitia conciliar um pouco a criação dos meus filhos. Tinha certeza que eu queria trabalhar em tempo parcial. (Beatriz).

Porque a logística familiar não... quer dizer, não me deixa mais [horas para dedicar à atividade social produtiva]. Pelo modo como a gente tem organizada a vida, não disponho de mais horas. (Lena).

O número ideal de horas de trabalho social produtivo, para todas as participantes, seria um horário laboral que permitisse conciliar esse trabalho social produtivo com o trabalho de cuidados. Essa estimativa pode superar o regime em tempo parcial, pois algumas participantes assinalam que o ideal seria trabalhar 6 horas diárias. Outras participantes coincidem em frisar que o tempo ideal dedicado ao trabalho social

produtivo seria aquele em que as crianças estão na escola, principalmente quando as crianças são pequenas e as participantes desejam estar mais presentes nos seus cuidados.

O ideal, mas como se fosse um sonho, no meu sonho, eu gostaria de trabalhar das 8h às 14h. Depois poder almoçar com calma, ir buscar minhas filhas, estar com elas à tarde... sim, gostaria disso. Com um salário igual, de 40 horas” (Alba).

“Quando [meu filho] era mais novo, talvez tivesse gostado de fazer uma redução da jornada laboral, sim, teria sido bom. Agora nem penso nisso (...) sinto que posso atendê-lo, né? E ter a minha jornada laboral. (Alana).

Como faço agora, sim. Isto é, trabalhar em alguma coisa muito flexível em que eu esteja confortável, que é o que acontece agora, não é? De fato, eu procurei esses dois empregos (...) quero uma vida tranquila no plano laboral, mas não quero renunciar à vida laboral. (Marisa).

3.2. Auto realização e lugar na sociedade

Independentemente de algumas das participantes privilegiarem o tempo de cuidados sobre o trabalho social produtivo ou vice-versa, todas elas desejam estar nos dois espaços, pois o trabalho social produtivo é visto como um espaço próprio de realização pessoal, mesmo que essa atividade possa ser interrompida durante um período, quando as crianças são pequenas.

Eu não ficaria agora trabalhando até às dez da noite. Se algum dia é preciso fazê-lo, eu faço. Mas como uma coisa eventual, não de uma forma sistemática porque eu quero ir buscar minhas filhas, quero vê-las, quero estar com elas... mas não, não. Eu preciso trabalhar. Além de economicamente precisar disso, também pessoalmente. (Alba).

Se o mundo fosse ideal, acho que tentaria que a gestão do tempo fosse diferente. E que a gestão dos tempos de trabalho, de família, de lazer... pudessem ser de outra maneira mais bem geridos. Mas trabalhar menos... não, não é o que eu quero. (Sol).

Assim, o lugar na sociedade que as participantes desejam ocupar descansa com frequência em um tripé: no bem-estar e o desejo de viver bem, na dedicação à criação e no trabalho social produtivo, habitualmente identificado como espaço de ação política ou de transformação social.

Poder participar da transformação social que supõe o feminismo, um lugar de trabalho que me permita aplicar todos

os meus conhecimentos teóricos, iniciativas, ideias, mas que me permita ao mesmo tempo poder me dedicar ao cuidado de minhas filhas. (Alba).

Eu não tenho certeza de querer ter um lugar na sociedade! (...) O lugar que gostaria de ocupar é um lugar de fazer, não sei, realmente o que tenho vontade de fazer. (...) de um lado, na comunidade, por exemplo, com a questão (...) da criação livre (...). Eu gostaria, sim, que em um nível micro, em tudo o que fosse possível ao meu redor, sim, construir o mundo da maneira que eu quero que seja, ou gostaria que fosse, e que tem uns valores, que tem uma certa justiça social, uma certa redistribuição dos tempos, dos cuidados, né? E que realmente seja um espaço e uma vida de cuidados e de afetos, de amor, de... que isso esteja no centro, né? Que não seja todo o resto, né? Mas também me permitir trabalhar, ocupar o meu tempo no que realmente eu gosto, né? Além de minhas filhas. (...) uma das coisas que para mim é muito importante é recuperar esse espaço de amizade com as pessoas, né? Que tem a ver com esta criação... de você não se isolar, né? Da coisa nuclear... porque em realidade você passa muito tempo lá, né? E dizer: 'não, não, somos pessoas e realmente acho que precisamos nos abrir e compartilhar muito mais do que compartilhamos. (Etel).

Meu lugar na sociedade é o de questionar sempre como estão as coisas. Sou muito crítica. Mas a incorporo na minha prática. E na minha prática é na criação e na educação, né? Mas também no âmbito laboral e no âmbito relacional, ou no âmbito familiar em casa com meu parceiro... é um lugar de mudança. (Marisa).

Vemos como o trabalho social produtivo é importante para as participantes por constituir uma fonte de realização pessoal, um projeto próprio e um espaço não compartilhado com as crianças e o parceiro. Trata-se de um espaço onde podem atuar como pessoas independentes, com uma identidade separada dessa rede familiar. Tais representações do trabalho social produtivo estão, assim, associadas não a qualquer trabalho, mas a um determinado tipo de trabalho que as agrada.

A minha parte profissional era muito importante e se trata de um projeto na minha vida. Portanto, deixei-o um tempo para criar meus filhos, mas eu acho que é saudável que eu volte porque um de meus projetos de vida como mulher, como Beatriz e não como mãe, é minha profissão. E eu acho que há mais equilíbrio quando eu estou também focada nisso. (Beatriz).

Quando estive com a licença maternidade, que foi a única vez que tive algum tipo de baixa do trabalho, então também preciso dizer que voltei antes de terminar a licença porque para mim eu precisava... voltar de novo a... bom, a um espaço próprio e... também era o trabalho para mim. Meu espaço próprio. (Sol).

A necessidade de realização pessoal e de um espaço de autonomia e independência da família podem ser satisfeitos não só pelo trabalho social produtivo, isto é, remunerado, mas também através da realização de um projeto pessoal que não prevê necessariamente um retorno financeiro:

Trabalhar porque você quer em alguma coisa da que goste, eu acho que é ideal, recebendo ou não por isso. Mais do que trabalhar, ter um projeto pessoal, não é? Que faça com que você fique ativa e ter vida social e ter espaços próprios (...). Então, ter um espaço no qual possa voltar a ser você mesma, de vez em quando, né? Não sempre. Eu sem os meus filhos não posso estar. (Júlia).

Poderia deixar de trabalhar... ou seja, para mim o importante é dedicar tempo àquilo que você gosta. Se você gosta do seu trabalho e se realiza nele, então você vai trabalhar (...). Não penso que precise ser através do trabalho a obtenção dessa satisfação no nível social. (Susana).

A realização pessoal é também o motor da procura do primeiro trabalho quando este é orientado ao aprimoramento profissional, seja na própria área ou em outra:

Com 21 [apenas terminei os estudos de enfermagem] (...) estava com vontade de trabalhar, sim. (Beatriz).

No entanto, normalmente, a porta para o trabalho social produtivo se abre por meio de trabalhos tradicionalmente femininos, isto é, trabalhos onde a proporção de mulheres é muito superior à dos homens e que se valem das características de gênero como um valor suplementar no trabalho:

Fazia de babá com uma bebê, aos 15 anos, e a motivação era econômica. (Alana).

[Aos 17 anos] fui monitora de tempos recreativos em um casal³⁰ de verão ou em um casal de Natal. (Carla).

Dava aulas e trabalhava como babá. Mas aulas e babá todas as tardes. (Etel).

Com 13 anos mais ou menos ajudava em uma loja no meu bairro como dependente. (Violeta).

³⁰ Espaço dedicado a atividades culturais e de divertimento para crianças

3.3. Importância da independência econômica

A principal motivação para começar a atuar na atividade social produtiva é a independência financeira, ou seja, a possibilidade de dispor de dinheiro para as despesas pessoais sem precisar pedir a ninguém.

Porque tive uma adolescência muito difícil com meus pais e muito, muito rebelde e muito complicada, e uma das ataduras que tinha com eles era o tema da dependência econômica. (Etel).

Eu gostava do fato de ter o meu dinheiro para mim (...) era pouco dinheiro, mas por exemplo, poder... para as minhas despesas (...) Era, basicamente, para não ser uma carga familiar extra. (Sol).

A importância da independência financeira para as participantes se revela, também, na gestão da economia familiar, em particular quando há diferentes contas bancárias para o parceiro e para ela. O fato de ter uma conta separada da conta do parceiro é visto como um fator de independência e autonomia em relação ao dinheiro e ao modo de gastá-lo, sem precisar dividir essas decisões com ninguém.

Eu gastava dinheiro, mas eu sabia que era um dinheiro que eu tinha poupado e ele tinha o seu salário, seu cartão e a sua conta corrente, e eu tinha meu contra-cheque, meu cartão e a minha conta corrente. E só compartilhávamos equitativamente a hipoteca e os gastos da casa. E ele falava: faz-me uma transferência de tanto. Do resto não dava explicações para ninguém! (Júlia).

A gente não junta os salários em uma mesma conta bancária. Cada um tem a sua conta bancária. Temos uma terceira conta bancária na qual os dois põem cada mês o dinheiro que cremos que precisamos para cobrir as despesas básicas (...). O fato de não juntar [os salários] também dá um poder sobre o próprio dinheiro, né? Que também... não precisar dar explicações do que você faz com o dinheiro, não é? Para o outro... não sei. Sempre... já era desse jeito antes de nascer o nosso filho, ter a conta para as despesas da casa e lá cada um põe o seu dinheiro, e tem continuado assim. (Violeta).

Por outro lado, também há algumas participantes que compartilham com o parceiro a economia familiar, dividindo a mesma conta bancária e juntando os salários para fazerem face às necessidades da família como um todo, sem sentirem, por isso, uma diminuição da autonomia financeira.

Pela questão do dinheiro nunca tivemos... Não sei, temos o que temos, somos uma família e cobrimos as despesas da família, ou seja, da criança, dele e minhas (...). E então é um tema de critério e de acordo. Ou seja, não temos contas separadas. (Alana).

Então o meu parceiro, se não tem trabalho, claro, eu estou como que trabalhando mais... e agora que ele começa a ter mais trabalho, eu posso me relaxar um pouco mais. Ou seja, que também temos uma economia compartilhada. (Etel).

Quando o sustento familiar é compartilhado pelo casal, o peso econômico do lar costuma cair mais em um salário do que em outro. Os parceiros das participantes que trabalham em regime de tempo parcial sustentam financeiramente o lar, o que permite a elas poderem prescindir de um trabalho em regime de tempo completo e dedicarem parte de seu tempo aos cuidados das crianças. Em outros casos, são as participantes as principais responsáveis pelas despesas do lar. Mas, quando isso acontece, não se traduz em uma redução do trabalho reprodutivo, antes pelo contrário.

Eu às vezes falava para ele (...) 'os dois estamos trabalhando, se eu faço sacrifícios [para também atender a criança e as coisas da casa] você também tem que fazer!', porque, 'sabe o que acontece?', falava para ele, 'afinal, se você é demitido, a gente pode se arranjar, mas se eu for demitida, a gente se ferra'. Então ele como... né? Mas isso é continuamente, ao contrário seria impensável! (Alana).

Claro, eu me dediquei, durante uma época de criação, parei de trabalhar e fiquei mais com as crianças, porque a gente podia se dar a esse luxo... e então trabalhei pouco. Bom, trabalhei o que... bom, um pouco por prazer, porque precisava... e bom, para contribuir com alguma coisa também. (Beatriz).

3.4. Relação entre maternidade e trabalho social produtivo

Querendo ou não, facilmente os aspectos financeiros da economia familiar fazem com que a logística familiar gire ao redor do trabalho social produtivo, principalmente para a pessoa que sustenta a família ou que trabalha em regime de tempo completo. Isso se deve, principalmente, à rigidez dos horários dessa atividade, mas também, para as participantes que trabalham de forma autônoma, à importância dos ganhos para o rendimento familiar.

Toda a logística familiar com o meu parceiro, como a gente reparte o tempo e quem faz cada coisa, tem muito a ver,

também, com o que te falava do tempo de trabalho produtivo, no sentido de, nesse momento, quem é que tem trabalho. Porque isso são rendimentos para todos. De quanto tempo precisa esse trabalho. Então, depois, como a gente se organiza no tempo doméstico depende também desse tempo produtivo. Então, lá tem um pouco uma gestão muito flexível da qual falamos muitíssimo, é uma coisa contínua, e na qual a gente se reparte um pouco em função de quem tem mais disponibilidade em tal momento. (Etel).

Por outro lado, a maternidade introduz mudanças na relação da participante com o espaço social produtivo. Um grande impacto se produz com o cessar da projeção profissional da participante

Quando começamos a trabalhar eu ia um pouco mais à frente, ganhava mais do que ele [meu marido], tinha mais responsabilidade... mas, claro, a gente se casou e quando tivemos o primeiro filho, então aí a minha projeção profissional acabou e, ademais, também, a minha prioridade. (Júlia).

Também eu percebia que estava ultrapassando a idade para ter crianças, eu queria ter, então, afinal... também... renunciei um pouco (...). Eu não vou perder, por nada no mundo, toda esta... estar nesse processo do bebê... não posso concebê-lo! (...) Super importante meu filho. De fato... a parte profissional... estou um pouco desencantada. (Teo).

Para atender as demandas do espaço de cuidados, muitas participantes precisam flexibilizar o tempo de trabalho social produtivo e, de fato, elas têm mais oportunidades para realizar essa flexibilização do que o parceiro (quando este não é autônomo), que costuma ter horários mais rígidos. Esta situação evidencia como é tratada socialmente de forma diferente a maternidade e a paternidade: confere-se à mulher flexibilidade e, portanto, a possibilidade e a responsabilidade da conciliação. Noutras vezes, é opção do parceiro não permitir essa flexibilidade nos tempos dele, transferindo essa responsabilidade à parceira.

Estou há muitos anos trabalhando aqui e a mim me deixam, né? Fazer o que eu queira. Afinal, se você precisa cumprir com o seu trabalho, a mim ninguém me diz nem em que horário preciso fazê-lo nem que dias preciso trabalhar... Então isso me permitiu conciliar minha vida familiar e laboral de uma forma espetacular. (...) Dentro do que significa a responsabilidade de direção e tal, eu sinto que posso me permitir alguns luxos. (Alana).

Eu muitas vezes digo: 'não o posso entender...'. Eu, no dia em que fui mãe e tive que voltar ao trabalho estava 50% do tempo

tentando entender a demanda do cliente, e os restantes 50% falando com a minha sogra, com a minha mãe para saber como foi a sesta de meu filho, se almoçou, se estava com febre, se tinha que levá-lo no pediatra, se tinha tomado o medicamento, se depois precisava sair às pressas para... sabe? E ele não. (Júlia).

Meu parceiro, por exemplo, não tem... apenas tem um dia [por semana em que pode sair antes do trabalho para buscar o filho na creche], porque, bom, falou com o seu chefe e podia ir buscar seu filho e conseguiu ir buscá-lo um dia à semana. (Violeta).

A maternidade também influencia a atividade social produtiva de outras formas. Muitas vezes a relação com esse trabalho se vê modificada na medida em que este último passa a ser não prioritário e, assim, a disponibilidade para com ele diminui. Outra mudança importante se dá em relação à forma de entender o próprio trabalho, pois a experiência maternal pode trazer contornos diferentes ao trabalho realizado e, finalmente, seu impacto sobre o trabalho pode ser mais profundo, obrigando a questionar o próprio sistema laboral ou fomentando uma mudança de emprego mais adaptado aos novos interesses. Assim, a maternidade e o trabalho de cuidados favorecem o rompimento da idéia (e da prática) da jornada laboral enquanto núcleo da organização da vida cotidiana.

[A maternidade tem influído no seu trabalho?] Sim, claro, totalmente (...). Bom, influenciou muito meu trabalho porque, sobretudo nos primeiros anos de vida, e mais se você tem tido crianças que nasceram pequenas e com algum problema, é verdade que você precisa ter dias livres para ficar no hospital, ou uma semana para ficar no hospital (...). Então, claro que impacta, porque você já não tem a mesma disponibilidade que tinha antes de ser mãe. Isso já não existe mais. Há duas crianças que precisam ser cuidadas, precisam ser atendidas e, também, bom, desfrutar delas. Então, impactou muito em meu trabalho. Porque eu era uma pessoa muito... que tinha disponibilidade absoluta para o trabalho, dedicava muitas horas... e foi preciso reconsiderar e dizer: 'bom, vou trabalhar oito horas e volto para casa porque tenho outras prioridades'. (Alba).

Não apenas como realizar o meu trabalho, mas em que eu quero realizá-lo (...) principalmente à raiz do aborto que eu vivi, me apercebi que ninguém se importa e ninguém trabalha para essas coisas (...). Eu reorientei a minha formação, precisamente, para sentir que estava influyendo... ou seja, não só tenho que me

queixar, mas tenho que tentar mudar as coisas para que sejam feitas de outra forma. (Júlia).

De repente você muda as suas prioridades (...) queria ir para outro modelo no trabalho. Mas... também não questionava muito mais, né? Que realmente pudesse dar o passo e passar de um regime laboral de 8 horas, escravizante, a um trabalho... E aqui tive, sim, a força para o fazer. Quando renunciei a um salário fixo e decidi criar, também encontrei a força para me reinventar e para... É com a segunda gravidez, em que de repente me senti super criativa e super poderosa. (Marisa).

Me deu a oportunidade de sentir que posso adaptar o trabalho ao tempo que eu quero lhe dedicar. Não que eu preciso me adaptar ao trabalho que socialmente me é oferecido. (Susana).

Além disso, outro efeito assinalado pela maior parte das participantes é o fomento da eficácia no trabalho, que decorre da mudança das prioridades, a busca de equilíbrio entre os diferentes tempos e a necessidade de concentrar e aproveitar ao máximo o tempo de trabalho social produtivo para que não ultrapasse o número de horas formalmente estipulado e invada, assim, o espaço reprodutivo.

No tema da gestão do tempo, quer dizer, agora sou muito mais efetiva e muito mais focada. (Etel).

Esses processos que eu pensava que não podia mudar porque era uma questão de criatividade, este projeto me ensinou que sim, que posso fazê-lo. E você fala: 'oh! Olha aí! Posso fazer uma coisa criativa e não tão técnica'. Porque também com meu filho pensei: 'Puxa, então talvez as coisas criativas já não as possa fazer tanto quanto antes', então não, foi como: 'Nossa! Posso, sim, fazê-lo!'. (Teo).

A independência financeira é, pois, o motor para a inserção na atividade produtiva. A relação com o trabalho se vê alterada com a maternidade e com a criação de crianças pequenas, indo da estipulação de limites a essa atividade até a mudança do tipo de atividade produtiva realizada para encaixá-la mais às novas circunstâncias.

4. Temas relacionados com a maternidade, a criação e cuidado das crianças e a flexibilidade laboral

Neste tema trataremos os aspetos relacionados com a maternidade, o cuidado de crianças pequenas e a flexibilidade laboral no intuito de refletir sobre como se inserem esses cuidados na vida das participantes, como elas vivenciam a maternidade, como se

relaciona esse tempo de cuidados com os outros tempos da vida e como são acolhidas socialmente as atribuições maternais.

4.1. *Vivência da maternidade*

A maternidade destas participantes é planejada: de um total de 30 crianças, 26 foram planejadas e 4 não o foram. Algumas vezes, nesse planejamento, há envolvidas muitas conversas com o parceiro. Reflete-se normalmente sobre o que se deseja fazer na vida, fato que pode estar também relacionado com a maternidade tardia e as dificuldades que as mulheres têm de engravidar a partir de determinadas idades:

Aos 35 anos eu estava ‘não, sim, não...’. Mais não do que sim. E aos 36 eu passei por uma crise muito forte de... do relacionamento também, de... olha... Eu queria ter um filho e se ele não quisesse, não... Então bom, fizemos terapia os dois, de forma independente, trabalhando isso e... bom! Afinal decidimos que sim. Foi difícil a nível de relacionamento tomar a decisão. (Teo).

Afinal um dia parei para pensar sozinha e falei para mim mesma: ‘olha, Violeta, você quer saltar de pára-quedas? Não, você quer viver a experiência de criar um ser e saber o que é isso e vivenciá-lo? Sim’. E falei: ‘Então pronto’ (...) Ou seja, que foi um pouco... ‘a gente quer passar por isso? Sim. Então decidido’. (Violeta).

A maternidade é vivenciada como um evento que repercute na vida e remexe os cimentos de sua estrutura, muitas vezes expressado como o “passar a segundo plano” ou “não ser a pessoa mais importante na própria vida”. Isto pode ser vivido como um foco de tensão entre a dedicação à criança, completamente dependente da participante, e o desejo de autonomia. A essa tensão se somam as dificuldades atravessadas nos primeiros momentos de cuidados da criança pela novidade da situação

Acho que no início a gente esteve muito estressada, os dois (...) nos custou nos relaxar e nos desestressar (...), mas não houve conflito entre nós. (...) Não soubemos gerir bem a situação, não o tínhamos feito nunca, não sabíamos como fazer, queríamos fazer tudo super bem, e não sentíamos que estava todo super bem. (Lena).

[A mulher] renuncia a sua vida laboral para voltar a casa! Que submissão, por favor! Mas isso é o autenticamente revolucionário, né? Mas não apenas na mulher, no homem. Trata-se de transformar a partir daqui. Que todos os que estão

aqui, sejam pais, mães ou não, né? Que possam dizer: 'Para. Não dependemos do mercado laboral'. (Marisa).

E eu forcei em alguns momentos o fato de: 'não, não, eu quero voltar a recuperar tudo o que eu tinha', né? (...) estava muito ansiosa (...) e tive alguns meses difíceis. E neste sentido é verdade que o meu parceiro, bom, precisou se ocupar da criança, porque tinha momentos em que eu não estava a 100% (...) Eu acho que no momento em que voltei ao trabalho fiz um click, né? De falar: 'bom, é verdade, as coisas mudaram, mas tem alguma coisa que posso recuperar' (...). Eu sempre digo, porque sou assim, ver a luz depois do túnel, mesmo que bem no final, a partir do primeiro ano da criança, que ela começa a ser um pouco mais autônoma. (Sol).

Quanto ao tipo de criação que desempenham as participantes, esta varia entre uma criação chamada com apego³¹ e uma criação que tenta reforçar a autonomia das crianças. Em cada forma de criação priorizada pode haver elementos que matizam o tipo de dedicação:

Muito contato físico, muita escuta e muita presença. Muita presença. E muita presença significa não apenas estar fisicamente, mas estar realmente com elas, né? E estar realmente atenta ao que elas precisam... e poder cobrir essas necessidades. E muito amor, muito amor, muito amor. Muito amor e muita consciência também de como você está e como está dando esse amor (...). Poder acompanhar, facilitar, poder dar-lhes oportunidades, as ferramentas para que elas possam pegá-las e se apropriar, né? E nesse sentido, para mim, o cuidado também tem muito a ver com essa possibilidade de liberdade, de crescer da maneira mais autêntica, que possam crescer sendo elas mesmas. (Etel).

A gente concebe a vida da mesma maneira, com a mesma sensibilidade, e depois, existem matizes, né? Talvez, para ele, eu sou mais extremista de... que tudo precisa ser cuidado, né? Com a criança e o respeito... E ele traz o matiz de: 'ok, mas a vida é vida real e tem coisas...', né? Então, quando vou muito pelo lado do ideal, ele sempre me fala: 'sim, mas não tem problema

³¹ A criação com apego, segundo a *Attachment Parenting International*, é uma abordagem para a criação de crianças que promove uma ligação segura entre os pais e seus filhos. (...) A maneira como os pais desenvolvem um vínculo seguro com seu filho reside na capacidade de os pais cumprirem a necessidade de confiança, empatia e carinho dessa criança, proporcionando cuidados consistentes, amorosos e responsáveis. (...) A API criou Os Oito Princípios da Criação com Apego que são: 1. Preparar-se para gravidez, parto e criação; 2. Alimentar com amor e respeito; 3. Responder com Sensibilidade; 4. Usar o contato afetivo; 5. Garantir o sono seguro; 6. Prover um cuidado consistente e amoroso; 7. Praticar a disciplina positiva; 8. Se esforçar para manter o equilíbrio entre a vida pessoal e a familiar. (Extraído da página de Attachment Parenting International – API <http://www.attachmentparenting.org/support/articles/whatisap> em 10/11/2017. Tradução própria)

se um dia não sei o que’ ou ‘não tem problema se um dia a criança...’, ou seja, me freia um pouco. (Violeta).

Da perspectiva dela, o que ela precisa é, sempre, estar com a gente. Ou seja, com seu pai e comigo (...). Isto é o que ela necessita agora, a partir de sua mente de três anos, o que ela quer é isso. Agora, segundo minha forma de entender a vida e de como eu quero lhe transmitir que ela deve compreender, também quero que ela saiba e queira ter uma mãe e um pai, mas uma mãe, principalmente, neste sentido, que trabalha fora de casa, que tem as suas amigas, que tem a sua vida, que tem muitas outras coisas. Que a prioridade número um é ela, claramente, mas que tem muitos outros espaços onde brincar (...). Porque eu gostaria que ela também tivesse isso, né? E que o valorizasse tanto quanto eu o valorizo e como muitas outras mulheres que não o puderam ter (...). Uma coisa é o que ela precisa agora a partir de sua perspectiva de três anos e outra coisa é o que eu acho que vai precisar ao longo de sua vida. Para mim isso é fundamental. (Sol).

Os dois tipos de criação não estão isentos de culpabilização. A mãe que pratica uma criação com apego, mesmo querendo fazer este tipo de criação por acreditar que é o melhor para sua criança e para ela, pode se sentir oprimida pela prática, pois nem sempre é fácil a entrega que exige e o cansaço que acarreta. O tipo de criação que se baseia na tentativa de fomentar a autonomia da criança é acompanhado, às vezes, de conflito interno provocado pela defasagem entre o que a criança quer e o que a mãe deseja para ela.

Às vezes eu me vi desbordada, cansada dessa entrega, sem desfrutá-la e às vezes com muitas dúvidas. Com muitas dúvidas, diria. Porque o que eu fazia... falavam que era o melhor, mas eu, muitas vezes, não me sentia bem com isso, sentia muita contradição. (Beatriz).

Uma criação natural, né? Fui me deixando guiar muito por meus instintos e o que eu queria. Eu, o que sentia era muito amor e que esse bebezinho de repente era o centro de... você vê ele vulnerável e precisa de você e fica completamente dedicada a ele, né? O que acontece é que gera muito sacrifício, principalmente o primeiro ano. (Violeta).

A maior parte das crianças das participantes é usuária de escola pública, optando, ademais, algumas delas, por um tipo de pedagogia chamada “livre”, isto é, que não obedece aos métodos tradicionais de ensino. Elas procuram ativamente este tipo de escola por considerá-la a opção que melhor respeita o desenvolvimento de seus/suas filhos/as. Para algumas participantes, a escolha do parto domiciliar e a decisão de criar

com apego foi um caminho que as levou à procura da tal pedagogia livre, desse espaço que respeitasse as necessidades de suas crianças:

Escola pública, mas é um projeto de pedagogia livre (...) é uma maravilha, porque percebem coisas que na escola tradicional é impossível. (Alana).

Eles vão a uma escola pública, de projeto de nova criação (...). Se consideraria uma escola livre (...). O fato de conhecer profundamente o parto e tudo que havia lá atrás me levou a começar a escutar outros movimentos alternativos ao estabelecido. E o fato de criar com apego também... ter criado e ter-me custado tanto parir e criar que eu... fui, sim, muito responsável de onde deixava meu filho, queria me responsabilizar muito bem de onde e como iriam cuidar dele e se iriam continuar com esse respeito e amor com que estava em casa. (Beatriz).

Eles vão a uma escola pública que tem uma pedagogia assim livre (...), cada aula é temática e eles podem... dentro de sua comunidade, né? Podem ir ao espaço que eles quiserem, quando quiserem (...) tínhamos certeza que, se não entrava nessa escola, iríamos educar em casa. Meu marido é professor de primária e de secundária, então... conhece muito bem o sistema educativo e, bom, ele tem muitas carências, em geral. (Susana).

4.2. Rigoroso trabalho de cuidados das crianças pequenas

O nascimento de uma criança implica uma entrega e um trabalho de cuidados muito intenso para o qual muitas mulheres, mães de primeira viagem, estão desprevenidas. A dependência da criança, assim como a responsabilidade e a novidade da situação, demanda uma dedicação intensa dos genitores, que é vivida como necessária e provisória, mas que também pode resultar em óbice para a perspectiva de se ter outra criança.

O primeiro ano foi muito forte, porque não pensava na entrega que era a maternidade. Ou seja, foi um pouco choque com o ideal e o imaginado e a realidade de um bebê (...). Então muitas vezes me vi desbordada, cansada dessa entrega, sem desfrutá-la e, às vezes, com muitas dúvidas. (Beatriz).

Olha, o primeiro filho vivi com angústia no início, com muita angústia, sim. Ou seja, eu, o primeiro ano de maternidade, bom, vivi uma viagem muito heavy, ou seja, me abrumou a responsabilidade, a intensidade, ter que cuidar de alguém tão frágil, né? Tinha como que medo, ou seja... me gerou muitos medos, me senti uma mãe muito ruim durante o primeiro ano...

E foi como um nascer a mãe, né? (...) Foi nascer ele e eu me sentir como uma bebê adulta. (Lena).

E é verdade que, assim, falei para você que a gravidez para mim foi ótima, o pós-parto para mim foi muito duro (...). Eu cheguei a casa com minha filha e me deu um... bom, parou o mundo, de dizer: 'mas o que faço agora? Se eu não sei nada, se eu...' sabe? Como... o mundo mudou e eu agora, sabe? Toda a independência que eu tinha até esse momento, que a tinha absolutamente toda. (Sol).

Todas as participantes pararam um tempo de trabalhar depois do nascimento de suas crianças. Esse tempo é variável, mas todas as participantes, com exceção de uma, expressam que os 4 meses de licença maternidade são escassos para deixar a criança e voltar ao trabalho e, as participantes que podem, prolongam esse tempo. É interessante como o tempo de cuidados exclusivos se estende nos casos da segunda criação, pois consideram ter aprendido com a primeira experiência e sentido a necessidade de passar mais tempo com as crianças nas próximas oportunidades.

De fato, com esse mês [que lhe dá o trabalho para adicionar à licença da maternidade] e com a metade das férias, eu voltei ao trabalho e deixava meu filho com seis meses. É um absurdo. Isso é uma das coisas que, por exemplo, falava para mim meu parceiro, se a gente decidisse, que já decidiu que não, né? Mas se tivéssemos decidido ter outra criança, é uma coisa que eu teria planejado, de o primeiro ano não ir trabalhar. (Alana)

Pari, fiquei alguns meses aqui em casa, né? E ia fazendo algum trabalhinho, mas... eu, no início... me custou muito me desprender do bebê. Ou seja, eu acho terrível as pessoas terem que voltar ao trabalho com 4 meses. Ou seja.. de um lado, perdi dinheiro, mas tanto faz, quer dizer, por mim tanto faz! Eu estava encantada de poder estar com o meu bebê esses meses, 8 meses mais ou menos. (Teo).

Depois de ter meu filho, em vez de voltar ao trabalho aos 4 meses e meio, que é o que eles permitem, decidi pegar uma licença de 7 meses mais, com o que voltei ao trabalho quando o meu filho tinha um ano de idade. (Violeta).

A maternidade, durante os primeiros anos de vida das crianças, é vivida de forma solitária devido a esse duro trabalho de cuidados inicial, ao desconhecimento do modo de fazer esse trabalho, à mudança de ritmos da vida e à informação prolífica e muitas vezes contraditória sobre os cuidados e a maternidade, acompanhada de uma ausência de companhia. A esse sentimento de solidão tem contribuído o individualismo moderno, que tem o efeito de romper, ou fragilizar, as redes de apoio tradicionais,

colocando como alternativa o apoio social mercantilizado. As participantes sentem a necessidade de estar com outras mães na mesma situação do que elas para compartilhar suas vivências, razão pela qual algumas delas procuram grupos de apoio chamados de “grupos de criação”.

*A solidão no período de cuidados é nefasta. Mas isso é uma coisa da sociedade, que é difícil. E... você precisa procurar evitar isso, né? (...) porque realmente a criação saudável e de atenção às crianças exige muita energia e sozinha é complicado. Também porque a mulher, seu estado hormonal e energético, melhora e está mais tranquilo quando está acompanhada. Não é bom para ela estar sozinha, para uma mulher com um filho [**Acha que a maternidade é solitária atualmente?**] Nesta sociedade sim (...) porque o eu psicossocial não se tem desenvolvido, porque há tantas carências na infância que o eu psicossocial não se pode desenvolver em uma sociedade que não o fomenta. (Beatriz).*

Sempre me considere como que muito... (...) que não precisava muito da sociedade. Mas quando tive o primeiro filho isso mudou de repente e eu como que precisava, tinha fome de compartilhar, de estar com outras pessoas, de estar com outras mães, com outros bebês (...) Então procurei grupos de criação para ir, como estavam todos em Barcelona, foi como: ‘bom, vamos fazer um aqui em Sant Cugat! (...) Fizemos grupos de criação para gerar espaços adequados aos bebês e às mães. (Susana).

De repente, para você o mundo para... porque você vê lá seu bebê, o mundo continua, né? Todo o mundo continua... mas você parou para... começar outra coisa e... e seu dia a dia é muito distinto e está muito focado nos cuidados, né? Então... e você tem muitas dúvidas e está cansada e você não sabe se está fazendo bem ou não, ou gostaria de compartilhar isso para ver como as outras mães fazem. (Violeta).

4.3. Apoio social no trabalho de cuidados

Às vezes o tipo de criação escolhido também influencia o apoio social, pois a escolha pode incluir a contratação ou não de empregada doméstica ou babá, ou a preferência pelo consumo de produtos pouco processados, o que exige uma maior dedicação e presença dos genitores

Pelo tipo de dedicação que temos, não temos ajuda doméstica nem nada. Ou seja, é a gente a cozinhar, todas as comidas é a gente que faz. Ou seja, estamos com as crianças e temos uma

tarde com a avó e outra com os avós, mas não há muita cobertura com isso. E pela questão da criação... que não estejam sozinhos. (Lena).

Todas as participantes aludem à importância do apoio social no trabalho de cuidados. A solidão a que nos referimos acima promove uma necessidade de apoio que nem sempre é saciada com os recursos de que elas dispõem

Foi uma temporada em que disse: 'olha, preciso de suporte logístico para eu poder estar com a criança', ficar com ele em cima de mim, me deitar com ele em cima, de... bom, de ficar com ele assim como muito colado em mim. (Alana).

Eu também acho que é preciso eu estar bem, com apoio, sustentada, cuidada, poder cuidar de mim, e eu estar bem para poder cuidar delas, né? E realmente quando estou estressada, quando não tenho tempo, quando... então é quando me custa mais cuidar delas. Muito importante esse espaço de cuidados e apoio (...) sobretudo agora quando são mais novas (...) Neste sentido, também acho que esse cuidado é para mim, mas também acho que para ele [meu parceiro] também. Ele precisa de outras pessoas que, de alguma forma, possam fazer esse apoio para ele, para mim, para todo o sistema, né? Ou seja, que você vê que esse cuidado precisa se alimentar de mais cuidados, que têm que ter aí todo um... E aí é importante, sim, formar uma comunidade, socializar os cuidados, né? Compartilhá-los. (Etel).

Para fomentar o apoio social, as participantes podem criar redes de apoio com outras famílias que se encontram na mesma situação do que elas. Estas redes costumam ser construídas a partir de relações sociais feitas na creche das crianças e se baseiam nessa necessidade de apoio, na amizade e em algumas ideias e perspectivas de criação similares:

As pessoas da escolinha e, bom, e um pouco da comunidade que temos feito aqui na aldeia (...) somos um grupo de pais e mães que nos ajudamos muito e que intercambiamos muito. Quer dizer, aí socializamos muito a criação, sim (...). Tem como um grupo de gente que está muito em sintonia, na maneira como criamos, em como educamos, em como acompanhamos, em como vivemos, né? Um pouco... no que fazemos, do que gostamos... então é uma comunidade, um pouco, é ampla. Tem bastante afinidade normalmente, então também tem uma amizade entre a gente e começa a haver um pouco este... e uma necessidade também muito clara, né? De falar: 'puxa, estamos também todos na mesma situação, então nos auto-ajudamos' (...) Apoio e, também, é como gerar um vínculo, né? De confiança, de saber que vai estar super bem, minha filha, né? E

também é um descanso, né? Você sabe que aconteça o que acontecer ela está ali e está tudo bem. (Etel).

A cada terça feira íamos lá, colocávamos um tapete e as crianças estavam lá, os bebês... e a gente compartilhava um pouco... como era o nosso dia a dia, como você fazia as coisas, a que horas acorda... Não sei, compartilhávamos um pouco o que você vive nesse momento, que não é mais do que criar seu filho, e compartilhá-lo entre mulheres. E isso... a verdade é que foi... recomendo (...) você se sente super acompanhada. (Violeta).

Este tipo de redes tenta preencher o vazio gerado pelo enfraquecimento das redes tradicionais da família extensa – que continua presente, mas de forma menos intensa. Com tais redes, era fácil para as pessoas terem a oportunidade de viver de perto a maternidade e a criação de outra pessoa da família, além de se relacionarem com crianças. Assim, chegado o momento, teriam tido alguma referência sobre como é esse trabalho de cuidados, ademais de apoio da família. Hoje, essas redes formadas por outras famílias ajudam a falar sobre os cuidados, oferecem um apoio e dão confiança nesse trabalho, pois muitas vezes os genitores não têm referências sobre como realizá-lo e se sentem facilmente perdidos. De outro lado, a formação dessas redes também pode responder à necessidade de compartilhamento de uma forma de cuidados diferente da vivida na família de origem.

Outro tipo de apoio social na vida diária das participantes vem principalmente da avó materna e de outras pessoas da família extensa. Este tipo de ajuda é variável em relação a sua frequência, pois, para algumas participantes, se trata de uma ajuda ocasional, enquanto que para outras os avós são integrados na rotina semanal dos cuidados dos netos.

Agora, por exemplo, ele [o filho] está doente, então fica com a minha mãe. Pontualmente sim, mas não como uma coisa fixa (...). E alguma vez com a minha irmã, porque ela já tem duas [crianças], também. (Alana).

As crianças almoçam dois dias em casa dos meus pais e a gente vai um dia. Ou seja, tem um dia que eles almoçam sozinhos com meus pais (...). E depois tem duas tias, minhas irmãs (...) e também está a minha tia, que me ajuda mais com a casa. (Carla).

No primeiro ano, digamos, fazia-o misto com a minha mãe e a minha sogra. Três dias por semana a minha mãe, dois dias a minha sogra. (Júlia).

A minha mãe, que esta trabalhando, mas posso contar com ela, por exemplo, um dia por semana, em que ela se compromete a buscar as crianças na escola e ficar à tarde com eles enquanto eu trabalho (...). Depois, a minha irmã, meu cunhado, como tios, né? Em momentos pontuais nos ajudam... Ou seja, a família extensa, posso contar com ela. (Noelia)

Não é muito comum terem ajuda diária de babás para os cuidados. Algumas participantes têm ajuda ocasional, sendo que o recurso à contratação mais rotineira resultado da impossibilidade de terem outro tipo ajuda. A contratação de babás despertaria um mal estar e julgamento da sociedade por terceirizar a criação. Ademais, a ajuda de babá não responde à necessidade da mãe e do pai de terem tempo de lazer, mas sim a outras necessidades “mais urgentes”.

Temos uma babá maravilhosa, maravilhosa. Não, [disse que não tinha babá porque] estava pensando em babá ‘para a gente sair’, sabe? (Alana)

As babás, em um determinado momento, também estão envolvidas, né? Mas é mais como... apenas quando a gente não pode. (Nara).

Esta moça que trabalha como babá para a gente... mas são muitas poucas horas (...) ou seja, umas três, quatro horas por semana, quer dizer, também não... (...) não, a babá para isso [lazer dos pais], não a chamamos nunca. Não, nunca (...) E, ademais [ter babá] gera uns níveis, também, como que de auto-culpabilidade, de um lado... e que a sociedade, quando você tem babá, não é muito bem visto. (...) Nesta sociedade, ter uma pessoa que não é da família para cuidar de seu filho porque você está trabalhando e não parou de trabalhar... ou, tanto faz, porque você está no cinema, para mim tanto faz... ou seja, talvez também está precisando de ir ao cinema, sabe? (...) Mas nos três anos de criação, é verdade que cada vez... puxa, como... que me fazem refletir sobre uma questão que eu, em princípio, eu tinha certeza! (Sol).

Pedir ajuda para ficar com a criança não é sempre fácil para as participantes, principalmente quando se solicita para dispor de um tempo de lazer, sendo esse apoio, com efeito, mais presente quando se deve a motivos laborais.

Porque eu aqui não tenho contado com... a minha mãe, já te disse, ela trabalha como peixeira, trabalha mais horas do que eu, mas... muito mais e muito mais velha do que eu... então eu nunca pediria para ela ficar um sábado à noite com meu filho (...). Alguma vez com a minha irmã, porque ela já tem duas, também. Para mim é difícil, né? Me custa pedir ajuda. Oferecê-la não tanto, mas pedi-la me custa um pouco mais. (Alana)

Por outro lado, vemos que a falta de apoio social não se dá apenas devido à ausência de uma rede de apoio nos cuidados, mas também quando surgem críticas às decisões que a participante, na qualidade de mãe, adota.

Tem pessoas fora do meu ambiente que não podem entender que a minha opção tenha sido esta: ficar ao cuidado dos meus filhos, pelo menos nesta etapa (...). Claro, é difícil de entender que uma pessoa que estudou na universidade, que passou tantos anos se preparando, que trabalhou 10 anos em circunstâncias muito agressivas, de repente perder tudo, né? A sensação de jogar tudo fora. (Júlia).

Meus pais... ou os pais do meu parceiro, estão fora, não estão em Barcelona (...) essa é uma grande questão hoje em dia, quando se tem crianças, porque se não... Complica muitíssimo (...) Não conheço ninguém, agora mesmo, e conheço muita gente, que não tenha o apoio dos avós diariamente. Claro, isso complica a criação... para os que não os têm, como nós, em um nível... (Sol).

4.4. A flexibilização laboral e o trabalho de cuidados

O papel desempenhado pela atividade produtiva para a conciliação com o trabalho reprodutivo é importante para suavizar o conflito entre esses dois tempos. Neste sentido, a flexibilização de parte do tempo de trabalho social produtivo é crucial para se alcançar a conciliação com a criação. Essa flexibilização e a opção de trabalhar em casa favorecem a possibilidade de dedicação da participante ao trabalho de cuidados em momentos de necessidade. A flexibilidade laboral permitiria, assim, adaptar as práticas laborais às necessidades sociais e econômicas (Recio, 2004, citado por Moreno, 2010:302). Ou seja, possibilita a capacidade de adaptação às necessidades das pessoas trabalhadoras e, ao mesmo tempo, a adaptação às necessidades produtivas segundo as transformações do mercado (Moreno, 2010, p.303).

Mas também são as condições de trabalho que você tem que também facilitam, ajudam a não vivenciá-lo [o conflito entre trabalho social produtivo e a maternidade]. Se algum dia você precisa ficar em casa porque uma criança está doente talvez aqui haja mais condições para poder fazê-lo, e se compreende, e há mais facilidades. (Alba).

Então usamos muito isso [a flexibilidade laboral]. Mas isso também é verdade que é muito cansativo, porque você termina trabalhando muitas horas de noite, porque dedica muitas tardes a ficar com sua filha, claro, e a fazer atividades com sua filha.

Mas seu trabalho ainda não terminou esse dia, sabe? E é... claro, porque, na verdade, para poder conciliar horários precisaríamos trabalhar em tempo parcial todos, né? (Sol)

As condições que tenho no trabalho, que me permitem dois dias na semana fazer teletrabalho, ou seja, saio às 16h, vou buscar meu filho, estou com ele e em algum momento do dia preciso encontrar uma hora, hora e meia para terminar de... ou seja, para fazer teletrabalho. (Violeta).

Assim, tal flexibilização dos tempos implica o não encerramento das horas de trabalho, gerando uma total disponibilidade da trabalhadora até o final do trabalho previsto, o que pode acontecer a altas horas da noite e pode provocar sobrecarga e estresse nas participantes. Já o trabalho em casa, exercido por muitas trabalhadoras autônomas, resulta na intermediação dos diferentes tempos (social produtivo e reprodutivo), interrompendo-se ora uns, ora outros, com o entrecruzamento das tarefas.

O fato de trabalhar a partir de casa permite a mistura de todo o trabalho (...). O maravilhoso mundo de trabalhar em casa e gerir sua vida cotidiana, né? Que então, também, se mistura tudo, né? Se mistura absolutamente tudo, né? Você faz um descanso, então liga a máquina de lavar, né? Ou... ou faz um descanso e chama alguém e nesse momento você está trabalhando, mas para para atender essa pessoa. (Etel).

Você pode trabalhar em casa, o que acontece é que era um pouco... se a criança estava por aqui, eu não podia me concentrar. Era... Mesmo que meu companheiro ficasse com ele, eu os ouvia e era como 'ayy, quero estar com eles'. (Teo).

O teletrabalho é muito bom, mas, por exemplo, se eu vou buscá-lo às 16h30, estou com ele, vamos ao parque, tal, vou para casa, chega o meu parceiro às 19h, nos substituímos: 'agora você se ocupa dele'. Entre que você tem coisas para fazer em casa, não sei, com qualquer coisa, né? Roupa empilhada, ou... não sei, alguma coisa que você tenha que fazer de uma obrigação, eh... ademais ter que me conectar no computador, verificar se tenho trabalho, responder alguma coisa... onde fica meu tempo para..?!, sabe? Para me fechar no quarto e: 'não estou durante meia hora'. (Violeta).

O fato de as participantes terem um horário laboral mais flexível do que seus parceiros, ou o fato de eles dedicarem mais horas à atividade social produtiva, faz com que elas sejam as principais encarregadas do cuidado das crianças. Assim, a maior carga da participante com o trabalho de cuidados pode dever-se a uma característica do relacionamento, a uma característica do tipo de criação –a criação com apego demandaria uma maior presença da mãe - ou a uma pressão social -por dar maior

flexibilidade laboral às mulheres-, sendo a razão mais comum a falta de flexibilidade e o maior tempo de trabalho do parceiro. O distanciamento da rotina doméstica dificultaria a intimidade do parceiro com o trabalho de cuidados, independentemente do empenho que demonstra quando está em casa.

E ele gosta muito de estar com as crianças, desfruta muito, sim. Mas ele, durante a semana, trabalha muito. (...) Em algum momento eu preciso lhe dizer: 'você faz o banho...', porque nesse aspecto não está tão equilibrado o trabalho e eu não estava tão contente (...) Ele tenta, mas, por exemplo, quando os veste, às vezes lhes põe mal a roupa. (Beatriz).

Digamos que o primeiro ano de licença e... era eu quem... porque meu parceiro trabalhava e chegava em casa às 19h e... eu estava o tempo todo com o nosso filho (...) E aí você já começa em desigualdade! Se você passa o primeiro ano com o seu filho e cria esse vínculo... Meu parceiro tinha pouca margem. Mas era um pouco circunstancial, também (...) Depois, afinal, também, há uma questão prática, porque você está o dia todo fazendo isso e o faz todos os dias, e você o faz do seu jeito. E, então, afinal, se criam uns vícios que você termina por fazê-lo porque sabe onde está... o pó para a papinha... e ele passaria um tempo procurando e afinal.. o dia a dia... foi isso, a primeira etapa. (Violeta).

Principalmente estas participantes que se ocupam mais do trabalho de cuidados do que o parceiro possuem a autoridade do trabalho reprodutivo, isto é, são elas que decidem como cuidar da criança, ou que propõem o tipo de educação, e geralmente os parceiros concordam

[A criação] tem sido mais negociada do que compartilhada. Porque ele não tinha um critério prévio de como queria educar seu filho, de como... né? Era como repetir o esquema de: 'toda a minha vida não sei o que'. Quer dizer, houve um choque de... porque eu tinha, sim, por meu trabalho e tal, tinha clareza de onde queria pôr mais peso, onde... como queria que fosse a relação da dinâmica familiar, de convivência... e aí tivemos que... Tem sido mais uma questão negociada, no início, do que consensuada, desde que os dois concordassem no que era o importante. Em função de ele ver que tem funcionado mais ou menos o que eu fui dizendo que era importante para mim, então, foi entrando mais. (Alana).

Não. Eu acho que foi assimilado. De um lado tem uma parte cultural, porque você não se apercebe e foi educada de um jeito e, de outro, porque eu ia me apropriando de cada vez mais coisas, mais, mais porque podia... e então peguei a parte dele e lhe pareceu bem. (Júlia).

Uma das formas utilizadas por algumas participantes para deixarem de ter esse maior volume do trabalho reprodutivo passa por ceder tal autoridade, isto é, abrir espaços para que o parceiro cuide das crianças do jeito dele, sem intervir.

O dia que está ele, está ele. E eu, se não gosto do que lhes deu no café da manhã, me agüento! Ele é o pai, é o jeito dele... eu aí não tenho que controlar, né? Porque é fácil eu ficar assim... Mas... estou trabalhando nisso. (Noelia).

E bom, eu também acho que o fato de nós, mulheres, desaparecermos em alguns momentos dá uma oportunidade diferente para eles se relacionarem com seus filhos (...). Aí também é um trabalho meu, né? De dizer: 'eu saio...' da mesma forma que ele sai com a bicicleta e não sofre... mas não porque não sofre! Mas porque confia em mim. Então eu saio e confio nele, né? (Noelia).

Outra razão que poderia explicar o fato de as participantes serem as principais encarregadas pelo trabalho de cuidados passa pela escolha de trabalharem em regime de tempo parcial. Como dissemos anteriormente, algumas participantes decidiram reduzir o tempo de trabalho social produtivo depois de se tornarem mães, ou então optaram por flexibilizar essa atividade com o objetivo de cuidar das crianças enquanto são pequenas e precisam de mais atenção. Assim, o trabalho de cuidados organiza os outros tempos. É interessante assinalar que são as participantes, e não os parceiros, a fazerem essa redução do tempo de trabalho, muitas vezes convencidas de que precisam ser elas a fazê-lo, dado o papel da mulher na amamentação, ou porque é o salário do parceiro a sustentar a família.

Até as crianças fazerem um ano, mais ou menos, eu estava muito, muito, muito presente. E a partir do final do primeiro ano comecei a trabalhar um pouco mais, mas também não muito, porque eles não iam a parte nenhuma. O que acontece é que, com o meu parceiro, podemos nos ocupar bastante bem porque ele tem um horário de funcionário. Ou seja, trabalha das 8h às 15h e apenas uma tarde. Por isso, essas tardes que ele não trabalha, aí eu podia trabalhar. (Lena).

A partir do nascimento dos meus filhos parei [de trabalhar a tempo completo]. Então, saí do sistema e comecei um trabalho que permitia conciliar um pouco com os cuidados de meus filhos. Tinha certeza que queria trabalhar em tempo parcial. (Beatriz).

Isto é um dia dos que eu não trabalho, né? Fico no ritmo deles [seus filhos] (...) Nos dias em que vou trabalhar, o que faço é acordar muito, muito, muito, muito cedo, às 5h30, para estar em

Barcelona por volta das 7h30 e começar muito cedo a trabalhar para sair lá pelas 14h – 15h. (Marisa).

Renunciei a procurar ou encontrar um trabalho no meu ramo, porque sou psicóloga, por um tema prático, porque familiarmente era tudo mais fácil. (Susana).

Em ocasiões, não é possível, mesmo quando desejado, priorizar o trabalho de cuidados sobre os outros tempos, dada a necessidade financeira e a irregularidade do trabalho social produtivo, no contexto de crise econômica que afetou a Espanha, o que favorece que a participante se afeire ao trabalho social que desempenha que proporciona um rendimento. Em outras vezes a participante não abandona esse trabalho devido à dificuldade de voltar a ele depois de alguns anos de dedicação aos cuidados.

Às vezes tem havido conflito, sim. Sim, porque às vezes não soube dizer não ao trabalho ou, às vezes, também, tenho medo de não ter mais trabalho (...). E sair do sistema e que seja você quem vai... a autora dessa parte a nível profissional e você quem precise ganhar sua vida, é complicado. (Beatriz).

A precariedade faz com que, às vezes, precise pegar muitos mais trabalhos do que eu quero, né? E, como é um trabalho flexível, bom, que não é um trabalho fixo, né? Que a cada mês você tem seu salário, mas que... pode ser que de repente você passe dois meses sem rendimento ou recebendo pouco dinheiro, e se acumulam as dívidas (...) então, claro, se oferecerem três trabalhos para você, pega os três. (Etel).

Eu, se a sociedade tivesse... se fosse mais fácil dizer: ‘olha, paro de trabalhar dois anos e sei que, quando eu quiser, posso voltar a trabalhar’, que não vai ser difícil voltar, que é o melhor para todos... Eu, sim, o teria feito. (...) mas claro, meu marido também não ganhava o suficiente para podermos viver os dois (...) [com] a desculpa de sair fora, todo o mundo entendeu perfeitamente que eu não fosse trabalhar porque não tinha visto de trabalho, ou não sabia a língua... (Júlia).

Importa ainda sublinhar que, às vezes, não é só a participante, mas o casal a renunciar à carreira profissional para se dedicar à criação, ou a fazê-lo durante um tempo para se ocupar mais aos cuidados quando as crianças são menores.

Então, o que fazíamos já na Suíça é, claro, lá o salário era alto, mas renunciamos os dois a trabalhar... ou seja, decidimos que não queríamos fazer carreira (...). Em princípio nós dois decidimos que não ficasse [nossa filha] o dia todo [na creche] porque preferíamos ganhar menos dinheiro [e estar com ela]. (Carla).

Quando ganhamos nossa primeira filha, a gente se dedicou um ano, eu e o meu companheiro, a trabalhar pouco e estar com ela entre nós e foi super bonito. E aí eu me apercebi da necessidade de me cuidar. Ou seja, percebi o mal que eu estava fisicamente (Etel).

4.5. Participação do parceiro no trabalho de cuidados das crianças

A participação dos parceiros das participantes no trabalho de cuidados é variável. A maioria deles mantém uma atitude ativa e co-responsável. Nestes casos, contudo, esta atitude pode surgir mais no plano das ações e menos na planificação e organização desse trabalho de cuidados. No entanto, muitas participantes sublinham o compartilhamento equitativo do trabalho de cuidados com o parceiro

Eu acho que em nosso caso tem sido bastante equitativo (...). E meu parceiro, desde sempre... quando pode dar comida, tem dado comida, desde o início os fez dormir ele... temos usado o sling (...) que ele inclusive os dormia melhor do que eu lá. (Lena).

[Meu companheiro] tem uns horários muito fáceis de conciliar com a vida familiar. E ademais tem forçado muito a conciliação (...) fez um arranjo para ir apenas dois dias trabalhar... o resto o faz a partir de casa, mas às noites. Não, neste sentido estamos muito contentes. (Marisa).

Ele é um pai muito envolvido. De fato ele, quanto ganhamos nossa primeira filha, eu voltei ao trabalho aos 7-8 meses e ele ficou cuidando dela até os 14 meses. Porque... eu não podia parar de trabalhar naquele momento, e ele era autônomo, portanto trabalhava às tardes e às noites. Eu chegava às 4 da tarde, porque eu tinha uma redução de jornada, e... era eu chegar e ele começar a trabalhar, né? E então, como ele é uma pessoa que gosta de trabalhar às noites, era fantástico. (Sira).

Raras são as participantes que referem que o parceiro pouco ajuda ou não sabe bem o que precisa ser feito nos cuidados. Mas sugerem que a atitude deles costuma ser reativa perante as demandas da entrevistada ou, então, privilegiam a brincadeira com as crianças em detrimento da rotina de cuidados. As participantes com parceiros menos implicados são as que priorizaram o trabalho reprodutivo sobre o social produtivo, ficando mais em casa com as crianças, sendo as principais responsáveis desse cuidado.

Aí, sim. Em algum momento na criação preciso falar para ele: 'você se encarrega do banho...' Porque sim, sim, não está tão equilibrado o tema e eu não estava tão contente. Ele tenta, mas

não o faz bem... por exemplo quando veste eles, às vezes coloca mal a roupa... (Beatriz).

Quando [meu parceiro] trabalha a partir de casa, ainda que tenha que fazer as mesmas horas, pode geri-las melhor e colabora um pouco mais, pode ficar ou brincar com a criança um pouco e/ou lavar louça... sim, cuida um pouquinho mais delas. (Nara).

Meu parceiro passa muito tempo com meus filhos, porque faz horário flexível e está muito em casa. Alimentá-los, sim. Mas principalmente ficar com eles, brincar com eles. (Carla).

A contribuição dos homens para a criação é, para algumas participantes, diferente a das mulheres. Assim sendo, o papel da mulher consistiria em nutrir, física e emocionalmente, o bebê enquanto o parceiro se ocuparia da parte logística para que a mãe possa cuidar do neném da melhor maneira possível

Não. Não acho [que o homem possa criar da mesma forma que uma mulher]. Nem acho que seja saudável. Poderia fazê-lo e o faria como compensação... poderia dar amor, poderia compensar tudo e a criação seria saudável. Mas não acho que pudesse oferecer o que verdadeiramente precisa um ser que é a mãe. Porque o estado hormonal, por ter parido, e energético, de uma mulher nunca o terá o homem. (...) É como que tem alguma coisa física que empurra a querer cuidar... e é uma coisa biológica e isso um homem não o terá nunca. Depois, sim. Depois podem se separar os papéis. Mas nesse primeiro ano tão sensível e crítico, porque a criança ainda não nasceu ainda, nesse não. (Beatriz).

Há uma parte que a mãe tem e eu acho que ao homem lhe custa como uns três anos para poder chegar lá, né? Nesse lugar. Seguramente em algum lugar nunca vai poder estar igual. No início tem a ver com o seio e... mas não só isso. Ou seja, tem como que uma conexão... não sei como explicá-lo, muito animal, do instinto. Que está com a mãe e que não está com o pai. E que é um vínculo que o pai vai tecendo a partir de outro lugar, né? (...) Ele está, no início, em uma posição de ajudar à mãe e o filho a estarem bem, né? É como uma posição mais logística. Pelo menos eu o vivi assim. Mais logística e mais de cuidar do espaço, que não falte de nada. (Lena).

Talvez eu sentia que meu parceiro tinha que me ajudar de outra forma, porque como eu dava de amamentar e tinha esse vínculo, do que eu precisava era alguém que me fizesse descansar, que... né? Que me deixasse tudo muito preparado para eu poder me dedicar a alimentar. Porque você está alimentando, fisicamente, mas também emocionalmente, né? Ao bebê. (Violeta).

4.6. Dificuldade de ficar só no espaço reprodutivo

Apesar de algumas participantes escolherem atuar só no espaço reprodutivo durante os primeiros meses de vida da criança, muitas delas relatam ter passado por dificuldades na vivência dessa escolha. E isso sucede sobretudo pela perda do espaço pessoal ligada a uma atividade social produtiva - que a faz atuar socialmente, se relacionar com outras pessoas, ser reconhecida como profissional - e pela solidão que pode implicar o trabalho de cuidados.

Ficar o dia todo em casa é muito difícil. É duro, sobretudo se você está sozinha. (Júlia).

Desfrutei muito das duas licenças por maternidade, mas tinha uma parte de dizer: 'tenho vontade de recuperar meu espaço como pessoa autônoma que pensa, que é reconhecida como profissional (...). Eu desfrutei das licenças, mas, da mesma forma que desfrutei, também tinha vontade de trabalhar. Como uma parte de dizer: 'tudo bem, mas onde estou eu', né? Essa sensação de ficar muito em casa, essa dependência, de ficar o tempo todo com você mesma. (Noelia).

Quando estive de licença por maternidade, que foi a única vez que estive com algum tipo de licença, nunca pedi uma licença, então também voltei antes de terminar porque para mim... era como que ... precisava... voltar outra vez a... bom, a um espaço próprio e... também era o trabalho para mim, meu espaço próprio (Sol).

4.7. Criação ideal e melhorias na criação

O desejo de terem mais apoio na criação e o sentimento de solidão vêm-se refletidos nas respostas à pergunta sobre como seria a criação ideal. Para a maioria, seria com o apoio da comunidade, ou “em tribo”, o que permitiria, além do apoio almejado, maior contato entre crianças e o fornecimento de outros referentes adultos. Outro anseio evidente transmitido pelas respostas é a necessidade de estar mais tempo presente, e de forma exclusiva, no trabalho de cuidados na primeira infância:

Eu acho que tem que ter uma melhor regulação da conciliação familiar e laboral (...). No primeiro ano, a criança deveria estar com a mãe, quer dizer... a questão toda do peito (...) depois, segundo a criança vai tendo mais autonomia, você poder se incorporar à sua vida de maneira progressiva, também (...). Para mim o 0 a 3 é como... a base sagrada das crianças e de... de forjar uma segurança para eles e uma necessidade de atenção obrigatória, porque disso depende a saúde mental do futuro adulto, né? Ou seja, de todo o que receba no período de 0

a 3 anos. Portanto maior presença certamente, certamente. (Alana).

Este modelo nuclear acho que não funciona, acho que realmente a criação deve se dar em comunidade (...) Que os referentes sejam claros, sim, mas que esses referentes tenham todo o apoio da comunidade, né? E que os cuidados, o peso dos cuidados não só recaia sobre você, mas que possam ser compartilhados, né? Isso, de um lado. Então, tem que formar mais tribo, nesse sentido. Quer dizer, acho que a criação precisa ser em tribo. (Etel).

Que tivesse mais comunidade ao redor das famílias que têm filhos. Que fosse mais simples (...). Por exemplo, uma urbanização, imagina uma urbanização, né? Unindo as casas através de jardins ou pátios ou de... que não de ruas com carros e semáforos e tal. Que as crianças possam circular com facilidade, com proximidade. (Lena).

Eu gostaria que pudesse ser mais flexível toda a estrutura, como ela está montada. Mais flexível no sentido de momentos de necessidade familiar (...). Para mim não é tão importante o fato de trabalhar mais ou menos horas por dia, que é... evidentemente que sim, mas o fato de que tem momentos que você sabe que o seu núcleo familiar, para sua filha, principalmente, você precisa aí uma intensidade maior. (Sol).

O Estado, por sua vez, parece não poder fazer muito para fomentar a tal criação em tribo, mas poderia, sim, contribuir de outras maneiras dentro do sistema atual. Neste sentido, poderia desempenhar um papel fundamental na flexibilização dos horários laborais, na redução desses horários para os (as) trabalhadores (as), no aumento das licenças por maternidade e paternidade, na facilitação de ajudas econômicas ou na formação de campanhas para valorizar a maternidade e a criação

Licenças por maternidade mais cumpridas e também para o pai. Limitar as horas de trabalho a 6 por dia em vez de 8 (...) As mulheres, ou quem fique em casa cuidando das crianças, poderiam contribuir para a seguridade social (...) ter garantida sua pensão. (Carla).

Acho que o Estado deveria ter apenas esse papel de redistribuição, de gerar espaços e infraestruturas, mas que a comunidade possa geri-los (...). O Estado poderia ter, sim, um papel, mas com outro modelo de Estado e com muita mais participação da cidadania, claramente, e com um modelo que pudesse propor um modelo muito mais diverso, muita mais diversidade de opções (...). A partir dessas micro-políticas poder incidir também muito mais. Então... nisso, sim. Mas é isso aí, para mim a comunidade é importante, e a participação. (Etel).

A flexibilidade horária ajudaria muitíssimo. Também o fato de saber que, isso que falava antes, né? Saber que se eu paro de trabalhar dois anos porque prefiro ficar em casa, depois não vou ficar penalizada por isso quando voltar ao trabalho (...). Por que não se pode fazer teletrabalho? (...) Então, claro, isso é uma luta desigual, já, da mulher mãe. (Júlia).

Uma, a conciliação de horários, porque deixando de lado se é um homem ou uma mulher quem está conciliando, não pode ser que as escolas... ou seja, você tenha que ir buscar seu filho às 16h ou 16h30 quando o horário laboral normal neste país é até às 19h no escritório (...) Se houvesse circunstâncias favoráveis de conciliação laboral nos horários, poderia haver mais igualdade para criar os filhos. E depois também, além disso, teria que haver uma consciência social, políticas sociais que permitissem ver que a criação é uma base da sociedade! Ou seja, que criar um filho não... Você cria pessoas melhores, quando uma criança está bem cuidada, quando uma criança está bem atendida, está com os seus pais. (Violeta).

4.8. Embates com o espaço público no desempenho do papel maternal/paternal

Nos relatos das participantes podemos perceber como há intromissão do espaço público na maternidade. Isso gera formas de condescendência e de falta de respeito relativamente às decisões tomadas como mãe ou simplesmente ao papel de mãe/pai.

De um lado, é fácil faltar o apoio de amigos e familiares quando a participante decide fazer parto domiciliar, ou, mais concretamente, é comum a tentativa de desencorajar esse tipo de parto. Esta situação faz com que a participante procure se proteger das reações negativas, não comentando tal decisão.

A questão de parir em casa foi uma decisão muito clara quando a tomamos, mas também me apercebi que o entorno social não estava preparado para isso. Ou seja, me chocou muito. Este primeiro entorno que eu falei para você [formado por vizinhos da aldeia] foi, sim, muito... mas, por exemplo, em nível de família, em nível de algumas amizades, algumas redes, foi do tipo: 'como vai parir em casa, é uma loucura!' (...) e decidi não falar nada para os meus pais. (Etel).

Com as pessoas com quem não somos afins, por exemplo, não sei, primos ou assim que já sei que não... também não falava muito. Me protegi muito, né? Também não ia falando com as pessoas sobre que eu iria parir em casa. (Marisa).

Também existiria um menosprezo à mulher mãe no mundo laboral que se manifesta através de demissões ou de pressões para sair do emprego. Outras formas de

falta de respeito à mulher mãe evidenciam-se na falta de compreensão social ou nas críticas quando ela decide reduzir ou parar a atividade social produtiva para cuidar das crianças. Essa falta de respeito à maternidade não só aparece em relação ao trabalho social produtivo, mas também em outras esferas, como no lazer ou na forma de criação.

[A maternidade] tem influído [no meu trabalho] a tal ponto que perdi o meu trabalho. (...) É na volta de minha licença maternidade quando vai se realizar um ERE³² e, então, eu entro nesse ERE. E eu estava há 12 anos trabalhando no mesmo lugar, a cada ano e meio fui ascendendo... sempre... tudo tinha corrido muito bem. Ou seja, de repente tudo mudou no meu retorno da maternidade, tudo mudou. Bom, mudou tanto que fui demitida em um ERE. (Alba).

Meu marido pegou as crianças e saiu para fazer atividades (...), quando acabaram foram lanchar (...) e logo veio o dono do local para lhe perguntar se precisava de alguma coisa e falar que era muito difícil criar as crianças... Falei: 'comigo isso nunca acontece' (...) Por que não posso ser tratada desse jeito? Por quê? (Júlia).

Eu tinha certeza, ou seja, não foi um drama: 'Ah! Agora preciso ficar em casa!' Não, não, ou seja, tive certeza e ponto (...) Era muito jovem, tinha 26 anos e o nosso meio era algo como: 'você não trabalha? Fica em casa? E o quê você faz?', 'Puxa, muitas coisas! Estou estudando, crio meu filho, criamos experiências adequadas para sua idade... ou seja, coisas que eu quero fazer, né?' Mas é verdade que inclusive no entorno não se entendia. (Susana).

As pessoas falam para você: 'Ah, o dia todo a criança colada em você! Você vai...'. Eu pensava: 'olha, é o que ele me pede e é um bebê. Um bebê'. Então... a partir daí li acerca de levar a criança no sling e vi que só tem vantagens para o bebê. (Violeta).

O fato de ser a mulher a principal responsável, ainda hoje, pelo cuidado das crianças (seja por decisão própria ou porque culturalmente está assim prescrito) faz com que seja ela o principal alvo das violências sociais. No entanto, o parceiro, por sua vez, também pode experimentar pressões para priorizar o trabalho social produtivo sobre o trabalho de cuidados

Ele, pelo estatuto de seu trabalho, tem direito a estar quatro meses de licença. (...) é como um direito formal, mas depois, na prática, era impossível. Mas realmente ele tinha direito... bom,

³² Expediente de Regulación de Empleo (ERE) é um mecanismo laboral especial direcionado às empresas em crise que lhes permite reduzir seu quadro de empregados.

os dois, a ter ficado quatro meses de licença e me lembro que não, o seu chefe lhe pressionou e lhe disse que... que inclusive lhe pagaria mais dinheiro se ele voltasse. E ele esteve 15 dias de licença paternidade. (Alba).

Na base desse desrespeito exercido pelo espaço social produtivo ao espaço de cuidados encontra-se a falta de conciliação entre eles. Visto que os horários laborais e das escolas não são compatíveis, as pessoas precisam solicitar tempos livres da atividade social produtiva para poder atender as demandas do outro espaço, isto quando não existe um apoio social que ajude nessa logística e, como vimos, essas redes sociais são insuficientes. Tais tempos livres solicitados, por sua vez, fazem com que a empregada seja percebida como menos competente em seu desempenho laboral, dado que o espaço público procura trabalhadores sempre disponíveis.

É muito difícil poder conciliar horários, impossível, eh? Por quê? Porque os horários não coincidem, né? nos diferentes espaços. Então, se a criança acaba a escola às 16h ou às 17h, depende do dia, nenhum dos dois terminou de trabalhar às 16h ou 17h. O que acontece é que temos uns trabalhos (...) que nos permitem ser flexíveis (...). Então nos baseamos muito nisso. Mas também é verdade que é muito cansativo porque você acaba trabalhando muitas horas à noite, porque acaba dedicando muitas tardes para ficar com sua filha, claro. E fazer atividades com sua filha. Mas seu trabalho ainda não terminou nesse dia, sabe? E é... claro, porque em realidade, para poder conciliar horários todo o mundo teria que trabalhar em tempo parcial, né? (Sol).

Primeiro você tem o filho e não pode passar tempo com ele e depois o tempo que você passa com ele é o pior do dia, que é quando ele está cansado, você está cansada... seu parceiro está cansado... de uma qualidade péssima. (Violeta).

Outro conflito experimentado pelas participantes se apresenta, após a licença maternidade, na volta ao trabalho social produtivo. Nesse momento, ela percebe que a licença durou muito pouco e que a criança é muito pequena para ficar com outra pessoa, evidenciando a falta de opções e a perversão do sistema. Por outro lado, esse conflito tem seu reflexo interno na participante, pois ela pode experimentar conflito entre o encontro consigo mesma e a recuperação de parte de seu espaço pessoal e a dificuldade em deixar a criança pequena muito ligada à mãe.

Quando comecei a trabalhar foi... muito duro e ademais era como... muito contraditório (...). Eu trabalho em proteção à infância, estou deixando meu filho com seis meses e... mas é

verdade que depois de duas semanas pensei: 'puxa!', você se sente de novo você. (Alana).

Existe uma divisão lá, há divisão. Não sei como explicá-lo... Ou seja, quero estar aqui. Muitas vezes digo, no meu trabalho, há como uma necessidade de ir, por exemplo, a apresentações, né? A estréias de filmes, a... e tudo acontece às 19h, 20h... E eu não vou! Porque... eu gostaria de ir, eh? E não se trata de não poder fazer a logística para isso, mas para eles é um momento importante. Ou seja, não é qualquer coisa eu sair. Lhes custa que eu saia às 20h, ou às 19h (...) Não é que eu decida não ir por eles, mas eu vejo que é um momento importante para eles, então... Ir em uma apresentação, assistir um filme, no cinema... afinal, não compensa. Não se trata de não poder fazê-lo, porque o meu parceiro pode ficar. Mas tem alguma coisa mais forte, não sei como dizer. Eu gostaria de ir, mas agora eles precisam de mim aqui. (Lena).

Neste tema observamos diferentes configurações em torno da criação e de sua inserção no contexto social. O imaginário predominante entre as participantes acerca da maternidade e sobre o trabalho de cuidados responde à ideia de criação com apego, tipo de criação em que a presença da mãe seria muito importante nos primeiros meses ou anos de vida. Nesta representação social, o parceiro divide equitativamente os cuidados, sendo, também, uma parte ativa, mas podendo ocupar funções diferentes às dela, como apoio logístico, atuando como principal provedor ou compartilhando ao máximo possível esses cuidados. A maternidade repercute, ademais, em diferentes esferas da vida das participantes, desde o trabalho social produtivo, podendo abrir outros caminhos de realização, à relação de casal, que fica em segundo plano pelo menos no período de cuidados intensivos da criança, até a mudança de residência, considerada como uma melhor opção para os cuidados das crianças. Por outro lado, é importante assinalar que as participantes não pedem ajuda nos cuidados para ter tempo de lazer, sendo este obtido pela alternância nos cuidados com o parceiro ou combinando o lazer das crianças com o lazer adulto. O tempo de lazer com o parceiro fica, desta forma, muito reduzido e relegado aos momentos em que alguém da família extensa se disponibiliza para cuidar das crianças. Vemos, também, um desejo de compartilhar ou socializar os cuidados, o que é visto como ajuda para os genitores na criação e, também, como algo positivo para as crianças, pela proliferação dos contatos entre elas, e entre as crianças e outros adultos.

5. Temas relacionados com a realização de afazeres domésticos

Neste tema levantaremos questões relativas ao trabalho doméstico. Isto é, se as participantes realizam afazeres domésticos, como é organizado esse trabalho em casa, se existe ajuda para sua realização, qual o tipo de ajuda ou se a ajuda externa mercantilizada é questionada.

5.1. Compreensão do trabalho doméstico

Há controvérsia na interpretação dos afazeres domésticos como um trabalho igualmente social. Algumas participantes entendem que é trabalho por ser uma tarefa cansativa e necessária para a vida diária, mas outras o entendem como uma parte inerente à vida, apesar de ser, sim, uma atividade cotidiana cansativa e obrigatória. Parece que o que se coloca em questão é a compreensão do termo “trabalho”, pois, em função de como este é entendido, pode contemplar ou não os afazeres domésticos, apesar de todas coincidirem, como referido, em considerar estas tarefas obrigatórias e necessárias para o bom andamento da rotina diária, e, nesse sentido, da própria vida em sociedade.

Sim, parece-me um trabalho. Sim, sim. (...) porque supõe uma atividade física e mental tremenda. (Alba).

Sim, sim. É trabalho e é cuidado, mas é trabalho. (...) Para mim, trabalho, é tudo, né? Trabalho é também estar cuidando, também é estar (...) produzindo algo, mas não porque seja produtividade, mas porque você está produzindo um valor com isso (...). Mas lá você vai produzindo cuidados, afetos, ordem, limpeza. E isso, de alguma maneira, poderia se incluir dentro dessa palavra tão ambígua que é trabalho. (Etel).

Os afazeres domésticos são inerentes a viver (...). Não, não, não sei se é um trabalho ou não. É como... faz parte da vida. (Marisa).

Sim. Porque é um tempo de sua vida que... ademais, é como... obrigatório, bom, obrigatório... sim, para uma higiene, né? Do lar (...). Não sei se trabalho seria a palavra, mas é uma obrigação. Se trabalho equivale a obrigação, então é um trabalho, sim. (Violeta).

5.2. Realiza afazeres domésticos

Todas as participantes realizam tarefas domésticas em menor ou maior proporção. O trabalho doméstico vê-se incrementado notavelmente com a maternidade, fazendo com que essa atividade passe a ser muito mais intensa, inclusive, para algumas participantes que, antes de virarem mães, realizavam muitos poucos afazeres domésticos. Algumas participantes, a menor parte, gosta de realizar o trabalho doméstico.

[Você realiza afazeres domésticos?] Sim, constantemente. Desde que entro [em casa] até que vou dormir. Sim, tenho duas filhas! (Alba).

Nunca gostei das coisas domésticas, eh... até que virei mãe, sim. Então é quando, de alguma maneira, me vi obrigada a fazê-las. Falo 'obrigada' entre aspas porque não é uma obrigação, mas sim uma necessidade. (Etel).

Poucos (...) a parte que faço mais é a roupa (...) mas não gosto nada, mas é que eu não gosto de nenhum afazer doméstico (...). Talvez, a cada quinze dias mais ou menos, faço uma faxina geral de pó e coisas mais... né? De varrer a casa, passar pano no chão, organizar... Quer dizer, o meu ponto forte é arrumar a casa. (Sol).

Eu gosto de fazê-los porque são tarefas rotineiras que me ajudam a desconectar (...). Na verdade eu gosto muito. Não é uma coisa que eu diga: 'ah!, que saco! Agora preciso fazer tal coisa!', não (...). Ainda assim, o meu ideal de passar um final de semana não é fazer faxina em casa. (Júlia).

5.3. A participante é a principal responsável pela realização de afazeres domésticos

Quase todas as participantes partilham a realização dos afazeres domésticos com o parceiro, mas, mesmo quando a realização deste trabalho é compartilhada, ela se ergue como a organizadora desse trabalho, a pessoa que realiza as tarefas que saem da rotina ou a que se ocupa do maior volume de trabalho. Normalmente, essa diferença de envolvimento é discutida no seio do casal, visando um equilíbrio, que parece ficar cada vez mais perto com o passar dos anos de relacionamento.

Claro, sim, evidentemente, meu parceiro realiza afazeres domésticos, evidentemente que compartilhamos os afazeres, mas eu sinto que o peso da casa, de alguma forma, é meu. Depois, eu digo para ele: 'você faz isto, isto e isto', e então ele fala: 'ok', mas o peso da casa é de você (...). Não que eu trabalhe mais

horas dentro de casa, mas certamente que dedico muito mais pensamento. Depois é verdade que as tarefas estão completamente compartilhadas. (...) e falo: 'não, claro. Quer dizer, o quê significa isso de que você me ajuda? A limpar a nossa merda? Lavar nossa roupa? Eu não preciso que você me ajude! Preciso que conecte com essa série de coisas que há para fazer! me ajudar! você me ajuda se me escuta em um momento em que estou estressada, se me faz uma massagem nos pés, se...', sabe? (Alana).

*Claro, uma coisa muito curiosa, que com o meu parceiro é um tema de conflito importante... agora ele, porque tem menos trabalho, então é mais fácil negociar. Mas [quando] ele tem trabalho, então se complica muito a questão da negociação. Porque então ele tem trabalho, né? Eu, quando trabalho, continuo a estar na logística do cuidado, né? Continuo atenta a quem vai buscar a criança, quem tal, não sei o que... e também de estar as horas que eu quero estar com elas, né? De procurar esse tempo, né? E se preciso trabalhar à noite, trabalho, né? Mas quando ele trabalha, trabalha. Ponto. (...) **[E como vocês gerem isso?]** como disse antes, é uma fonte de conflito e... falando muito e colocando, cada um, sobre a mesa, as próprias necessidades (...). Eu vejo, da minha parte, ter que lembrar continuamente: 'ei, que o meu tempo também é importante', 'ei, que eu também estou trabalhando e ademais estou fazendo outras coisas' (...) Vai se repetindo. É verdade que cada vez menos, né? Porque também tem um aprendizado e, então, a gente se organiza melhor com o tempo. (Etel).*

Ele faz, sim, e é muito ativo. O conceito de limpeza e ordem é diferente em cada um: ele o faz do jeito dele, eu, do meu. E a gente está bastante bem organizada. Mesmo assim, talvez, para ele é um pouco mais difícil detectar, por exemplo, que faz três meses que ninguém limpa os vidros ou que é preciso limpar a geladeira por dentro... coisas que eu, quando tenho um tempinho tranqüilo em casa, vou fazendo. (Marisa).

Eu, praticamente, me ocupo da casa toda (...) mas não o faço resignada, é um tema de que... foi incorporado desde criança (...). Está tão marcado em mim, celularmente, que às vezes nem penso que possa ser de outra forma (...). [Preciso] me organizar com meu parceiro para eu não me sobrecarregar com tudo e poder dedicar tempo para mim mesma (...). Sempre falo: 'bom, eu posso ficar', 'bom, eu posso me sacrificar', 'bom, eu posso...', né? E então sempre tem uma renúncia da minha parte. (Nara).

Afinal, essa maior dedicação, seja no planejamento, seja na realização, cria na participante sobrecarga pela dupla jornada de trabalho

Tem vezes que me canso muito. Tem vezes que falo: ‘pronto, não posso mais, estou exausta’. Quer dizer, cansada desse esgotamento físico e mental. Quer dizer, tem vezes que sim, que é preciso parar e sentar e falar: ‘olha, lamento muito, mas não posso mais’. Sinto que se eu não me ocupo, ele não o faz! Então isso não pode ser (...). Claro, tenho o apoio dele, mas o apoio dele é: ‘o que você decida’. E... não, eu preciso que se preocupe comigo, né? Que se ocupe comigo. (Alana).

Quanto tive a terceira filha comecei a ver que talvez outra maneira de viver teria que ser possível, porque... eu não me via feliz, ou seja, não o via lógico: passava o dia todo correndo para cumprir uns horários absurdos, para poder chegar para ver minhas filhas, dar banho nelas e adormecê-las para, no dia seguinte, acordá-las de novo e levá-las à escola (...). Então, assim que houve a possibilidade de ir para São Paulo, uma das coisas que, ademais de não poder trabalhar, pensei: ‘bom, agora vou viver a vida um pouco mais devagar. (Júlia).

5.4. Implicação do parceiro na realização dos afazeres domésticos

O grau de compartilhamento na realização dos afazeres domésticos é variável entre os casais, apesar de todos estarem envolvidos com esse trabalho em maior ou menor medida.

Na divisão dos afazeres domésticos, alguns parceiros contam com o privilégio de poder escolher as tarefas que vão ou não fazer, o que poderia ser considerado como um vestígio de um tempo em que o privilégio seria completo e não precisariam se preocupar com esse trabalho. Essa liberdade evidencia que a companheira é a responsável pela realização dos afazeres domésticos e a verdadeira “dona de casa”, ficando, desta forma, com as tarefas mais desagradáveis. No entanto, elas não se opõem a essa escolha, pois, enquanto elas se ocupam da tarefa enfadonha, eles estariam fazendo outro tipo de trabalho. Desta forma, pode se construir um tipo de divisão do trabalho por afinidades, se ela não se importar de se ocupar das tarefas que o outro não quer realizar, ou, então, se o parceiro executa as tarefas que a participante não quer fazer.

*Não, isso de lavar a roupa à mão, não (...). Tem coisas... não, sei, coitado. Ele tenta mas... é que tem coisas que... ou ele não sabe fazê-las, porque (...) **[Então, você não se incomoda por ter que fazer essas coisas?]** Não, não me incomoda. Sabe por quê? Porque enquanto eu estou lavando isso à mão, ele está fazendo outra coisa, né? Ou está com as crianças, o que também acho*

importante, ou fazendo outra coisa em troca. Ou seja, não é isso de: ‘não, como eu estou aqui, você fica no sofá’, não. Sabe? (Sira).

Ele limpa do seu jeito e as coisas que ele quer. Sabe o que quero dizer? Ou seja, tem coisas... ele não vai limpar o pó porque não suporta isso, ele varre do jeito dele e lava o chão do jeito dele. (Teo).

Lhe custa muito menos fazer o trabalho externo do que fazer trabalho interno de casa, porque não está acostumado com isso. (Nara).

Não, não tem havido uma negociação. Não. No dia a dia vão se convertendo em costumes, mas em costumes não negociados nem pactuados. (Alba).

A gente nunca se sentou para falar: ‘vamos a dividir trabalhos!’ (...). Mas normalmente o fato de ele trabalhar em casa também faz com que ele se ocupe mais de todos os assuntos da casa. Geralmente ele se ocupa mais do dia a dia da casa, ainda que, pontualmente, eu possa dedicar, talvez, um dia, né? (Sol).

Este último trecho representa a transposição do papel tradicional do homem para o mundo privado, de forma que, mesmo no espaço doméstico, ele prefere se ocupar das coisas que se situam “fora de casa”, em detrimento das internas.

Muitas das participantes dividem equitativamente a realização dos afazeres domésticos com o parceiro, independentemente da organização e planificação a que nos referimos anteriormente.

De dentro da casa eu acho que não tem nada que ele não faça... de fato, tem coisas que, talvez, ele não faça, mas porque já está repartido. Por exemplo, eu não coloco nunca o lava-louça (...), passo a roupa e ele não o faz porque já o faço eu. (Alana).

Não sei como são os outros homens, mas ele faz muito. Ou seja, não é que ele ajuda, mas ele faz (...). Está muito repartido, sinceramente. Claro, como a cozinha é um tema muito importante e ele faz muito isso, não sei... claro, o que é da faxina da casa talvez me ocupe um pouco mais eu, mas (...) sinto que é equitativo. (Carla).

Tem afazeres que estão um pouco repartidos (...). Por exemplo, eu limpo os banheiros. Ele... não gosta nada de limpar os banheiros, mas limpa a cozinha. Eh... não sei, eu me ocupo da roupa, por exemplo, que ele não gosta nada, mas ele faz, não sei, outras coisas. Ou seja, que tempos algumas coisas repartidas e outras as compartilhamos. (Etel).

A gente se coordena um pouco segundo o feeling do dia. Não está organizado. (Violeta).

Quando a divisão das tarefas é negociada, essa negociação costuma ser constante, isto é, repetem-se no tempo em função da mudança das circunstâncias ou do relaxamento de uma das partes com suas funções

Isso foi entre a gente, sim (...). Quer dizer, todos temos coisas de que gostamos mais ou menos, né? Então, se podemos dividir as tarefas em função dos gostos, então... é menos desagradável. (...) Tem coisas, sim, que são renegociadas ou lembradas ao outro que: 'olha, a gente já tinha combinado isso e... não está se fazendo', né? Mas porque está descumprindo o acordo combinado. (Alana).

Eu tenho mais a coisa médica, por exemplo. Dos médicos, de me encarregar de ligar... ou ligar para a moça que vem fazer faxina, né? E ele mais a parte de bricolagem, logística, compra... né? Mas tem sido repartido de forma natural e, na hora da verdade, nós os dois estamos em uma correria! Quer dizer, que quando um dos dois termina o que está fazendo, ajuda o outro. (Lena).

Quando eu não estou tranquila com isso, chega um momento em que explodo... Então falamos e durante uma temporada... O que acontece é que depois voltamos de novo ao padrão (...). Mas se eu estou bem, ele também se acomoda no seu antigo padrão. (Nara).

A divisão ou compartilhamento equitativo dos afazeres domésticos costuma gerar uma história no casal, uma evolução, no sentido de não terem sido sempre igualmente divididos. No entanto, é por meio de conversações, discussões, outorga de autoridade e outras estratégias que o parceiro (ou parceira, quando ele trabalhava mais em casa) foi entrando no espaço reprodutivo. A questão da renúncia da autoridade no trabalho doméstico vê-se refletida nos relatos que sublinham (como explicitado no início deste subtema) que o parceiro tem outra forma de realizar os afazeres domésticos, que os faz “do jeito dele” e que cada um tem o “seu jeito”. As participantes sublinham o papel que desempenham na gestão dessa diferença, no sentido de deixarem que os parceiros limpem como quiserem, entendendo que, desta forma, de um lado, ela confere espaço para ele entrar livremente no espaço doméstico e, de outro, evita discussões.

Mas bom, eu vou aprendendo a não me zangar. O dia que ele lhes coloca mal a camiseta falo: 'não tem problema'. Porque claro, ele também não sabe, né? Não repara... nessas coisas não reparam! Qual a camiseta que eu comprei, a nova. (Beatriz).

Momentos talvez de irritação, momentos que tivemos que revisar: 'Puxa, eu sinto que sobrecarrego ele', né? Eu tive momentos de sentir que o sobrecarrego muito, né? E dizer para

mim: 'bom, então... mas é que eu também não sei como fazê-lo!' (...) Tive como que rebaixar e fazer autocrítica e fazer, 'bom, se ele faz a compra e não compra o que eu gosto, então... ou vou eu fazer as compras ou me agüento'. (...) Eu acho que aí temos flexibilizado e entendido que a pessoa quando assume a tarefa, a assume e a faz do jeito dela, e ele assumindo responsabilidades, né? Também. E se colocando em um papel mais ativo. (Noelia).

Eu falei: 'não, estou exausta, ou seja, você se ocupa'. Ou seja, ele ficou uma semana baralhado, sabe? Só colocava máquinas de lavar, uma atrás da outra. (Alana).

A maioria dos casais procura compartilhar a realização dos afazeres domésticos. Contudo, isso não sucede com todos os casais. Em outros casos, o parceiro quase não realiza trabalho doméstico. Essa posição não costuma ser bem recebida pela participante, que gostaria de ver no parceiro uma maior implicação. Ademais, essa situação é discutida no relacionamento sem que obtenham resultados favoráveis ao pleno compartilhamento.

Quando ele veio morar comigo, começamos a ter problemas. Porque eu tentava... Quer dizer... passei por várias fases, mas... tentava dividir o trabalho e ele não o fazia porque falava que tinha a sensação de que eu lhe estava dando ordens. Depois tentava não falar o que era para fazer, mas então não fazia nada porque... como eu não tinha falado nada: 'ah, é que não vi', 'ah, é que não sei o quê'. Depois eu dizia: 'bom, você limpa os banheiros e eu limpo a cozinha', 'ah, ok'. Mas claro, eu dizia: 'limpa os banheiros agora' e ele interpretava: 'limpa os banheiros quando você quiser'. (...) depois de 15 anos de casamento, o argumento é sempre o mesmo: ele diz que as coisas que ele faz não as valorizo (...) e me incomoda muito a questão da iniciativa. Não tem iniciativa. (Júlia).

Apesar de ter morado muito tempo sozinho, no momento em que entrei eu, como sou o modelo de mulher eficiente que nos ensinaram a ser, então facilitei as coisas para ele voltar a seu antigo hábito. É o nosso padrão no qual a gente se construiu: ele como homem que traz o dinheiro para casa e faz trabalhos externos e eu como mulher interna (...). E, bom, eu pelo menos quero mudar isso, né? Viver isso em paz. Porque também não vivo em paz. (Nara).

Existe uma noção de que, para fazer as tarefas domésticas, realizá-las bem ou ter a visão do que é preciso executar, é necessário um aprendizado, e que este, além disso, é realizado de forma diferente segundo o sexo. A educação, neste sentido, seria responsabilidade das mães e, quando esta não ensinou o filho a fazer essas tarefas, das

parceiras. Assim, socialmente há uma culpabilização da mulher pela atitude do homem, pois se considera que as mulheres seriam as responsáveis pelo estímulo dado aos homens para que eles participem mais das tarefas domésticas. Não se questiona o fato de que, mesmo sem ter aprendido quando criança, o parceiro poderia adotar uma atitude ativa na responsabilização do cuidado do lar, ademais de empática em relação à parceira, a quem estaria sobrecarregando

Ele (...) desde os 18, rodando pelo mundo... seu quarto não estava perfeito, mas, claro, ele sabe o que é gerir uma casa compartilhando apartamento com amigos e ter que estar tudo mais ou menos bem, né? E então já, desde que fomos morar juntos, ele já tinha isso integrado e eu não. Então ele fazia muito mais antes. Fui eu quem, pouco a pouco, foi ganhando terreno. (Carla).

Ele também vem de uma família onde são dois filhos, onde sua mãe nunca lhes deixou entrar na cozinha, então... quando eu lhe peço alguma coisa, ele o faz. Mas não sai de dentro dele porque nunca o viveu assim, também. (Nara).

Trata-se um pouco também de lhes educar. [Aos homens?] sim, no meu caso. Porque ele vem de uma família na qual estava habituado a não fazer nada e, claro, chegou um dia em que fomos compartilhar piso... mas ele sempre foi muito disposto. (Sira).

E muitas vezes fico com raiva. Simplesmente me dá raiva ter sido educada para fazer a minha cama todo dia, né? E os meus irmãos não, ou que, por exemplo, eu, se queria sair com as minhas amigas, tinha que ajudar a minha mãe primeiro, tinha que limpar... Quer dizer, eu fui educada desse jeito e isso me parece muito machista (...). Penso que realmente é educacional, sabe? Que ele tem a sensibilidade, mas... Então me dá muita raiva. (Violeta).

É importante assinalar que, muitas vezes, a maior implicação do parceiro ou da participante com a realização dos afazeres domésticos se dá com a paternidade/maternidade.

Eu acho que o fato de ter filhas também muda muito, muita... te obriga, quiçá, a fazer coisas que antes você tentaria evitar [como alguns afazeres domésticos]. (Alba).

Sim, coincide com o nascimento de minha primeira filha. Como tinha mais tempo para estar em casa e refletir sobre o tipo de comida que queria oferecer para minha filha, me fez estar mais presente na cozinha. (Carla).

Somente em um relato o parceiro da participante é indicado como principal encarregado pela realização dos afazeres domésticos

O fato de ele trabalhar em casa também faz com que ele se ocupe mais de todos os assuntos da casa. Geralmente ele se ocupa mais do dia a dia da casa, ainda que, pontualmente, eu possa dedicar, talvez, um dia, né? (...) Todo o referente à cozinha é ele a fazer, o banheiro também o limpa ele. E, depois, por exemplo, as camas (...) se empenha muito em varrer e lavar o chão todos os dias ou a cada dois dias (...). Ele sempre me diz: 'olha tudo o que eu faço, olha tudo o que eu faço', e eu falo: 'sim, sim'. Que sim, que ele faz muito! E que eu também! (Sol).

5.5. Contratação de empregadas para a limpeza da casa

Algumas participantes têm ajuda de faxineira para a realização dos afazeres domésticos. Essa ajuda normalmente é de algumas horas, uma vez por semana ou, de forma ainda mais esporádica, quando é preciso um reforço na faxina da casa. É interessante pontuar que a contratação de faxineira se dá para que ela faça o “grosso” da faxina doméstica e, assim, evitar conflitos de casal relacionados com este tema e, também, para que o casal possa desfrutar de mais tempo livre

Temos uma moça que nos ajuda, mas... nada... uma vez a cada quinze dias vem uma mulher, três horas, para fazer todo o tema de faxina a fundo, que foi um acordo de convivência para não termos que nos matar aos finais de semana (...) E a gente mantém a casa no dia a dia. (Alana).

Sim [realizava afazeres domésticos em Barcelona]. Sim, até que um dia falei que se meu marido não se responsabilizava de 50% dos afazeres, então terceirizaríamos, porque eu... se ele não queria ficar no final de semana passando roupa e lavando, né? Fazendo faxina, eu também não. Então, quando chegamos nesse ponto e discutíamos sempre por isso, procuramos uma pessoa para nos ajudar. (Júlia).

Decidimos que viesse alguém nos ajudar. Então, um dia por semana vem uma moça (...), porque senão... chegaria o final de semana e então, em vez de no sábado meu parceiro e eu sairmos com o nosso filho e irmos às compras juntos ou o que fosse, teríamos que dedicar tempo à faxina, pôr máquinas de lavar... que já o fazemos, eh? (Violeta).

A combinação do dia de faxina com a faxineira e, portanto, sua organização, são feitas, às vezes, pela participante, o que não é visto como uma iniquidade com o parceiro.

Eu me ocupo de combinar com a moça, eu tenho uma relação mais fluida com ela e de mais confiança. Então sou eu quem marca a data com ela, eu quem se comunica por whatsapp, eu quem fala o melhor dia para mim, não para meu parceiro. (Lena).

Outras participantes não têm ajuda de faxineira. Isso pode suceder por vários motivos: por uma questão econômica, porque é o casal a dar conta desse trabalho, por um questionamento político ou moral acerca da contratação de faxineira ou porque outras pessoas da família extensa ajudam com esse trabalho.

Depois deixamos de contratar [empregada doméstica] porque eu fiquei sem trabalho e decidimos que economicamente não... o dinheiro que entrava em casa... precisávamos investi-lo em outras necessidades. (Alba).

Mudei bastante a concepção e penso que não... que se posso, vou evitar que alguém entre em casa. (...) [Porque] já podemos geri-lo entre nós os dois agora, entre o meu parceiro e eu, e em alguns anos entre os quatro. (...) não sei, tem havido um 'click', não saberia explicar muito bem as causas, mas não... não queremos pôr... é também todo o questionamento a partir do feminismo (...). Então aí também você entra em muitas contradições, não é? Entre seu pensamento político e depois como atua no dia a dia. Então é verdade que eu pensava muito nisso quando havia uma pessoa que nos ajudava em casa. E não me sentia confortável. (Alba).

Faríamos isso entre a minha tia e eu. Bom, e a minha mãe também, quando vem, também. (Carla).

Ele não quer uma mulher para fazer faxina! (...) quer dizer, é um trabalho digno como qualquer outro, porra! Não... Mas ele diz que não, que cada um tem que limpar a sua própria merda... (Teo).

A representação predominante sobre os afazeres domésticos continua a ser o de uma atividade desagradável, cansativa, obrigatória, tanto para homens como para mulheres. Ainda assim, vemos uma maior abertura para a valorização destes afazeres, que são também vistos de forma positiva por conterem algumas atividades agradáveis e por implicarem o cuidado e bem-estar da família. Além disso, os parceiros estão cada

vez mais envolvidos nesta atividade, mesmo que ainda não em um plano de total igualdade com a companhia.

6. Temas relacionados com a vivência do feminismo

Neste tema abordamos os conceitos sobre feminismo que incorporam as participantes da pesquisa e como o integram na vida diária.

6.1. Noção de feminismo

Algumas participantes identificam feminismo de forma prioritária com o feminismo da igualdade, isto é, da igualdade de direitos entre homens e mulheres

Partindo da base de que o feminismo defende os direitos básicos das mulheres. (Alana).

Lutar pelos direitos da mulher e que esteja em igualdade com os homens, ou seja, que tenha os mesmos direitos... e, bom, tem muitos aspectos, né? Mas... no nível laboral, ser reconhecida igual que eles. (Teo).

[Se considera feminista?] Se feminista se define como igualdade entre homens e mulheres, sim. (Violeta).

No entanto, a maior parte entende o feminismo como uma união entre o feminismo da igualdade e da diferença. É importante sublinhar que na noção de feminismo da maioria das participantes não entram os homens. Concebe-se como uma defesa e luta exclusivamente das mulheres. Os homens se veriam contemplados nas concepções de algumas participantes que entendem o feminismo como um movimento que tenta mudar a estrutura e sistema sociais ou que o concebem como uma luta contra qualquer tipo de desigualdade.

O feminismo... são várias coisas diferentes: a partir de uma teoria liberal, transformadora, de transformação social, que tem como objetivo que nós, as mulheres, possamos viver com dignidade, sem sermos discriminadas, cumprindo os direitos humanos das mulheres. E, de outro lado, é um movimento social onde as ativistas tentam pôr em prática tudo... bom, tudo o que pensamos na teoria. (Alba).

Para mim feminismo é uma cosmovisão, uma teoria e uma prática política e vital do mundo que desafia e questiona o modelo heteropatriarcal em que vivemos e que propõe outra maneira de organizar a sociedade e de nos organizarmos para redistribuir os tempos de trabalho e de cuidados e de vida, né? Para que seja realmente mais igualitário e para que tanto

homens como mulheres possamos ter a opção de fazer e de ser o que quisermos (...). E, sobretudo, um modelo em que o trabalho produtivo não esteja no centro, né? Mas que realmente o que esteja no centro seja a vida e os cuidados (...). E, também, para mim, o feminismo é uma maneira de descolonizar esta sociedade do capitalismo e dessas normas tão rígidas. (Etel).

Para mim é a defesa dos direitos da mulher (...). Se trata de que todos, sejamos mulheres ou homens, tenhamos os mesmos direitos humanos, mas sendo conscientes de que somos diferentes, que nos, as mulheres, gestamos e parimos, e isso é um trabalho imenso não reconhecido nem no nível pessoal nem no laboral nem no social. (Nara).

Para mim, ser feminista é lutar por todos os direitos das mulheres e, especialmente, tentar mudar a estrutura. Lutar contra essa estrutura patriarcal, de submissão, não apenas das mulheres, mas de toda a sociedade e, para mim, o objetivo é esse: mudar a estrutura social. (Sol).

Interessa assinalar como a realização ou não do parto domiciliar não interfere no modo como se entende o feminismo. Porém, são algumas das participantes que realizaram parto domiciliar que criticaram uma ideia de feminismo identificada por elas como a mais comum socialmente: a que excluiria os homens da luta feminista e privilegiaria a ocupação das mulheres do âmbito público. Assim, vemos que convivem noções mais atuais de feminismo com outras representações antigas e negativas sobre o mesmo.

Hoje em dia parece que você é uma mulher feminista se trabalha muito e está pouco em casa. E eu acho que esta ideia é um erro. (...) é necessária, sim, a visibilização da mulher em âmbitos públicos, mas, ao mesmo tempo, a mulher tem que decidir até onde chegar e tem que poder cuidar seus filhos sem pensar que está perdendo o tempo. (Carla).

Defender seu papel [do homem no parto domiciliar], né? Seu papel ativo em um parto. Isto não é feminismo, é uma reivindicação que vai além do que é a defesa da mulher. (Marisa).

6.2. Integração na vida pessoal dos questionamentos de gênero

Não só as participantes escolhidas para ser entrevistadas por se considerarem feministas, mas também algumas outras entrevistadas por terem feito um parto domiciliar construíram uma identidade feminista. A base desta identidade passa por levar à prática as decisões sobre a própria vida e querer que estas sejam respeitadas.

Desde a opção pela dedicação principalmente à criação das crianças, passando pela escolha da defesa da igualdade no relacionamento ou na sociedade e até a postura de uma implicação política e social com a luta feminista através do ativismo ou da procura de uma mudança na estrutura social, várias são formas de envolvimento com as causas de gênero.

Sendo mulher seria muito difícil dizer que não sou feminista. Mas de um conceito... ou seja, eu não estou vinculada a movimento nenhum (...). Há uma luta que tem a ver com cada uma de nós mulheres, né? Ao que estamos dispostas a renunciar, ao que estamos dispostas a não ceder... (Alana).

Existem muitos tipos de feminismo e eu... realmente aposto muito por se... dado que podemos prescindir do meu salário, prefiro ficar com meus filhos (...). Eu não entendo feminismo como uma mulher que faz sucesso profissionalmente, que faz muitos estudos na universidade... mas o entendo mais como estar cuidando das coisas que para mim são importantes, né? Neste caso, são meus filhos. (Carla).

Para mim, ser feminista é lutar pelos direitos das mulheres e, sobretudo, tentar mudar a estrutura. Lutar contra essa estrutura patriarcal, de submissão, não só das mulheres, mas de toda a sociedade. E, para mim, o objetivo é esse: mudar a estrutura social. (Sol).

Na vida pessoal, os questionamentos de gênero vêm-se refletidos em diferentes âmbitos.

Tento que se manifeste em tudo. Às vezes consigo e às vezes não. Mas é a minha intenção. (...) Por exemplo, tento não ter uma pessoa que me ajude em casa, talvez se se tratasse de um homem... (...) [também] na educação de minhas filhas. (Alba).

Tenho visto que o papel tradicional da mulher (ficar em casa e, no meu caso também, amamentar cada um de meus bebês) tem muito sentido biológico. Sou eu quem amamenta e sou eu quem fica. E um sentido emocional (...). Para mim é importante renunciar a uma parte da vida fora do lar para em casa as coisas correrem melhor. É uma renúncia que faço com muito gosto. (Carla).

Tenho uns óculos postos, um para mim, para me revisar continuamente, e agora também com a criação, com minhas filhas, e com todo o entorno (...) de estar intervindo. (Etel).

Reflete-se em minha relação de casal, bom, porque temos podido construir uma relação igualitária, né? Reflete-se em minha opção de parto, reflete-se em minha vida laboral, reflete-se em minhas relações com os iguais... Sim, reflete-se em todos

os âmbitos, em todos os aspetos de minha vida. Inclusive, sim, em relação a mim mesma. Com meu corpo, com minha sexualidade, com a percepção do eu, minha auto-percepção. (Marisa).

Assim, a coerência entre a ideologia e a prática é importante para as participantes e, por isso, é constantemente procurada para se sentirem bem. Isso nos leva, novamente, à noção de *cuidar de si* de Foucault, em que a reflexão e a auto-análise são consideradas formas de cuidar de si e da *arte da existência*

Continuamente você lembra que... porra, que não, sabe? Que... precisa se esforçar! Porque é fácil cair em... voltar a fazer o mesmo que fez sua mãe, que é cuidar de seus filhos, de seu marido (...). Mas bom, se você percebe isso e pode frear... Isso é um impulso evidente, né? 'não vou passar por aí'. (Alana).

Sempre se podem melhorar as coisas, mas vivo bastante como eu gostaria de viver. Ou como eu acho que quero viver, né? Existe pouca distância entre o que eu sinto e o que tenho e o que acho que... não sei, sim. Como uma coerência, sim. (Lena).

Acho que o auto-cuidado tem um componente importante, ao menos para mim, de ser coerente com você mesma e com o que você pensa e acredita. Sobre tudo se estamos falando de mulheres que são feministas ou que são ideologicamente muito posicionadas em algum aspecto. (Sol).

6.3. Conflito entre a identidade feminista e a vivência cotidiana

No entanto, nem sempre é fácil manifestar esses princípios e, no processo, são encontradas muitas resistências tanto no âmbito privado quanto no público, dificuldades e oposições que se vivenciam como uma luta para poder viver coerentemente com os próprios ideais.

Evidentemente, tem muitas coisas que na minha vida se refletem como que não quis seguir o papel tradicional da mulher, né? Mas afinal o peso da família está em mim (...). Eu acho que temos em nosso ADN como que gravado o tema do cuidado, de cuidar de todos, de sermos as responsáveis afinal, né? De toda a dinâmica familiar e da criação e tudo o mais, né? Colocamos outros nomes, saímos fora para trabalhar, dizemos aos nossos maridos que têm que colocar o lava-louças... mas continuamos a dizê-lo. (Alana).

Eu gostaria, adoraria, chegar [em casa] e me deitar no sofá, um dia. Essa seria a autêntica mudança. (Alana).

Por muito feminista que você seja, por muito que você tenha integrado na sua cabeça... levá-lo à prática de maneira total é complicado quando você mora... se seu parceiro é homem. Eu acho que não é fácil. Tem muitos momentos de conflito, sim, de conflitos pequenos, né? Como ficar alerta: 'olha, não, isso não', 'olha, isso você que faz'. (Alba).

A dissonância entre a ideologia e a prática pode não ser evidente de forma imediata, mas sim com o passar do tempo, sendo sentida ou vivenciada de uma forma encoberta.

Eu posso dizer que minha vida está muito organizada, muito controlada, que tenho meus espaços para me cuidar... e que na minha casa meu marido e eu compartilhamos os afazeres. Porque é verdade! Não estou mentindo! Porque não estou mentindo. Mas eu sinto, no fundo sinto que eu tenho um peso muito maior. Como eu disse, o dia que entre pela porta de casa e seja capaz de me deitar no sofá sem mais, como ele faz muitas vezes, esse dia teremos atingido algo como... (Alana).

As dificuldades para pôr em prática a ideologia feminista não aparecem apenas na contraposição ao espaço público, mas também consigo mesma.

Então aí também você entra em muitas contradições, não é? Entre seu pensamento político e depois como atua no dia a dia. Então é verdade que eu pensava muito nisso quando havia uma pessoa que nos ajudava em casa. E não me sentia confortável. (Alba).

No nível privado tenho uma dualidade muito forte porque... identifico que estou muito sensibilizada com os micromachismos, né? E os vivo muito de perto com o meu marido. Não que ele o faça de propósito, mas porque ele foi educado desse jeito. E isso me dói muito. (...) o fato de me dizer: 'mas você está vendo com quem está morando? Que você achava que tinha um parceiro do lado que não via em você uma mulher, mas que, no fundo, sim'. E como essas, muitas coisas. Mas bom, eu não calo, né? (Júlia).

Tem partes que não me incomodam, porque eu adoro cozinhar. Então... nenhum problema. Mas se preciso fazer exercício, quero ser capaz, também, de procurar esse espaço para mim. E se preciso de dez minutos de leitura, quero ser capaz de pedi-los. (...) Então, só o fato de pensá-lo, já o faço. O difícil é ser consciente do que eu quero! (Nara).

6.4. Ideal de mulher adulta quando crianças

Com esta pergunta pretendíamos conhecer o tipo de mulheres que as participantes imaginavam ser quando fossem adultas, com o fim de indagar o imaginário mais presente sobre o “ser mulher” quando elas eram crianças. Observamos, com as respostas, que a questão do trabalho feminino não era questionada, sendo vivido como algo já dado ou que não era incompatível com ter crianças e viver a maternidade. Não tão evidente era o fato de se casar ou conviver com um parceiro. Esse imaginário de crianças denota as transformações sociais por que passa a sociedade e, concretamente, a situação das mulheres, influenciada pelo feminismo

Na minha época as mulheres já trabalhavam e... já de criança estava posto que eu fosse estudar e trabalhar. Não sei se alguma vez conectei com o desejo ou era imposto, isso não sei (...). Casar e ter filhos, isso sim eu tinha muita vontade e pensava nisso com alegria. (Beatriz).

Eu me via com filhos e me via trabalhando... me via que podia com tudo. Ou seja, não me via triunfando no sentido de ser muito importante e ganhar muito dinheiro, mas sim me via realizada, isso o dava por garantido. (Júlia).

Não imaginava que teria renunciado a trabalhar para me dedicar mais aos cuidados dos filhos. (Marisa).

Tinha certeza que queria ter filhos, porque é uma coisa da que sempre tive clareza, e trabalhar também, porque venho de um modelo de uma mãe que trabalhou sempre e eu acho que é algo inquestionável (...) E casada ou não... Bom, sim. Mas também com a abertura de... claro, o fato de vir de uma família de pais divorciados, é como que a imagem não é tão fechada. (Noelia).

6.5. Construção da identidade do casal

Nessa construção da identidade feminista e nessa procura de coerência entre a ideologia e a prática é interessante ver como é construído o relacionamento da participante com seu parceiro. Em certas ocasiões, tratam-se de relações formalmente igualitárias, mas que, em um nível mais profundo, a mulher aparece com um maior peso da organização da casa, sem poder escapar da tradicional divisão de papéis entre gêneros. Antes, esse peso tinha a ver com os afazeres domésticos, hoje é principalmente com a organização do trabalho de cuidados e doméstico. Outro aspecto da identidade do

casal passa pela conservação ou não de um espaço de individualidade pessoal em relação à família

Você está, sim, com alguém que a respeita, que respeita seus espaços, que a admira... né? Que estão em um plano de igualdade no nível relacional, que... mas, afinal, tem toda uma parte de organização doméstica e organização familiar que fica comigo (Alana).

Apesar de ter morado muito tempo sozinho, no momento em que entrei eu, como sou o modelo de mulher eficiente que nos ensinaram a ser, então facilitei as coisas para ele voltar a seu antigo hábito. É o nosso padrão no qual a gente se construiu: ele, como homem que traz o dinheiro para casa e faz trabalhos externos, e eu como mulher interna (...) E bom, eu pelo menos quero mudar isso, né? Viver isso em paz. Porque também não vivo isso com tranquilidade. (Nara).

Somos uma família, ou seja, somos um casal, somos um todo, mas somos também a soma de duas partes. Cada um mantém a sua individualidade... há como que muito respeito nessa parte, né? Não no sentido negativo, mas sim positivo (Noelia).

6.6. Usos do tempo diferentes entre os homens e as mulheres

Todas as participantes assinalam que existem diferenças, a nível geral, nos usos do tempo entre os homens e as mulheres. De fato, como afirma Moreno (2009, p. 200),

a emancipação como porta de entrada no mundo adulto representa a abertura da brecha de gênero entre as gerações de jovens atuais. Uma brecha que se reforça com a chegada das crianças no interior do casal, tanto pelo incremento material do volume de trabalho que acarreta o cuidado, como pela atribuição social de responsabilidades que acompanha o trabalho de cuidados.

Tal fissura é evidenciada nos relatos. Mesmo que algumas participantes possam ter superado muitas dessas diferenças com seus parceiros, reconhecem que, considerando a sociedade no geral, há padrões evidentes que apontam para o privilégio das necessidades individuais nos homens e para o sacrifício das mulheres a favor das necessidades coletivas:

Eu acho que as mulheres estão muito mais dedicadas ao cuidado dos outros e menos ao autocuidado, e os homens estão mais para o autocuidado e menos para o cuidado dos outros. E tem aí uma diferença muito grande, e isso vivencio todos os dias, inclusive nos espaços feministas, inclusive como feminista,

também me acontece (...). E é... bom, não sei se é um mito, para mim é uma realidade, a questão do multitasking, né? (Etel).

Observo que, no geral, o homem trabalha mais tempo, no geral, continua trazendo mais dinheiro (...). Continua trazendo mais dinheiro e está menos em casa se ocupando das crianças e dos afazeres domésticos. Inclusive no meu ambiente, que eu me considero de uma geração que compreendemos que todos somos iguais e que queremos participar todos da mesma maneira e tal, eu quase não conheço ninguém que o tenha dividido a 50% (...) Tanto não mudou a distribuição do tempo, do meu ponto de vista. (Lena).

Acho que no momento em que tem família, sim. Antes, acho que depende de cada um, mas no momento em que tem família, há sim muita diferença. Sim, porque mentalmente penso que a mulher, no momento de ser mãe, o seu cérebro sabe que nunca mais estará sozinha, que sempre vai ter prole (...). E o homem, pelo contrário, penso que vive isso como um filme. O vê de fora, ele sempre continua a estar sozinho, não se dividiu em dois, não... Então, na medida em que ele se mostre empático ou conecte... pode integrá-lo mais. Mas penso que, mentalmente, a sua mente continua a pensar no individual, e que tem que fazer um esforço para pensar no coletivo. (Susana).

Podemos concluir que, na vivência do feminismo, é muito importante, para as participantes, a coerência entre a ideologia e a prática. Há, neste sentido, uma procura para ver os questionamentos de gênero plasmados nas diferentes esferas da vida que se refletem, não sem esforço, nos âmbitos laboral, de relacionamento do casal, dos cuidados pessoais, da educação das crianças ou do ativismo social.

7. Tema relacionado com a procura do equilíbrio entre os diferentes tempos da vida

A maternidade produz uma mudança abrupta nos tempos das mulheres, pela introdução, se não se tinha feito antes, de um tempo dedicado aos cuidados dos outros. Antes de serem mães, as participantes dedicavam seus tempos principalmente ao trabalho e ao lazer. Após a maternidade, o tempo de lazer é absorvido pelo tempo de cuidados e as participantes põem limites às horas de trabalho para estas não invadirem os outros espaços pessoais.

Tem uma parte de criação que tem ocupado... tem invadido [os outros tempos] (...) a criação ocupa 80% de seu tempo! E mais nos primeiros anos. (Alana).

Morando sozinha era muito fácil encontrar espaços de autocuidado, porque havia muito silêncio ao redor, no sentido

de que não... Sempre, bom, ambiente tranquilo. Então, espaços de leitura, espaços de baile, espaços de partilha com amigos, era muito fácil encontrá-los (...). O fato de morar com meu parceiro implicou, também, uma redução em algum sentido, mas não... Principalmente foi a maternidade que implicou a dificuldade de procurar esse equilíbrio. (Nara).

Mudaram meus tempos, sem dúvida alguma. Essa é a primeira, quer dizer... não tanto em nível de discurso, nem do que eu penso, nem do que faço concretamente, mas os tempos sim. Os tempos... nada a ver. Claro, para mim, antes de ter minha filha, eu não tinha horários e, ademais, este trabalho, não tinha horários, portanto eu o fazia quando queria. (Sol).

Se bem que seja verdade que o tempo de cuidados invade os outros tempos, nas participantes há uma procura incessante de equilíbrio entre os diferentes tempos que compõem a vida para, assim, conquistarem uma maior qualidade de vida.

É uma divisão tripla. Encontrar o equilíbrio entre a minha vontade maternal porque... eu gosto, é algo importante, é um desafio, é um desafio a criação e é um desafio imenso e magnífico; entre a minha faceta profissional, que adoro e é uma das coisas que quero fazer, também, e a minha faceta pessoal de Nara, gosto de montanha, gosto de nadar, gosto de fazer coisas com o meu marido e... então, o equilíbrio dessas três coisas, bom, e minha faceta de casal, claro, seriam quatro, né? Como ir encontrando o equilíbrio entre isso todo? Então, ir priorizando (...) Prioridade número um, a minha filha (...), depois, eu, dentro desse equilíbrio, no nível profissional, ainda que faça menos horas do que outras companheiras, preciso estar (...). Sim, é complexo, constante equilíbrio. (Nara).

Eu vou aos trancos e barrancos. Ou seja, tenho um trabalho muito forte, então deixo todas as outras coisas... O único que tento resgatar é o meu filho, a quem no final de semana abraço muito, quando chego em casa lhe dou banho e o coloco para dormir... ou... quando a quantidade de trabalho diminui, então faço muito exercício para recuperar... Não há uma estabilidade (...) Eu não sei, mas sinto que às vezes não chego, se faço exercício e me dedico a mim, é porque tenho pouco trabalho. Se tenho muito trabalho, 40 horas, não posso me cuidar. (Teo).

A busca de equilíbrio entre os diferentes tempos que compõem a vida é perene dada a quantidade de atividades que têm de caber em um tempo finito. Nesse contexto, continua a ocupar um espaço privilegiado o trabalho social produtivo, pois é um tempo que, quando aparece, tem a capacidade de expulsar os outros e fazê-los girar em sua órbita que, por sua vez, é externamente organizada. Por isso, o desejo expressado pelas participantes de reduzir ou flexibilizar as horas de trabalho social produtivo seria uma

solução ótima para equilibrar os diferentes tempos de vida de forma coerente e, assim, fomentar a qualidade de vida.

À guisa de conclusão: representações sociais e feminismo nas participantes de Barcelona

Levando em conta os relatos, observamos como as participantes se aproximam ligeiramente mais do feminismo da diferença, no que diz respeito ao cuidado das crianças quando estas são pequenas, e ao feminismo da igualdade nos restantes aspectos da vida. Assim, apontam para uma noção de feminismo que integra as duas vertentes anteriores e, também, para uma noção que poderíamos chamar de “humanista”, por considerarem que o feminismo deve incidir sobre qualquer tipo de discriminação ou lutar para a mudança da estrutura social capitalista baseada na categorização e hierarquia das atribuições de gênero.

Relativamente à identidade feminista, vemos como as participantes tentam ser coerentes na prática diária com a noção de feminismo assumida. Elas se posicionam como defensoras da igualdade entre homens e mulheres, reconhecendo as singularidades, e defendem sua posição ativamente nas ocasiões necessárias. A identidade feminista manifesta-se em diferentes esferas da vida das entrevistadas. O respeito às próprias necessidades, incluindo o tempo de lazer, é representado como autocuidado, atitude propiciada pelo movimento feminista. As noções de feminismo e autocuidado dão a mão quando a mulher escolhe e reivindica o bom atendimento.

Não há grande diferença entre as participantes quanto ao desejo de compatibilizar o trabalho social produtivo com o trabalho de cuidados. Elas adaptam, na medida do possível, o trabalho social produtivo à maternidade, colocando limites ao primeiro, para que não se reduza o tempo de cuidados; ou, então, mudam de trabalho ou até mesmo de área.

A representação social mais reiterada sobre a paternidade refere-se à presença do pai no cuidado da criança, quando esta ainda é pequena, porém, “de uma forma diferente” à da mãe. Isso evidencia a percepção de identidades masculinas e femininas distintas. As atribuições dos parceiros podem estar mais ligadas ao apoio logístico e à proteção do vínculo mãe/criança, para que este não seja perturbado.

No que tange às representações sociais sobre a masculinidade, aparecem dois modelos: a tradicional, em que o homem continua a se dedicar ao trabalho e ao lazer, e

uma mais atual, referente ao homem cuidador, aquele que teria incorporado algumas das características tradicionalmente femininas e que seria a “preferida” pelas participantes. Essa identidade masculina é atingida, muitas vezes, com muito esforço do casal, a partir de discussões e de reivindicações por parte da mulher, que seria o principal motor da mudança.

A apropriação dessa identidade masculina por parte do parceiro, a consolidação de um relacionamento equitativo e a harmonização do trabalho social produtivo e reprodutivo seriam algumas das ações que repercutiriam no bem-estar da participante, pois demonstraria coerência entre os ideais e a prática diária e lhe permitiria não viver sobrecarregada, afetando-lhe positivamente a saúde.

Representações sociais na prática feminista. Duas cidades em questão.

A seguir analisaremos comparativamente os resultados obtidos para as participantes de São Paulo e de Barcelona. Apesar de serem contextos diversos, que preservam algumas convergências, na medida em que são duas grandes metrópoles com influência da cultura ibérica, o modo como a seleção do grupo de interesse foi feita também facilita a comparação. Assim, ainda que o leque de idade das participantes seja mais amplo para as participantes brasileiras, a média das idades e a idade mais frequente não diferem muito quando comparadas com as espanholas: a média de idade é de 39 para as participantes de Barcelona e 40 para as participantes de São Paulo; quanto à idade mais frequente, nos dois casos é 39 anos. De todos os modos, mais do que a idade das participantes, interessa-nos conhecer a vivência delas como simpatizantes do feminismo e o impacto desta experiência em suas vidas, não sendo importante, neste sentido, a diferença de idades entre elas.

Importa assinalar que os subtemas que aparecem como relevantes em um contexto e no outro não sempre coincidem, pois, como já alertamos, no curso das entrevistas alguns elementos ou contornos não propostos pela pesquisadora emergiram como relevantes em uma situação e não se manifestaram na outra.

A atenção à saúde

“Tanto o parto quanto a escola onde levo meu filho, como as horas que eu lhe dedico, como as horas que trato de dedicar para mim, como... não sei, né? (...) Tudo forma parte da mesma tentativa, não é? De ficar um pouco perto do que a gente sente e do que a gente quer, que nem sempre é fácil, né? De nos ouvirmos, de tratarmos de nos respeitar, de tratarmos de nos autorizar... e para mim isso é se cuidar” (Lena).

Nos dois contextos há uma representação social similar do autocuidado. Esta representação é ampla e inclui cuidado físico, mental e espiritual, abrangendo diferentes atividades que proporcionam bem-estar nesses campos. Uma noção de autocuidado que integra aspetos estéticos está mais presente em São Paulo, enquanto, entre as participantes de Barcelona, aparece mais frequentemente um enfoque auto-reflexivo.

Há coincidência em considerar o período de criação da criança pequena como de especial dificuldade para o autocuidado, pois o cuidado de um bebê se caracteriza pela priorização de suas necessidades, que se juntam ao já priorizado tempo dedicado ao trabalho social produtivo. Existe uma maior polarização entre as participantes de São Paulo em relação ao autocuidado, pois, segundo os relatos, os diferentes recursos de que dispõem vão modular o acesso ao tempo de autocuidado, fazendo uma grande diferença no desfrute de um tempo para si e para poder cuidar de si. Esses recursos são principalmente a ajuda de familiares e amigos e recursos econômicos. As dificuldades encontradas para cuidar de si conversam com a literatura, pois, tal como assinalam Barkin e Wisner (2013), e como apontamos no primeiro capítulo, as principais barreiras para a prática do cuidado de si das mulheres com filhos são o tempo, o dinheiro, o apoio social e a dificuldade em aceitar ajuda dos outros. Por isso, nos dois lugares, quando é encontrado um tempo na rotina diária que pode ser destinado ao autocuidado, este é muito protegido.

Todas as participantes da pesquisa combinam a medicina biomédica, usada principalmente para o atendimento ginecológico de rotina, e quando há problemas mais graves de saúde, com a medicina alternativa (osteopatia e homeopatia). Porém, há uma maior crítica à medicina biomédica efetuada pelas participantes de Barcelona, por muito que não recusem esse tipo de atendimento quando dele necessitam. A combinação dos dois tipos de medicina responde à procura de um atendimento integral e à representação da medicina alternativa como aquela que considera a individualidade da usuária e aquela que é menos agressiva para o corpo e que, por tudo isso, mais facilmente se integra no dia a dia e, desse modo, é usada como preventiva.

Importa também evidenciar as diferentes representações que prevalecem sobre os serviços à saúde prestados pelo setor público entre as participantes dos dois contextos. Em São Paulo, a representação central seria negativa, pois o atendimento público de saúde é considerado deficiente. Essa representação instituída é resistente, pois, mesmo após terem tido experiências positivas no atendimento público, as participantes não mudam a representação social dominante. Quando não possuem uma experiência prévia no setor público, as participantes preferem também aderir um plano de saúde, convencidas pela representação social imperante. Em Barcelona, por sua vez, há críticas ao atendimento recebido e, às vezes, ao modelo de saúde proposto no setor público, mas, quando precisam recorrer à medicina biomédica, as participantes utilizam o atendimento público. Assim, a representação social instituída é positiva. Mesmo tendo, eventualmente, experiências negativas, prevalece a confiança nesse atendimento. Quando as participantes de Barcelona procuram o setor privado de saúde, fazem-no sobretudo para ter acesso a um tipo de medicina alternativa que não seria oferecido pelo setor público.

Quanto à escolha do tipo de parto, observamos que ela é entendida pelas participantes como um cuidado consigo mesmas. As participantes que fizeram parto domiciliar procuraram esse serviço como uma forma de cuidar de si, visando um atendimento individualizado que leve em linha de conta as próprias necessidades de saúde, e no qual se sintam seguras para poder, também, dirigir o próprio parto. Além disso, essa escolha é favorecida por informações, negativas no entender da participante, acerca do atendimento ao parto nos hospitais públicos, quer seja pela própria experiência quer seja por relatos de terceiros.

O lazer

“Acho que isso cuida de mim, porque isso... eu acho que me dá uma individualidade” (Mila).

Neste tema não se observam diferenças significativas entre as participantes das duas cidades. Desfrutar de um tempo de lazer sozinha é prazeroso por constituir um espaço de individualidade, no qual a participante é sujeito e pode se priorizar em detrimento das demandas da casa, dos cuidados dos outros e do trabalho social produtivo, dedicando uma margem ao próprio bem-estar. Forma parte, por isso, e para

todas as participantes, do autocuidado, pois, ao permitir o espairecimento e o descanso da rotina, fomenta a qualidade de vida.

Tanto em São Paulo quanto em Barcelona, o tempo de lazer vê-se notavelmente reduzido durante o tempo de cuidado de crianças pequenas, mas esta diminuição não responde apenas à falta de tempo em si, mas também à falta de disposição pessoal, que também é menor devido ao cansaço gerado por uma rotina apressada e pela dificuldade em se priorizar sobre o tempo conjunto com as crianças e com o parceiro. No entanto, nos dois contextos, a criação é representada como algo menos absorvente com o passar do tempo, o que permitiria deixar tempo livre para si com o crescimento das crianças.

Se bem que seja verdade, para todas as participantes, que o período vital de cuidados de crianças pequenas é especialmente desprovido de tempo de lazer, a maioria das participantes organiza diferentes arranjos para proporcionar, para si mesmas, este tempo. Vimos como, entre as participantes de São Paulo, são decisivos os recursos disponíveis – financeiros e de apoio social – enquanto que para as participantes de Barcelona serão decisivas as alternâncias com o parceiro nos cuidados das crianças e a combinação do lazer adulto com o lazer infantil. O lazer familiar adquire muito espaço neste período da vida, sendo representado como um espaço em que confluem o lazer e o trabalho de cuidados. Por isso, este tempo não é prazeroso para todas as entrevistadas, já que ele não possibilita a saída do espaço da responsabilidade sobre os outros.

O trabalho social produtivo

“Acho que o trabalho também me traz uma coisa... assim... de autoestima profissional e pessoal também, de estar crescendo cada vez mais, sendo reconhecida na minha profissão” (Penha).

Quando apreciado pelas participantes, o trabalho social produtivo é representado, para as entrevistas das duas cidades, como um lugar de realização pessoal, de autonomia, de independência e atuação no mundo. Todavia, esses benefícios, quando não provêm do trabalho remunerado, poderiam ser conquistados, também, através de outras atividades não remuneradas.

Também nos dois contextos elas flexibilizam mais o trabalho social produtivo do que seus parceiros, mesmo trabalhando em regime de tempo completo (sendo cinco em São Paulo e seis em Barcelona). Nenhuma participante de São Paulo relata ser ela a

ganhar maior salário do que o parceiro, o que acontece entre as participantes de Barcelona. No entanto, o fato de ser a participante a contribuir com o maior salário para o sustento familiar, ou a dedicar mais tempo ao trabalho social produtivo, não retira dela a sobrecarga com o trabalho reprodutivo – o que acontece ao contrário –, continuando a formar parte na divisão da rotina diária na mesma medida do que o parceiro, ou mesmo mais. Somente em um caso (Sol, de Barcelona) a participante trabalha bem menos no espaço doméstico do que o parceiro, por ela trabalhar socialmente fora de casa e o parceiro trabalhar dentro. Assim, vemos como a representação tradicional acerca das atribuições de gênero resiste à mudança, pois mesmo em um grupo selecionado por veicular representações sociais relativas ao gênero diferentes das tradicionais, a prática altera-se lentamente.

Igualmente nos dois contextos as entrevistadas coincidem no desejo de conseguir lugares similares na sociedade, com predominância da transformação social e da dedicação à criação, e com o reconhecimento social desse labor. Todas visam ocupar os dois espaços, o social produtivo e o reprodutivo, mas, como vimos, há variação na quantidade de horas que cada uma gostaria destinar a cada atividade. Por isso, não há uma uniformização nas horas, mas sim no que diz respeito ao desejo de poder compatibilizar melhor a presença nos dois lugares.

Os efeitos da maternidade no trabalho social produtivo para as participantes das duas cidades também são similares. Tanto em São Paulo quanto em Barcelona as participantes flexibilizam esse trabalho ou reduzem o tempo a ele dedicado, colocam limites à atividade produtiva, fomentam a eficácia nesse trabalho para não ultrapassar as horas necessárias e, em certas ocasiões, a experiência da maternidade acaba constituindo um apoio e uma força para mudar de campo de trabalho e, assim, atuar em algo mais próximo aos novos interesses.

A maternidade e o trabalho de cuidados

“De repente, para você o mundo para... porque você vê lá seu bebê, o mundo continua, né? Todo o mundo continua... mas você parou para... começar outra coisa e... e seu dia a dia é muito distinto e está muito focado nos cuidados, né? Então... e você tem muitas dúvidas e está cansada e você não sabe se está fazendo bem ou não, ou gostaria de compartilhar isso para ver como as outras mães fazem” (Violeta).

Observamos como existe uma grande diferença entre Barcelona e São Paulo no planejamento da maternidade. Se em São Paulo aproximadamente a metade das crianças é planejada e a outra metade não, em Barcelona quase todas são planejadas. Essa previsão é acompanhada de reflexões sobre a própria vida e conversações com o parceiro acerca do desejo e do momento de ter crianças.

Quanto à forma de maternagem, as participantes dos dois contextos se situam em um contínuo entre criação com apego e o fomento da autonomia de mãe e de criança. A maternidade é vivenciada como um acontecimento que pode provocar sentimentos de solidão e que impacta na existência das participantes, na medida em que, influenciando todas as esferas da mesma, pode até levar, em alguns casos, a uma mudança integral de tipo de vida para poder se ocupar melhor da criação. A solidão do trabalho de cuidados, a perda do espaço próprio que implica a suspensão do trabalho social produtivo e o fato de não saber se está cuidando bem da criança faz com que esses primeiros meses de cuidados, correspondentes à licença maternidade, mesmo que tenha sido escolhida, sejam tempos difíceis para as participantes.

Um argumento muito presente nos dois contextos é a importância do apoio social nos primeiros anos de criação, devido à solidão que acompanha essa experiência. O apoio social vem de familiares, principalmente da avó materna ou de outras pessoas da família extensa, de babás e de redes de apoio formadas por outras famílias. Neste ponto, são as participantes de São Paulo, e não os parceiros, que criam e participam nas redes de apoio formadas por outras mães. Já em Barcelona, as redes são formadas por famílias e nelas participa também o parceiro. Há, nos dois espaços, dificuldade em pedir ajuda a terceiros para que estes fiquem com as crianças e o casal, assim, possa ter algum tempo de lazer, mas é uma questão que começa a ser tratada e questionada nos dois ambientes. Em São Paulo, o fato de ter ajuda de babá com a criação facilitaria o desfrute de um tempo de lazer por parte da participante, pois propiciaria um período de tempo, mesmo que curto, a ser vivido com menos culpa do que outro tipo, como, por exemplo, o que resulta se a criança é deixada ao cargo de um familiar. Observamos como os dados gerados na pesquisa conversam com a literatura (Rio, 2004; Marcondes, 2014) referida às estratégias usadas por mulheres para responder à necessidade de cuidados.

A terceirização da criação é uma questão tratada de forma diferente nos dois contextos. Se as participantes de Barcelona quase não usam o recurso da babá para ter

uma ajuda na criação, e a terceirização pode ser inclusive mal vista, as participantes de São Paulo têm na contratação de babá um recurso recorrente e são poucas as participantes que não contam com esse tipo de ajuda. Ainda assim, também no contexto paulistano é questionada essa ajuda externa paga, mesmo quando algumas das participantes não podem fugir dessa opção na construção de uma rotina funcional. Isso se deve à ausência de outros apoios e, também, aos horários escolares, que são mais reduzidos do que em Barcelona.

Há diferentes graus de envolvimento do parceiro no trabalho de cuidados, mas ainda é forte o imaginário de que a mulher é a principal responsável por esse trabalho. Para fomentar a participação do parceiro na rotina de cuidados, as participantes colocam-se em situação de renunciar à autoridade nesta parcela para permitir que o parceiro exerça a paternidade como ele acredita e sabe. Por outro lado, uma diferença entre as duas cidades chama a atenção: em Barcelona, ainda que na prática o parceiro seja responsável pelos cuidados das crianças na mesma medida das participantes, essa divisão não é equivalente na planificação dos cuidados, já que esta fica sob a alçada fundamentalmente das mulheres. Isto é assinalado e falado espontaneamente pelas participantes, o que não acontece entre as de São Paulo; só quando questionadas a respeito.

Há coincidência na consideração da criação ideal: pensa-se em uma criação comunitária ou ‘em tribo’, que ajudaria a evitar a solidão que caracteriza este momento da vida. Em São Paulo, ademais, é considerada, nessa criação ideal, a presença e o envolvimento dos dois genitores e a educação em igualdade de gênero. Quanto ao papel do Estado para facilitar a criação, sublinha-se de forma parecida nas duas cidades a importância do aumento das licenças-maternidade e paternidade. Em Barcelona, além disso, assinala-se a flexibilização dos horários laborais, a redução desses horários para todos os trabalhadores (as), as ajudas econômicas e a criação de campanhas para valorizar a maternidade. Em São Paulo, por sua vez, é apontada a criação de creches, o fomento de lavanderias públicas, a liberação da educação a partir de casa, a ampliação dos horários das escolas e o incentivo de atividades culturais de qualidade para as crianças. Essas diferentes demandas apontam para as diferentes necessidades e realidades nos dois contextos.

Indica-se, também entre as participantes das duas cidades, uma intromissão pública no papel maternal quando se questionam as decisões tomadas, assim como surgem experiências de mau trato no trabalho social produtivo, evidenciado através de demissões ou pressões para a participante sair do trabalho quando se torna mãe; ou, finalmente, em comentários que representam a mulher-mãe como uma trabalhadora incompetente.

O trabalho doméstico

“Sim, sim. É trabalho e é cuidado, mas é trabalho. (...) você vai produzindo cuidados, afetos, ordem, limpeza. E isso, de alguma maneira, poderia se incluir dentro dessa palavra tão ambígua que é trabalho”
(Etel).

Os afazeres domésticos são descritos majoritariamente, nos dois contextos, como cansativos, invisíveis, obrigatórios e repetitivos e, por isso, são compreendidos como trabalho por quase todas as participantes. Porém, algumas poucas participantes (três em Barcelona e uma em São Paulo) não o compreenderiam como trabalho, mas como uma atividade inerente à vida, apesar de ser representado da mesma maneira que as outras participantes e também não gostarem de realizá-lo.

O trabalho doméstico se vê notavelmente incrementado com a maternidade e, também, a necessidade de se ocupar dele – não só pela maior quantidade de coisas a serem feitas, mas pela necessidade de estar em um espaço limpo quando há crianças pequenas em casa. Todas as participantes de Barcelona realizam afazeres domésticos e, por muito que os parceiros participem em maior ou menor medida, compete a elas a planificação do trabalho doméstico. Por isso, é sentido como uma carga, e torna-se frequentemente motor de discussão com o parceiro. Entre as participantes de São Paulo, quase todas realizam afazeres domésticos. Apenas três não o fazem, por terem contratado empregada doméstica. Contudo ainda que não realizem, acabam se ocupando da organização do trabalho das empregadas domésticas em maior medida do que o parceiro. Uma diferença significativa entre os dois lugares é que, em São Paulo, as participantes têm muito mais naturalizada a ajuda de empregada doméstica para trabalhar em casa, sendo este recurso usado várias vezes por semana, ou mesmo de segunda a sexta feira. Em Barcelona, pelo contrário, é muito menos comum terem ajuda de empregada doméstica e, quando existe algum tipo de apoio externo, é de algumas

horas, uma vez por semana ou a cada duas semanas. Assim, quase todas as participantes (menos duas de Barcelona) carregam o peso da organização do trabalho doméstico, seja para orientar à empregada no que precisa ser feito, seja para dizê-lo ao parceiro. Com a diferença de que as participantes de Barcelona discutiriam mais frequentemente com o parceiro acerca dessa carga suplementar que supõem a organização e a planificação do trabalho.

Quando o parceiro está pouco implicado com este trabalho, a maioria das participantes usa estratégias para introduzi-lo nesse espaço doméstico, entre as que se destacam as discussões, ou mesmo brigas, e a concessão de autoridade dentro do espaço reprodutivo. Entre as participantes de Barcelona, duas relatam que seus parceiros estão pouco envolvidos com os afazeres domésticos. Quanto as de São Paulo, seriam quatro. Nestes casos, as brigas, discussões e conversações sobre feminismo não teriam tido efeito, ou este teria sido só temporal, voltando aos hábitos construídos rapidamente. Apenas uma participante, de São Paulo, relata não poder se posicionar e reivindicar o maior envolvimento do parceiro. As negociações para a realização dos afazeres domésticos são contínuas ao longo do relacionamento, se bem que também seja verdade que há parceiros que não entram na divisão dos afazeres apesar das solicitações das participantes. Às vezes, ainda, essa negociação ou repartição dos afazeres é feita seguindo as afinidades de cada um ou, também, o parceiro escolhe o que ele prefere fazer, exercendo, assim, o privilégio como condição da participação no trabalho doméstico. Isso também pode ser lido de outro ângulo: constitui, para a participante, uma estratégia a mais para inserir o parceiro nesse espaço de forma menos contestada. Apenas uma participante, em Barcelona, refere realizar menos afazeres domésticos do que o parceiro visto que ela trabalha socialmente fora de casa e o parceiro em casa. Por outro lado, é interessante assinalar que um dos efeitos da maternidade e da paternidade sobre este tipo de trabalho é o maior envolvimento do casal na sua realização.

Verifica-se, assim, uma heterogeneidade nas representações sociais sobre este tipo de trabalho e a sua realização. De um lado, vemos como em São Paulo convivem uma representação social mais tradicional, em que a mulher é a encarregada de fazer este tipo de trabalho, com outra mais moderna, em que prima o compartilhamento desta atividade com o parceiro, assim como o questionamento do uso do recurso a empregada doméstica. De outro lado, em Barcelona convive a representação que valora

negativamente este trabalho, por ser cansativo, aborrecido ou por não ter fim, com aquela que o valora positivamente, por considerar agradável a execução de uma atividade que cuida da família. Há, nos dois lugares, um desejo de participar dos dois espaços – de cuidados e produtivo -, mas varia entre as participantes a ênfase que gostariam dar a cada um deles.

O feminismo

“Tento ter um tempo para mim, minha autonomia, isso para mim é importante, mas eu confesso que nunca pensei nisso como uma questão de gênero” (Dirce).

Nas duas cidades as participantes identificam feminismo, principalmente, seja com o feminismo da igualdade, seja com o feminismo da diferença. Em São Paulo, as participantes que fizeram parto domiciliar têm uma representação negativa do feminismo, isto é, o identificam com um movimento que não leva em consideração as características próprias e diferenciadas das mulheres devido a sua pretensão por igualar a mulher ao homem. Em Barcelona, as mulheres que fizeram parto domiciliar e as que não o fizeram não têm representações significativamente diferentes do feminismo e, ao contrário do encontrado em São Paulo, emerge uma noção de feminismo como teoria e prática libertadora da estrutura patriarcal da sociedade.

Nos dois contextos as entrevistadas que fizeram parto domiciliar e que não se identificam como feministas apresentam atitudes que poderiam ser incluídas dentro de práticas feministas. Contudo, a não representação de si como feministas responde a um posicionamento negativo diante desse movimento. Isso revela que conquistas de lutas feministas têm se instituído e expandido socialmente ao mesmo tempo que, segundo Banchs (1998), essa atitude pode responder ao intuito de fugir dos aspectos negativos da representação da identidade feminista. Isto é, por se tratar de uma minoria social que questiona a estrutura social vigente, são também as diferentes e o alvo de críticas que tencionam manter a ordem instituída.

Vemos como, nas duas cidades, a identidade feminista é laxa, isto é, a entrevistada pode se considerar feminista por ser militante ou apenas por simpatizar com alguns princípios do movimento. Todas as participantes que se identificam como feministas tentam levar essas ideias à prática, mas sempre com o sentimento de terem

que lutar muito para consegui-lo. Se, nas participantes de São Paulo, vemos como o reflexo desta identidade na prática aparece na educação das crianças, no relacionamento de casal e no trabalho, principalmente, em Barcelona, as participantes levam essa identidade também à intervenção com os outros, terceiros, e à relação consigo mesma, sendo, para estas, a coerência entre ideologia e prática uma questão fundamental na própria vida. Há, nos dois contextos, influência do feminismo na saúde e, concretamente, no parto domiciliar, pois as participantes apoiam e defendem o direito à escolha da mulher no processo de parto e o respeito ao próprio corpo.

Observamos como a identidade de mulher feminista coexiste com uma identidade de mulher mais tradicional, o que nos convida a constatar o diálogo que estas posturas estabelecem com a literatura (Salem, 2007), sendo que para que a nova identidade seja refletida na prática é preciso lutar e estar alerta nos diversos âmbitos sociais que a podem ameaçar. Isto é, existe a percepção de que é fácil cair nas atribuições tradicionais de gênero. A manifestação dos questionamentos feministas não se realiza sem lutas e conflitos, tanto internos como externos. Todas as participantes relatam ter vivido oposições tanto na vida pública como na privada, sendo as participantes de Barcelona as que menos relatam esses conflitos na vida pública, mas as que mais relatam conflitos entre os próprios ideais e a dificuldade em pô-los em prática por contradições próprias.

No imaginário de mulher adulta, quando as participantes eram crianças, há também diferenças. Vimos como em São Paulo prima a representação da mulher que tem o sucesso profissional como principal objetivo e, depois disso, a maternidade. Quanto às participantes de Barcelona, o sucesso profissional da mulher não é tão representado, mas o trabalho feminino é representado como algo dado e indiscutível. De tal modo que o questionamento, hoje, tem a ver com a escolha de não trabalhar, como oposição ao sistema imperante. De outro lado, temos o imaginário da maternidade e do casamento, como algo que foi, efetivamente, pensado e desejado.

A representação social sobre os usos do tempo entre homens e mulheres é coincidente nos dois contextos: há concordância em considerar que os homens, de forma geral, privilegiam as necessidades individuais e as mulheres tendem mais ao auto-sacrifício em prol da família. Assim, os homens dedicar-se-iam mais ao trabalho social produtivo e ao lazer e as mulheres dividiriam seu tempo entre o trabalho social

produtivo, o trabalho de cuidados e o trabalho doméstico. Sendo sublinhado, em alguns relatos, que isso é o que elas observam, e não o que vivenciam em casa. Há, também, uma visibilização de espaços de mudança que teriam lugar em ambientes relacionados com uma criação mais alternativa, onde os pais desempenhariam um papel tão ativo quanto as mães nesse trabalho de cuidados.

As participantes de Barcelona falam mais sobre a busca de equilíbrio entre os diferentes tempos que compõem a vida e a dificuldade de encontrar esse equilíbrio. Gostariam, no geral, de reduzir o tempo de trabalho produtivo, o que muitas têm feito com a maternidade, para que este não absorva os outros tempos. Ademais, observamos como essa preocupação com o tempo existia antes de ser suscitada com a entrevista.

Para concluir, assinala-se que a desigualdade de gênero se expressa nas duas cidades de forma parecida. Se em São Paulo é evidente no relacionamento com o parceiro, no espaço público e nos cuidados com as crianças, em Barcelona também, sendo que o relacionamento com o parceiro pode ser visto, a priori, como igualitário, mas, se analisado em profundidade, é possível perceber como a responsabilidade pela organização do trabalho doméstico não é igualmente distribuída.

Capítulo cinco. Considerações finais

Depois do exposto, consideramos que a teoria das representações sociais e o marco teórico do imaginário constituem dois referenciais teóricos que permitem compreender a experimentação e interação das identidades de gênero em cada sociedade.

Conforme a Banchs (1999b), as identidades de gênero são teorias que também podem ser, como as representações sociais, gerais e específicas ou universais e particulares. Assim, essas identidades terão atributos mais centrais, isto é, compartilhados por uma cultura e mais resistentes à mudança, e outros mais periféricos e, por isso, que podem ser compartilhados por grupos específicos. Desta forma concordamos com Banchs (1999b:6) quando afirma que

a nivel de los elementos periféricos las identidades de género son representaciones emancipadas, es decir, existen diversidad de mujeres y diversidad de hombres; pero tanto los contenidos del núcleo como los periféricos de esas representaciones de género (...) están en conflicto.

A identidade de gênero mais central nas duas cidades corresponderia à da mulher objetivamente inserida no espaço público em um nível inferior ao do homem (isto é, menos horas de trabalho social produtivo e menor salário) e de forma limitada pelo espaço privado, o que entra em conflito com as identidades específicas subjetivamente representadas em cada participante. Esse conflito é experimentado no espaço público, quando as participantes exigem um tratamento igual ao dos homens, no âmbito privado, quando negociam com o parceiro a realização de atividades que caem dentro das atribuições femininas construídas socialmente, e finalmente, no âmbito intrapessoal, quando se políam constantemente para não cair nas atribuições de gênero tradicionais.

Essa construção encenada na vida pessoal, essa pequena grande luta, tem o efeito de, pelo menos, mudar o seu entorno imediato através do processo de influência minoritária (Banchs, 1998: 8). A influência minoritária provoca a mudança no outro de forma privada, latente, mediata e indireta, promovendo a conversão (Banchs, 1998: 10). Assim, a modo de exemplo, os processos implicados na mudança de atitude do parceiro para o seu envolvimento com o trabalho reprodutivo podem ser entendidos como a

atuação da influência minoritária, pois as participantes se engajam em um trabalho duradouro de convencimento do parceiro, fazendo-lhe ver que precisa participar nessa atividade de forma tão ativa quanto ela. Nesse caminho, e face ao conflito gerado por não condizer com o papel esperado, as participantes usam as estratégias de que falamos durante este estudo, e que dialogam com a literatura:

Frente a cualquier tipo de influencia minoritaria se produce un conflicto ya que al romperse el consenso, la mayoría se siente amenazada. Mayoría y minoría entran entonces en un proceso de negociaciones tácitas con el objeto de restablecer el consenso (Banchs, 1998: 11)

Esses conflitos emergem à medida que a mulher se afirma como sujeito individual, o que, como dissemos no primeiro capítulo, é um dos desfechos do feminismo (Salem, 1991, Subirats, 1998), no sentido de: “el derecho a escapar al destino y a la limitación genéricos y a vivir vidas personalizadas, que puedan desarrollarse en la esfera de lo público” (Subirats, 1998: 32). Assim, as participantes do estudo são herdeiras desse triunfo do movimento feminista quando sublinham a importância do trabalho social produtivo para exercer um lugar na sociedade e para se expressar como sujeito individual, saindo do papel genérico atribuído ao gênero feminino e evidenciado no cuidado aos outros.

Por outro lado, convém assinalar como, observando os dados em uma perspectiva mais geral, e sabendo que há exceções entre as participantes, podemos ver como entre as participantes de Barcelona existe uma maior equidade de gênero: há participantes que ganham maior salário do que os parceiros, mesmo que isso não seja a regra; estes são mais participativos na esfera reprodutiva; elas colocam mais em pauta com o parceiro a divisão dos afazeres domésticos e o direito ao próprio tempo; e, por último, em São Paulo o recurso à empregada doméstica pode evitar o surgimento do conflito sobre a distribuição do trabalho doméstico no casal, mas também esconde a diferença de atribuições por detrás da iniquidade social.

Seja por essa conversão expressada por Banchs (1998), ou por se tratar de um homem que encarna uma nova masculinidade, o parceiro da maior parte das participantes de Barcelona e de algumas de São Paulo é representado como um homem que partilha, de fato, esse trabalho doméstico. Porém, e ainda com o esforço diário, em comparação com a população em geral, nas participantes também se produz uma

sobrecarga pelo peso do trabalho reprodutivo, ainda que neste caso essa sobrecarga apareça principalmente, mas não só, a nível mental devido à responsabilidade pela organização e planejamento deste âmbito. Vimos ainda como em uma população que questiona as atribuições sociais da mulher, em um momento histórico em que as conquistas do movimento feminista têm sido incorporadas na sociedade, o mundo privado do trabalho doméstico e, um pouco menos, do cuidado das crianças, permanece resistente a essas mudanças. No entanto, as participantes usam diferentes estratégias para transformar esta realidade: a terceirização do trabalho doméstico e de cuidados; a busca de estratégias para introduzir o parceiro no universo de cuidados; a procura de apoio social para o cuidado das crianças. Estas estratégias visam dividir essa carga para que se conquiste um tempo próprio.

A conquista de tempo é um elemento essencial para a promoção da saúde e para a qualidade de vida, sendo também uma capacidade (Sen, 1996) que aumenta a potencialidade dos indivíduos. Trabalhamos com mulheres que têm consciência da importância desse tempo para si e são atentas a seus sinais de doença, o que certamente constituem fatores protetores para a saúde. Além disso, a percepção das participantes do desfrute da vida como fator ligado à saúde conversa com a literatura quando se salienta a importância do “bem viver a vida” (Luz, 2005, p. 94) e da expansão da vitalidade para fugir de uma noção de saúde reduzida à prevenção de doenças.

Como apontado na introdução, concordamos com Bydlowsky, Westphal e Bicudo (2004) quando afirmam que as pessoas devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente para atingir o completo estado de bem-estar. De acordo com os dados, as participantes posicionam-se em um lugar que trata de superar as barreiras que as impedem de viver uma vida com qualidade. Esse trabalho é feito individualmente, sendo que todas experimentam falta de um maior apoio no trabalho de cuidados, venha este do Estado ou da organização cidadã, para suavizar a carga diária e, conseqüentemente, dispor de mais tempo e viver mais devagar.

O sentimento de falta de apoio evidencia um dos paradoxos do individualismo porque, se, de um lado, dá a mão ao feminismo, facilitando o surgimento de mulheres que defendem o direito de ser, também, um sujeito individual, por outro lado,

desmembram os núcleos familiares e societários em que se sustentava o apoio social aos cuidados dos outros e facilitava a rotina diária.

Este estudo pretendeu refletir o importante papel desenvolvido por muitas mulheres, socializadas em uma cultura que prescreve relações de poder entre gêneros, na superação da imposição cultural para favorecer a lenta mudança histórico-cultural. Espera-se ter contribuído.

Anexo. Roteiro das entrevistas

Identificação:

Quantos anos você tem?

Tem filhos? (Idade e sexo)

Mora com o seu parceiro?

Caracterização sociológica:

1. Qual é sua cor de pele?
2. Onde você mora? (apartamento / situação em SP)
3. Nível de estudos
4. Qual é a faixa de renda da unidade doméstica? (entre 0-1085 R\$; entre 1085 R\$-1734 R\$; entre 1734 R\$-7475 R\$; entre 7475 R\$-9745 R\$; mais de 9745 R\$)

Serviço de atenção à saúde da mulher:

1. Como você achou esse serviço? Foi alguém que indicou? Você mora aqui perto?
2. Você acha que este serviço é igual a outros serviços do SUS? Por quê?
3. Você vem aqui quantas vezes ao ano?
 - Se é a primeira vez, você pensa vir quantas vezes ao ano?
 - Por que vem só uma vez por ano?
4. Além das visitas médicas, que outros cuidados você tem com si mesma?

Trabalho remunerado:

Você foi escolhida porque também trabalha,

1. Quando começou a trabalhar?
2. Por que resolveu trabalhar de forma remunerada?
3. Antes de se casar, já trabalhava?
4. Em que você trabalha atualmente?
5. Você gosta de seu trabalho?
6. Quantas horas/semana? Por quê?
7. Qual o lugar que você quer na sociedade? OU porque você trabalha tanto?
8. Como afeta sua maternidade ao trabalho remunerado? E o trabalho remunerado à maternidade?

Afazeres domésticos

1. E em casa, você realiza afazeres domésticos?
2. Considera os afazeres domésticos como trabalho?
3. O que você faz em casa? Horas/semana?
4. Compartilha com alguém esses afazeres domésticos?
5. Seu parceiro e você discutem a divisão das tarefas? Discutem o tempo do trabalho em casa?

Filhos:

1. As crianças foram planejadas?
 2. Como foi o parto?
 3. Do que é que as crianças precisam para ser cuidadas?
 4. Quanto tempo de seu trabalho em casa você utiliza para cuidar dessas pessoas?
 5. Tem outras pessoas envolvidas no cuidado?
 6. Considerando tanto o trabalho fora de casa como o trabalho que você faz dentro de casa, como você descreveria sua rotina semanal?
- (Explorar tensão entre trabalho fora de casa e em casa: o que você prefere, por quê?...)

Lazer:

1. Você costuma ter atividades de lazer? (quantas, quais, vezes por semana?)
2. Gosta destas atividades?
3. Considera boas e suficientes as atividades que você faz?
4. Gostaria de ter mais atividades de lazer? Por que não tem mais?
5. Você acha que as atividades de lazer constituem um cuidado de você?

Autocuidado

6. O que é cuidar de você mesma? Como você acha que deveria ser (idealmente) esse cuidado de você?
7. Pode me explicar o que é para você estar saudável?

Distribuição dos tempos:

1. Essa composição de seu tempo (trabalho em casa, trabalho fora de casa, tempo para o lazer e autocuidado) mudou ao longo de sua vida?
2. Gostaria de ter tempo para fazer outras coisas?
3. Você já colocou essa questão da divisão do tempo a si mesma, ou de por que é que existe essa falta de tempo em sua vida?

4. Pensa que é muito desigual a distribuição do tempo entre os homens e as mulheres?
5. Acha que o que você vivencia é experimentado também por todas as mulheres em geral?
6. Como você gostaria que fosse a criação das crianças?
7. Acha que tem alguma coisa que o governo ou alguma instituição possa fazer para melhorar essa distribuição?

Feminismo

1. Conhece ou já ouviu falar do feminismo ou do movimento feminista? O que é?
2. Considera que tem a ver com este serviço?
3. Como se refletem seus questionamentos de gênero na sua vida pessoal?

Finalizando

Estou fazendo esta pesquisa para examinar as atividades que as mulheres desenvolvem e também para compreender como cuidam de si próprias.

1. O que você acha disso?
2. Quer acrescentar alguma coisa?
3. Se eu tiver alguma dúvida, posso entrar em contato para perguntar de novo?

Referências:

- Araújo, MF; Schraiber, LB; Cohen, DD. Penetração da perspectiva de gênero e análise crítica do desenvolvimento do conceito na produção científica da Saúde Coletiva. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*. 2011;15(38):805-818
- Ávila MB, Corrêa S. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos. In: Galvão L, Díaz J (orgs.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. Dilemas e Desafios. São Paulo: Hucitec. Population Council, 1999, p. 70-103.
- Badinter E. *O Conflito. A mulher e a mãe*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011.
- Baczko B. *Les imaginaires sociaux: Mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.
- Bajoit G. *El cambio social*. Análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas. Madri: Siglo XXI, 2008.
- Banchs, M. (1998) Género, Resistencia al Cambio e influencia Social. In: II Congreso Iberoamericano de Psicología; 1998; Madri. Disponível em: http://pmayobre.webs.uvigo.es/textos/maria_banchs/genero_resistencia_al_cambio_e_influencia_social.pdf.
- Banchs, M. (1999a) Identidades de género en la encrucijada. De la sociedad matrilineal al umbral de la posmodernidad. En proceso de edición en Fascículo de AVEPSO. Disponível em: http://pmayobre.webs.uvigo.es/textos/maria_banchs/identidades_de_genero_en_la_encrucijada.pdf.
- Banchs, M. (1999b) Representaciones sociales, memoria social e identidad de género. In: XVII Congreso Iberoamericano de Psicología. El género renovando a la psicología; 1999, Caracas. Disponível em: http://pmayobre.webs.uvigo.es/textos/maria_banchs/representaciones_sociales_memoria_identidad.pdf.
- Barkin JL, Wisner, KL. The role of maternal self-care in new motherhood. *Midwifery*. 2013;29(9):1050-1055
- Bosch MIC. Las mujeres que lucharon solas: Concepción Arenal y Emilia Pardo Bazán. In: Folguera P, editora. *El feminismo en España*. Dos siglos de historia. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 2007. p. 45-80.
- Brasil. Leis etc. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*,

- Brasília (DF). 1990, vol. 20. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 19 set. 2017.
- Braun, V, Clarke, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 2006;3(2):77-101. Disponível em: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>.
- Bruschini, MCA. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de pesquisa*. 2007;37(132):537-572.
- Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & saúde coletiva*. 2000;5(n.1):163-177. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CEMQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fcsc%2Fv5n1%2F7087.pdf&ei=LVFgU4iwN8ulsQT3sIGYAQ&usg=AFQjCNGY4JjXWj7OCUeFlhk2I0b_ni20A&sig2=reoSR-hImCNtzUFXDN3ekw. Acesso em: 15 de abr. 2014
- Bydlowski CR, Westphal MF; Bicudo Pereira IMT. Promoção da Saúde. Porque sim e porque ainda não!. *Saúde e Sociedade*. 2004;13(1):14-24.
- Caballé A. *El feminismo en España*. La lenta conquista de un derecho. Madri: Cátedra, 2013.
- Calbet MTG. El surgimiento del movimiento feminista, 1900-1930. In: Folguera P, editora. *El feminismo en España*. Dos siglos de historia. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 2007. p. 81-88.
- Carrasco, C; Mayordomo, M. El estudio del trabajo de mujeres y hombres: una aproximación teórica desde el enfoque reproductivo. In: VII Jornadas de Economía crítica; 2000; Albacete. Disponível em: <http://cdd.emakumeak.org/ficheros/0000/0136/Carrasco.pdf>
- Carrasco C. *Estatísticas sob suspeita*. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista; 2012.
- Carvalho JGS, Arruda A. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. *Paidéia*. 2008;18(41):445-456.
- Castoriadis C. *Figuras de lo pensable*. Madri: Cátedra, 1999.
- Castrechini A. *Construcción social del medio ambiente. El papel de la prensa*. [tese]. Barcelona: Faculdade de Psicologia, Universitat de Barcelona. 2008.
- Certeau M de. *L'invention du quotidien*: 1a. Arts de faire. 2ª ed. Paris: Éditions Gallimard, 1990.

- Chaui M. O Discurso Competente: Crítica e Ideologia. *Revista da Associação Psiquiátrica da Bahia*. 1970;2(n.1):15-48.
- Costa, AM. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Ciencia & Saúde Coletiva*, 2009;14(4):1073-1083.
- Costa AO. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação - São Paulo, 1970. *Cadernos de Pesquisa*. 1988;66:63-69.
- Costa, AO., Barroso C, Sarti C.A. Pesquisa sobre mulher no Brasil-do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa*. 1985;54:5-15.
- Craig L, Mullan K. Parenthood, Gender and Work-Family Time in the United States, Australia, Italy, France, and Denmark. *Journal of Marriage and Family*. 2010;72(5):1344-1361.
- Daanen P. Conscious and non-conscious representation in social representations theory: Social representations from the phenomenological point of view. *Culture & Psychology*. 2009;15(3):372-385.
- Diniz, CSG. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciencia & Saúde Coletiva*. 2005;10(3):627-37.
- Dias, MOLS. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: Costa AO, Bruschini C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 39-53.
- Durand G. *Las estructuras antropológicas de lo imaginario*: Introducción a la arquetipología general. Madri: Taurus, 1982 [1979].
- Durand G, Prat I Serra M, València I Lucas C. *Lo imaginario*. Barcelona: Ediciones del Bronce, 2000.
- Folgueras Domínguez M. La división del trabajo doméstico en las parejas españolas. Un análisis del uso del tiempo. *Revista Internacional de Sociología (RIS)*. 2012;70(1):153-179.
- Folguera P. De la transición política a la paridad. In: Folguera P, editora. *El feminismo en España*. Dos siglos de historia. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 2007. p. 157-200.
- Foucault M. *História da sexualidade*, 3 o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graa, 2007[1984].
- García CC. *Breve Historia do feminismo*. 3ª ed. São Paulo: Claridade, 2015.

- Gómez AM. Feminismo y lucha durante la II República y la Guerra Civil. . In: Folguera P, editora. *El feminismo en España*. Dos siglos de historia. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 2007. p. 89-122.
- Howarth C. A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*. 2006;45(1):65-86.
- Jovchelovitch S. *Knowledge in context: Representations, community and culture*. Londres: Routledge, 2007.
- Leite PNB. Qualidade de Vida e Promoção da Saúde. *Revista de Psicologia*. 2013;7(20):33-56.
- Luz MT. *Novos saberes e práticas em saúde coletiva*. Estudo sobre racionalidades médicas e atividades corporais. São Paulo: Hucitec, 2005.
- Machado MS. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? In: Ávila, M. B. e Ferreira, V. (orgs) *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão. 2014. p. 51-75.
- Marcondes MM. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais dos cuidados e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. In: Ávila, M. B. e Ferreira, V. (orgs) *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão. 2014. p. 80-104.
- Marcondes W. B. A convergência de referências na Promoção da Saúde. *Saúde e Sociedade*. 2004;13(1):5-13.
- Minayo MC. *O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993.
- Minayo MC. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência saúde coletiva*. 2000;5(1):7-18.
- Minayo MCS. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: Minayo, M.C.S; Deslandes, S.F. *Caminhos do Pensamento*. Epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 83-107.
- Moreno S. Uso del tiempo, desigualdades y ciclo de vida. *Política y Sociedad*. 2009;49(3):191-202.
- Moreno S. El tiempo de trabajo: de la jaula dorada a la libertad azarosa. *Cuadernos de Relaciones Internacionales*. 2010;28(2):299-321.

- Moscovici S. *La psychanalyse: Son image et son public*. 2^a ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.
- Moscovici S. Why a theory of social representation? In Philogène G, editor, *Representations of the social: Bridging theoretical traditions*. Malden: Blackwell Publishing, 2001. pp. 8-35.
- Nash M. *Mujeres en el mundo*. Historia, retos y movimientos. 2^a ed. Madri: Alianza Editorial, 2012.
- Oliveira EM. O drama da mulher no mundo do trabalho: o ser e o estar. In: Giffin K e Costa SH (org) *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p. 439 - 454.
- Orozco A. De vidas vivibles y producción imposible. *Investigaciones Feministas*. 2012. Disponível em: <http://pdf2.hegoa.efaber.net/entry/content/1096/Amaia_Orozco.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.
- Ortega López M. ‘La defensa de las mujeres’ en la sociedad del Antiguo Régimen. Las aportaciones del pensamiento ilustrado. In: Folguera P, editora. *El feminismo en España*. Dos siglos de historia. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 2007. p. 11-44.
- Pardo R. El feminismo en España. Breve Resumen, 1953-1985. In: Folguera P, editora. *El feminismo en España*. Dos siglos de historia. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 2007. p. 201-210.
- Pedro JM. Narrativas Fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. 2006; 26(52):249-272.
- Pinto CRJ. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- Pitanguy J. Bridging the Local and the Global: Feminism in Brazil and the International Human Rights Agenda. *Social Research: An International Quaterly*. 2002;69(3):805-820.
- Río S. La crisis de los cuidados: precariedad a flor de piel, Rescoldos. *Revista de Diálogo Social*. 2003;9:47-57.
- Río S, Orozco A. La economía desde el feminismo: trabajos e cuidados. *Revista Rescoldos*. 2002. Número dedicado a “Mujeres”. Disponível em: <<http://www.ecologistasalcalah.org/docs/ecof08.pdf>>. Acesso em: 13 agosto 2013.
- Salem T. O "individualismo libertário" no imaginário social dos anos 60. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 1991;1(2):59-75.

- Salem T. *O casal grávido*. Disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- Sardá AM. La réplica de las mujeres al franquismo. In Folguera P, editora. *El feminismo en España*. Dos siglos de historia. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 2007. p. 123-156.
- Sarti CA. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*. 2001;16:31-48.
- Sarti CA. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos feministas*. 2004;35-50.
- Sato L, Oliveira F. Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. *Altheia*. 2008;27(1):188-197.
- Scanlon GM. Orígenes y evolución del movimiento feminista contemporáneo. In: Folguera P, editora. *El feminismo en España*. Dos siglos de historia. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 2007. p. 219-247.
- Schraiber LB. *O médico e seu trabalho*: limites da liberdade. São Paulo: Hucitec, 1993.
- Schraiber LB. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre profissão médica. *Revista Saúde Pública*. 1995;29(1):63-74.
- Schraiber LB. Necessidades de saúde, políticas públicas e gênero: a perspectiva das práticas profissionais. *Ciência e Saúde*. 2012;17:2635-2644.
- Schraiber LB; D'Oliveira, AFPL. La perspectiva de género y los profesionales de la salud: apuntes desde la salud colectiva brasileña. *Salud colectiva*. 2014;10(3):301-312.
- Sen A. *Development as freedom*. Nova Iorque: Anchor Books, 1999.
- Sícoli JL; Nascimento, PR. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 2003;7(12):101-122.
- Subirats M. *Con Diferencia*. Las mujeres frente al reto de la autonomía. Barcelona: Icaria Antrazyt, 1998.
- De León VS. El feminismo visto por sus protagonistas. In: Folguera P, editora. *El feminismo en España*. Dos siglos de historia. Madri: Editorial Pablo Iglesias, 2007. p. 211-217.
- Sennet R. *El respeto*. Sobre la dignidad del hombre en un mundo de desigualdad. 3ª ed. Barcelona: Anagrama, 2012[2003].

- Serrano J. La psicología cultural como psicología crítico-interpretativa. In: Gordo López AJ, Linaza JL (orgs.). *Psicologías, discursos e poder (PDP)*. Madri: Visor, 1996. p. 93-106.
- Silva SMV. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. 2000; N° 262. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudos%20de%20g%C3%AAnero%20no%20Brasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1>. Acessado em 15/12/2017
- Souza-Lobo E. O gênero da representação: Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980–1990). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 1991;17:7-14. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_17/rbcs17_01.htm. Acessado 07/04/2016.
- Teles MAA. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- Thompson P. Time, Work discipline and Industrial Capitalism. Past and present. 1967;38(1):56-97.
- Thompson P. The récits de vie à l'analyse du changement social. *Cahiers internationaux de Sociologie*. 1980;69:249 - 268.
- Valcárcel A. *La memoria colectiva y los retos del feminismo*. Santiago de Chile: CEPAL/ECLAC, 2001.
- Venturi G, Godinho T (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. Uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Sesc/Fundação Perseu Abramo, 2013.
- Vieira EM. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- Wunenburger JJ. *L'imaginaire*. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.